



**Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Coordenação e Planejamento
Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer
PRODETUR SUL/RS**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL
PDITS RS**

Área Prioritária Serra Gaúcha

Porto Alegre, outubro de 2005.



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Germano Antônio Rigotto

Secretário de Estado da Coordenação e Planejamento
João Carlos Brum Torres

Secretário de Estado do Turismo, Esporte e Lazer
Luis Augusto Barcellos Lara

Coordenador do PRODETUR SUL do Rio Grande do Sul
Roberto Balau Calazans

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

Roberto Balau Calazans

Equipe Técnica de Coordenação

Ana Marisa Miranda da Silva - Socióloga

Margareth Vasata Macchi Silva - Engenheira Civil e Arquiteta

Romy Bruxel - Administradora

Silvio Barbosa dos Reis – Economista e Arquiteto

Colaboradores

Secretaria da Coordenação e Planejamento

Antônio Cargnin - Geógrafo

Herbert Klarmann - Geógrafo

Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer

Cristina Beatriz Queirolo Feijó – Bacharel em Turismo

Maria Helena Saraiva Marques - Bacharel em Turismo

Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem – DAER

Fernando Azambuja Dutra – Engenheiro Civil

Bruno Graziottin Velho - Engenheiro Civil Rodoviário

Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente – FEPAM

Lilian Vaquil Ferraro - Geógrafa

Ricardo Dobrovolski - Arquiteto

Fundação Zoobotânica – FZB

Antônio José da Silva Seggiaro - Técnico em Geoprocessamento

Maria de Lourdes Abruzzi A. de Oliveira - Bióloga

Pró-Guaíba

Heloísa de Moraes - Geógrafa

Íria Garafa - Administradora

Rejane Valdameri - Geógrafa

Revisão

Maribel Mônego Segabinazzi - Tradutora

Marlise Margô Henrich - Tradutora, Advogada, Publicitária

Consultoria

Leandro Antônio de Lemos - Doutor em Economia do Turismo

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO

LISTA DE SIGLAS

APRESENTAÇÃO.....	11
1 SÍNTESE DO PAT.....	37
2 DIAGNÓSTICO	41
2.1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA ÁREA PRIORITÁRIA	41
2.1.1. <i>Localização da Área Prioritária</i>	42
2.1.2. <i>Acessibilidade</i>	44
2.1.3. <i>Características Físico-Territoriais</i>	54
2.1.4. <i>Dinâmica Socioeconômica</i>	59
2.1.5. <i>Estrutura Urbana</i>	73
2.1.6. <i>Infra-Estrutura Básica e Equipamentos Urbanos e Comunitários</i>	75
2.1.7 <i>Aspectos Socioambientais</i>	97
2.1.8 <i>Gestão Municipal</i>	127
2.1.9 <i>Síntese das Características da Área Prioritária</i>	137
2.2 SITUAÇÃO DO TURISMO NA ÁREA PRIORITÁRIA	141
2.2.1 <i>Estudo da Demanda</i>	141
2.2.2 <i>Atrativos e Produtos</i>	159
2.2.3 <i>Oferta e Qualidade de Alojamento e Outros Equipamentos Turísticos</i>	175
2.2.4 <i>Educação para o Turismo</i>	177
2.2.5 <i>Capacitação Profissional para o Turismo</i>	179
2.2.6 <i>Serviços Públicos de Apoio ao Turismo</i>	182
2.2.7 <i>Gestão do Turismo</i>	184
3 PROPOSTA	198
3.1 PROJEÇÃO DA DEMANDA TURÍSTICA.....	198
3.1.1 <i>Cenários e Metas Propostas</i>	198
3.1.2 <i>Impactos Admitidos</i>	201
3.2 MATRIZ DE PLANEJAMENTO	207
3.3 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA ÁREA PRIORITÁRIA.....	209
3.4 AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PDITS	216
3.4.1. <i>Concepção Geral</i>	216
3.4.2. <i>Identificação das Ações Propostas</i>	218
3.4.3. <i>Dimensionamento dos Investimentos e Fontes de Recursos</i>	221
3.4.4. <i>Priorização das Ações</i>	229

4 AMOSTRA REPRESENTATIVA	233
4.1 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA AMOSTRA REPRESENTATIVA	234
4.2 UNIVERSO DE AÇÕES DO PDITS	234
4.3 LOCALIZAÇÃO E CUSTO DOS PROJETOS DA AMOSTRA REPRESENTATIVA.....	236
4.4 BREVE DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DA AMOSTRA	237
4.4.1 <i>Esgotamento Sanitário</i>	237
4.4.2 <i>Sinalização Turística</i>	238
4.4.3 <i>Projeto para Unidade de Conservação no Pico do Monte Negro</i>	238
4.4.4 <i>Fortalecimento Institucional da SETUR</i>	239
4.4.5 <i>Projeto para Recuperação do Patrimônio Histórico – Sítio Ferroviário</i>	241
4.4.6 <i>Elaboração ou Revisão de Planos Diretores Municipais</i>	242
4.4.7 <i>Fortalecimento da Capacidade de Gestão Municipal de Cambará do Sul</i>	242
4.4.8 <i>Estudo de Tráfego da Rota do Sol</i>	243
5 ORGANIZAÇÃO PARA GESTÃO DO PDITS	244
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	248

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Participação dos setores de atividades econômicas no PIB estadual – 2001	59
Tabela 2 - População urbana e total dos municípios da Área Prioritária – 1991-2000	60
Tabela 3 - Indicadores sociais dos municípios da Área Prioritária	61
Tabela 4 - Índice Social Municipal Ampliado dos municípios da Área Prioritária – 1991-1998	62
Tabela 5 - Variação percentual do VAB por setores de atividade na Área Prioritária – 1990/2001	64
Tabela 6 - Participação dos setores de atividade econômica no VAB estadual - 2001	65
Tabela 7 - Setores econômicos predominantes segundo a participação no PIB estadual – 2001.....	66
Tabela 8 - Número de empregados do setor turístico nos municípios da Área Prioritária – 1990-2000.....	68
Tabela 9 - Número de empregados no setor turismo em relação ao total de empregos – 1990-2000	69
Tabela 10 - População urbana e total dos municípios da Área Prioritária e taxa de urbanização – 1991-2000.....	73
Tabela 11 - Composição do quadro de pessoal da administração direta e indireta	132
Tabela 12 - Evolução das receitas próprias em relação à receita total nos municípios da Área Prioritária – 1994-1999	134
Tabela 13 - Participação relativa média de alguns impostos na arrecadação total de municípios da Área Prioritária – 2000	135
Tabela 14 - Carga tributária municipal – 2000.....	135
Tabela 15 - Número de turistas nacionais e estrangeiros, por estado da Região do Prodetur Sul e Brasil – 1998-2001	143
Tabela 16 - Número de turistas nacionais e gasto turístico nos Estados – 1998-2001	143
Tabela 17 - Categorias de Viagem e Meios de Hospedagem Utilizados no Brasil e na Região Sul – 1998-2001.....	144
Tabela 18 - Demanda turística no Brasil e no Rio Grande do Sul em 2001	144
Tabela 19 - Turismo doméstico e internacional no Brasil e no RS	145
Tabela 20 - Origem dos turistas domésticos no RS – 1998-2001	146
Tabela 21 - Estimativa do número de turistas domésticos e internacionais na Área Prioritária e no RS – 2001	148
Tabela 22 – Número de Visitantes dos Parques dos Aparados e Serra Geral – 1998-2002	151
Tabela 23 – Entrada de Turistas Estrangeiros, por Estado – 2000 e 2001	152
Tabela 24 - Entrada de Turistas Estrangeiros pelo Rio Grande do Sul – 2001 ...	152
Tabela 25 - Entrada de turistas no RS, segundo país de residência permanente	153
Tabela 26 - Entrada de turistas por estação – 1991-2001	153

Tabela 27 - Gastos <i>per capita</i> /dia dos turistas que ingressam no RS por origem – 1990-2001	154
Tabela 28 - Gastos (US\$) – Hospedados em hotel e que utilizaram agência por origem	155
Tabela 29 - Permanência média (dias) no Brasil e no RS, por origem – 1990-2001	156
Tabela 30 - RS – Entrada de turistas no RS por via de acesso – 1998-2001	156
Tabela 31 - Evolução da participação do motivo da viagem – 1998-2000	157
Tabela 32 - Número de UHs e taxas de ocupação por município – 2002	176
Tabela 33 - Taxa de ocupação na Região das Hortênsias – 1999-2001.....	177
Tabela 34 - Metas previstas com o Prodetur Sul - RS	200
Tabela 35 - Taxas de crescimentos consideradas na Projeção	201
Tabela 36 - Projeção do número de turistas na Área Prioritária – 2005, 2010 e 2015 (Cenário <i>Ceteris Paribus</i>).....	202
Tabela 37 - Projeção do número de turistas na Área Prioritária – 2005, 2010 e 2015 (Cenário com Prodetur – RS).....	202
Tabela 38 - Projeção do número de unidades de hospedagem na Área Prioritária – 2005, 2010 e 2015	202
Tabela 39 - Projeção da receita turística para o ano de 2005, 2010 e 2015 (com Prodetur)	203
Tabela 40 - Projeções do emprego turístico por setores na Área Prioritária 2005, 2010 e 2015	204
Tabela 41 - Projeção da receita fiscal para os anos de 2005, 2010 e 2015.....	205
Tabela 42 - Projeção de investimentos privados para 2005, 2010 e 2015.....	205
Tabela 43 - Projeção da <i>deficit</i> de esgotamento sanitário na Área Prioritária 2005, 2010 e 2015	206

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Trechos concedidos e valor das tarifas.....	46
Quadro 2 - Segmentos concedidos e valor das tarifas.....	47
Quadro 3 - Segmentos concedidos e valor das tarifas.....	47
Quadro 4 - Segmentos concedidos e valor das tarifas.....	51
Quadro 5 - População, rendimento médio mensal, PIB e PIB <i>per capita</i> dos municípios da Área Prioritária – 2000	63
Quadro 6 - Padrão de desenvolvimento do turismo dos municípios da Área Prioritária – 2001.....	71
Quadro 7 - Loteamentos irregulares e subabitações.....	74
Quadro 8 - Sistemas de Abastecimento de Água - SAAs	76
Quadro 9 - Municípios e localidades atendidas pela Corsan	85
Quadro 10 - Investimentos por fonte – 1997 a 2002	86
Quadro 11 - Previsão de despesas e receitas dos serviços – 2003.....	86
Quadro 12 - Resultado do Orçamento 2003	86
Quadro 13 - Tarifas praticadas pela Corsan – 2003.....	87
Quadro 14 - Destinação dos resíduos sólidos.....	89
Quadro 15 - Percentual da coleta, execução e tipo de disposição final	90
Quadro 16 - Situação do licenciamento da destinação de resíduos sólidos junto à Fepam.....	91
Quadro 17 - População atendida por rede de drenagem – 2003	92
Quadro 18 - Transporte coletivo municipal.....	93
Quadro 19 - População atendida por iluminação pública – 2003	94
Quadro 20 - Acesso à segurança pública na Área Prioritária – 2003.....	96
Quadro 21 - Unidades de Conservação localizadas na Área Prioritária.....	104
Quadro 22 - Instrumentos de planejamento e gestão fiscal dos municípios da Área Prioritária – 2003.....	129
Quadro 23 - Capacidade para o planejamento e gestão.....	130
Quadro 24 - Síntese dos indicadores de capacidade de gestão financeira em 2000	137
Quadro 25 - Indicadores, perfis econômicos, sociais e ambientais e perfil de desenvolvimento sustentável por município.....	139
Quadro 26 - Comparação dos destinos Gramado/Canela com outros concorrentes	158
Quadro 27 - Atrativos naturais da área, por município	164
Quadro 28 - Atrativos culturais da área por município	167
Quadro 29 - Calendário de Eventos	174
Quadro 30 - Principais eventos e participantes por município, na última edição.	175
Quadro 31 - Instituições que oferecem cursos de turismo na área	180
Quadro 32 - Centros de Informações Turísticas.....	182
Quadro 33 - Quadro de Funcionários da SETUR.....	187
Quadro 34 - Estrutura da gestão municipal do turismo – 2003	189
Quadro 35 - Principais investimentos privados desde 1996.....	195
Quadro 36 - Estrutura da Matriz SWOT	207
Quadro 37 Matriz SWOT da Área Prioritária Serra	208

Quadro 38 - Ações e Justificativas	218
Quadro 39 - Custos de implantação e fonte de financiamento das ações de infraestrutura	221
Quadro 40 - Custos de implantação e fonte de financiamento das atividades de apoio	222
Quadro 41 - Ações por componente e respectivos órgãos executores	225
Quadro 42 – Cronograma de ações	232
Quadro 43 - Ações para a Área Prioritária, para os municípios selecionados e amostra representativa	235
Quadro 44 - Detalhamento das ações referentes às UCs	236
Quadro 45 - Localização e custo dos projetos da Amostra Representativa	237

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Área Prioritária no território brasileiro.....	42
Figura 2 - Localização da Área Prioritária	43
Figura 3 - Acessibilidade externa	45
Figura 4 - Mapa da acessibilidade interna.....	49
Figura 5 - Hipsometria.....	56
Figura 6 - Temperaturas médias anuais no Rio Grande do Sul	57
Figura 7 - Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul.....	58
Figura 9 - Unidades de Conservação na Área Prioritária	101
Figura 10 - Macrozoneamento ambiental do Rio Grande do Sul.....	110
Figura 11 - Pontos de monitoramento do Pró-Guaíba na Área Prioritária.....	113
Figura 12 - Localização e número do patrimônio histórico tombado no Rio Grande do Sul.....	170
Figura 13 - Municípios selecionados – representação da estratégia.....	233

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de qualidade da água do Rio das Antas	115
Gráfico 2 - Índice de qualidade da água do Rio Caí.....	116
Gráfico 3 - Permanência média por país emissor	156

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 PDITS PAT SERRA 01 10 2002

Anexo 2 PDITS Transportes DAER

Anexo 3 PDITS Perfis de Sustentabilidade

Anexo 4 Equipe Técnica

Anexo 5 Processo de Elaboração Participativa

APRESENTAÇÃO

A área priorizada pelo Governo do Rio Grande do Sul, no âmbito do PRODETUR SUL, apresenta atrativos naturais de excelência, como os Parques Nacionais dos Aparados da Serra, da Serra Geral, bem como a Reserva de Florestas Nacionais, com imagem de destino turístico de nível internacional consolidado, embora em diferentes estágios de estruturação. Soma-se a isso a ocorrência de fenômenos geológicos singulares no Planeta – os Aparados da Serra e seus cânions, que ocorrem em uma extensão de 200 km, desde São Francisco de Paula, no RS, até os municípios de Urubici e Bom Jardim da Serra, em SC.

Esse patrimônio natural, substrato de todo o movimento turístico, apresenta, como elemento adicional a seu potencial de atração turística, um clima singular subtropical, onde as baixas temperaturas diferenciam esse local do restante do País. É uma característica marcante e única da área, a qual vem propiciando uma alternativa ao turismo de praia e sol, produto dominante no País.

Com o desenvolvimento integrado do turismo na área, estar-se-á garantindo um segmento promissor da economia do Rio Grande do Sul, gerando renda, empregos e divisas a partir da exploração sustentável de sua base diversificada de atrativos e de produtos turísticos, de sua disponibilidade de recursos humanos com graus variados de qualificação e de sua capacidade empresarial.

O PDITS é um instrumento do processo de planejamento e gestão do desenvolvimento do turismo, para permitir a exploração racional dos recursos turísticos, em equilíbrio com o ambiente natural e com a identidade cultural das populações residentes nas localidades onde o turismo se desenvolve.

Este PDITS detalha a estratégia turística proposta para a Área Prioritária Serra, bem como as ações necessárias para atingir os objetivos do Programa. Considerando-se que está prevista a elaboração de Planos de

Desenvolvimento de Turismo para as Regiões das Missões/Estâncias Hidrominerais e Litoral Norte do Estado, o volume dos investimentos do Prodetur na Serra foi definido de modo a não inviabilizar investimentos que se farão necessários nas outras regiões.

RESUMO EXECUTIVO

DIAGNÓSTICO

A área turística do Prodetur Sul/RS compreende o conjunto de produtos e atrativos situados nos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi, Farroupilha, Nova Petrópolis, Gramado, Canela, Jaquirana, São Francisco de Paula, Bom Jesus, São José dos Ausentes, Cambará do Sul e Flores da Cunha.

No Perfil da Área Turística, além dos municípios pertencentes ao Rio Grande do Sul, integravam também essa área os municípios de Santa Catarina de Lages, São Joaquim e Bom Jardim da Serra. Esses municípios catarinenses também localizam-se nos Aparados da Serra, apresentando continuidade territorial e características semelhantes - de relevo e de cultura - aos municípios gaúchos de Bom Jesus, São José dos Ausentes, Cambará do Sul e São Francisco de Paula. No decorrer do trabalho, no entanto, os municípios de Santa Catarina não foram incluídos na amostra do Prodetur Sul/RS, por dificuldades operacionais na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo. Isso não impede, no entanto, que sejam implementadas ações conjuntas visando o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo na região.

Característica Básicas da Área Prioritária

A **Área Prioritária** é bastante heterogênea, contando com **dois núcleos** bem definidos: um de **turismo consolidado** – representado pelos municípios de Gramado, Canela, Caxias do Sul e Bento Gonçalves – e outro de **turismo emergente** que, embora registrando expansão do fluxo turístico, necessita de intervenções para sua qualificação.

Acessibilidade

A acessibilidade da Área Prioritária apresenta, em relação ao núcleo com fluxo turístico consolidado, condições satisfatórias das rodovias e, no que se refere aos núcleos emergentes, condições precárias de acesso. A implantação de sinalização turística adequada e a pavimentação de determinadas estradas são ações apontadas como imprescindíveis para a melhoria desse item, visando propiciar o acesso aos atrativos naturais identificados como de grande potencial turístico. A implementação de medidas como as indicadas objetiva a integração dos roteiros, buscando oferecer aos turistas maiores opções para aproveitamento de seu período na área, ampliando, assim, seu tempo de permanência.

A questão referente à sinalização deficiente das rodovias, verificada em todo o Estado, abrange tanto a sinalização-padrão (obrigatória), quanto a sinalização turística. Na Área Prioritária, somente os municípios de Canela, Gramado, Bento Gonçalves e Caxias do Sul apresentam sinalização turística interna e nos acessos aos atrativos.

Na Área Prioritária, a faixa de domínio das rodovias mantém-se livre na maioria dos casos, e constatam-se poucos problemas com erosão. Esporadicamente, verificam-se escorregamentos de encostas na BR/116, entre Caxias do Sul e Nova Petrópolis, e na RS/122, entre Farroupilha e São Vendelino. Esses deslizamentos dão-se em locais onde a declividade da interface solo-rocha é muito acentuada. Esses casos têm sido tratados pelos órgãos responsáveis DAER ou DNIT, restabelecendo o mais rápido possível a trafegabilidade das rodovias. Quando acontece a interrupção do tráfego, a mesma restringe-se a algumas horas.

A Região da Serra apresenta uma malha bem estruturada, enquanto que nos Campos de Cima da Serra existe uma malha viária deficiente, que prejudica o acesso adequado e dificulta o incremento do número de turistas que visitam a Área. As cidades de Jaquirana e São José dos Ausentes ainda não são atendidas por rodovia pavimentada.

Para integrar São José dos Ausentes à malha rodoviária pavimentada, será necessário pavimentar o trecho da rodovia RS/020 que liga aquela cidade a Cambará do Sul.

Para estabelecer o Corredor Turístico com o Estado de Santa Catarina, é necessário prolongar a rodovia RS/020 até a divisa com aquele Estado, passando pelas localidades de Silveira e Várzea. Além disso, Santa Catarina deverá efetuar o complemento dessa rodovia desde a divisa interestadual até o entroncamento com a SC/438, já pavimentada.

A pavimentação do Corredor Turístico ligando o Rio Grande do Sul a Santa Catarina, além de facilitar o trânsito de turistas entre os dois estados, irá permitir que vários pontos de atração turística sejam acessados em melhores condições de conforto e segurança.

A ligação definitiva da Serra com o Litoral depende da conclusão da rodovia RS/486, a Rota-do-Sol, desde Tainhas até Terra de Areia, incluindo-se aí a Variante Ambiental da Serra e a interseção em dois níveis com a BR/101, em Terra de Areia.

Para permitir o acesso em melhores condições ao Parque do Itaimbezinho, onde está situado um dos cânions mais conhecidos dos Aparados, é importante que seja pavimentada a rodovia que liga aquele parque a Cambará do Sul, evitando que os turistas tenham que trafegar por cerca de 17 km em estrada não-pavimentada.

No que se refere ao transporte por via aérea, a implantação do Aeroporto das Hortênsias, em Canela, irá evitar que os usuários desse tipo de transporte tenham que trafegar por via rodoviária em trechos muito extensos, como acontece atualmente, com a utilização dos aeroportos de Porto Alegre e Caxias do Sul.

Características Físico-Territoriais

O fator preponderante para a caracterização dos ecossistemas da Área é a altitude, que varia de 500 a 1300 m em relação ao nível do mar, atingindo o ponto mais alto no Nordeste do Estado, onde se situam os Campos de Cima da Serra.

O clima verificado, com significativa oscilação térmica ao longo do ciclo sazonal, favorece os produtos turísticos ofertados, principalmente aqueles

relacionados ao frio, pois a Área apresenta as temperaturas mais baixas do Estado, chegando a ocorrer precipitação de neve em alguns locais.

Dinâmica Socioeconômica

A Área Prioritária representou 9,42% do Produto Interno Bruto total do Rio Grande do Sul em 2001, e 7,92% do PIB gerado em atividades de prestação de serviços, onde se incluem os relacionados ao turismo. Em relação à população, em 2000 os municípios situados na Área abrigaram 6,85% do total estadual, e 7,19% do contingente urbano do Rio Grande do Sul. Os principais expoentes da Área Prioritária apresentaram taxas de crescimento superiores a 1,23% do Estado, como Canela (3,47%), Gramado (2,93%), Caxias do Sul (2,45%) e Bento Gonçalves (2,41%).

A análise da evolução econômica dos municípios da Área Prioritária, durante os anos noventa, **demonstra que os municípios situados nessa Área evoluíram no setor de serviços (que contempla as atividades turísticas) a taxas superiores à média estadual**, principalmente aqueles com características de pólo econômico-turístico, como o são Caxias do Sul, Gramado e Canela. Sua nova riqueza, representada pelo Valor Adicionado, expandiu-se anualmente nos anos noventa com valores maiores que a média estadual de 34,41% (Demais Serviços) e 27,18% (Total dos Serviços); enquanto que na Área percebeu-se um crescimento de 39,55% e 31,66%, respectivamente.

Caxias do Sul, identificada como centro regional, deteve isoladamente, no VAB do Estado de 2001, participação de 5,42% do total, 8,22% na indústria e 4,14% nos serviços; em segundo lugar, aparece Bento Gonçalves com 1,95% e 1,30%, respectivamente.

Embora a indústria venha perdendo participação relativa, permanece como o setor mais importante de 42,85% dos municípios integrantes da Área Prioritária, respondendo por 54,85% do VAB total de 2001. **O setor de serviços, por sua vez, responde por 37,31%; demonstrando que vem ganhando expressiva participação, o que aponta para a importância que tais atividades vêm assumindo na economia da Área.**

Analisando-se o emprego no setor de serviços associado ao turismo, por meio da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, constatou-se que, no período 1990-2000, **a maioria dos municípios da Área Prioritária apresentou taxas de crescimento superiores àquela do Estado do Rio Grande do Sul (2,65%) em relação ao emprego no Turismo**, com exceção de Farroupilha (-2,84%), Bom Jesus (2,46%) e Canela (2,64%). Os resultados satisfatórios obtidos pelo conjunto da Área fizeram com que seu crescimento, em termos de emprego no turismo, fosse de 4,61%, em função de seus expoentes, como Cambará do Sul (37,97%), Antônio Prado (16,77%) e Nova Petrópolis (11,81%). **O crescimento da oferta dos serviços relacionados ao turismo nesses municípios, considerados de pequeno porte, denota a expansão das atividades, decorrente de suas inserções no processo verificado na Área.**

Na Área Prioritária, **a participação do emprego no turismo** apresenta grande variabilidade, que pode ser interpretada como o grau de desenvolvimento do turismo nos municípios. Tem-se, de um lado, **Gramado e Canela**, onde as participações chegam, respectivamente, a **16,67% e 11,83%** do total de empregados no município; e, de outro, **Antônio Prado**, com apenas **1,57%**.

Para entender essa diversificação, há outros fatores envolvidos, como o porte econômico dos demais segmentos representativos do município e o tamanho de suas atividades turísticas.

Em síntese, a dimensão socioeconômica apresenta-se também heterogênea: o núcleo de **turismo consolidado** (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Canela e Gramado), mesmo comprovando a importância do turismo em sua economia, aponta para a necessidade de dinamização do setor, com a finalidade de incrementar a produção de riqueza local. Já os **núcleos de turismo emergente** (Antônio Prado, Bom Jesus, Cambará do Sul, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes) expõem dificuldades de exploração econômica do turismo, principalmente quando se observa que esses não apresentam o impacto socioeconômico esperado. Nesse sentido é que as conclusões indicam a integração entre os núcleos como condição necessária para a dinamização das economias locais, por meio da exploração das complementaridades, gerando a diversificação dos produtos e atrativos.

Com base nisso, identificou-se que:

- a) A consolidação da cadeia do turismo nos municípios emergentes necessita de uma melhor articulação econômica entre os produtores artesanais e prestadores de serviços turísticos, com o objetivo de incrementar a renda turística.
- b) O nível de escolaridade (fundamental completo) da população economicamente ativa na Área Prioritária garante, de imediato, somente as condições mínimas para exercer as funções mais elementares demandadas pela cadeia de turismo, devendo o ensino profissionalizante ser ampliado na rede escolar da Área.

Estrutura Urbana

A análise do porte urbano dos municípios integrantes da Área Prioritária demonstra que os **maiores centros** são também os mais dinâmicos, com urbanização maior que 90%, como Caxias do Sul, centro regional de maior porte, Bento Gonçalves e, também, Canela e Gramado, que **apresentaram taxa de urbanização superior à média do Estado**. Nos municípios de pequeno porte, como Antônio Prado, Bom Jesus e Cambará do Sul, o processo de urbanização vem ocorrendo, mesmo que de forma menos acelerada em relação aos demais municípios da Área, que se equiparam ou até superam a média estadual.

O crescimento do contingente urbano nos municípios, associado ao turismo, engendra não somente oportunidades, mas também dificuldades para os gestores públicos, como o são o crescimento desordenado das cidades e o aumento dos níveis de pobreza da população, demonstrando, muitas vezes, que a renda gerada pelo turismo não retorna em benefícios.

Para o desenvolvimento sustentável do turismo nos núcleos referidos, deve ser controlada a urbanização desenfreada e a pressão exercida sobre os equipamentos urbanos, promovendo um crescimento equilibrado, mediante o aproveitamento da capacidade instalada que, em alguns casos, demonstra um grau razoável de ociosidade. A maior utilização dos equipamentos já existentes imprimiria uma significativa dinamização da economia do turismo na área, indo ao encontro da superação do principal problema apontado em conjunto com a comunidade referente ao fluxo turístico irregular. A forma de enfrentamento do

problema apontava para a necessidade de aumento do tempo de permanência na área por meio de uma maior oferta de produtos e atrativos.

A adequação da economia ao desenvolvimento do turismo, nos municípios situados no núcleo emergente, exige a qualificação dos equipamentos turísticos e da população empregada nas atividades, preparando-a para a expansão que advirá e contribuindo para a qualificação dos produtos e atrativos turísticos.

Infra-Estrutura Básica e Equipamentos Urbanos e Comunitários

- Abastecimento de Água

Das quatorze (14) cidades incluídas na Área Prioritária, com exceção de Caxias do Sul, todas têm suas sedes municipais e entorno abastecidos pela Companhia Rio-Grandense de Saneamento (Corsan) mediante concessão do serviço, e os percentuais de atendimento superam os 100%, com exceção de São José dos Ausentes.

Em termos gerais, a Área Prioritária está bem atendida por rede pública de água nos municípios atendidos pela Corsan, excetuando-se São José dos Ausentes, Garibaldi e Jaquirana, onde, para incremento do turismo, há necessidade de investimentos em expansão dos sistemas. Em Caxias do Sul, verifica-se que devem ser feitas melhorias nas sedes dos distritos, tendo em vista o apelo do turismo colonial.

- Esgotamento Sanitário

Nos 14 municípios da Área Prioritária, são adotadas soluções locais para o esgotamento sanitário, exceto por experiências incipientes realizadas em Gramado, Canela, Garibaldi e Bom Jesus.

Excetuando-se os pequenos percentuais com rede coletora do tipo separador absoluto, o sistema utilizado na grande parte das áreas urbanas é a fossa séptica, seguida de sumidouro e/ou lançamento na rede de drenagem. O

sistema, adequado para áreas com baixa densidade de ocupação e com boas condições de infiltração no solo, não é adequado para muitos dos municípios da Área Prioritária, cujo solo é rochoso, com pouca ou nenhuma capacidade de infiltração, os quais apresentam alta densidade de ocupação na área urbana. Some-se a isso o de fato de que **nenhum município tem sistema de limpeza e controle da operação das fossas sépticas**; além de, via de regra, serem subdimensionadas. Como resultado, as áreas centrais apresentam odor proveniente das bocas-de-lobo do sistema de drenagem, e os recursos hídricos próximos ao lançamento das redes de drenagem estão poluídos.

A poluição dos locais onde se encontram os atrativos é um problema que pode ser verificado nas cascatas do Caracol, em Canela, e Veu da Noiva, em Gramado, pontos turísticos tradicionais da Área.

Em municípios onde o turismo é a principal atividade econômica, a poluição dos locais dos atrativos turísticos assume particular importância, já que tem sido motivo de crítica dos visitantes.

- Aspectos Institucionais

Na Área Prioritária, a Corsan tem a concessão do serviço de abastecimento de água em 13 dos 14 municípios. Somente Caxias do Sul dispõe de um serviço municipal – SAMAE. A previsão de despesas e receitas para 2003 estima um *superavit* primário de R\$ 293,7 milhões. Pelos dados levantados, pode-se afirmar que a Companhia apresenta um bom desempenho financeiro, persistindo problemas para expansão do sistema de esgotamento sanitário, tendo em vista o volume de investimentos necessários.

- Resíduos Sólidos

Verificam-se percentuais bastante elevados de domicílios urbanos atendidos por coleta, ultrapassando, em todos os casos, exceto em Jaquirana, o total de domicílios urbanos. Isso demonstra que o serviço municipal atende inclusive parte da área rural. Antônio Prado, Bento Gonçalves, Canela,

Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi e Gramado contam com serviço de coleta seletiva em situações localizadas.

Praticamente todos os municípios apresentam uma situação boa junto ao órgão ambiental, dispondo de Licença de Operação (LO) para os sistemas adotados. Os municípios de Antônio Prado, Farroupilha, Gramado, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula dispõem de LO para central de triagem/compostagem/aterro sanitário. Canela, Flores da Cunha e Caxias do Sul têm licenciamento para operação de seus aterros sanitários. Em Caxias do Sul, a área disponível está quase esgotada, e em Canela há uma área próxima ao centro que não é mais utilizada e deve ser recuperada.

Aspectos Socioambientais

As **Unidades de Conservação (UCs), que compreendem 7,5% da Área Prioritária**, ao mesmo tempo em que se **constituem em atrativos turísticos**, necessitam cuidados para seu aproveitamento como produto. São áreas em que há restrições quanto ao uso humano. Particularmente nas unidades de uso indireto (proteção integral), caso dos parques e estações ecológicas, somente é permitido o acesso a áreas e trilhas pré-definidas. **A maioria das áreas sensíveis não dispõe dos instrumentos e infra-estrutura para receber um fluxo maior de turistas.**

Nas unidades de uso direto, como Área de Proteção Ambiental (APA) e florestas, onde é incentivado o manejo sustentável, devem ser estabelecidos os usos permitidos, sua localização e demais orientações necessárias para que o aproveitamento turístico ocorra em consonância com isso. O resultado da pesquisa realizada na APA Rota-do-Sol aponta para os principais problemas identificados pela população: utilização de agrotóxicos, lixo e falta de saneamento e tratamento de esgotos.

Quanto ao monitoramento dos recursos hídricos, observam-se **problemas de poluição** provenientes da Celulose Cambará nos Rios Santana, Garrafa e Camisas e provenientes de esgotos domésticos no Parque das Cachoeiras, em São Francisco de Paula, nas cascatas do Caracol e Narciso, em Canela e Véu de Noiva em Gramado, nos Arroios Pinhal e Tega, em Caxias do

Sul, no Rio Buratti e Arroio Pedrinho, em Bento Gonçalves, no Arroio Marrecão em Garibaldi e nas barragens de captação da Corsan, em Farroupilha.

Quanto à degradação da cobertura vegetal no Estado e, conseqüentemente, dos demais recursos naturais, tendo como causas diversos fatores, pode-se destacar como mais importantes: Unidades de Conservação criadas, mas não implantadas; expansão de áreas de pecuária em encostas íngremes e topos de morros; expansão de áreas urbanas e de condomínios e loteamentos rurais; queimadas efetuadas por criadores de gado, loteadores e agricultores; agricultura itinerante; extrativismo de recursos vegetais, sobretudo madeiras, palmito, plantas ornamentais e medicinais; abertura de caminhos e estradas; linhas de transmissão e dutos; e deficiência ou inexistência de um sistema eficiente de fiscalização e controle.

Os inúmeros atrativos que a Área Prioritária encerra devem ser organizados, e a elaboração de um Plano de Ecoturismo possibilitaria que o patrimônio natural pudesse ser adequadamente usufruído sem impactá-lo negativamente.

Gestão Municipal

Na Área Prioritária, os municípios seguem as posições normativas do Tribunal de Contas do Estado -TCE-RS, mantendo um sistema de planejamento e gestão fiscal. Todos os municípios analisados apresentam Lei Orgânica e têm PPA, LDO e LOA.

Os municípios de Antônio Prado, Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana e São José dos Ausentes ainda não possuem plano diretor. A falta de plano diretor ou a ineficiência de sua aplicação representa um problema para esses municípios, pois uma aceleração da urbanização em virtude da atividade turística pode pôr em risco a qualidade ambiental urbana e os recursos naturais. Além disso, uma pressão por novas edificações acelera a especulação imobiliária e aumenta a demanda por infra-estrutura urbana.

A receita tributária municipal oscila, em média, num percentual de 14% da receita total no período 1988-99 no Estado. O IPTU e o ISS apresentaram

crescimento significativo da ordem de 451,5% e de 127,7%, respectivamente, no período analisado.

No entanto as transferências de tributos federais e estaduais são responsáveis por grande parte da receita total dos municípios. Em 1999, a participação dos tributos federais no total da receita foi de 25,1%, e a dos tributos estaduais atingiu 29,7%. Nos municípios pequenos (de 10.0001 a 50.000 habitantes) as transferências são fundamentais para financiarem os gastos públicos; enquanto nos de maior porte, essas não são tão expressivas, e as receitas próprias têm maior participação no total das receitas.

Quanto maior a participação do Fundo de Participação de Municípios (FPM) e ICMS na formação da receita do município, maior a evidência de que ele tem uma baixa estatura econômica e, possivelmente, uma baixa capacidade de arrecadação local.

Na Área Prioritária, constata-se que 6 municípios menores (Antônio Prado, Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes) apresentam percentual de receita própria (receita corrente menos transferências correntes) abaixo de 10%, não alcançando a média do Estado, que foi de 24,6% no período 1994-99. Os municípios de Bento Gonçalves, Canela, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado e Nova Petrópolis possuem receita tributária acima da média da Área Prioritária. Nota-se que Canela, Garibaldi, Gramado e Nova Petrópolis, mesmo com populações menores que 50.000 habitantes, possuem fontes de receitas próprias significativas, o que lhes confere uma boa capacidade de investimento.

Examinando-se, ainda, a carga tributária municipal, com base na série estatística do Tribunal de Contas do Estado, pode-se demonstrar que a carga fiscal municipal incidente sobre a receita tributária (IPTU, ISS, ITBI e taxas), mais o ICMS e o IPVA, atingiu 2,5% do PIB da Área Prioritária em 2000.

No âmbito da despesa, nota-se que os gastos com pessoal limitam a capacidade de investimento. Valores acima de 40% podem ser considerados já na zona crítica, como é o caso dos municípios de Bom Jesus (62,04%) e São Francisco de Paula (52,25%).

No que se refere à capacidade de investimento do município, aqueles com percentual de investimentos sobre a despesa total abaixo de 10%, no ano de 2000, são considerados em situação não desejável, implicando a adoção de medidas que possibilitem aumentar sua disponibilidade de recursos para investimentos. Os municípios com percentual superior a 10% foram Canela, Flores da Cunha, Garibaldi, Jaquirana, Nova Petrópolis e São José dos Ausentes.

Tendo em vista a importância das estruturas municipais para a execução do Plano, será necessário estimular as ações para melhoria e eficiência da gestão tributária municipal, aumentando a base de arrecadação tributária como forma de alavancar a capacidade de investimento dos municípios, principalmente no desenvolvimento da atividade turística.

Situação do Turismo na Área Prioritária

Ficou evidenciada a falta de dados estatísticos sobre demanda turística, com séries históricas que permitissem o dimensionamento da demanda na Área Prioritária. Isso deve-se à inexistência de um sistema de informação estadual e municipal.

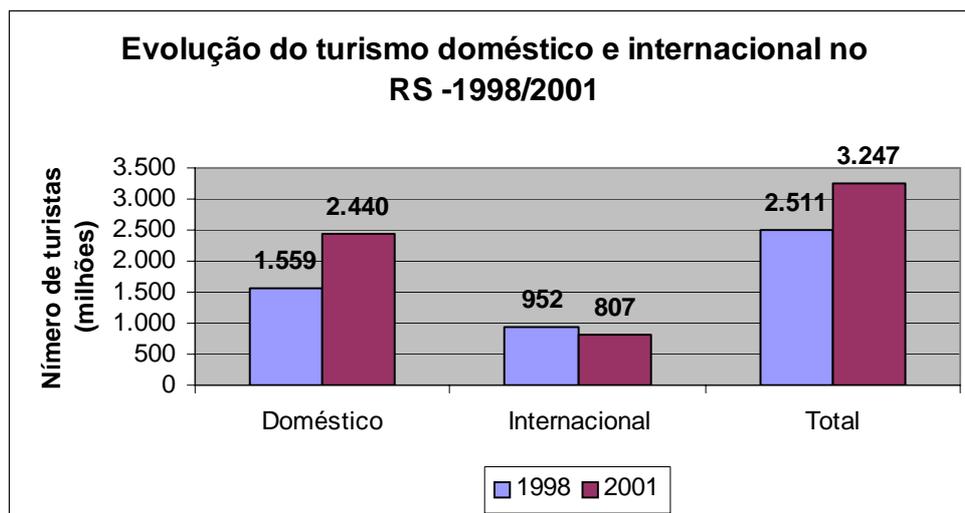
O Rio Grande do Sul apresentou um crescimento do número de turistas de 29,29%, no período 1998-2001, muito superior ao do Brasil e dos outros estados da Região do Prodetur Sul, devido principalmente ao turismo doméstico que cresceu 56%, com uma taxa de 16,10% a.a., participando com 75% do total doméstico/internacional. A participação de turistas de outros estados cresceu de 29,4% para 40%. Destaca-se o Estado de São Paulo como o maior emissor, seguido de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná. O gasto *per capita* reduziu-se, no mesmo período, ficando abaixo da média brasileira em 2001.

Os meios de hospedagem utilizados por turistas provenientes da Região Sul (que correspondem à maioria no RS) ainda apresentam elevada participação de utilização de casa de parentes e amigos.

Em relação ao crescimento dos turistas de fora do RS, destaca-se o Estado de São Paulo como o maior emissor, seguido de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná. Como consequência, o turismo de fora do Estado, seja nacional

ou estrangeiro, contribui com mais da metade do fluxo no RS, com tendência de crescimento maior que o do próprio Estado.

O Rio Grande do Sul está-se transformando de mercado emissor em um destino turístico, analisando-se os dados da pesquisa FIPE/Embratur relativos ao mercado doméstico.



Verificou-se a dificuldade de estimar o número de turistas na Área Prioritária a partir de informações da ABIH e FIPE. A Área Prioritária, conforme estimativas apresentadas, caracteriza-se por um número de 1,8 milhões turistas em 2001. Desses, 491.144 eram internacionais; 1.356.170, nacionais, e considerou-se que a composição de turistas nacionais oriundos de fora do Estado e do próprio Rio Grande do Sul acompanhasse a estrutura da Pesquisa FIPE/Embratur, com 40% e 60%, respectivamente.

Quanto ao turismo internacional, houve redução do número de turistas no ano de 2001 no Brasil e especialmente no RS, devido à crise da Argentina, que é o principal emissor, seguido do Uruguai e Paraguai. Mesmo assim, o RS é o terceiro portão de entrada de turistas, atrás de SP e RJ.

O gasto *per capita* do turismo estrangeiro é muito menor no RS, além de ser proveniente principalmente de países com menor renda anual. Também a permanência média maior é dos países mais distantes. No destino RS o turista estrangeiro tem permanência média de 3,62 dias, enquanto a média do Brasil é de

13,6. Observa-se um crescimento do turismo de negócios, congressos e outros, em detrimento do turismo de lazer.

No que se refere à oferta hoteleira na Área Prioritária, apresenta taxa de ocupação estimada entre 57% e 59%, com sazonalidade bem demarcada. Constata-se que apenas quatro municípios: Gramado, Caxias do Sul, Canela e Bento Gonçalves participam com 82,4% da capacidade instalada na Área e 19,87% do total do Estado.

Os municípios de Bento Gonçalves (67%), Cambará do Sul (67%), Gramado (62%) e Nova Petrópolis (62%) apresentam as mais elevadas taxas de ocupação da rede hoteleira. Mesmo assim não muito superior à média do conjunto da Área (59,8%).

Os investimentos realizados pela iniciativa privada, nos últimos 5 anos, ampliaram a oferta de leitos e equipamentos, gerando uma capacidade instalada significativamente à frente da demanda. Num contexto de planejamento turístico, isso habilita a Área a concorrer com outros pólos receptores de eventos. Todavia, nessa concorrência, ela fica em desvantagem quando se comparam os **fatores tempo de deslocamento e acessibilidade**.

Quanto à capacidade profissional para o turismo, há uma crescente demanda em formação e treinamento de recursos humanos. A presença consolidada e reconhecida de universidades, escolas técnicas, associações e entidades empresariais garante o atendimento da qualificação profissional. Uma maior eficiência identificada para o atingimento dos objetivos do Prodetur Sul/RS seria buscar ações articuladas e definidas num **programa regional de capacitação** que, mediante monitoramento, identificasse carências e oportunidades, redirecionando esforços.

No que tange à gestão do turismo, a Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer - SETUR, não possui uma estrutura compatível com seus objetivos estratégicos. Outra restrição é que não há sistematização de informações estatísticas sobre a economia do turismo, nem pesquisas sistemáticas sobre o perfil e fluxo turístico. As ações municipais não são articuladas entre as regiões. As secretarias municipais de turismo são frágeis, não apresentando uma capacidade administrativa compatível com a importância do turismo em suas localidades.

No entendimento da iniciativa privada, a acessibilidade da Área e **baixas condições de trafegabilidade aos atrativos**, principalmente em Cambará do Sul e São José dos Ausentes, constituem-se em um problema fundamental. A **redução do número de aeronaves e racionalização dos horários**, que vem sendo promovida pelas companhias áreas, diminuem a flexibilidade de montagem de pacotes turísticos, levando à perda de clientes potenciais e à baixa taxa de ocupação. Os setores mais atingidos são os de eventos e negócios, pois, ao percurso aéreo até Porto Alegre, soma-se o deslocamento rodoviário, com duração média de 2 horas, até os principais receptores: Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Gramado.

Outro problema identificado pelos empresários locais é o **elevado custo de divulgação dos produtos turísticos**. Os programas de divulgação são onerosos para os pequenos empresários do setor, uma vez que não há programas de promoção do produto final de forma integrada e sistematizada. Além disso, nos municípios dos Aparados da Serra, não **há comercialização eficiente dos produtos turísticos**; em parte pelo desconhecimento de sua atratividade natural pelos grandes mercados emissores e, também, pela dificuldade de acesso.

PROPOSTA

Uma das principais ações a ser executada pelo Prodetur Sul/RS será um trabalho de captação junto aos mercados emissores, com vistas a aumentar o fluxo de turistas na Área Prioritária. Além da ampliação dos mercados emissores, deve ser buscada a diversificação do tipo de turista. Para concretizar os objetivos para a Área Prioritária, uma das ações fundamentais será a elaboração de um plano de *marketing*.

De forma sintética, verifica-se que a projeção da demanda turística foi elaborada considerando um cenário macroeconômico favorável para o País e para o mercado turístico internacional, melhorando os fluxos dos turistas de fora, a taxa média de ocupação dos hotéis, os gastos totais médios e a carga fiscal na Área Prioritária.

Com isso, espera-se chegar, até 2015, a um incremento de 1,8 milhão turistas nacionais e internacionais. Ainda, considerando-se as metas propostas, projetou-se que, com o desenvolvimento da atividade turística, ocorra um incremento de 6.537 no número de unidades de hospedagem até 2015, com um aumento do emprego direto em 13 mil até 2015.

A meta proposta é que a taxa de ocupação em hotéis também cresça para os turistas nacionais e internacionais. Espera-se que esse aumento seja acompanhado com aumento do gasto turístico *per capita*. Novos produtos e pacotes de comercialização devem ser lançados visando integrar o eixo Canela-Gramado com os atrativos dos Campos de Cima da Serra.

Da mesma forma, o incremento previsto da renda turística até 2015 será de R\$ 1,4 bilhão no cenário com Prodetur Sul/RS, não se considerando o efeito multiplicador da renda do turismo. Projeta-se um ganho fiscal da ordem de R\$ 407 milhões para a economia pública, até 2015, decorrente da expansão da atividade turística.

A partir da estimativa de novas unidades de hospedagem geradas com incremento do turismo, projeta-se que os investimentos privados alcançarão R\$ 130 milhões até 2015.

Estratégias de Desenvolvimento Turístico da Área Prioritária

Diante da análise das relações entre oportunidades, ameaças, potencialidades e restrições expressas na matriz SWOT, a estratégia turística para a Área Prioritária da Serra consubstancia-se em:

Captar novos segmentos de mercado, em especial de turistas de fora do Estado, através de um composto mercadológico capaz de aumentar o valor turístico do destino SERRA, criando capacidades produtivas especializadas, dentro da Área Prioritária, reduzindo a sazonalidade e contribuindo para seu desenvolvimento sustentável, por meio da geração de divisas, emprego e renda.

O valor turístico será alcançado pela estruturação de um *cluster*, aproveitando os atrativos com destacado diferencial turístico, dotando-os de infraestrutura, equipamentos e serviços de qualidade, com excelência gerencial, de forma a apresentá-los aos distintos mercados consumidores de turismo como produto acabado, com tarifas diferenciadas.

As pré-condições históricas, culturais, empresariais e institucionais são favoráveis à formação de um *cluster*. O modelo de turismo desenvolvido na Serra tem alta correlação com as cadeias produtivas locais e com a cultura historicamente constituída.

Para alcançar-se essa estratégia, é preciso reconhecer a necessidade de ampliarem-se as alternativas turísticas para os visitantes da Área, possibilitando o aumento do tempo de permanência dos mesmos e, por conseqüência, o gasto turístico nessa região.

Assim, **a estratégia adotada compreende o melhor aproveitamento das potencialidades da Área Prioritária, com sua diversidade de atrativos; e, por conseqüência, da possibilidade de complementaridade dos mesmos, através das seguintes considerações extraídas do diagnóstico.**

- Gramado e Canela são municípios com marca consolidada nacionalmente.

- O entorno de Bento Gonçalves e Garibaldi está vivendo um crescente fluxo de turistas oriundos do próprio Estado. Os turistas de fora, em sua maioria, vêm em excursões que fazem parte de pacotes destinados a Gramado e Canela. Caxias do Sul, diferentemente, caracteriza-se por um turismo de negócios, fruto de sua economia industrial de abrangência nacional e internacional.
- Constata-se a enorme potencialidade dos Aparados da Serra como produto diferenciado ainda muito pouco explorado.
- A constatação de tais fatos permite uma ponderação acerca das possibilidades de haver uma ação integrada entre os poderes públicos, terceiro setor e iniciativa privada.
- A condução do processo de implementação do PDITS tem em vista a obtenção de resultados concretos para todo o conjunto da sociedade, de forma sustentável, em seu mais amplo sentido.

Ao mesmo tempo, dentro da concepção de desenvolvimento sustentável, é preciso, por parte dos destinos turísticos, lançar mão de ferramentas que possam atrair um número crescente de visitantes, a fim de movimentar sua economia e torná-los institucionalmente conhecidos, dentro das diretrizes estabelecidas no planejamento.

- Estratégias Específicas

As **estratégias específicas** estão **assentadas no objetivo de captar novos segmentos de mercado** por meio da expansão da atratividade de Gramado-Canela, Bento Gonçalves-Caxias do Sul e Campos de Cima da Serra, criando um valor turístico maior em magnitude e amplitude dentro das seguintes estratégias específicas.

- **Estratégias de Mercado e de Marketing**

- **Conhecer melhor o turista internacional** que visita a Área, através de uma **pesquisa direta** junto aos principais atrativos e hotéis das cidades da Serra.
- Estimular a **expansão** da visitação turística nos **segmentos de lazer e congressos/convenções**.
- **Desenvolver os segmentos de ecoturismo e turismo rural** através do potencial dos **Aparados da Serra**.
- **Realizar exposição permanente** sobre a **Área Prioritária**, com o uso intensivo da **mídia estadual e nacional**.
- Utilizar marketing eletrônico e **criar o Portal da Área Prioritária**.

- **Estratégias de Produto**

- Ampliar a **qualificação profissional** dos fornecedores de produtos e serviços turísticos.
- Formatar o **produto cânions nos Aparados da Serra**, dotando-o da **infra-estrutura turística necessária** para a visitação e hospedagem nas proximidades.
- Implantar **medidas de proteção ambiental** para os Aparados da Serra, de forma a transformá-los em produto turístico sustentável.

- **Estratégias de Integração Turística**

- Desenvolver novos roteiros integrados entre o entorno de Gramado e os Aparados da Serra.
- Consolidar os roteiros Gramado/Canela com região da uva e vinho, liderados por Bento Gonçalves.
- Desenvolver ações municipais integradas quanto ao receptivo turístico, dando ênfase às informações ao turista.

- Desenvolver ações integradas das esferas estadual e municipal com o terceiro setor e iniciativa privada, de forma a fortalecer a identidade cultural e local/regional.

- **Estratégias de Suporte ao Turismo**

- Intensificar a promoção do destino Serra no Estado de São Paulo, por ser o maior emissor, seguido de Santa Catarina e Rio de Janeiro.
- Aproveitar o momento em que os Campos de Cima da Serra foram o palco de uma minissérie com ampla audiência em todo o País para lançar um plano de marketing no Brasil, salientando as ações que o Estado pretende implementar na Área Prioritária.
- Proporcionar a facilitação dos deslocamentos dos turistas de fora do Estado para a Área; da mesma forma, internamente, para os atrativos.

- **Estratégias de Sustentabilidade**

- Promover a apropriação, pela população local, dos benefícios gerados pelo Programa.
- Conscientizar a comunidade para a importância da conservação dos seus valores culturais e ambientais.
- Consolidar o cluster turístico.
- Inserir as populações locais na cadeia produtiva do turismo.
- Garantir condições adequadas de saneamento nas áreas turísticas.

LISTA DE SIGLAS

ABIH	Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
APA	Área de Proteção Ambiental
ATUASERRA	Associação de Turismo da Região da Uva e do Vinho
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CERAN	Complexo Energético Rio das Antas
CERBMA/RS	Comitê Estadual da Reserva da Mata Atlântica
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CORSAN	Companhia Rio-Grandense de Saneamento
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DAP	Departamento Aeroportuário
DEFAP	Departamento Estadual de Florestas e Áreas Protegidas
DNIT	Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre
DRH	Departamento de Recursos Hídricos
DRNR	Departamento de Recursos Naturais Renováveis
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ETE	Estação de Tratamento de Esgotos
FDRH	Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FPM	Fundo de Participação de Municípios
FUNDOPIMES	Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social
FZB	Fundação Zoobotânica do RS

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Arquetetônico do Estado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Arquetetônico Nacional
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IPTU	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana
IQA	Índice da Qualidade da Água
ISMA	Índice Social Municipal Ampliado
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
KFW	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i> (Banco Alemão para Reconstrução)
LI	Licença de Instalação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LO	Licença de Operação
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Licença Prévia
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MATRIZ SWOT	Matriz de Oportunidades e Ameaças e Pontos Fortes e Fracos
MET	Ministério de Esporte e Turismo
METROPLAN	Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
OMT	Organização Mundial do Turismo
PAT	Perfil da Área Turística
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDITS SERRA	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Área Prioritária da Serra
PESQUISA OD	Pesquisa de Tráfego Origem/Destino
PIB	Produto Interno Bruto

PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
PRODETUR SUL	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RBMA/RS	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica/RS
RGE	Rio Grande Energia
RS	Estado do Rio Grande do Sul
RST	Rodovia Estadual Transitória
SAA	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SAMAE	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
SCP	Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento
SCDR	Secretaria de Estado de Combate às Desigualdades Regionais
SE	Secretaria de Estado da Educação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SEDAC	Secretaria de Estado da Cultura
SEDAI	Secretaria de Estado do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEHADUR	Secretaria de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SESCINC	Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio
SHRBS	Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Ambiental
SISEPRA	Sistema Estadual de Proteção Ambiental
SOPS	Secretaria de Estado das Obras Públicas e Saneamento
ST	Secretaria de Estado dos Transportes
STCAS	Secretaria de Estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social

SETUR	Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i> (Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades, Ameaças)
TCE	Tribunal de Contas do Estado
UC	Unidade de Conservação
UCE	Unidade Coordenadora Estadual do Prodetur Sul
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UH	Unidade de Hospedagem
UHE	Unidade Hídrica Estadual
UICN	União Mundial para a Natureza
VAB	Valor Adicionado Bruto
VDM	Volume Diário Médio de Tráfego

1 SÍNTESE DO PAT

- A Área Turística

Há mais de trinta anos, o núcleo da Serra Gaúcha, representado por Gramado e Canela, iniciou programas de atração de turistas. Essa tarefa foi facilitada pela beleza das paisagens, clima frio e riqueza cultural da região, cujos habitantes são descendentes de italianos e alemães que preservam suas tradições. A 70 km desse núcleo está outra área que exerce grande atração turística. Tendo como centro os municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves, a área é de colonização italiana e grande produtora de vinhos. Tendo se consolidado com turismo de negócios, mais recentemente tem visto crescer seu turismo de lazer, especialmente ligado à visitação a vinícolas e cantinas, onde é possível degustar os bons vinhos produzidos no local e desfrutar as delícias da culinária italiana. Próximo a esses pólos já consolidados, existe um núcleo emergente de atração turística: os Aparados da Serra, uma formação geológica de grande beleza largamente explorada pelo seriado “A Casa das Sete Mulheres”. Nessa área, a mais fria do Brasil, estão preservadas as autênticas tradições gaúchas, como o fogo de chão, a roda de chimarrão e as lides campeiras.

A área turística do Prodetur Sul/RS engloba todo esse conjunto de atrativos, situados nos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi, Farroupilha, Nova Petrópolis, Gramado, Canela, Jaquirana, São Francisco de Paula, Bom Jesus, São José dos Ausentes, Cambará do Sul e Flores da Cunha.

Anteriormente, além dos limites do Rio Grande do Sul, integravam também a área os municípios catarinenses de Lages, São Joaquim e Bom Jardim da Serra. Esses municípios catarinenses também se localizam nos Aparados da Serra, apresentando continuidade territorial e características semelhantes de relevo e de cultura aos municípios gaúchos de Bom Jesus, São José dos Ausentes, Cambará do Sul e São Francisco de Paula. No decorrer dos trabalhos, no entanto, os municípios de Santa Catarina foram retirados da amostra do

Prodetur Sul/RS por dificuldades operacionais na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo. Isso não impede, no entanto, que sejam implementadas ações conjuntas, visando o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo na região.

- Perfil do Turismo na Área

Na ocasião em que o PAT foi apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, em setembro de 2002, haviam sido utilizados dados de pesquisa elaborada pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) em 1996. Recentemente, a equipe do RS teve acesso a pesquisas de 1998 e 2001, desenvolvidas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) contratada pela Embratur. De acordo com a pesquisa FIPE de 2001, viajaram ao Rio Grande do Sul, no ano 2000, 3,2 milhões de turistas, sendo 2,4 milhões nacionais e 806 mil internacionais. Dos turistas nacionais, 1,4 milhão eram do próprio Estado (60%), e 975 mil de fora do Estado.

Comparando-se ao ano de 1998, houve um crescimento de aproximadamente 10% do turismo originado no próprio RS, um crescimento de 28,6% do proveniente de outros estados e um decréscimo de aproximadamente 5% dos turistas internacionais.

Quanto ao perfil do turismo na Área Prioritária, a pesquisa realizada pela UCS indica a existência de sazonalidade do fluxo turístico da área, apresentando como período de alta temporada os meses de julho e dezembro, quando a média da ocupação hoteleira chega a 84%. Durante os meses restantes, média semelhante de ocupação é atingida nos finais de semana. Nos demais períodos do ano, a ocupação média é de 54% nos finais de semana e de 19% nos dias restantes.

Dentre os turistas provenientes de outros estados, Santa Catarina e Paraná contribuem com 65%, e a Região Sudeste, com 27%. Quanto à faixa etária e ao sexo dos entrevistados, nota-se que a grande maioria, 60%, enquadra-se na faixa de 30 a 50 anos.

No que se refere às atividades exercidas pelos turistas, constatou-se que 48% são profissionais liberais; 10%, funcionários públicos; e os 42% restantes diluem-se em inúmeras outras atividades.

Com uma renda média mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), 72% dos turistas visitam a região até três vezes ao ano, e 74% têm como motivo principal da viagem o turismo, tendo destacado os atrativos turísticos (44%), os atrativos naturais (36%) e o fator climático (16%) como motivadores da viagem.

Viajando em grupos de até três pessoas, permanecem na região de três a sete dias e gastam, em média, R\$ 97,00 (noventa e sete reais) por pessoa/dia. A grande maioria, 73%, utiliza o automóvel como meio de transporte, e 82% hospeda-se em hotéis ou similares.

Pesquisa de avaliação de satisfação feita com esses turistas alcança média de 7,9 pontos, em uma escala de zero a dez. Dentre os aspectos que desagradam o turista, foram citadas as estradas, os atrativos noturnos e os preços. Dentre os que agradam, foram destacados os atrativos naturais, o clima e a arquitetura.

Como pôde ser visto, embora a região já conte com turismo consolidado em algumas áreas, o número de turistas recebido não é compatível, apresentando forte sazonalidade e baixo tempo de permanência. Dessa forma, exceto nos meses de julho e dezembro e nos finais de semana, a ocupação hoteleira é muito baixa. O objetivo estratégico do Prodetur Sul/RS é incrementar o número de turistas de fora do Estado e oferecer opções de roteiros integrados que estimulem maior permanência na região. Isso fará com que diminuam os efeitos da sazonalidade (turistas que vêm de distâncias maiores costumam permanecer por mais tempo) e aumente a receita turística para a região.

- Estratégias de Desenvolvimento Turístico para a Região

Para atingir o objetivo de atrair maior número de turistas de fora do Estado, foi montada uma estratégia que se assenta nos elementos a seguir.

- Proteção do meio ambiente como forma de manter a integridade dos atrativos naturais.

- Melhoria da acessibilidade, de modo a reduzir os tempos de deslocamento dos mercados emissores até a Serra e entre os atrativos.
- Qualificação e diversificação dos produtos e serviços ofertados, com roteiros que aproveitem sua complementaridade e propiciem um maior tempo de permanência.
- Promoção do turismo da Serra junto aos mercados emissores.
- Aumento da competência institucional para a gestão do turismo.

As ações a serem implementadas devem ser pautadas pela minimização da intervenção nas paisagens naturais e pela conservação das condições naturais e culturais da área, garantindo a sustentabilidade do turismo na região. As principais linhas de ação propostas são as que seguem.

- Captar novos segmentos de demanda.
- Expandir a visitação turística nos segmentos de lazer, incluindo compras.
- Incrementar a captação de eventos nos períodos de baixa temporada.
- Ampliar a qualificação profissional dos fornecedores de produtos e serviços aos prestadores de serviços turísticos.
- Promover o fortalecimento institucional e legal dos municípios envolvidos.
- Disponibilizar linhas de crédito a empreendedores que desejam investir no setor turístico da região.
- Fortalecer a consciência regional da população local em relação ao turismo.
- Adequar a infra-estrutura pública de modo a trazer mais conforto para os turistas.
- Implantar o sistema permanente de acompanhamento do fluxo turístico.

2 DIAGNÓSTICO

2.1 Características Básicas da Área Prioritária

A **Área Prioritária** compreende produtos turísticos com fluxo turístico consolidado, situados na denominada Serra Gaúcha, e um conjunto de atrativos em estágio inicial de desenvolvimento turístico, situados nos Campos de Cima da Serra. Mesmo com características socioeconômicas diferenciadas, como será visto no decorrer da caracterização, a área definida tem complementaridade interna, na medida em que a qualificação dos atrativos, localizados em espaço próximo ao de turismo consolidado, contribui para o aumento da oferta de produtos. Essa complementaridade é hoje estrategicamente pouco explorada para fins de desenvolvimento do turismo, cuja sustentabilidade reforça a necessidade de superação das dificuldades de integração e sinergia do processo.

A Área Prioritária tem abrangência definida pelo limite dos seguintes municípios do Rio Grande do Sul: Gramado, Canela, Nova Petrópolis, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Antônio Prado, Bom Jesus, São José dos Ausentes, Jaquirana, Cambará do Sul e São Francisco de Paula.

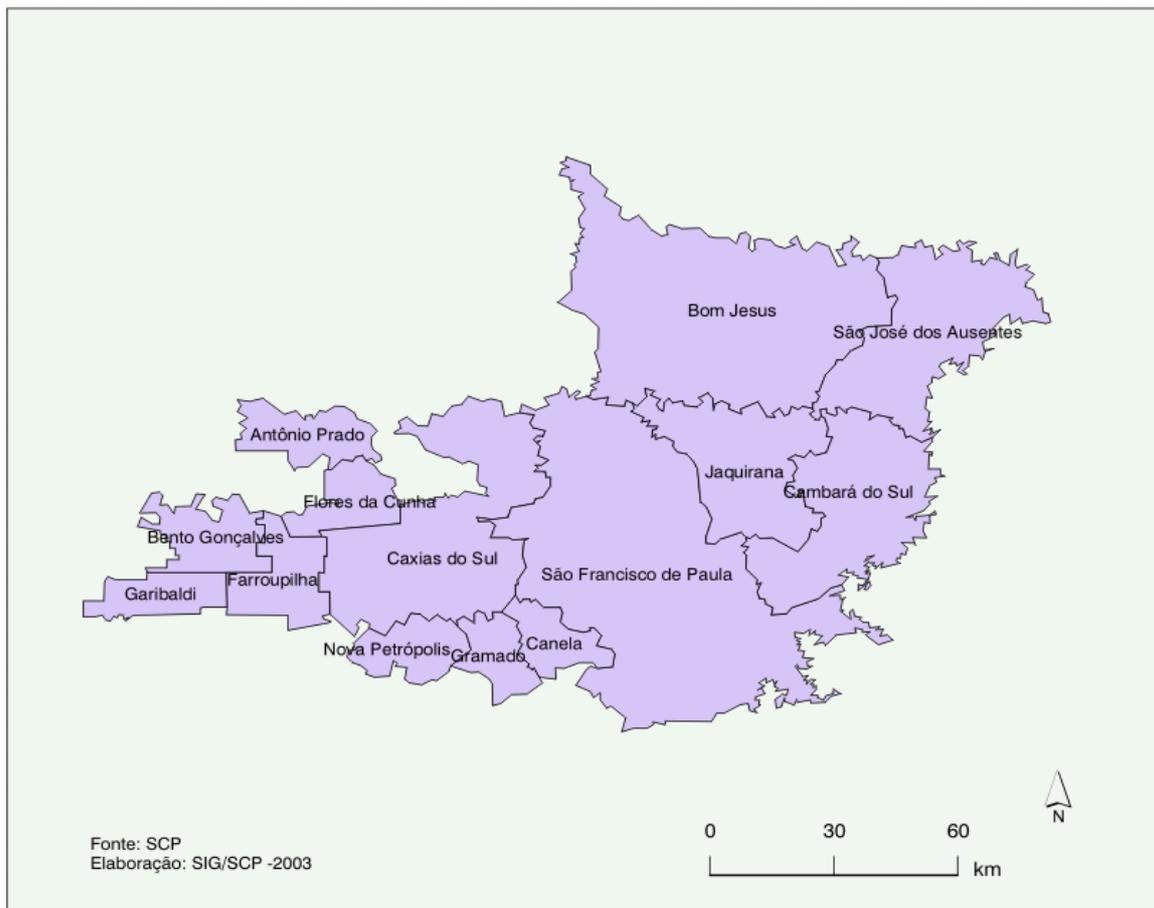
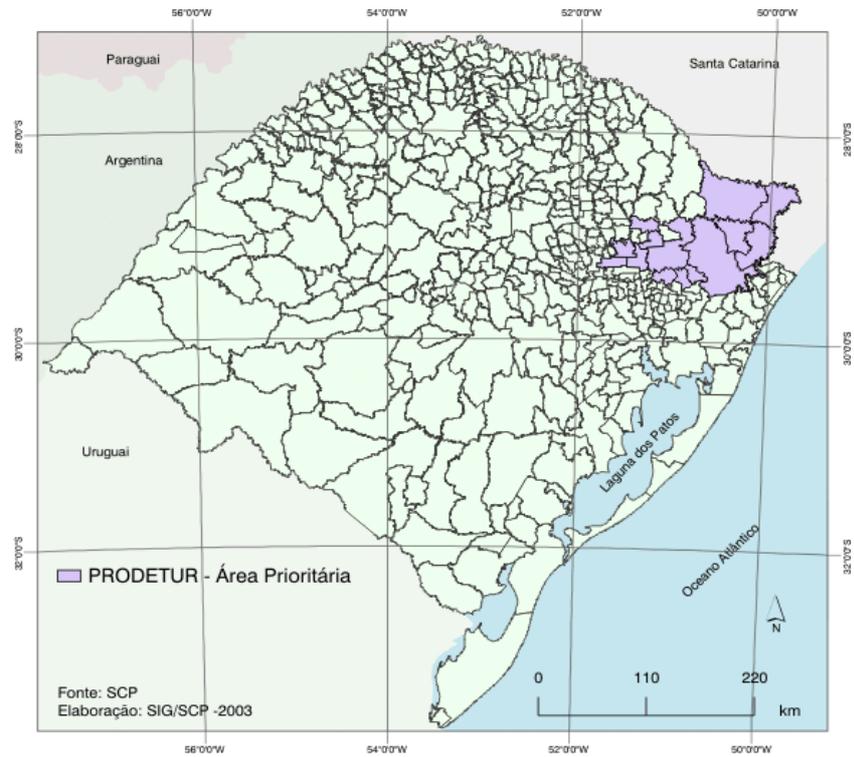
Figura 1 - Localização da Área Prioritária no território brasileiro



2.1.1. Localização da Área Prioritária

A Área Prioritária representa 4,71% da área total do Rio Grande do Sul, abrangendo 13.263,5 km².

Figura 2 - Localização da Área Prioritária



O eixo central da Área compreende a Serra Gaúcha, produto turístico de lazer mais conhecido do Estado do Rio Grande do Sul, representada pelos municípios de Gramado, Canela, Caxias do Sul e Bento Gonçalves, principais expoentes, onde se destacam os eventos de porte internacional, a gastronomia e as vinícolas com produtos de qualidade comprovada.

A partir desse eixo, a Nordeste de Caxias do Sul, situam-se os Campos de Cima da Serra, onde há cinco municípios, sendo que Bom Jesus, São José dos Ausentes, Cambará do Sul e São Francisco de Paula fazem limite com o Estado de Santa Catarina e, também, com uma pequena faixa da região litorânea do Rio Grande do Sul. Esses municípios, juntamente com Jaquirana, detêm 69,4% do total da Área e destacam-se pela importância dos atrativos ali localizados, representados pelas Unidades de Conservação, tais como os Parques Nacionais e Estaduais, Reservas Biológicas, Estação Ecológica e Área de Proteção Ambiental (APA).

A noroeste de Caxias do Sul, localizam-se cidades que tiveram origem com a colonização italiana e conservam até hoje os costumes, tradições e arquitetura da época, como Flores da Cunha, Antônio Prado, Farroupilha e Garibaldi.

Entre Porto Alegre e Caxias do Sul, no eixo central da Área Prioritária, contígua aos municípios de Gramado e Canela, seguindo pela rodovia estadual RS/235, está Nova Petrópolis, cidade com forte influência da cultura alemã, onde predomina o comércio de couros e malhas, para o qual a cidade é voltada.

2.1.2. Acessibilidade

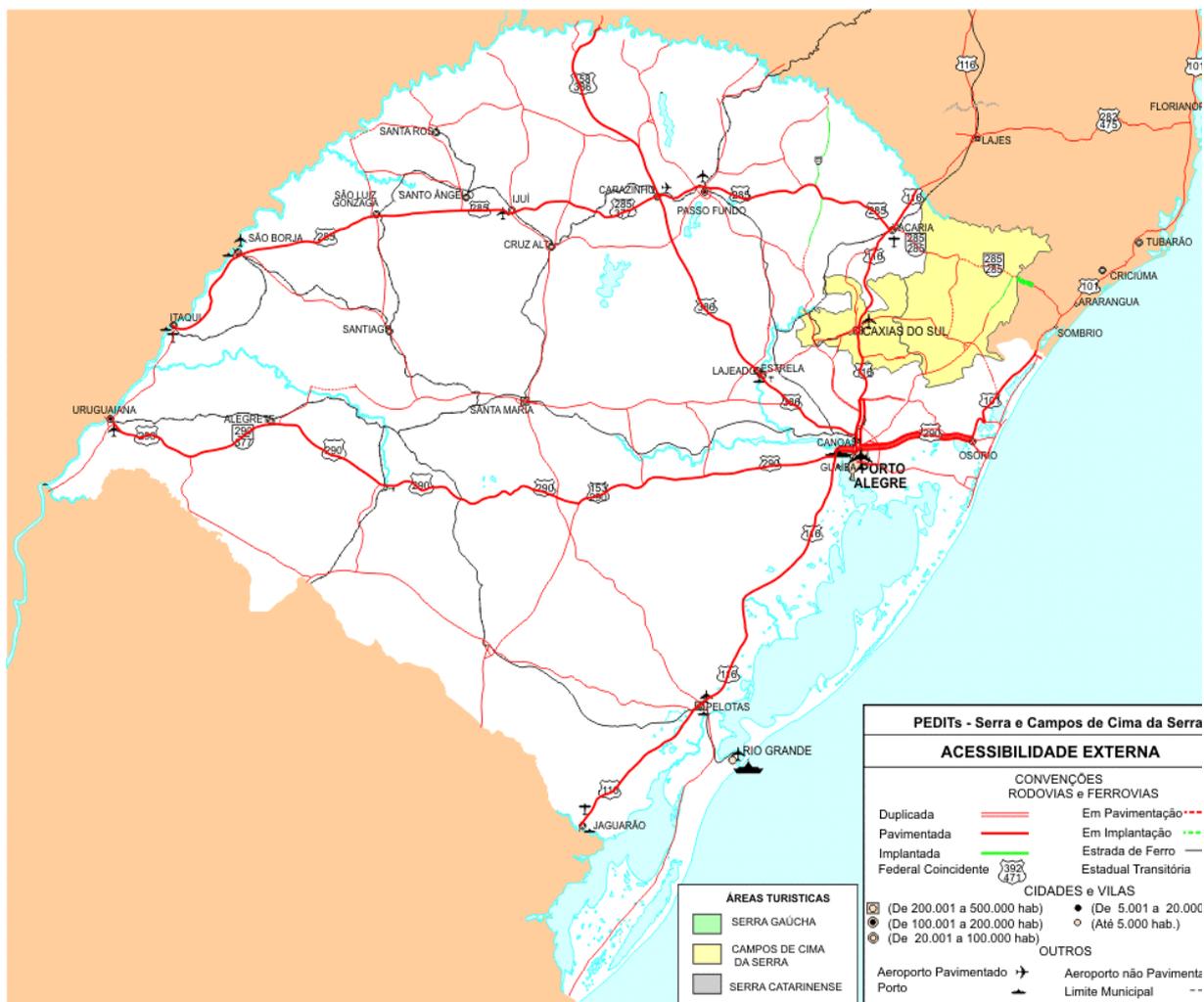
O acesso à área definida como prioritária é feito na sua maior parte aproveitando-se a infra-estrutura rodoviária e aeroviária.

- Acessibilidade por via rodoviária

A acessibilidade externa é feita basicamente pelas rodovias federais já implantadas. Quem se desloca no sentido norte-sul ou sul-norte, vindo,

respectivamente do centro do País ou do Uruguai, pode utilizar as rodovias BR/116 ou BR/101.

Figura 3 - Acessibilidade externa



A **BR/116** constitui-se em uma rodovia de integração nacional com início no Estado do Ceará, cruzando as regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil, até chegar à divisa com o Uruguai, na cidade de Jaguarão.

No segmento gaúcho, a BR/116 encontra-se pavimentada em toda a sua extensão. Nos trechos do Quadro 1, essa rodovia está concedida à iniciativa privada, que a opera através da cobrança de pedágios. Dessa maneira, a concessionária é responsável por sua manutenção em condições adequadas. O único item não previsto, e que está a merecer um incremento, é a sinalização turística.

Quadro 1 - Trechos concedidos e valor das tarifas

BR/116 – Segmentos Pedagiados	Valor das Tarifas
- BR/116, trecho Divisa RS/SC – Vacaria – Caxias do Sul – Nova Petrópolis (166km)	Veículos de passeio: R\$ 3,30 Ônibus com 2 eixos: R\$ 4,30
- BR/116, trecho Guaíba – Camaquã (98km)	Ônibus com 3 eixos: R\$ 6,50

Fonte: DAER

O volume diário médio (VDM) da rodovia varia de 2.728 veículos na divisa com Santa Catarina a 11.544 na zona urbana de Caxias do Sul.

Na passagem pela Região Metropolitana de Porto Alegre, onde a rodovia foi duplicada com ruas laterais, o tráfego chega a cerca de 100.000 veículos/dia, ocasionando engarrafamentos e aumentando o tempo de percurso de Porto Alegre à área turística prioritária durante os horários de pico.

A **BR/101** também liga as regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Pelo fato de estar duplicada desde São Paulo até Florianópolis e estender-se sobre regiões de topografia mais plana, constitui-se em um acesso com melhores condições de conforto e segurança. O segmento Florianópolis-Osório está saturado, justificando-se o clamor da comunidade para que o DNIT acelere a licitação das obras de sua duplicação.

Apesar de não cruzar diretamente pela Área Prioritária, a BR/101 permite seu acesso através de rodovias transversais como a BR/285 e a RS/486 (Rota-do-Sol). Na Região da Serra Catarinense, pode ser utilizada a SC/438, que liga a BR/101, em Tubarão, com a BR/116, em Lages.

Para quem viaja no sentido leste-oeste, vindo da divisa com a Argentina, as rodovias mais utilizadas são a BR/285 e BR/290.

A **BR/285** tem início na cidade de São Borja, na divisa com a Argentina, cruzando o Estado no sentido leste-oeste até chegar à divisa RS/SC, onde, após cruzar a Serra da Rocinha, liga-se à BR/101 nas proximidades da cidade de Araranguá.

Atualmente a BR/285 encontra-se em más condições pelo fato de o DNIT haver interrompido as atividades de conservação. Somente o segmento Vacaria-Lagoa Vermelha (59km), operado por concessionária, encontra-se em

boas condições. Mesmo nesse trecho, há a necessidade de intensificar-se a sinalização turística.

A rodovia **BR/290** liga a cidade de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, à Região Metropolitana de Porto Alegre e, na seqüência, à cidade de Osório, onde interliga-se à BR/101. Apesar de situar-se fora da Área Prioritária, essa rodovia tem sua importância ressaltada pelo fato de ser a principal rota de entrada dos turistas argentinos que vêm ao Brasil.

A exemplo da BR/285, parte acha-se entregue à iniciativa privada. Os trechos concedidos à administração privada estão indicados no Quadro 2.

Quadro 2 - Segmentos concedidos e valor das tarifas

BR/290 – Segmentos Pedagiados	Valor das Tarifas	
BR/290, trecho Osório – Porto Alegre – Eldorado do Sul (112km): Concessionária CONCEPA	Veículos de passeio:	R\$ 3,70
	Ônibus com 2 eixos:	R\$ 7,40
	Ônibus com 3 eixos:	R\$ 11,10
BR/290, trecho Eldorado do Sul – Pantano Grande – Entroncamento BR/153 (205km): Concessionária METROVIAS	Veículos de passeio:	R\$ 3,30
	Ônibus com 2 eixos:	R\$ 4,30
	Ônibus com 3 eixos:	R\$ 6,50

Fonte: DAER

Os segmentos não-concedidos encontram-se em más condições devido à falta de conservação pelo órgão responsável.

A **BR/386** propicia a ligação da Região Metropolitana de Porto Alegre à região Oeste dos estados de Santa Catarina e Paraná.

O trecho inicial da rodovia (Canoas-Tabaí) e a travessia urbana de Lajeado foram duplicados. O restante da rodovia tem pista simples.

A exemplo da BR/285, parte dela está entregue à iniciativa privada. Os segmentos entregues à administração privada estão indicados no Quadro 3.

Quadro 3 - Segmentos concedidos e valor das tarifas

BR/386 – Segmentos Pedagiados	Valor das Tarifas	
BR/386, trecho Tabaí – Lajeado – Soledade – Carazinho – Sarandi (250km)	Veículos de passeio:	R\$ 3,30
	Ônibus com 2 eixos:	R\$ 4,30
	Ônibus com 3 eixos:	R\$ 6,50

Fonte: DAER

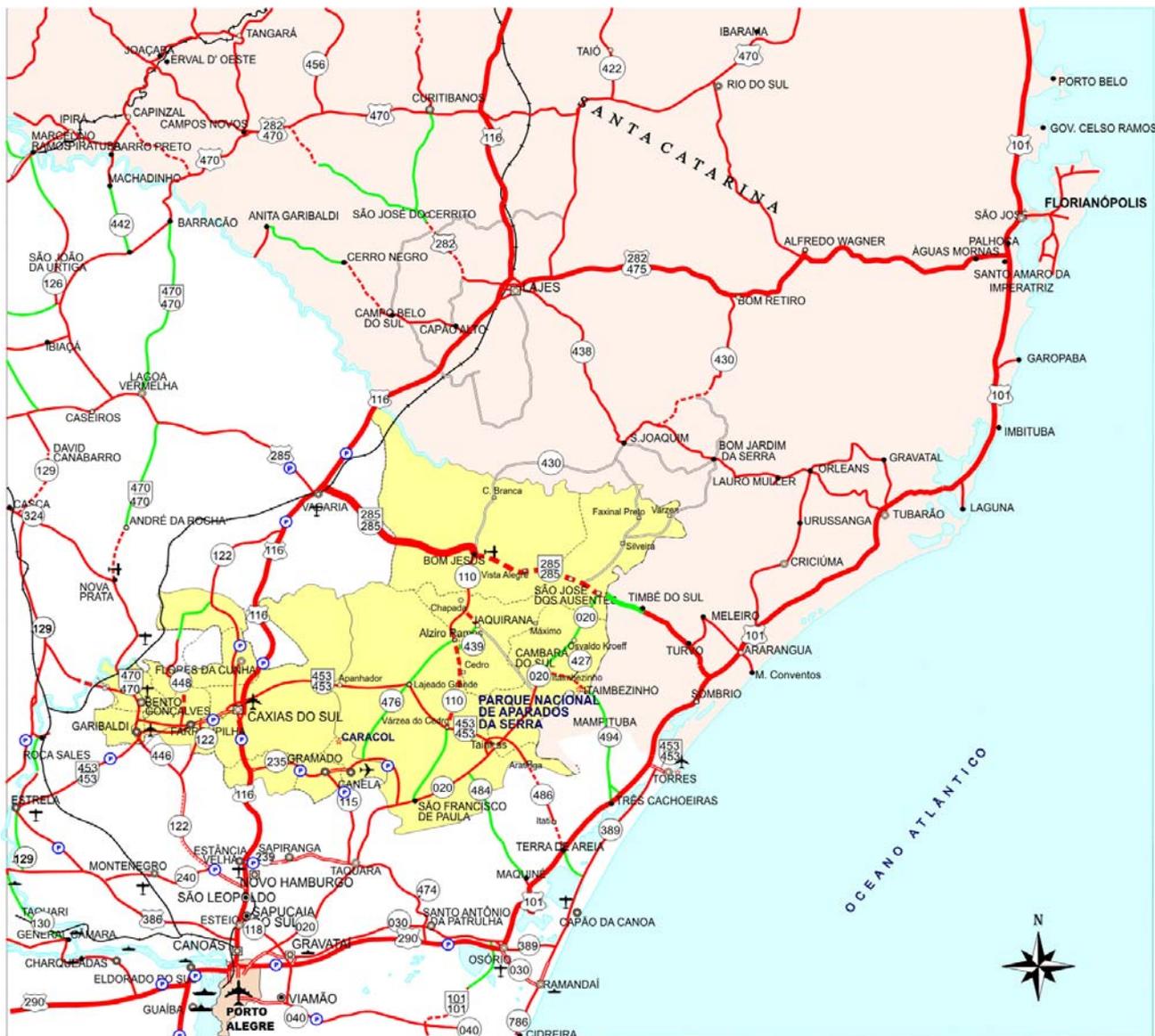
O segmento Sarandi-Divisa RS/SC apresenta péssimas condições devido à falta de conservação, necessitando restauração urgente.

Mantendo-se as rodovias federais descritas em boas condições e adequadamente sinalizadas, a acessibilidade externa à Área Prioritária pode ser considerada boa.

A acessibilidade interna na área da Serra Gaúcha e Campos de Cima da Serra é feita por rodovias estaduais, que se interligam à malha de rodovias federais existente.

As rodovias mais utilizadas para acessar os pontos de interesse turístico da Região da Serra e Campos de Cima da Serra são a RS/020, a RST/453, complementada pela RS/486, a RS/115, complementada pela RS/239, a RS/122, a RS/235 e a RST/470.

Figura 4 - Mapa da acessibilidade interna



PDITS – SERRA GAÚCHA	
ACESSIBILIDADE RODOVIÁRIA	
CONVENÇÕES RODOVIAS e FERROVIAS	
Duplicada	Em Pavimentação
Pavimentada	Em Implantação
Implantada	Estrada de Ferro
Federal Coincidente	Estadual Transitória
CIDADES e VILAS	
(De 200.001 a 500.000 hab.)	(De 5.001 a 20.000 hab.)
(De 100.001 a 200.000 hab.)	(Até 5.000 hab.)
(De 20.001 a 100.000 hab.)	
OUTROS	
Aeroporto Pavimentado	Aeroporto não Pavimentado
Porto	Limite Municipal

A RS/020 liga a Região Metropolitana de Porto Alegre a São José dos Ausentes na divisa RS/SC, passando por São Francisco de Paula e Cambará do Sul. Encontra-se pavimentada até a cidade de Cambará do Sul. Desse ponto até São José dos Ausentes, na divisa com Santa Catarina, a rodovia está implantada, apresentando revestimento primário com basalto decomposto. O trecho pavimentado apresenta boas condições, necessitando apenas melhorar a sinalização, especialmente a turística.

Em São Francisco de Paula e Cambará do Sul, a rodovia estende-se por dentro da zona urbana das cidades.

Para permitir o acesso a São José dos Ausentes por via pavimentada é necessário fazer a implantação definitiva e pavimentação da rodovia a partir de Cambará do Sul.

A união das **RST/453 e RS/486** constitui a chamada “Rota-do-Sol”, que corta a região prioritária desde Lajeado até o litoral do Estado. Ao longo de seu percurso, essa rodovia interliga a BR/386 (em Lajeado) com a RST/470 (em Bento Gonçalves) e a BR/116 (em Caxias do Sul) com a BR/101 (em Terra de Areia). Na travessia de Caxias do Sul, observam-se problemas de ocupação irregular da faixa de domínio com favelas. A Prefeitura daquela cidade tem tentado retirar os moradores das mesmas.

O único segmento não-pavimentado da Rota-do-Sol é aquele que liga o topo da Serra do Pinto, em Tainhas, à BR/101, na cidade de Terra de Areia. Para a conclusão dessa rodovia, é necessário implantar e pavimentar a Variante Ambiental da Serra, o trecho Sanga da Limeira-Terra de Areia e a interseção em dois níveis com a BR/101.

A **RS/122** liga a Região Metropolitana de Porto Alegre com a Serra Gaúcha, constituindo-se numa alternativa à BR/116. A RS/122 encontra-se pavimentada em toda a sua extensão, estando duplicada no segmento inicial e no trecho Farroupilha-Caxias do Sul. No restante do trecho, a mesma apresenta pista simples.

Os segmentos indicados no Quadro 4 estão concedidos à iniciativa privada.

Quadro 4 - Segmentos concedidos e valor das tarifas

RS/122 – Segmentos Pedagiados	Valor das Tarifas
RS/122: trecho Scharlau – Portão – São Sebastião do Caí – São Vendelino (58km)	Veículos de passeio: R\$ 2,80 Ônibus com 2 eixos: R\$ 3,50 Ônibus com 3 eixos: R\$ 4,60
RS/122: trecho Nova Milano – Caxias do Sul – Antônio Prado (81km)	Veículos de passeio: R\$ 3,30 Ônibus com 2 eixos: R\$ 4,30 Ônibus com 3 eixos: R\$ 6,50

Fonte: DAER

Nos segmentos pedagiados, a rodovia encontra-se em boas condições, restando melhorar a sinalização turística.

O acesso rodoviário para quem se dirige da Região Metropolitana de Porto Alegre à Região da Hortênsias pode ser feito via Nova Petrópolis, utilizando-se a RS/235; ou via Taquara, através das rodovias RS/239 e RS/235.

Pela primeira opção, aproveita-se a BR/116 até Nova Petrópolis e, a partir daí, a RS/235 até a RS/020, cruzando pelas cidades de Gramado, Canela e São Francisco de Paula. Encontra-se concedida em toda a sua extensão.

Na segunda opção, partindo-se da BR/116, utiliza-se a RS/239 recentemente duplicada até Taquara e, a partir daí, a RS/115 até Gramado.

Por último, cabe destacar a rodovia RST/470 que, juntamente com a RS/446, estabelece a ligação da Região Metropolitana de Porto Alegre com a Região dos Vinhedos e o Norte do Estado.

A ligação externa pelo modal hidroviário é praticamente inexistente. Apenas a capital do Estado conta com um porto que está interligado ao Porto Marítimo de Rio Grande pelo Lago Guaíba e Laguna dos Patos. Os demais cursos d'água da região não apresentam condições de navegabilidade.

- Considerações Finais

O Estado apresenta deficiência quanto à sinalização nas rodovias em geral. A questão abrange a sinalização padrão de rodovias (obrigatória) e, obviamente, a sinalização turística. Na Área Prioritária, os municípios de Canela,

Gramado, Bento Gonçalves e Caxias do Sul apresentam sinalização turística interna e nos acessos aos atrativos.

A Região da Serra apresenta uma malha bem estruturada, enquanto que nos Campos de Cima da Serra existe uma malha viária deficiente, pois prejudica o acesso adequado e dificulta que o número de turistas que visitam a região seja incrementado. As cidades de Jaquirana e São José dos Ausentes ainda não são atendidas por rodovia pavimentada.

A faixa de domínio das rodovias citadas mantém-se livre na maioria dos casos. Na Área Prioritária, constatam-se poucos problemas com erosão. Esporadicamente verificam-se escorregamentos de encostas na BR/116 entre Caxias do Sul e Nova Petrópolis e na RS/122 entre Farroupilha e São Vendelino. Esses deslizamentos dão-se em locais onde a declividade da interface solo-rocha é muito acentuada. Esses casos têm sido tratados pelos órgãos responsáveis (DAER ou DNIT), restabelecendo o mais rápido possível a trafegabilidade das rodovias. Quando acontece a interrupção do tráfego, a mesma restringe-se a algumas horas.

Para integrar São José dos Ausentes à malha rodoviária pavimentada, será necessário pavimentar o trecho da rodovia RS/020, que liga aquela cidade a Cambará do Sul.

Para estabelecer o Corredor Turístico com o Estado de Santa Catarina, é necessário prolongar a rodovia RS/020 até a divisa com aquele Estado, passando pelas localidades de Silveira e Várzea. Além disso, Santa Catarina deverá efetuar o complemento dessa rodovia desde a divisa interestadual até o entroncamento com a SC/438, já pavimentada.

A pavimentação do Corredor Turístico, ligando o Rio Grande do Sul a Santa Catarina, além de facilitar o trânsito de turistas entre os dois estados, irá permitir que vários pontos de atração turística sejam acessados em melhores condições de conforto e segurança.

A ligação definitiva da Serra com o Litoral depende da conclusão da rodovia RS/486, a Rota-do-Sol, desde Tainhas até Terra de Areia, incluindo-se aí a Variante Ambiental da Serra e a interseção em dois níveis com a BR/101, em Terra de Areia.

Para permitir o acesso em melhores condições ao Parque do Itaimbezinho, onde está situado um dos cânions mais conhecidos dos Aparados, é importante que seja pavimentada a rodovia que liga aquele parque a Cambará do Sul, evitando que os turistas tenham que trafegar por cerca de 17km em estrada não-pavimentada.

No que se refere ao transporte por via aérea, a implantação do Aeroporto das Hortênsias, em Canela, irá evitar que os usuários desse tipo de transporte tenham que trafegar via rodoviária por trechos muito extensos, como acontece atualmente com a utilização dos aeroportos de Porto Alegre e Caxias do Sul.

- Acesso por Via Aérea

- ✓ Aeroportos

Aeroporto Internacional Salgado Filho - localizado a 6 km do centro de Porto Alegre, junto à BR-116, possui novo terminal de passageiros, inaugurado no final do ano de 2001, com capacidade para 4 milhões de passageiros/ano e 200.000 pousos e decolagens anuais. No aeroporto operam todas as companhias aéreas nacionais em vôos nacionais e internacionais, estando capacitado para aeronaves do porte de MD-11 e Boeing 747. Operam-se vôos internacionais para Buenos Aires, Montevideu e Nova Iorque, com frequência diária entre um e dois vôos, e para Santiago, com três vôos semanais.

Aeroporto de Caxias do Sul - opera com vôos regionais e nacionais, com movimento de 256.000 passageiros/ano e 12.400 pousos e decolagens em 2001. Tem capacidade para 2.100.000 passageiros/ano, utilizando aeronaves do porte do *Boeing 737* e *AirBus 320*. Recebe, com relativa frequência, vôos fretados dos pacotes turísticos para a Serra Gaúcha e Região das Hortênsias, apesar de seu singelo terminal de passageiros.

Aeroporto de Canela - localizado em área urbanizada da cidade de Canela, possui pista pavimentada para operação de aeronaves particulares e táxis aéreos.

✓ Ferrovias

O sistema ferroviário do Estado do Rio Grande do Sul desenvolve-se em torno de eixo central formado por uma linha que, partindo de Porto Alegre, alcança a fronteira com a Argentina no extremo oeste do Estado. Desse tronco principal, nascem diversos ramais, mas apenas um atinge a Região da Serra Gaúcha em Bento Gonçalves, seguindo para o norte do Estado até a cidade de Vacaria.

Vale ressaltar a existência de uma linha ferroviária antiga e preservada que oferece como produto turístico passeios em Maria-Fumaça (trem com locomotiva a vapor) entre as cidades de Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa (esse último município, fora da Área Prioritária).

2.1.3. Características Físico-Territoriais

A ocupação do solo dá-se mais intensamente na área delimitada pelos municípios de base industrial e de serviços, como o são os assim denominados centros regionais da Serra, como Caxias do Sul e Bento Gonçalves, e Gramado e Canela, que já apresentam área conurbada. Os municípios dos Campos de Cima da Serra têm sua base econômica na agropecuária, com predominância de propriedades de porte médio para cultivo de frutíferas, e de porte grande, onde se desenvolve principalmente a pecuária de bovinos e ovinos, agregando o turismo rural nas fazendas abertas à visitação. Os municípios de Cambará do Sul e São José dos Ausentes destacam-se pelo número de propriedades com mais de 500 ha devido às características acidentadas do solo na região dos Aparados, ocasionando sua baixa ocupação.

Na Área Prioritária situam-se as nascentes de duas das três principais bacias hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul: a Bacia do Rio Uruguai, que drena para a Bacia do Prata; e a Bacia do Guaíba, geograficamente interiorizada, que drena para a Laguna dos Patos.

Quanto ao clima, o Sul do Brasil é bastante influenciado pela passagem de frentes polares em frontogênese, tornando a região constantemente sujeita a bruscas mudanças de tempo em qualquer estação do ano. Sobre a Área Prioritária, especificamente, seus sistemas circulatórios estão sujeitos a grandes flutuações anuais, no que diz respeito aos índices de participação na circulação atmosférica regional, com notáveis desvios pluviométricos anuais, tanto no verão quanto no inverno.

A Área Prioritária apresenta, em seu conjunto, um caráter temperado, determinado pelo clima mesotérmico superúmido, sem estação seca e mesotérmico superúmido com estação subseca, o que lhe confere uma significativa oscilação térmica ao longo do ciclo sazonal, com o inverno e o verão bem caracterizados.

Os principais biomas e formações vegetais do Estado do Rio Grande do Sul são os campos e as matas do Planalto das Araucárias, onde se situa a Serra Gaúcha e os Campos de Cima da Serra. No Planalto das Araucárias, o fator preponderante para a caracterização de seus ecossistemas é a altitude, que varia de 500 a 1300 m em relação ao nível do mar, atingindo o ponto mais alto exatamente no extremo Nordeste do Estado, onde se situam os Campos de Cima da Serra.

A floresta de araucária é uma vegetação de zona alta e fria, mas também densa, sendo sua melhor amostra no Rio Grande do Sul a área do Parque Nacional dos Aparados da Serra, no município de Cambará do Sul.

Figura 5 - Hipsometria

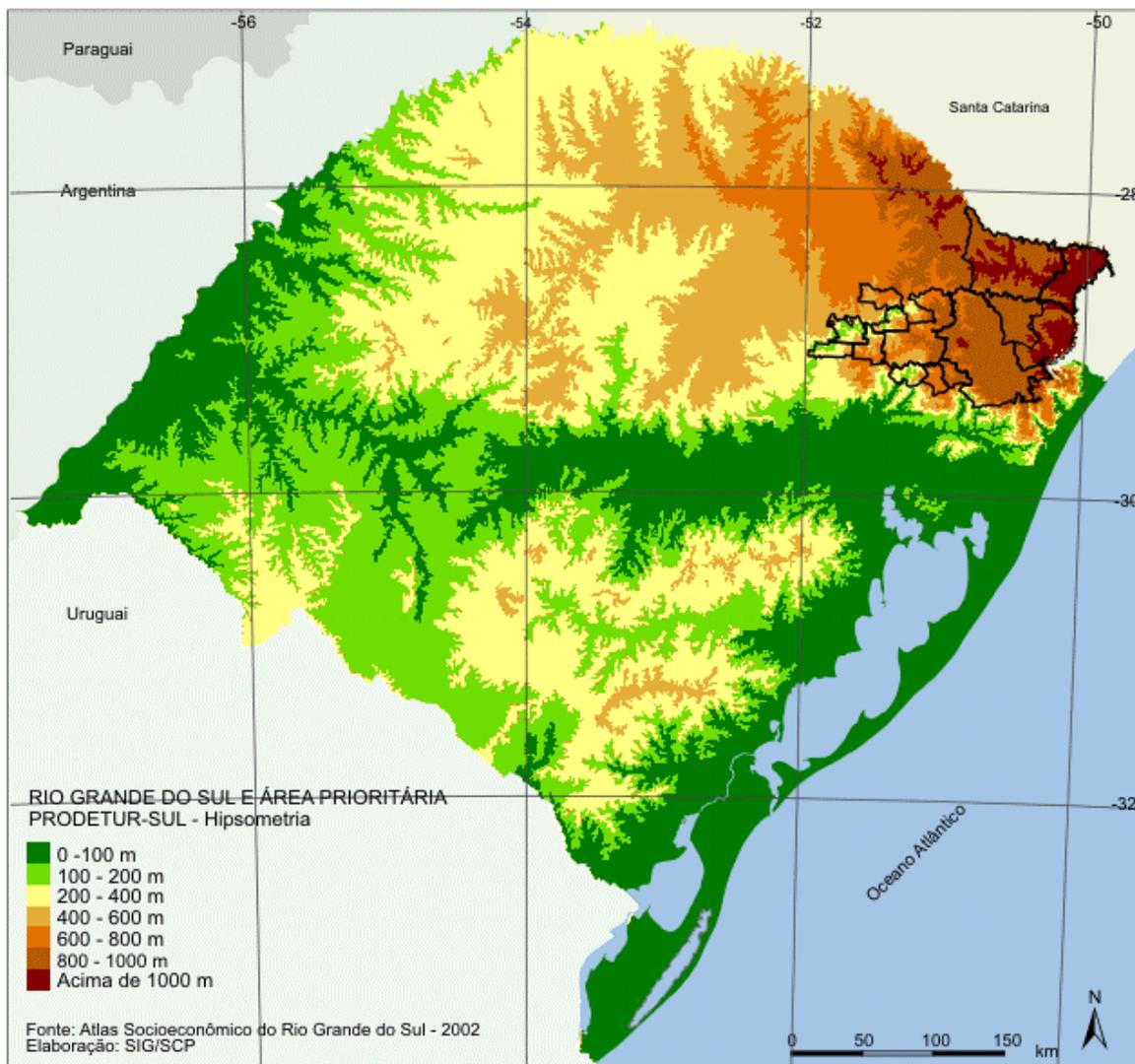


Figura 6 - Temperaturas médias anuais no Rio Grande do Sul

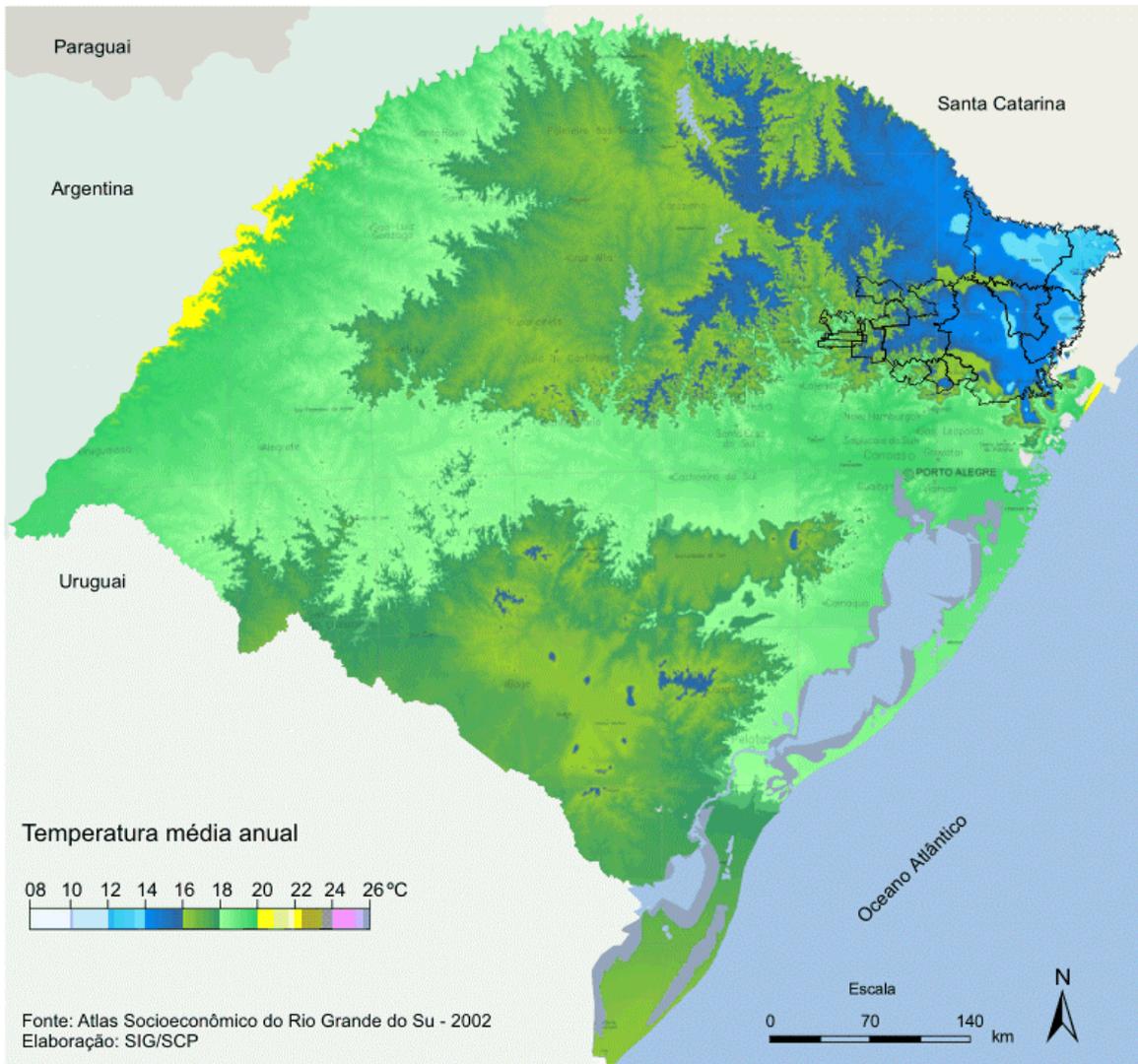


Figura 7 - Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul



2.1.4. Dinâmica Socioeconômica

A Área Prioritária representou 9,42% do Produto Interno Bruto total do Rio Grande do Sul em 2001, e 7,92% do PIB gerado em atividades de prestação de serviços, onde se incluem os relacionados ao turismo, como pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Participação dos setores de atividades econômicas no PIB estadual – 2001

MUNICÍPIOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS			TOTAL DO PIB
			COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS	TOTAL DOS SERVIÇOS	
Antônio Prado	0,38	0,13	0,05	0,14	0,12	0,16
Bento Gonçalves	0,36	1,95	0,69	1,10	1,02	1,30
Bom Jesus	0,22	0,04	0,03	0,12	0,10	0,09
Cambará do Sul	0,06	0,06	0,01	0,07	0,06	0,06
Canela	0,03	0,07	0,14	0,32	0,28	0,16
Caxias do Sul	1,60	8,22	4,13	4,15	4,14	5,42
Farroupilha	0,72	0,96	0,73	0,60	0,63	0,77
Flores da Cunha	0,77	0,36	0,11	0,28	0,25	0,37
Garibaldi	0,41	0,69	0,26	0,35	0,33	0,48
Gramado	0,04	0,18	0,25	0,34	0,32	0,22
Jaquirana	0,08	0,00	0,01	0,05	0,04	0,03
Nova Petrópolis	0,23	0,20	0,11	0,18	0,16	0,19
São Francisco de Paula	0,28	0,04	0,05	0,19	0,16	0,13
São José dos Ausentes	0,10	0,00	0,00	0,04	0,03	0,03
ÁREA PRIORITÁRIA	5,27	12,92	6,55	7,92	7,64	9,42
Rio Grande do Sul	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social

Em relação à população, em 2000 os municípios situados na Área Prioritária abrigaram 6,85% do total estadual e 7,19% do contingente urbano do Rio Grande do Sul (Tabela 2). Os principais expoentes da Área Prioritária apresentaram taxas de crescimento superiores ao 1,23% do Estado, como Canela (3,47%), Gramado (2,93%), Caxias do Sul (2,45%) e Bento Gonçalves (2,41%).

Analisando-se as taxas de crescimento populacional, percebe-se que os maiores centros como Caxias do Sul e Canela, que, juntamente com Gramado, comandam a expansão populacional, evoluíram com taxas superiores, quer em relação ao total do Estado, quer em relação ao conjunto da Área. Os municípios de menor porte, por sua vez, onde estão concentrados atrativos naturais de grande potencial (como Parques Estaduais e Nacionais e Reservas), registram baixas taxas de crescimento populacional.

Tabela 2 - População urbana e total dos municípios da Área Prioritária – 1991-2000

Municípios	1991 (333 municípios)				2000 (467 municípios)				Taxa Crescim (%)
	Urbana		Total		Urbana		Total		
	Nº	% Área	Nº	% Área	Nº	% Área	Nº	% Área	
Antonio Prado	6.320	1,35	10.989	1,89	8.417	1,41	12.918	1,85	1,83
Bento Gonçalves	65.755	14,09	78.643	13,51	81.820	13,68	91.486	13,11	2,41
Bom Jesus	9.199	1,97	16.190	2,78	8.376	1,40	12.014	1,72	-1,12
Cambará do Sul	2.281	0,49	7.092	1,22	3.047	0,51	6.840	0,98	-0,40
Canela	23.582	5,05	24.801	4,26	30.760	5,14	33.625	4,82	3,47
Caxias do Sul	264.775	56,73	290.925	49,99	333.391	55,75	360.419	51,65	2,45
Farroupilha	31.025	6,65	45.364	7,79	42.705	7,14	55.308	7,93	2,35
Flores da Cunha	8.701	1,86	19.869	3,41	14.227	2,38	23.678	3,39	3,40
Garibaldi	16.191	3,47	25.926	4,45	23.112	3,86	28.337	4,06	2,06
Gramado	17.920	3,84	22.095	3,80	23.328	3,90	28.593	4,10	2,93
Jaquirana	1.450	0,31	4.053	0,70	2.819	0,47	4.814	0,69	1,95
Nova Petrópolis	8.343	1,79	16.767	2,88	12.208	2,04	16.891	2,42	2,68
São Francisco de Paula	11.191	2,40	19.251	3,31	12.269	2,05	19.725	2,83	0,27
São José dos Ausentes					1.516	0,25	3.104	0,44	0,75
Área Prioritária	466.733	10,13	581.965	6,37	597.995	7,19	697.752	6,85	
RS	4.605.638		9.138.670		8.317.984		10.187.798		1,23

Fonte: IBGE.

A análise de indicadores sociais leva a algumas conclusões: de um lado, apresentam-se municípios com condição elevada em relação ao Estado, reunindo a maior parte de índices favoráveis (Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Gramado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Antônio Prado e Nova Petrópolis) e, de outro, um conjunto de municípios onde se manifesta um baixo desenvolvimento social se analisado o conjunto de seus indicadores (Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes) (Tabela 3).

Tabela 3 - Indicadores sociais dos municípios da Área Prioritária

Municípios	Índice Social Municipal Ampliado ISMA 1998	Índice de Desenvolvimento Humano IDH 2000	Expectativa de vida em anos 1998-2000	Mortalidade Infantil óbitos/1000 1998-2000	Número Médio de Séries Concluídas da população >de 15 anos 2000
Antônio Prado	0,600	0,841	-	16,16	6,22
Bento Gonçalves	0,610	0,870	74,1	10,55	7,22
Bom Jesus	0,470	0,750	-	14,99	5,37
Cambará do Sul	0,460	0,760	-	19,96	5,56
Canela	0,500	0,818	69,8	9,66	6,29
Caxias do Sul	0,590	0,857	73,0	15,01	7,57
Farroupilha	0,590	0,844	73,7	8,82	5,46
Flores da Cunha	0,590	0,839	73,4	9,26	6,62
Garibaldi	0,590	0,843	76,7	11,39	7,05
Gramado	0,590	0,841	74,1	10,97	5,22
Jaquirana	0,430	0,734	-	17,54	4,63
Nova Petrópolis	0,560	0,846	-	15,50	6,66
São Francisco de Paula	0,540	0,757	70,0	23,41	5,64
São José dos Ausentes	0,480	0,738	-	13,33	4,90
Rio Grande do Sul	0,553		71,6	15,1	6,80

Fontes: FEE; IPEA; SES/CIS; INEP

Em termos de educação, no entanto, o resultado não é tão satisfatório se considerada a média estadual, que aponta 6,8 séries concluídas, enquanto que na Área Prioritária, embora apareçam municípios com média superior a sete (Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Gramado), superando o ciclo básico do Ensino Fundamental, os demais situam-se abaixo desse número. Desse dado, avalia-se que a População Economicamente Ativa (PEA) apresenta as condições mínimas para exercer as funções mais elementares demandadas pela cadeia do turismo.

O Bloco Educação do Índice Social Municipal Ampliado - ISMA¹, por sua vez, registra que, da mesma forma que o Estado alterou positivamente seu indicador desde 1991, atingindo 0,63 em 1998, em 92,8% da Área Prioritária

¹ O Índice Social Municipal Ampliado dos municípios do Rio Grande do Sul é composto por quatro Blocos: Educação, Saúde, Renda e Condições de Domicílio e Saneamento. O Bloco Educação considera os indicadores Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental, Taxa de Evasão no Ensino Fundamental, Taxa de Atendimento no Ensino Médio e Taxa de Analfabetismo de Pessoas de 15 Anos e Mais; o Bloco Saúde leva em conta Leitões Hospitalares por 1.000 hab, Número de Médicos por 10.000 hab, Percentual de Crianças Nascidas com Baixo Peso e Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos; o Bloco Renda utiliza Concentração de Renda (Índice de Gini), Proporção de Despesa Social no Orçamento Municipal por Funções e o Produto Interno Bruto Municipal *per capita*; o Bloco Condições de Domicílio e Saneamento, por sua vez, considera os seguintes indicadores: Média de Moradores por Domicílios Urbanos Abastecidos com Água Tratada e Proporção de Domicílios Urbanos com Coleta de Esgoto Cloacal.

observou-se o mesmo, sendo que 64,2% dos municípios, em 1998, apresentaram índice superior ao do Estado.

No Bloco Saúde do ISMA também verificam-se discrepâncias no interior da Área Prioritária, onde Bom Jesus apresenta o menor (0,33) e Antônio Prado, o maior (0,70), não demonstrando nenhuma regularidade em relação ao apresentado pelo Estado (0,47). Percebe-se, no entanto, que 92,8% evoluíram positivamente de 1991 a 1998.

O Bloco Renda do ISMA, por sua vez, demonstra que a Área, comparativamente ao Estado, está bem situada, uma vez que 64,3% apresentaram índice superior ao do Estado.

Tabela 4 - Índice Social Municipal Ampliado dos municípios da Área Prioritária – 1991-1998

Municípios	Educação		Saúde		Renda		Domicílio	
	1991	1998	1991	1998	1991	1998	1991	1998
Antônio Prado	0,61	0,74	0,44	0,70	0,34	0,39	0,52	0,56
Bento Gonçalves	0,71	0,70	0,52	0,57	0,56	0,56	0,55	0,61
Bom Jesus	0,41	0,51	0,36	0,33	0,38	0,39	0,51	0,64
Cambará do Sul	0,51	0,52	0,33	0,49	0,49	0,31	0,47	0,55
Canela	0,49	0,60	0,27	0,39	0,55	0,41	0,53	0,61
Caxias do Sul	0,70	0,72	0,39	0,41	0,62	0,59	0,60	0,64
Farroupilha	0,58	0,71	0,42	0,52	0,64	0,53	0,56	0,59
Flores da Cunha	0,63	0,72	0,45	0,54	0,53	0,52	0,56	0,59
Garibaldi	0,71	0,74	0,46	0,48	0,40	0,54	0,53	0,59
Gramado	0,64	0,74	0,43	0,47	0,37	0,51	0,58	0,64
Jaquirana	0,25	0,48	0,25	0,34	0,41	0,41	0,50	0,51
Nova Petrópolis	0,70	0,73	0,42	0,44	0,56	0,49	0,49	0,58
São Francisco de Paula	0,36	0,64	0,28	0,46	0,48	0,48	0,53	0,60
São José dos Ausentes	-	0,48	-	0,36	-	0,47	-	0,61
TOTAL DO RS	0,59	0,63	0,45	0,47	0,46	0,45	0,65	0,66

FONTE: FEE/NIS.

Quanto à renda, ainda podem ser analisados os dados referentes ao rendimento médio mensal e o PIB *per capita*, onde é evidenciada a situação já referida nos comentários sobre crescimento populacional, na qual naqueles municípios de menor porte, tanto o rendimento médio mensal quanto o PIB *per capita* são inferiores ao do Estado. De outra parte, centros regionais de maior porte apresentam taxas superiores às apresentadas pelo Rio Grande do Sul,

despontando claramente como pólos econômicos, onde se observa apropriação da renda gerada pela população (Quadro 5).

Quadro 5 - População, rendimento médio mensal, PIB e PIB *per capita* dos municípios da Área Prioritária – 2000

Municípios	População Total (hab.) 2000	Rendimento Médio Mensal (R\$) 2000	Produto Interno Bruto municipal (R\$) 2000	Produto Interno Bruto Per capita (R\$) 2000
Antônio Prado	12.918	890,84	142.524.396	11.033
Bento Gonçalves	91.486	1.011,86	1.206.316.894	13.186
Bom Jesus	12.014	475,13	88.785.302	7.390
Cambará do Sul	6.840	583,78	47.913.182	7.005
Canela	33.625	670,29	145.109.076	4.316
Caxias do Sul	360.419	1.024,24	4.877.291.340	13.532
Farroupilha	55.308	887,50	695.652.420	12.578
Flores da Cunha	23.678	1.038,11	321.457.822	13.576
Garibaldi	28.337	938,10	465.497.411	16.427
Gramado	28.593	824,17	190.053.405	6.647
Jaquirana	4.814	375,61	26.204.481	5.443
Nova Petrópolis	16.891	744,18	168.729.887	9.989
São Francisco de Paula	19.725	526,84	112.998.903	5.729
São José dos Ausentes	3.104	476,04	27.221.546	8.770
Rio Grande do Sul	10.187.798	799,85	85.137.542.554	8.356,81

Fonte: IBGE - Censo 2000

FEE - Núcleo de Contabilidade Social

A análise da evolução econômica dos municípios da Área Prioritária pode ser verificada por meio do Valor Adicionado Bruto - VAB, pois esses dados permitem mensurar a riqueza por eles produzida anualmente, em sua totalidade, ou aberto por segmento da produção.

Se considerados em conjunto, durante os anos noventa, os municípios situados na Área Prioritária evoluíram no setor de serviços (que contempla as atividades turísticas) a taxas superiores à média estadual; principalmente aqueles com características de pólo econômico-turístico, como o são Caxias do Sul, Gramado e Canela. Sua nova riqueza, representada pelo Valor Adicionado, expandiu-se anualmente nos anos noventa com valores maiores que a média estadual de 34,41% (Demais Serviços) e 27,18% (Total dos Serviços); enquanto que na Área percebeu-se um crescimento de 39,55% e 31,66%, respectivamente, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Variação percentual do VAB por setores de atividade na Área Prioritária – 1990/2001

MUNICÍPIOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS		TOTAL DOS SERVIÇOS	TOTAL DO VAB 2001
			COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS		
Antônio Prado	181,44	56,88	-33,34	50,53	37,26	75,04
Bento Gonçalves	-16,61	52,00	-4,68	23,26	18,42	29,73
Bom Jesus	17,49	-7,60	-26,87	8,05	4,93	12,65
Cambará do Sul	17,35	36,23	-15,82	9,07	7,61	20,65
Canela	26,79	-50,94	-4,54	87,89	70,84	16,87
Caxias do Sul	114,61	66,74	5,36	51,20	38,78	50,48
Farroupilha	123,30	-29,86	3,02	11,34	9,23	-15,25
Flores da Cunha	164,82	59,36	23,61	35,49	34,32	68,04
Garibaldi	-27,78	48,43	9,93	18,32	16,87	20,01
Gramado	-17,91	-32,73	40,35	54,27	51,81	4,26
Jaquirana	140,12	10,57	-0,97	52,04	49,79	83,99
Nova Petrópolis	4,12	-17,36	14,97	14,19	14,30	-5,75
São Francisco de Paula	34,53	-36,73	-26,57	25,05	19,99	15,67
São José dos Ausentes						
Área Prioritária	61,57	40,78	4,30	39,55	31,66	33,74
Rio Grande do Sul	47,36	45,76	5,40	34,41	27,18	37,86

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social

A partir da análise da participação da Área Prioritária na composição do VAB estadual, verifica-se a representatividade de cada um dos municípios integrantes dessa região na produção da riqueza estadual. A Tabela 6 demonstra o fato de Caxias do Sul ser identificada como centro regional, pois deteve isoladamente, no VAB do Estado de 2001, participação de 5,42% do total: 8,22% na indústria e 4,14% nos serviços; em segundo lugar, aparece Bento Gonçalves com 1,95% e 1,30%, respectivamente. Quanto à Área Prioritária como um todo, representou 9,42% do VAB total: 12,92% na indústria e 7,64% nos serviços.

Tabela 6 - Participação dos setores de atividade econômica no VAB estadual - 2001

(%)

MUNICÍPIOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS			TOTAL DO PIB
			COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS	TOTAL DOS SERVIÇOS	
Antônio Prado	0,38	0,13	0,05	0,14	0,12	0,16
Bento Gonçalves	0,36	1,95	0,69	1,10	1,02	1,30
Bom Jesus	0,22	0,04	0,03	0,12	0,10	0,09
Cambará do Sul	0,06	0,06	0,01	0,07	0,06	0,06
Canela	0,03	0,07	0,14	0,32	0,28	0,16
Caxias do Sul	1,60	8,22	4,13	4,15	4,14	5,42
Farroupilha	0,72	0,96	0,73	0,60	0,63	0,77
Flores da Cunha	0,77	0,36	0,11	0,28	0,25	0,37
Garibaldi	0,41	0,69	0,26	0,35	0,33	0,48
Gramado	0,04	0,18	0,25	0,34	0,32	0,22
Jaquirana	0,08	0,00	0,01	0,05	0,04	0,03
Nova Petrópolis	0,23	0,20	0,11	0,18	0,16	0,19
São Francisco de Paula	0,28	0,04	0,05	0,19	0,16	0,13
São José dos Ausentes	0,10	0,00	0,00	0,04	0,03	0,03
ÁREA PRIORITÁRIA	5,27	12,92	6,55	7,92	7,64	9,42
Rio Grande do Sul	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social

Essa Tabela evidencia a heterogeneidade da Área, que comporta municípios com portes econômicos diferenciados.

A identificação das atividades econômicas dominantes é feita por meio da análise dos dados do Valor Adicionado Bruto, abertos para os grandes setores da economia – agropecuária, indústria e serviços (comércio e demais serviços) – permitindo avançar no conhecimento da estrutura produtiva e sua evolução, representados na Tabela 7.

Tabela 7 - Setores econômicos predominantes segundo a participação no PIB estadual – 2001

MUNICÍPIOS	% do Valor Adicionado Bruto no PIB municipal				Setores Predominantes
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO		
			Comércio	Serviços	
Antonio Prado	32,77	32,59	2,66	34,64	serviços/ primário/ secundário
Bento Gonçalves	3,85	60,10	5,03	36,05	secundário/ serviços
Bom Jesus	33,37	15,92	3,15	50,72	serviços/primário
Cambará do Sul	14,42	42,56	1,97	43,01	serviços/secundário
Canela	2,61	18,03	8,18	79,36	serviços
Caxias do Sul	4,14	60,66	7,24	35,20	secundário/ serviços
Farroupilha	12,93	49,76	8,94	37,31	secundário/ serviços
Flores da Cunha	29,31	39,68	2,80	31,01	secundário/ serviços
Garibaldi	11,93	56,75	5,11	31,31	secundário/ serviços
Gramado	2,50	31,79	10,74	65,71	serviços/ secundário
Jaquirana	35,75	6,17	1,64	58,08	serviços/ primário
Nova Petropolis	17,32	42,43	5,61	40,26	secundário/ serviços
Sao Francisco de Paula	30,29	13,16	3,40	56,54	serviços/ primário
São José dos Ausentes	50,19	3,76	0,41	46,05	primário/ serviços
Área Prioritária	7,84	54,85	6,62	37,31	
Rio Grande do Sul	14,00	39,97	9,51	46,02	

Fonte: FEE

A análise das Tabelas 5 e 7 permite ressaltar que, embora a indústria venha perdendo participação relativa, permanece como o setor mais importante de 42,85% dos municípios integrantes da Área Prioritária, respondendo por 54,85% do VAB total de 2001. O setor de serviços, por sua vez, responde por 37,31%, demonstrando que vem ganhando expressiva participação, o que aponta para a importância que tais atividades vêm assumindo na economia da área.

Em relação ao setor industrial, cabe destacar os setores moveleiro, metalúrgico, mecânico, têxtil, calçadista, de plásticos, alimentício e eletro-eletrônico, com destaque para os municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi e Flores da Cunha.

Quanto ao setor de serviços da mesma Área, os ganhos de capital acumulados nos setores industrial, da agricultura moderna e vinicultura permitiram a transferência de excedentes que induziram à expansão de atividades de comércio e prestação de serviços, internalizando uma oferta de serviços variada e

sofisticada, o que combina com o processo de urbanização crescente e presença de consumidores com alto poder aquisitivo.

Outra visão dos serviços associados diretamente ao turismo pode ser obtida por meio da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, que possibilita tabulações estatísticas e informações sobre a caracterização do mercado de trabalho e o emprego formal. O conceito de número de empregados corresponde ao número de vínculos empregatícios efetivados.

No segmento de turismo, a agregação de informações adotada na RAIS permite a identificação de cinco categorias de estabelecimentos associados à atividade turística. São elas: (i) Alojamentos-Hotéis, Motéis e Pensões; (ii) Alimentação-Restaurantes-Lanchonetes; (iii) Transporte Rodoviário de Passageiros; (iv) Transporte Aéreo.

Com o apoio dessas informações, dois cortes de análise complementares são possíveis: um primeiro denominado corte vertical valoriza a importância do município em turismo em um contexto maior, no caso o Estado do Rio Grande do Sul; e um segundo, ao contrário, destaca o corte horizontal, em que se pode averiguar a importância do turismo na economia do próprio município.

A importância do turismo no Estado é constatada através da Tabela 8, em que é apresentado o total das categorias que formam as “Atividades do setor turismo” para os anos de 1990 e 2000; e a participação do número de empregados dos municípios em relação aos totais estaduais. Além disso, na última coluna, é exposta a taxa de crescimento anual do emprego no turismo no período 1990-2000.

Tabela 8 - Número de empregados do setor turístico nos municípios da Área Prioritária – 1990-2000

Municípios	Total Empregados Turismo 1990			Total Empregados Turismo 2000			Taxa de Crescimento 1990-2000 %
	Num. Empregados	% Área	% RS	Num. Empregados	% Área	% RS	
Antonio Prado	7	0,13	0,01	33	0,39	0,04	16,77
Bento Gonçalves	584	10,82	0,90	897	10,60	1,07	4,38
Bom Jesus	40	0,74	0,06	51	0,60	0,06	2,46
Cambará do Sul	1	0,02	0,00	25	0,30	0,03	37,97
Canela	504	9,34	0,78	654	7,73	0,78	2,64
Caxias do Sul	2.698	49,99	4,17	4.395	51,91	5,23	5,00
Farroupilha	471	8,73	0,73	353	4,17	0,42	-2,84
Flores da cunha	40	0,74	0,06	99	1,17	0,12	9,49
Garibaldi	76	1,41	0,12	163	1,93	0,19	7,93
Gramado	826	15,30	1,28	1.488	17,58	1,77	6,06
Jaquirana	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
Nova Petrópolis	57	1,06	0,09	174	2,06	0,21	11,81
São Francisco de Paula	93	1,72	0,14	130	1,54	0,15	3,41
São José dos Ausentes	0	0,00	0,00	4	0,05	0,00	
Área Prioritária	5.397	100,00	8,34	8.466	100,00	10,07	4,61
Rio Grande do Sul	64.736			84.066			2,65
Brasil	1.048.540			1.322.004			2,34

Fonte: MTE/RAIS 2000

Os resultados obtidos são bastante expressivos, constatando-se que, no período, os municípios da Área Prioritária apresentaram taxas de crescimento superiores àquelas do Estado do Rio Grande do Sul (2,65%) em relação ao emprego no turismo, com exceção de Farroupilha (-2,84%), Bom Jesus (2,46%) e Canela (2,64%). Os resultados satisfatórios obtidos pelo conjunto da Área fizeram com que seu crescimento, em termos de emprego no turismo, fosse de 4,61%, em função de seus expoentes, como Cambará do Sul (37,97%), Antônio Prado (16,77%) e Nova Petrópolis (11,81%). O crescimento da oferta dos serviços relacionados ao turismo nesses municípios, considerados de pequeno porte, denota a expansão das atividades, decorrente de suas inserções no processo verificado na Área.

No contexto estadual do Rio Grande do Sul, do total de pouco mais de 1,893 milhão de empregos formais gerados nos diversos setores da economia gaúcha, as atividades que se convencionou denominar Atividades de Turismo

representaram 4,44% em 2000, valor próximo ao nacional, da ordem de 5%, conforme a Tabela 9.

Tabela 9 - Número de empregados no setor turismo em relação ao total de empregos – 1990-2000

Municípios	Num. Empregados Total Turismo 1990	Total de Empregados 1990	% Empreg Turismo / Total Empreg 1990	Num. Empregados Total Turismo 2000	Total de Empregados 2000	% Empreg Turismo / Total Empreg 2000
Antonio Prado	7	1.794	0,39	33	2.108	1,57
Bento Gonçalves	584	21.985	2,66	897	25.252	3,55
Bom Jesus	40	2.043	1,96	51	2.043	2,50
Cambará do Sul	1	1.305	0,08	25	1.305	1,92
Canela	504	4.474	11,27	654	5.530	11,83
Caxias do Sul	2.698	82.180	3,28	4.395	100.827	4,36
Farroupilha	471	15.123	3,11	353	14.341	2,46
Flores da cunha	40	3.522	1,14	99	5.600	1,77
Garibaldi	76	5.263	1,44	163	7.520	2,17
Gramado	826	7.329	11,27	1.488	8.925	16,67
Jaquirana	0	0		0	0	
Nova Petropolis	57	4.461	1,28	174	4.427	3,93
São Francisco de Paula	93	2.300	4,04	130	2.300	5,65
São José dos Ausentes	0	0		4	0	
Área Prioritária	5.397	151.779	3,56	8.466	180.178	4,70
Rio Grande do Sul	64.736	1.768.986	3,66	84.066	1.893.789	4,44
Brasil	1.048.540	23.198.656	4,52	1.322.004	26.228.629	5,04

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/RAIS 2000

Na Área Prioritária, entretanto, verifica-se grande variabilidade, que pode ser interpretada como o grau de desenvolvimento do turismo nos municípios. Assim, tem-se, de um lado, Gramado e Canela, onde as participações chegam, respectivamente, a 16,67% e 11,83% do total de empregados no município, e, de outro, Antônio Prado, com apenas 1,57%.

Para entender essa diversificação, há outros fatores envolvidos, como o porte econômico dos demais segmentos representativos do município e o tamanho de suas atividades turísticas.

Tendo em conta o largo espectro de atividades do setor turismo e a base econômica dos municípios, em parte fornecedora desse conjunto de bens e serviços, pode-se avaliar o quanto a intensificação da demanda turística na área impacta tais economias municipais; ou o quanto o setor do turismo tem sido o propulsor ou o responsável pela construção de uma determinada estrutura econômica municipal.

Mesmo não existindo o detalhamento dessas atividades nas fontes utilizadas, as análises realizadas permitem classificar preliminarmente os municípios em casos-tipo e em que fase da expansão da oferta de bens e serviços turísticos se encontram em função dos níveis de demanda prevalentes.

O Quadro 6 apresenta as possibilidades de combinação de fatores como o porte econômico, estrutura econômica municipal e importância do emprego turístico no município, buscando-se identificar uma possível tipologia dos municípios.

Quadro 6 - Padrão de desenvolvimento do turismo dos municípios da Área Prioritária – 2001

MUNICÍPIOS	PIBpm 2001			% do Valor Adicionado Bruto no PIB municipal				Part. do Emprego no Turismo %	Part. do Emprego no Turismo %	Setores Predominantes	Importância do Turismo
	Valor	% do PIB	Per capita R\$	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO		1990	2000		
						Comércio	Serviços				
Antonio Prado	157.868.974	1,72	12.041	32,77	32,59	2,66	34,64	0,39	1,57	serviços/ primário/ secundário	emergente
Bento Gonçalves	1.264.767.117	13,80	13.965	3,85	60,10	5,03	36,05	2,66	3,55	secundário/ serviços	consolidado
Bom Jesus	90.157.115	0,98	7.564	33,37	15,92	3,15	50,72	1,96	2,50	serviços/primário	emergente
Cambará do Sul	58.418.228	0,64	8.562	14,42	42,56	1,97	43,01	0,08	1,92	serviços/secundário	emergente
Canela	159.467.165	1,74	4.605	2,61	18,03	8,18	79,36	11,27	11,83	serviços	consolidado
Caxias do Sul	5.272.305.810	57,52	14.359	4,14	60,66	7,24	35,20	3,28	4,36	secundário/ serviços	consolidado
Farroupilha	753.572.957	8,22	13.407	12,93	49,76	8,94	37,31	3,11	2,46	secundário/ serviços	em consolidação
Flores da Cunha	355.933.426	3,88	14.619	29,31	39,68	2,80	31,01	1,14	1,77	secundário/ serviços	em consolidação
Garibaldi	470.941.907	5,14	17.550	11,93	56,75	5,11	31,31	1,44	2,17	secundário/ serviços	em consolidação
Gramado	218.721.002	2,39	7.474	2,50	31,79	10,74	65,71	11,27	16,67	serviços/ secundário	consolidado
Jaquirana	28.704.801	0,31	5.849	35,75	6,17	1,64	58,08	0	0	serviços/ primário	incipiente
Nova Petropolis	182.853.165	1,99	10.587	17,32	42,43	5,61	40,26	1,28	3,93	secundário/ serviços	em consolidação
Sao Francisco de Paula	123.919.102	1,35	6.269	30,29	13,16	3,40	56,54	4,04	5,65	serviços/ primário	emergente
São José dos Ausentes	28.164.524	0,31	8.990	50,19	3,76	0,41	46,05	0	0	primário/ serviços	emergente
Área Prioritária	9.165.795.294	100,00		7,84	54,85	6,62	37,31	3,56	4,70		
Rio Grande do Sul	97.310.194.511	-	9.457	14,00	39,97	9,51	46,02	3,66	4,44		

Fonte: IBGE, MTE-RAIS, FEE

Do Quadro 6, o seguinte é destacado.

- O grande centro regional é representado por Caxias do Sul, que exerce funções de capital regional. Essa cidade atende as necessidades de bens e serviços de sua zona de influência direta que se estende pela porção central da Área Prioritária. Com economia diversificada, reunindo indústria com diversos segmentos modernos e ativos, cada vez mais se impõe na dinâmica de desenvolvimento estadual e da Região Sul. Como se viu, responde por quase a metade das riquezas geradas na Área, medida pelo PIB total, incluindo o turismo de negócios.
- A seguir, destaca-se Bento Gonçalves, com papel de centro sub-regional, comandando os relacionamentos com municípios da porção extremo Oeste da Área, com destaque para Garibaldi. A economia de Bento Gonçalves, também diversificada, com forte presença de indústrias e da vitivinicultura moderna, associada ao turismo, induz à expansão de atividades de comércio e serviços.

- Considerações Finais

Na Área Prioritária, identifica-se um núcleo de turismo consolidado, dominado por Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Canela e Gramado, o qual se apresenta como pólo comercial e de serviços desenvolvido, com força e vigor econômico, em que o turismo inclui-se como atividade propulsora, inserindo-se na matriz produtiva local como um segmento produtivo estruturado, capaz de internalizar renda e emprego. Nesse núcleo, o setor empresarial turístico pode ser considerado experiente.

No núcleo de turismo emergente, a consolidação da cadeia do turismo necessita de melhor articulação econômica entre produtores artesanais e prestadores de serviços turísticos, com o objetivo de incrementar a renda turística.

O nível de escolaridade (fundamental completo) da população economicamente ativa na Área Prioritária garante, de imediato, somente as

condições mínimas para exercer as funções mais elementares demandadas pela cadeia do turismo, devendo o ensino profissionalizante ser ampliado na rede escolar.

2.1.5. Estrutura Urbana

A análise do porte urbano dos municípios integrantes da Área Prioritária considera a evolução das taxas de urbanização na última década. Percebe-se, conforme Tabela 10, que os maiores centros são também os mais dinâmicos, com urbanização maior que 90%, como Caxias do Sul, centro regional de maior porte, Bento Gonçalves e, também, Canela e Gramado, que apresentaram taxa de urbanização superior à média do Estado.

Tabela 10 - População urbana e total dos municípios da Área Prioritária e taxa de urbanização – 1991-2000

Municípios	1991 (333 municípios)			2000 (467 municípios)		
	Urbana	Total	Taxa Urban (%)	Urbana	Total	Taxa Urban (%)
Antonio Prado	6.320	10.989	57,51	8.417	12.918	65,16
Bento Gonçalves	65.755	78.643	83,61	81.820	91.486	89,43
Bom Jesus	9.199	16.190	56,82	8.376	12.014	69,72
Cambará do Sul	2.281	7.092	32,16	3.047	6.840	44,55
Canela	23.582	24.801	95,08	30.760	33.625	91,48
Caxias do Sul	264.775	290.925	91,01	333.391	360.419	92,50
Farroupilha	31.025	45.364	68,39	42.705	55.308	77,21
Flores da Cunha	8.701	19.869	43,79	14.227	23.678	60,09
Garibaldi	16.191	25.926	62,45	23.112	28.337	81,56
Gramado	17.920	22.095	81,10	23.328	28.593	81,59
Jaquirana	1.450	4.053	35,78	2.819	4.814	58,56
Nova Petrópolis	8.343	16.767	49,76	12.208	16.891	72,28
São Francisco de Paula	11.191	19.251	58,13	12.269	19.725	62,20
São José dos Ausentes				1.516	3.104	48,84
Área Prioritária	466.733	581.965		597.995	697.752	
RS	4.605.638	9.138.670	76,56	8.317.984	10.187.798	81,65

Fonte: IBGE.

Em relação à evolução desde 1991, percebe-se, de outra parte, que municípios de pequeno porte como Antônio Prado (57,51%), Bom Jesus (56,82%) e Cambará do Sul (32,16%) passaram, em 2000, a contar em sua área urbana com, respectivamente, 65,16%, 69,72% e 44,55% da população total,

demonstrando que o processo de urbanização vem ocorrendo, mesmo que de forma menos acelerada em relação aos municípios de maior porte, que se equiparam ou até superam a média estadual.

Tanto nos municípios dos Campos de Cima da Serra, quanto no eixo central da Área Prioritária, onde houve expansão das atividades turísticas, ocorreu maior fixação da população no meio urbano, reforçando a associação do binômio de crescimento turismo-urbanização.

O crescimento do contingente urbano nos municípios, associado ao turismo, engendra não somente oportunidades, mas também dificuldades para os gestores públicos, como o são o crescimento desordenado das cidades e o aumento dos níveis de pobreza da população, demonstrando, muitas vezes, que a renda gerada pelo turismo não retorna em benefícios. Assim, a maior parte dos municípios possui loteamentos clandestinos ou irregulares, onde residem, em alguns casos, contingentes expressivos de população (Quadro 7). Isso acontece, provavelmente, em função do baixo aproveitamento da população menos qualificada em atividades turísticas, que demandam, além do ensino formal básico, também habilidades e formação especiais.

Quadro 7 - Loteamentos irregulares e subabitações

Município	População em loteamentos irregulares ou	Nº áreas com subabitações	Nº pessoas nas áreas com subabitações	Aplicação do Plano Diretor	Fiscalização do cumprimento da legislação urbana
Antônio Prado	não tem	4	120	não	não
Bom Jesus	2000	6	300	não	sim
Bento Gonçalves	5599	16	932	sim	sim
Cambará do Sul	342	2	80	não	sim
Canela	10000	não sabe	não sabe	sim	sim
Caxias do Sul	31484	118	28.000	sim	sim
Farroupilha	2000	5	1.000	sim	sim
Flores da Cunha	400	0	0	sim	sim
Garibaldi	415	1	132	sim	sim
Gramado	700	8	500	sim	sim
Jaquirana	não tem	não tem	não tem	não	sim
Nova Petrópolis	não tem	não tem	não tem	sim	parcial
São Fco. de Paula	1000	4	1000	sim	sim
São José dos Ausentes	não tem	não tem	não tem	não	não

Fonte: Prefeituras municipais

Obs: A legislação urbana se refere a Plano Diretor, Lei de Parcelamento do Solo e Código de Obras

Outro dado fornecido pelos municípios, importante de ser registrado, é o fato de os planos diretores não serem constantemente atualizados ou terem seu cumprimento fiscalizado; ou mesmo, em casos mais extremos (Antônio Prado, Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana e São José dos Ausentes), a não-existência de plano diretor.

Isso leva a concluir que a expansão das atividades urbanas, e em especial as de turismo, antecipa o risco de aumento de pressão sobre os equipamentos urbanos.

2.1.6. Infra-Estrutura Básica e Equipamentos Urbanos e Comunitários

- Abastecimento de Água

O Estado do Rio Grande do Sul apresenta 94,2% dos domicílios urbanos com abastecimento de água atendidos com rede geral de distribuição, enquanto a média nacional alcança 92,4% dos domicílios.

Das 14 cidades incluídas na Área Prioritária, com exceção de Caxias do Sul, todas têm suas sedes municipais e entorno abastecidos pela Companhia Rio-Grandense de Saneamento (Corsan) mediante concessão do serviço, e os percentuais de atendimento superam os 100%, com exceção de São José dos Ausentes. O Quadro 8 apresenta as principais informações sobre o sistema de abastecimento de água, especificando o manancial² onde é feita a captação e o alcance da concessão.

Os percentuais de abastecimento bastante elevados devem-se, possivelmente, ao fato de que a população considerada é a do Censo 2000;

² O *manancial subterrâneo* é utilizado via perfuração de poços tubulares profundos na Formação Serra Geral, que é composta por extensos e sucessivos derrames basálticos, sendo alimentados por águas subterrâneas que circulam ao longo de fraturas geológicas. Por tratar-se de meio anisótropo e descontínuo, as características de bombeamento exigem normas rígidas de funcionamento, e as vazões são conservadoras. O *manancial superficial* utilizado é proveniente de pequenos cursos de água, haja vista que as cidades, geograficamente, localizam-se em lugares altos e em divisores de água, onde estão as nascentes desses mananciais, o que conduz à construção de barragens de acumulação para laminar as vazões em patamares adequados e/ou aproveitamento das já existentes com outra finalidade que não apenas o abastecimento de água.

enquanto os dados da Corsan referem-se às estimativas da população abastecida para 2003, elaborados pelo setor de planejamento, com base no número de economias atendidas. Ainda, são atendidas populações localizadas fora da área delimitada pelo perímetro urbano.

No Quadro 8 é possível verificar que há folga nos sistemas em quase todos os municípios, com exceção de Garibaldi e Jaquirana, cujos sistemas estão no limite; e em São José dos Ausentes, onde o percentual não chega a 100%.

Quadro 8 - Sistemas de Abastecimento de Água - SAAs

Cidade	População Urbana - (IBGE 2000)	População Abastecida(1)	% Pop Abast.	População Abastecível(2)	Manancial	Alcance da Concessão
Antonio Prado	8.417	12.120	144	14.586	Subterrâneo(3)	set/09
Bento Gonçalves	81.820	112.462	137	131.619	Superficial/subterrâneo(4)	set/09
Bom Jesus	8.376	11.375	136	12.629	Superficial	fev/07
Cambará do Sul	3.047	3.436	113	5.281	Superficial	jul/13
Canela	30.760	47.416	154	60.135	Superficial	set/09
Farroupilha	42.705	61.601	144	87.200	Superficial	nov/09
Flores da Cunha	14.227	24.865	175	24.865	Superficial	set/13
Garibaldi	23.112	23.514	102	30.288	Superficial/Subterrâneo	set/09
Gramado	23.328	33.281	143	41.052	Superficial(5)	set/09
Jaquirana	2.819	3.103	110	3.103	Subterrâneo	dez/09
Nova Petrópolis	12.208	14.572	119	21.013	Superficial	dez/13
São Fco de Paula	12.269	16.943	138	22.681	Superficial	set/09
São José dos Ausentes	1.516	1.328	88	1.479	Subterrâneo	dez/13
Totais	264.604	366.016	138	455.931	Superficial/subterrâneo	

(1) valor obtido a partir da multiplicação das economias registradas em abril/2003 pelo número de habitantes por economia
(2) valor obtido a partir do índice de projeção populacional adotado pela Corsan em suas simulações.

(3) existe projeto financiado pela Caixa Econômica Federal que tem como escopo inserir sistema de abastecimento via captação de água no manancial superficial.

(4) existe projeto financiado pela Caixa Econômica Federal que tem como escopo incrementar a oferta de água tratada em 33% .

(5) o sistema de abastecimento de água de Gramado não tem produção. A água tratada ali consumida vem de Canela, provindo de um sistema integrado Canela/Gramado.

Apesar dos elevados percentuais, são observados problemas nos sistemas de abastecimento de água devidos aos aspectos operacionais e comerciais do sistema, tais como: perdas de água (em torno de 50%); distritação de redes de distribuição (pressão excessiva); deficiências na reservação (a reservação tem a função de manter a pressão estável na rede e suprir o abastecimento em momentos de queda do sistema); fuga de usuários, mormente hotéis, restaurantes, postos de gasolina e condomínios que utilizam poços próprios (devido aos elevados valores gastos com água tratada); bem como inadimplência dos usuários.

Além disso, observa-se uma crescente contaminação dos mananciais, em especial o superficial, podendo migrar, pelas características de estratificação e fendilhamento das rochas da região, para o subterrâneo, pelos esgotos cloacais oriundos da malha urbana que lhes fica próxima.

Objetivando minimizar os problemas existentes e em evolução, a Corsan vem adotando as seguintes ações.

- Pesquisa e conserto de vazamentos em ramais prediais e redes de abastecimento.
- Remanejamento de redes e inserção de registros de controle com a finalidade de inserir setorização por zona de pressão.
- Construção de novos reservatórios de forma a adequar-se às necessidades.
- Promoção de negociações com as entidades empresariais e representantes dos segmentos que pretendem ausentar-se do sistema, inclusive com a intervenção da Promotoria Pública.
- Promoção de negociação com os usuários, permitindo o parcelamento dos débitos.
- Promoção de ações de conscientização em escolas e entidades quanto à necessidade de não poluir e preservar as águas.

A adoção dessas medidas tende a minimizar os transtornos operacionais e financeiros causados pelas dicotomias apontadas, atingindo patamares aceitos como endêmicos aos sistemas. Contudo, quanto ao aspecto da contaminação, são necessários investimentos em sistemas compatíveis com as realidades urbanas locais.

A cidade de Caixas do Sul é atendida pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE. Cerca de 99,5% da população de Caxias do Sul é

abastecida com água potável. A captação de água para o consumo da população é realizada através do represamento de arroios, sendo que a área alagada, delimitada por cotas inferiores às do barramento, constitui a reserva de água bruta.

Por sua vez, as bacias de acumulação (represas) estão inseridas em bacias maiores denominadas Bacias de Captação, que são as áreas de captação superficial de águas pluviais e subsuperficiais de vertentes e olhos d'água que, por suas cotas, permitem o direcionamento por gravidade das águas captadas para as bacias de acumulação.

Uma vez constituída a reserva de água bruta, a mesma é recalçada por unidades de bombeamento situadas nas Estações de Bombeamento de Água Bruta (EBAB), através de adutoras específicas que encaminham a água captada em estado bruto para as Estações de Tratamento de Água – ETAs.

A cidade de Caxias do Sul possui cinco sistemas de represamento e captação que fornecem água bruta para tratamento em seis Estações de Tratamento de Água (ETA), conforme discriminado abaixo :

DADOS SOBRE OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE CAXIAS DO SUL							
Sistema de represamento e captação	Área alagada	Área da bacia de captação	Volume acumulado	Vazão atual	Distância da barragem à ETA	% da população atendida	Estação de tratamento
Faxinal	307 hectares	7.000 hectares	32.000.000 m ³	715/780 l/s 50 l/s	17 km 6 km	57,5 % 4%	Parque da Imprensa Ana Rech
Maestra	54 hectares	1.600 hectares	5.400.000 m ³	280/330 l/s	4,5 km	24 %	Celeste Gobatto
Dal Bó	47 hectares	800 hectares	1.773.600 m ³	60/112 l/s	3,5 km	10 %	Borges de Medeiros
Samuara	17 hectares	710 hectares	150.000 m ³	40 l/s	Ao lado	3,5%	Samuara
Galópolis	0,8 hectares	207 hectares	6.000 m ³	15 l/s	Ao lado	1 %	Galópolis

O Sistema Faxinal, atualmente com a exploração máxima de 830 l/s, possui uma capacidade total de exploração, em final de projeto, de 1.100 l/s. Os demais sistemas já estão com sua capacidade no limite máximo de exploração. Isso significa que o sistema de abastecimento de água implantado em Caxias do Sul possui uma capacidade de ampliação atual de cerca de 20% sobre a vazão total demandada.

Considerando que os três sistemas principais possuem interligações que podem ser utilizadas na distribuição, as demandas atuais na zona urbana estão sendo satisfatoriamente atendidas, sendo que o sistema de abastecimento possui capacidade de ampliação mediante investimentos de médio porte já programados na Estação de Tratamento de Água do Parque da Imprensa.

Entende-se, portanto, que o abastecimento de água na zona urbana do município não é um fator impeditivo para o desenvolvimento turístico de Caxias do Sul. Não há ocorrências de problemas no abastecimento de água em períodos com maior fluxo turístico, inclusive em eventos como a Festa Nacional da Uva, cujo aporte de visitantes é significativo, e o abastecimento é satisfatório.

Nos distritos, entretanto, e em suas zonas rurais, os sistemas de abastecimento implantados, geralmente com captação de poços artesianos, possuem limitações consideráveis.

Os poços artesianos, via de regra, apresentam uma capacidade de exploração inicial interessante, contudo reduzem sua produção ao longo de sua utilização, na contra-mão da demanda, que se apresenta crescente na região dos distritos em nas zonas rurais mais próximas a esses.

Entende-se que é no abastecimento de água dos distritos que residem as maiores limitações para o desenvolvimento turístico da região, visto o forte apelo do turismo colonial, inclusive com diversas rotas turísticas pelo interior, importante palanque para a divulgação da cultura da imigração.

Nesse sentido, as recomendações e sugestões para investimento relacionadas ao abastecimento de água, com o fim de possibilitar o desenvolvimento integrado do turismo sustentável, são a aplicação de recursos na busca de novas fontes de abastecimento para as comunidades dos distritos e a implementação de políticas de preservação das fontes naturais de abastecimento das comunidades rurais (vertentes, poços rasos, olhos d'água, etc.).

Para ilustrar esta situação, o SAMAE está encaminhando para execução ainda em 2003 a implantação de melhorias com a ativação de novo poço artesiano e sua interligação à malha distribuidora do Distrito de Fazenda Souza, com um custo estimado em R\$ 180.000,00. Já há necessidade de

implantação de sistema semelhante em Santa Lúcia do Piauí e, em breve, haverá necessidade de melhorias também no sistema do Distrito de Vila Seca. Além disto, o SAMAE está desenvolvendo projetos e auxiliando na execução de diversos sistemas de comunidades rurais, tais como Monte Bérico, São Gotardo de Vila Seca, Santa Bárbara de Ana Rech, São João da 4ª Léguas e outros.

Em termos gerais, a Área Prioritária está bem atendida por rede pública de água nos municípios atendidos pela Corsan, excetuando-se São José dos Ausentes, Garibaldi e Jaquirana, onde, para incremento do turismo, há necessidade de investimentos em expansão dos sistemas. Em Caxias do Sul, verifica-se que devem ser feitas melhorias nas sedes dos distritos, tendo em vista o apelo do turismo colonial.

- Esgotamento Sanitário

Nos 14 municípios da Área Prioritária, são adotadas soluções locais para o esgotamento sanitário, exceto por experiências incipientes realizadas em Gramado, Canela, Garibaldi e Bom Jesus.

Em Gramado foi implantada rede do tipo separador absoluto em pequena parte da cidade. Das cinco bacias delimitadas, duas estão 85% implantadas pela Corsan, com recursos do Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social (Fundopimes). Os efluentes são encaminhados para a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) com nível de tratamento secundário, que trata atualmente cerca de 7 l/s, atendendo um universo de aproximadamente 900 pessoas. Não existe cobrança de tarifa pela ausência de acordo formal entre a Corsan e a Prefeitura Municipal.

Em Canela, o centro da cidade é atendido por rede coletora executada e operada pela Prefeitura Municipal, que terceirizou a exploração e administração do sistema. Os efluentes coletados recebem tratamento primário, e há cobrança pela prestação do serviço.

Em Garibaldi há projeto para sete bacias de esgotamento sanitário, estando três semi-implantadas, protegendo a Barragem do Arroio Marrecão, ponto

de captação da Corsan. Há em torno de 150 ligações, podendo atingir cerca de 300 ligações (de 420 a 840 pessoas). Não é feita cobrança pela prestação do serviço.

Bom Jesus possui rede coletora implantada pela Corsan em um loteamento, Promorar, com 78 economias (em torno de 300 pessoas). A rede conduz os esgotos sanitários para um ponto à jusante da Barragem do Arroio Estaqueador, onde é feita a captação da Corsan. Não há tratamento dos esgotos, e a utilização da rede é cobrada.

Caxias do Sul atende adequadamente através de afastamento, coleta e tratamento de esgoto sanitário cerca de 5% da população. A ETE Serrano, com tratamento em nível primário, atende os bairros localizados dentro da Bacia de Captação de Abastecimento de Água da Maestra. Em 2001 foi implantada a ETE Marianinha de Queiroz que atende um núcleo habitacional popular.

Em 2002 foi executada a ETE Dal Bó, cujo tratamento em nível primário, secundário e terciário destina-se aos loteamentos localizados dentro da Bacia de Captação Dal Bó, responsável pelo abastecimento de água de 9% da população da cidade.

Após a conclusão desses dois sistemas, Caxias do Sul contará com aproximadamente 8% da população beneficiada com afastamento, coleta e tratamento do esgoto sanitário, percentual esse que pode ser considerado baixo, tendo em vista os benefícios que sistemas de esgotamento sanitário trazem à população e ao meio ambiente.

Objetivando minimizar os problemas decorrentes da falta de esgotamento sanitário, o Código de Obras do Município determina a instalação de equipamento individual através de fossas sépticas e posterior lançamento na rede pluvial em sistema misto; ou a destinação para poços de infiltração (sumidouro) nas zonas onde não há rede de esgotamento pluvial. A realidade, no entanto, não condiz com a legislação pertinente, pois o que acontece na maioria dos casos é o lançamento direto dos esgotos sanitários na rede pluvial.

Por determinação legal, o SAMAE é responsável pelo esgotamento sanitário, e a Secretaria de Obras do Município, pelo pluvial. Entretanto os

problemas são comuns, visto que a rede existente funciona como mista. O sistema de esgotamento sanitário de 85% da cidade de Caxias do Sul chama-se Sistema de Esgotamento Unitário, ou sistema combinado, em que as águas residuárias, as águas de infiltração e águas pluviais veiculam por um único sistema.

Para mudar essa realidade, o SAMAE desenvolveu com o IPH da UFRGS o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Caxias do Sul que foi concebido de forma integrada com o Plano Diretor de Drenagem, a fim de que ambos fossem implementados em conjunto.

O Plano busca resolver o passivo (impacto acumulado) com uma maior economia e num menor prazo possível. Para isso, o Plano prevê o aproveitamento do sistema de drenagem misto (pluvial + cloacal) implantado em 85% da área urbana. O estudo propõe a canalização desta rede para os coletores-tronco e interceptores que encaminharão o esgoto para as Estações de Tratamento. Esse sistema contempla uma redução do custo em 50%, uma maior agilidade e ganhos ambientais e de saúde imediatos.

Numa segunda fase, prevê-se a adoção do Sistema Separador Absoluto, que proporciona benefícios adicionais ao meio ambiente. Para isto será necessária a construção de uma rede específica para esgotos, aproveitando de forma integral as obras e investimentos já implementados.

O Plano permite o planejamento atual e futuro da cidade, fazendo com que os investimentos públicos sejam utilizados de forma ordenada e eficaz, uma vez que define as diretrizes dos projetos e obras do tratamento de esgoto sanitário a curto, médio e longo prazo. Trata-se de um instrumento de orientação para o poder público e para a comunidade, servindo também como importante subsídio para captação de recursos financeiros.

A implementação do Plano está sendo realizada prioritariamente nas bacias de captação de abastecimento de água. Em continuidade, serão executadas obras nas Bacias do Moschen, Samuara e Faxinal. O licenciamento prévio das ETEs de primeira etapa do plano já foram concedidas pela FEPAM, e o projeto executivo do Sistema Tega está sendo encaminhado para licitação.

Quanto ao saneamento das áreas rurais, os distritos possuem sistema de fossas sépticas e/ou sumidouro. O Bairro de Ana Rech, cujo apelo turístico é forte, tem parte de sua área localizada dentro da Bacia de Captação do Faxinal, e contíguo a uma área rural que se recente da falta de esgotamento sanitário. Existe projeto de concepção do sistema, mas faltam recursos financeiros. Sua implantação traria retorno na qualidade da água bruta, atenderia a reivindicação dos moradores, além de melhorar as condições ambientais do local que é importante atração turística de Caxias do Sul.

Em Caxias do Sul, os sistemas de esgotamento sanitários existentes não apresentam problemas nos períodos de maior fluxo turístico.

Verifica-se, na Área Prioritária que, excetuando-se os pequenos percentuais com rede coletora do tipo separador absoluto, o sistema utilizado na grande parte das áreas urbanas é a fossa séptica, seguida de sumidouro e/ou lançamento na rede de drenagem. O sistema, próprio para áreas com baixa densidade de ocupação e com boas condições de infiltração no solo, não é adequado para muitos dos municípios da Área Prioritária, cujo solo é rochoso, com pouca ou nenhuma capacidade de infiltração, os quais apresentam alta densidade de ocupação na área urbana. Some-se a isso o fato de que nenhum município tem sistema de limpeza e controle da operação das fossas sépticas; além de, via de regra, serem subdimensionadas. Como resultado, as áreas centrais apresentam odor proveniente das bocas de lobo do sistema de drenagem, e os recursos hídricos próximos ao lançamento das redes de drenagem estão poluídos.

A poluição dos locais onde se localizam os atrativos é um problema que pode ser verificado nas cascatas do Caracol, em Canela, e Véu de Noiva, em Gramado, pontos turísticos tradicionais da Área Prioritária.

Cabe destacar o aspecto relacionado à saúde pública, já que a inexistência de uma condição sanitária eficaz produz o surgimento de doenças de veiculação hídrica. Os microrganismos patogênicos atingem a água através de excretas de pessoas ou animais infectados, causando problemas principalmente no aparelho intestinal do homem. Essas doenças podem ser causadas por

bactérias, fungos, vírus, protozoários e helmintos, destacando-se as febres tifóide e paratifóide, shigeloses, cólera, hepatite A, amebíase, giardíase, esquistossomose e ascaridíase.

Em municípios onde o turismo é a principal atividade econômica (casos de Canela e Gramado), esse aspecto assume particular importância, já que pode ser motivo de afastamento dos visitantes.

Verifica-se, assim, a necessidade de investimentos em soluções para coleta, afastamento e tratamento dos esgotos em todos os municípios. Tendo em vista os objetivos do Prodetur, deverão ser priorizadas áreas com maior densidade turística e estudadas soluções compatíveis com a realidade de cada município, que considerem, especialmente, a densidade populacional e o tipo de solo. Um estudo de capacidade de carga dos locais onde estão concentrados os atrativos, estabelecendo limites de crescimento de demanda, contribuiria para conter os *deficits* crescentes nos serviços de esgotamento sanitário.

- Aspectos Institucionais

A Corsan mantém contratos de concessão com 321 sedes municipais, dos 497 municípios do Rio Grande do Sul, e com 56 outras localidades para os serviços de abastecimento de água, além de 86 sedes municipais e 22 outras localidades para os serviços de esgotamento sanitário (Quadro 9). A população abrangida pelos serviços concedidos à Corsan alcança 5,8 milhões de habitantes. Apesar de atender um número elevado de municípios, não são atendidos os maiores municípios do Estado, entre eles Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas, que contam com serviço autônomo municipal.

Quadro 9 - Municípios e localidades atendidas pela Corsan

ATENDIMENTO			CONCESSÕES		
LOCALIDADES	ÁGUA	ESGOTO	LOCALIDADES	ÁGUA	ESGOTO
Sedes Municipais	315	32	Sedes Municipais	321	86
Distritos, Povoados, Vilas e Zonas Rurais	55	8	Distritos, Povoados, Vilas e Zonas Rurais	56	22
TOTAL	370	40	TOTAL	377	108
NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO					497

Na Área Prioritária, a Corsan tem a concessão do serviço de abastecimento de água em 13 dos 14 municípios. Somente Caxias do Sul dispõe de um serviço municipal (SAMAE).

Para a comercialização, a Corsan adota uma estratificação em categorias econômicas: Residenciais Sociais – 28,53%; Residenciais normais – 61,47%; Comerciais – 8,91%; Industriais – 0,47%; e Públicas – 0,62%.

Os recursos aplicados nos projetos de expansão, modernização e diversificação da Corsan podem ser avaliados pelo Quadro 10. A Companhia reduziu significativamente seus investimentos no período 1999-2002, tendo ocorrido uma elevação somente no último ano.

Quadro 10 - Investimentos por fonte – 1997 a 2002

Em R\$ 1.000,00

Descrição	Realizado						
	Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002
1 – Empréstimos		103.014	120.565	34.014	10.631	5.750	9.640
1.1 – CEF		55.553	60.317	30.810	9.251	2.403	6.883
1.2 – PIMES		6.641	24.919	2.997	1.380	3.347	2.757
1.3 - Pró-Guaíba		40.820	35.329	207	-	-	-
2 – Rec. Próprios		46.172	57.293	39.042	35.674	35.365	68.404
3 – Investimento		149.186	177.858	73.056	46.305	41.115	78.044

O Quadro 11 apresenta a previsão de despesas e receitas para 2003, observando-se uma previsão de *superavit* primário de R\$ 293,7 milhões. No Quadro 12, no entanto, observa-se que, considerados os serviços da dívida (Pró-Guaíba, CEF, debêntures, Fundopimes, parcelamentos do INSS, FGTS, Fundação Corsan, CEEE, etc.) e investimentos com recursos próprios, o saldo previsto para o ano de 2003 é negativo.

Quadro 11 - Previsão de despesas e receitas dos serviços – 2003

	Pessoal	Material	Serviços	Gerais	Total	Receita
Total	231.218	30.638	145.356	12.978	420.190	713.910

Quadro 12 - Resultado do Orçamento 2003

em R\$ 1.000,00

Receita Operacional	713.910
Despesa Operacional	-420.190
Despesas Fiscais e Tributárias	-29.854
Resultado Operacional	263.866
Serviço da Dívida e Parcelamentos	-253.149
Investimentos em Recursos Próprios	-40.200
Resultado Orçamento	-29.483

A Corsan adota, para cobrança de serviços prestados, estrutura tarifária estratificada por categoria de uso. A determinação do valor dos serviços de coleta e tratamento de esgotos é apurada à base de 70% do valor do m³ de água consumida. O Quadro 13 apresenta os valores praticados a partir de 2003, por categoria social, básica e empresarial.

Quadro 13 - Tarifas praticadas pela Corsan – 2003

Em R\$ 1,00

Tarifa	Categoria	Preço Base Água	Serviço Básico	Tarifa Composta Mínima	Preço Base Esgoto			
SOCIAL	BP Bica Pública	1,05	4,13	14,63	0,74			
	Res A e A1 até 10 m ³	0,88	4,13	12,93	0,62			
	m ³ excedente	2,18						
BÁSICA	Residencial B	2,18	10,31	32,11	1,53			
EMPRESARIAL	COMERCIAL C1 até 10 m ³	2,18	10,31	32,11	1,53			
	m ³ excedente	2,49	18,38	68,18	1,74			
	COMERCIAL	2,49						
	PÚBLICA	2,49				36,73	86,53	1,74
	INDUSTRIAL	2,81				36,73	130,09	1,97

A tarifa praticada no sistema de abastecimento de água cobre os custos de operação, serviço da dívida e depreciação do patrimônio, o que não se verifica no sistema de esgotos.

Pelos dados levantados, pode-se afirmar que a Corsan apresenta um bom desempenho financeiro. Persistem problemas para expansão do sistema de esgotamento sanitário, tendo em vista os investimentos necessários.

O baixo percentual que a Companhia tem mantido em relação à implantação de esgotos sanitários deve-se ao *deficit* que cada ligação representa, explicitado pelo serviço da dívida gerado, visto que não há recursos financeiros adequados para esse tipo de investimento.

O esgotamento sanitário só encontra viabilidade caso sejam contabilizados os benefícios indiretos, ou seja, seus reflexos nos gastos em saúde

pública (ambulatorial, medicamentos, internações), no aumento da atividade de turismo, etc.

A seguir, apresenta-se uma demonstração sobre o *deficit* gerado por economia, levando-se em conta os custos envolvidos na implantação de um sistema e as tarifas cobradas.

Tarifa = custo de operação + serviço da dívida + depreciação

Custo de Operação = aprox. R\$ 12,00/economia

Custo de Implantação = aprox. R\$ 1850,00/economia

Custo de Depreciação 40 anos/480 meses = aprox. R\$ 3,85/economia x mês

Custo com serviço da dívida (padrão CEF)

Indexador de mercado = TJLP ou TR

Taxa de juros = 12% ao ano

Prazo de amortização = 20 anos

Investimento por economia = R\$ 1850,00

Valor do serviço da dívida = R\$ 23,94/economia x mês

Receita média por economia = R\$ aprox. R\$ 18,00/ economia x mês

Tarifa = R\$ 12,00 + R\$ 23,94 + R\$ 3,85 = R\$ 39,79/ economia x mês

Deficit por economia = R\$ 21,79/ economia x mês

Número de habitantes por economia = 3,7 hab/economia

***Deficit per capita* = R\$ 5,89 habitante/mês**

- Resíduos Sólidos

O Quadro 14 apresenta dados do Censo Demográfico referentes à coleta de resíduos sólidos no ano de 2000. Os dados do Censo referem-se ao total de domicílios, não estando separados para as áreas rural e urbana. Recorrendo-se a uma simplificação, estão especificados os domicílios em que o

lixo é coletado por serviço de limpeza e caçamba, como sendo os domicílios em que é prestado o serviço. Essa informação é comparada com os domicílios urbanos, partindo-se do princípio de que o serviço é prestado principalmente em área urbana.

Quadro 14 - Destinação dos resíduos sólidos

Municípios	Total de Domicílios	Domicílios urbanos	Coletado	% sobre os domicílios urbanos
Antônio Prado.....	3 658	2 522	3 000	118,95
Bento Gonçalves.....	27 185	24 813	25 211	101,60
Bom Jesus.....	3 572	2 523	2 589	102,62
Cambará do Sul.....	1 980	930	1 652	177,63
Canela.....	9 855	9 198	9 496	103,24
Caxias do Sul.....	109 396	103 285	104 411	101,09
Farroupilha.....	16 013	12 713	14 630	115,08
Flores da Cunha.....	6 791	4 315	5 159	119,56
Garibaldi.....	8 237	6 972	6 753	96,86
Gramado.....	8 784	7 358	8 309	112,92
Jaquirana.....	1 397	789	786	99,62
Nova Petrópolis.....	5 118	3 823	4 121	107,79
São Francisco de Paula.....	5 907	3 691	4 039	109,43
São José dos Ausentes.....	887	441	503	114,06
Rio Grande do Sul.....	3 042 039	183 373	2 558 120	1395,04

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 - Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água, existência de banheiro ou sanitário, tipo de esgotamento sanitário e destino do lixo, segundo os Municípios - Rio Grande do Sul

Verificam-se percentuais bastante elevados de domicílios urbanos atendidos por coleta, ultrapassando, em todos os casos, exceto em Jaquirana, o total de domicílios urbanos. Isso demonstra que o serviço municipal atende inclusive parte da área rural. Deve-se registrar que, pelos dados censitários, não é possível identificar se existem domicílios em área urbana que não são atendidos. No entanto informações das próprias prefeituras apresentam pequenos percentuais sem atendimento, sendo a pior situação a de Cambará do Sul.

Quadro 15 - Percentual da coleta, execução e tipo de disposição final

Município	Pop.atendida por coleta de	Execução da coleta	Disposição final do lixo
Antônio Prado	100%	prefeitura	aterro san.
Bom Jesus	97%	prefeitura	lixão
Bento Gonçalves	95%	terceirizado	outro
Cambará do Sul	90%	terceirizado	outro
Canela	100%	terceirizado	aterro san.
Caxias do Sul	100%	terceirizado	aterro san.
Farroupilha	98%	terceirizado	aterro san.
Flores da Cunha	100%	terceirizado	aterro san.
Garibaldi	95%	terceirizado	outro
Gramado	90%	prefeitura	aterro san.
Jaquirana	58%	prefeitura	aterro san.
Nova Petrópolis	95%	prefeitura	aterro san.
São Fco. Paula	70%	terceirizado	aterro san.
S. J. Ausentes	100%	prefeitura	aterro san.

Fonte: Prefeituras municipais

Na maioria dos municípios, o serviço é terceirizado, e a disposição final é feita em aterro sanitário.

No que se refere à disposição final dos resíduos, faz-se uma descrição sobre a situação do licenciamento junto à Fepam (Quadro 16).

Quadro 16 - Situação do licenciamento da destinação de resíduos sólidos junto à Fepam

Municípios	Licenciamento
Antônio Prado.....	LO
Bento Gonçalves.....	Central do Recreio*
Bom Jesus.....	LO
Cambará do Sul.....	s/informação
Canela.....	LO
Caxias do Sul.....	LO
Farroupilha.....	LO
Flores da Cunha.....	LO
Garibaldi.....	Central do Recreio*
Gramado.....	LO
Jaquirana.....	LO
Nova Petrópolis.....	LO
São Francisco de Paula.....	LO
São José dos Ausentes.....	LP

Fonte: FEPAM

* em Minas do Leão

Praticamente todos os municípios apresentam uma situação boa junto ao órgão ambiental, dispondo de Licença de Operação (LO) para os sistemas adotados. Os municípios de Antônio Prado, Bom Jesus, Farroupilha, Gramado, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula dispõem de LO para central de triagem/compostagem/aterro sanitário. Canela, Flores da Cunha e Caxias do Sul têm licenciamento para operação de seus aterros sanitários. Em Caxias do Sul, a área disponível está quase esgotada, estando em elaboração EIA/RIMA para nova alternativa locacional. Em Canela há uma área próxima ao centro que não é mais utilizada e deve ser recuperada.

Bento Gonçalves e Garibaldi fazem o serviço de coleta e encaminham os resíduos para a Central do Recreio, localizada no município de Minas do Leão, a qual é licenciada. Essa Central é um aterro sanitário projetado e implantado em cava de mineração de carvão já esgotada, devidamente licenciado pela Fepam, atendendo a vários usuários por contrato.

O município de Bom Jesus dispõe os resíduos em um aterro irregular e obteve a Licença de Instalação (LI) para nova alternativa locacional; Jaquirana entrou com processo junto à Fepam para recuperação do aterro em uso; São José

dos Ausentes dispõe em vala a céu aberto (lixão) e obteve Licença Prévia (LP) para disposição em nova área. A pior situação é a de Cambará do Sul, que não tem processo de licenciamento encaminhado junto à Fepam.

Um eficiente serviço de coleta e disposição final de resíduos é condição essencial para a manutenção da qualidade ambiental, indispensável ao turismo.

- Drenagem Urbana

O percentual da população urbana atendida por rede de drenagem pluvial é apresentado no Quadro 17. Observam-se percentuais bastante variados na Área Prioritária. Nos municípios de maior porte, os percentuais de atendimento são elevados. Destacam-se os baixos percentuais de Jaquirana, Cambará do Sul, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes. Isso pode ser devido ao baixo índice de pavimentação.

Quadro 17 - População atendida por rede de drenagem – 2003

Município	Pop.atendida por rede de drenagem pluvial
Antônio Prado	100%
Bom Jesus	60%
Bento Gonçalves	94%
Cambará do Sul	50%
Canela	80%
Caxias do Sul	95%
Farroupilha	95%
Flores da Cunha	100%
Garibaldi	90%
Gramado	75%
Jaquirana	25%
Nova Petrópolis	50%
São Fco. Paula	50%
S. J. Ausentes	50%

Fonte: Prefeituras municipais

- Transportes

Dos municípios da Área, sete contam com transporte coletivo municipal, porém somente Bento Gonçalves e Farroupilha atendem toda a população urbana. A população neles atendida pode ser conferida no Quadro 18. Em Gramado e Canela, os percentuais são de 20% e 40%, respectivamente; considerados baixos para municípios turísticos.

Quadro 18 - Transporte coletivo municipal

Município	Transporte coletivo municipal	População atendida
Antônio Prado	não	-
Bom Jesus	não	-
Bento Gonçalves	sim	100%
Cambará do Sul	sim	75%
Canela	sim	40%
Caxias do Sul	sim	95%
Farroupilha	sim	100%
Flores da Cunha	não	-
Garibaldi	não	-
Gramado	sim	20%
Jaquirana	não	-
Nova Petrópolis	não	-
São Fco. Paula	sim	90%
São José dos Ausentes	não	-

Fonte: Prefeituras municipais

- Iluminação Pública

O Quadro 19 apresenta as informações fornecidas pelas prefeituras municipais sobre a população urbana atendida por rede de iluminação pública.

Quadro 19 - População atendida por iluminação pública – 2003

Município	População atendida por iluminação pública
Antônio Prado	100%
Bom Jesus	80%
Bento Gonçalves	98%
Cambará do Sul	90%
Canela	75%
Caxias do Sul	90%
Farroupilha	95%
Flores da Cunha	100%
Garibaldi	98%
Gramado	85%
Jaquirana	90%
Nova Petrópolis	95%
São Fco. Paula	70%
São José dos Ausentes	95%

Fonte: Prefeituras municipais

Com exceção de São Francisco de Paula, Canela e Bom Jesus, onde os percentuais de atendimento por iluminação pública são relativamente baixos, nos demais municípios esse percentual está acima de 85%.

- Energia

No Estado do Rio Grande do Sul, o serviço de energia está resolvido já há vários anos. O Estado está conectado ao sistema integrado brasileiro, conta com produção de energia hidroelétrica e termelétrica própria e importa uma parcela da Argentina, para atender à demanda da região próxima à divisa internacional com esse País.

Operam no Estado, na Área Prioritária, na produção e distribuição de energia, duas empresas: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e Rio Grande Energia - RGE.

- Telecomunicações

Operam no Estado do Rio Grande do Sul várias companhias de telecomunicações, que assumiram o controle desses serviços após a privatização promovida pelo Governo Federal nos últimos anos. A telefonia fixa é eficiente em todos os municípios considerados nos estudos deste Plano; e a telefonia móvel está instalada quase na totalidade desses municípios. As empresas que operam tais serviços são: telefonia fixa – CRT e Brasil Telecom; e telefonia móvel – Vivo e Claro.

- Segurança Pública

Uma forma de medir o grau de segurança existente em determinado município ou região é através da evolução das taxas de criminalidade³ - homicídios, roubos e furtos.

O que se pode perceber é que as taxas de roubo e furto foram crescentes ao longo do período 1998-2002 nos municípios e na Área Prioritária como um todo. Também se observa que as maiores taxas estão nos municípios mais populosos e com maior atividade econômica. Já para as taxas de homicídio, nota-se que são bastante variáveis, tanto nos municípios como na região, as quais não estão associadas à maior ou menor população/atividade econômica do município. Comparando-se com as taxas de criminalidade do Rio Grande do Sul, os municípios da Área Prioritária, em homicídios – exceção em 1998 e 1999 – e em roubos têm uma taxa menor que as do Estado, diferentemente de furtos, em que as taxas são sempre maiores.

Ao comentar essas taxas, é importante salientar que se referem aos municípios, não podendo ser aplicadas ao conjunto dos produtos e atrativos turísticos mencionados neste Plano. Assim, o que realmente cabe registrar é o

³ Essas taxas são calculadas através da relação entre o número de delitos ocorridos para cada grupo de cem mil pessoas, através da seguinte fórmula: $(\text{Número de ocorrências} \times 100.000) / \text{População total}$

nível de insegurança que essas taxas podem gerar aos turistas que se deslocam para a Área.

Diante disso, o que deve ser observado são, além dos pontos sensíveis detectados nas estradas, indicados pelos postos rodoviários respectivos, as questões básicas de cuidados pessoais, como a utilização de cofres de hotéis para guarda de valores e a manutenção de carros fechados, etc., que são obrigações do turista, as quais devem ligar-se a outros dados, como a existência de guardas municipais e contingente de policiamento ostensivo nas cidades, o que é bastante significativo na Área, demonstrando ser satisfatório.

Na área da segurança pública, cabe salientar que apenas Caxias do Sul e Bento Gonçalves possuem guarda municipal, sendo que 9 municípios não possuem defesa civil e 12 não têm Delegacia da Mulher (Quadro 20).

Quadro 20 - Acesso à segurança pública na Área Prioritária – 2003

Municípios	Guarda Municipal	Efetivo	Núcleo ou Delegacia de Mulheres	Defesa Civil
Antônio Prado	Não	0	Não	Não
Bento Gonçalves	Sim	22	Sim	Sim
Bom Jesus	Não	0	Não	Não
Cambará do Sul	Não	0	Não	Não
Canela	Não	0	Não	Não
Caxias do Sul	Sim	144	Sim	Sim
Farroupilha	Não	0	Não	Não
Flores da Cunha	Sim	14	Não	Não
Garibaldi	Não	0	Não	Sim
Gramado	Não	0	Não	Não
Jaquirana	Não	0	Não	Não
Nova Petrópolis	Não	0	Não	Sim
São Francisco de Paula	Não	0	Não	Sim
São José dos Ausentes	Não	0	Não	Não

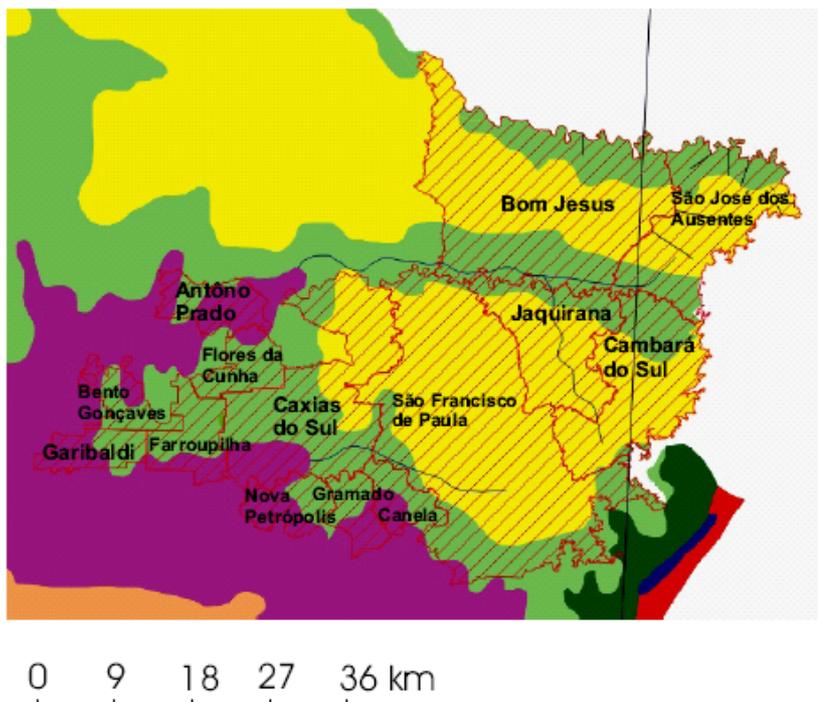
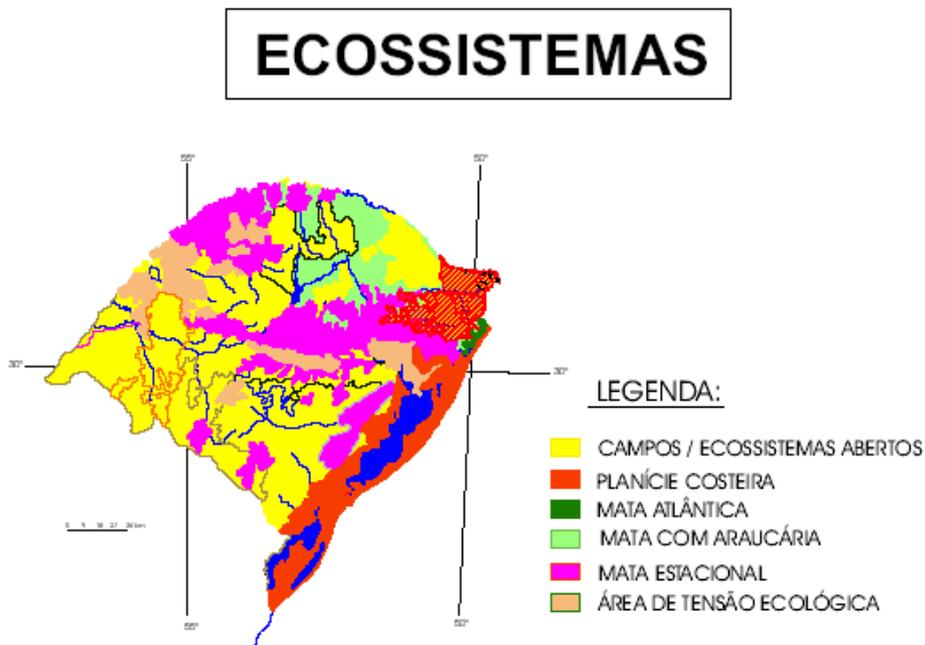
Fonte: IBGE e Prefeituras Municipais

2.1.7 Aspectos Socioambientais

- Ecossistemas principais

Na área de abrangência do projeto, constata-se a presença de vários ecossistemas integrantes do Domínio Mata Atlântica; ou seja, os Campos de Altitude e Floresta Ombrófila Mista na região do planalto, interpenetrando-se com a Floresta Ombrófila Densa nas encostas voltadas para leste e a Floresta Estacional Decidual no rebordo sul do mesmo (Figura 8).

Figura 8 - Ecossistemas do Rio Grande do Sul



A Floresta Ombrófila Mista, também denominada de floresta com araucária, é caracterizada pela presença do pinheiro brasileiro.

A Floresta Ombrófila Densa ou Floresta Atlântica na região ocorre nos paredões dos cânions.

A Floresta Estacional Decidual recobre a vertente sul da Serra Geral e caracteriza-se pela presença de espécies que perdem as folhas em seu estrato superior.

A Savana Gramíneo-Lenhosa ou campos, desenvolvida sobre relevos aplainados e solos rasos, apresenta o aspecto de um tapete; na região está pontilhada por capões de mata com araucária.

As formações florestais do domínio da Mata Atlântica ocupavam, aproximadamente, 112.000 km² do Rio Grande do Sul, ou seja, 40% do território do Estado. Hoje ela encontra-se reduzida a 7.500 km², apenas 2,7%, segundo levantamento da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, realizado em 1995. Identifica-se a ocupação das áreas florestais a partir de 1824, principalmente por imigrantes alemães e italianos como fator importante para essa situação. A exploração madeireira e a expansão agrícola entre 1945 e 1970 contribuíram significativamente para a diminuição e depauperamento das áreas florestais. Atualmente os remanescentes florestais ainda sofrem pressões da atividade agrícola para seu uso como lenha, além de outros importantes impactos como a construção de estradas, gasodutos, barragens e expansão urbana.

No que se refere às áreas campestres, Rambo (1942) estimava em 46,26% a cobertura vegetal campestre no Estado. Hoje esta superfície está reduzida a 37% de sua área original. A pecuária e a exploração da araucária, base da economia da região Nordeste do Estado, atualmente, estão sofrendo forte impacto pelo plantio do pinus, para atendimento às indústrias madeireira e de celulose, concomitante com o aumento do cultivo da batata e de extensas áreas com plantações de macieiras (Boldrini, 2002).

Segundo Nabinger (2002), a pressão antrópica sobre os campos resulta tanto do avanço das lavouras sobre o campo, como de práticas arraigadas na

cultura do pecuarista tradicional, podendo-se relacionar como as mais importantes a falta de adequada subdivisão da propriedade, em função das condições de solo e vegetação, do uso indiscriminado das queimadas e da falta de controle adequado da intensidade da pastagem.

Dados resultantes do mapeamento da cobertura do solo na Área Prioritária incluída na Bacia do Guaíba, *lato sensu*, com base em imagens do satélite Landsat de 1995, mostram que a cobertura vegetal nativa, representada pelos campos, florestas e áreas úmidas, perfaz 86,67% da área. Os cultivos compreendem 7,54%, e o reflorestamento ocupa 3,92% da área dos municípios. Apenas 1,36% da superfície total é ocupada por áreas urbanas. Esses dados revelam que, apesar da intensa antropização constatada, há um caráter de semi-naturalidade dos ecossistemas da região. Esses, embora empobrecidos sob o ponto de vista de sua qualidade ambiental, ainda mantêm as principais características representativas da paisagem regional.

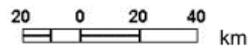
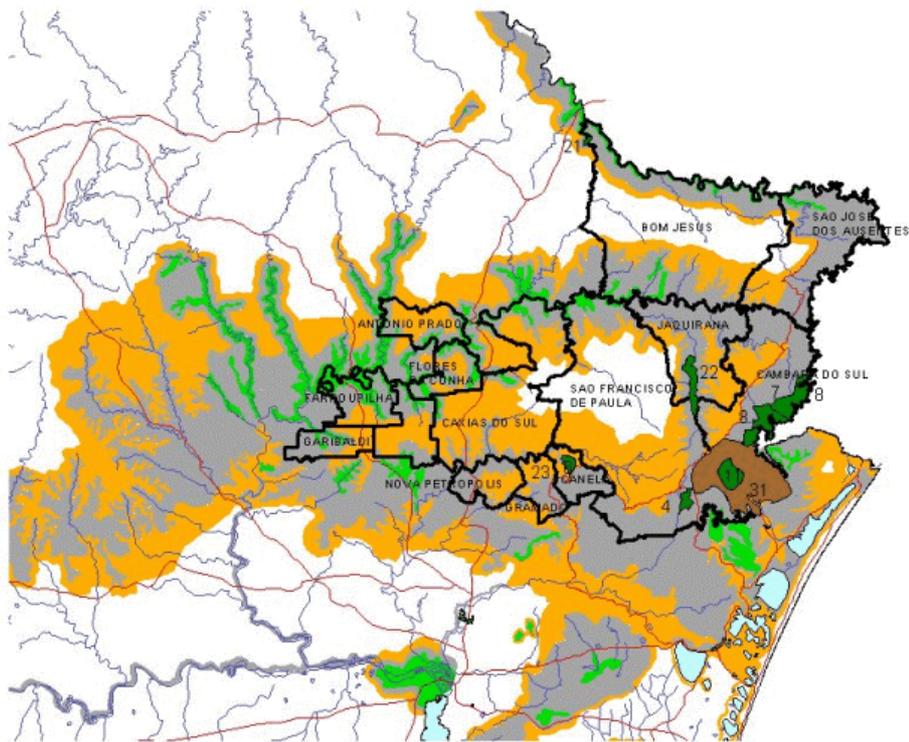
- Unidades de Conservação

De acordo com Barros II (1997), há estimativas de que cerca de 40% das mais de 600 milhões de viagens internacionais realizadas anualmente são motivadas pelo desfrute de áreas naturais. Milhões de turistas visitam parques e áreas naturais, e essa tendência é de crescimento exponencial.

O turismo é uma atividade desejável em certas categorias de Unidades de Conservação com o objetivo de aumentar o nível de conscientização pública sobre o valor das áreas naturais.

Verifica-se na área a existência de 16 Unidades de Conservação, sendo 5 federais, 4 estaduais e 7 municipais. Quanto à categoria de manejo, constata-se a ocorrência de 2 parques nacionais, 3 parques estaduais e 5 parques municipais, 1 área de proteção ambiental estadual e 1 municipal, 2 florestas nacionais, 1 estação ecológica federal e 1 reserva biológica municipal (Figura 9).

Figura 9 - Unidades de Conservação na Área Prioritária



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

- 4 - Floresta Nacional de São Francisco de Paula
- 6 - Floresta Nacional de Canela
- 7 - Parque Nacional da Serra Geral
- 8 - Parque Nacional de Aparados da Serra

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

- 11 - Estação Ecológica do Taim
- 21 - Parque Estadual do Aratinga
- 22 - Parque Estadual do Tainhas
- 23 - Parque do Caracol
- 31 - APA Rota do Sol

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

- Reservas indígenas
- Zona Núcleo
- Zona de amortecimento
- Zona de Transição

Fonte: FEPAM

De acordo com Oliveira (2002a), as Unidades de Conservação (UCs), na área do projeto, no âmbito federal, estadual e municipal, ocupam área de 1002,91 km², representando 14,23% do total da superfície protegida no Estado. Essa superfície corresponde apenas a 7,5% da superfície dos municípios localizados na Área Prioritária e representa um valor superior ao escasso percentual de 2,63%, correspondente à totalidade da superfície do Estado protegida em UCs.

A maior parte dessa área, isto é, 610,81 km², corresponde a Unidades de Conservação de uso direto ou de manejo sustentável como Áreas de Proteção Ambiental e Florestas Nacionais.

Dentre as unidades de uso indireto, ou seja, de proteção integral, destacam-se os Parques Nacionais dos Aparados da Serra, a Serra Geral, o Parque Estadual de Tainhas e a Estação Ecológica de Aratinga.

As poucas unidades municipais existentes, embora com predomínio de categorias de uso indireto, são de pequenas dimensões e submetidas a grandes pressões, uma vez que se encontram localizadas próximas a núcleos urbanos e não dispõem de plano de manejo, necessitando, para que a visitação pública nas mesmas seja incrementada, da elaboração desse instrumento de gestão. As mesmas localizam-se nos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Canela, Caxias do Sul e Farroupilha.

O Quadro 21 apresenta as Unidades de Conservação localizadas na Área Prioritária e suas principais características, estando em destaque aquelas que serão apoiadas pelo Projeto “Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul”, financiado com recursos do banco alemão KFW. O Quadro 21 apresenta o porte das áreas, a categoria, a responsabilidade pela administração e os municípios de localização. Informa-se, ainda, a existência de plano de manejo e disponibilidade de infra-estrutura para o turismo. Apenas o Parque Aparados da Serra e as florestas de São Francisco de Paula e do Caracol dispõem de plano. A maioria também não dispõe de infra-estrutura; ou a mesma é precária.

Para as UCs contempladas pelo Projeto Mata Atlântica, deverão ser implementadas as seguintes medidas: levantamento fundiário, delimitação e demarcação (com recursos do Estado do RS); levantamentos físicos, biológicos e ecológicos; elaboração de plano de gestão do entorno; construção de sede

administrativa, casa para guarda-parques, pórtico, garagem-depósito e posto de fiscalização; sinalização; implantação de trilha; elaboração dos projetos executivos, acompanhamento e fiscalização das obras; infra-estrutura (acessos, luz, água); aquisição de veículos e equipamentos; pessoal adicional para gestão e fiscalização; custeio das despesas adicionais; e treinamento de pessoal e atores locais, visando a integração com a comunidade.

A seguir, é feita uma descrição sobre a situação das Unidades de Conservação existentes na rea Prioritária.

- ✓ Estaao Ecológica Estadual de Aratinga

Situação Fundiária - A rea destinada à implantação da Estaao está constituída principalmente por propriedades particulares, de ocupação regular ou irregular, onde são desenvolvidas atividades agropecuárias.

Quadro 21 - Unidades de Conservação localizadas na Área Prioritária

Categoria	Nome	Administração	Localização	Área (ha)	Plano de Manejo	Infra-estrutura
Estação Ecológica	Aratinga	Estadual	Terra de Areia e São Francisco de Paula	5.882,0	Não	Não
Parque	Tainhas	Estadual	São Francisco de Paula	4.925,0	Não	Não
Parque	Aparados da Serra	Federal	Cambará do Sul e Praia Grande	10.250,0	Sim	satisfatória
Parque	Serra Geral	Federal	Cambará do Sul e Praia Grande	17.300,0	Não	precária
Floresta	São Francisco de Paula	Federal	São Francisco de Paula	1.607,0	Sim	satisfatória
Parque	Caracol	Municipal	Canela	100,0		satisfatória
Parque	Ibitiriá	Estadual	Bom Jesus e Vacaria	415,0	Não	Não
Floresta	Canela	Federal	Canela	557,0	Sim	precária
Área de Proteção Ambiental	Rota do Sol	Estadual	São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Terra de Areia, Maquiné e Três Cachoeiras	52.355,0	Não	Não
Parque	Mato Sartori	Municipal	Caxias do Sul	6,2	Não	
Parque	Faxinal	Municipal	Caxias do Sul	400,0	Não	Não
Parque	Antônio Prado	Municipal	Antônio Prado	20,0	Não	Não
Parque	Pinheiro Grosso	Municipal	Canela	5,6	Não	satisfatória
Reserva Biológica	Planalto	Municipal	Bento Gonçalves	2,6	Não	Não
Parque	Pinheiros	Municipal	Farroupilha	10,4	Não	satisfatória
Área de Proteção Ambiental	Barragem do Faxinal	Municipal	Caxias do Sul	7.000,0		Não

 Unidades com apoio do KFW

- *Recursos humanos* - Não existem funcionários disponíveis para a Área Prioritária no momento, mas esse quadro será completado com a contratação de pessoal a partir dos recursos provenientes da medida compensatória.
- *Infra-estrutura* - As estruturas de administração e de fiscalização ainda inexistem, sendo a fiscalização realizada na atualidade por técnicos do DEFAP com a cooperação da Brigada Militar.
- *Fatores de degradação* - As principais fontes de impacto estão relacionadas à extração de lenha e pinhão no interior da UC e às queimadas nas áreas de campo, como medida de manejo para as atividades pecuárias.

✓ Parque Estadual de Tainhas

- *Situação fundiária* – A área do Parque está constituída por propriedades particulares, onde são desenvolvidas atividades agropecuárias e, também, um *camping* privado.
- *Recursos humanos* - Não existem funcionários disponíveis para seu gerenciamento e fiscalização.
- *Infra-estrutura* - Não há infra-estrutura instalada, além do *camping* rústico particular no Passo da Ilha.
- *Fatores de degradação* - As principais fontes de impacto originam-se de atividades agropecuárias (agrotóxicos e queimadas), caça, exploração do *camping* privado.

✓ Parque Nacional dos Aparados da Serra

É a Unidade de Conservação com melhores condições de atendimento aos visitantes.

- *Situação fundiária* – Cerca de 58% da superfície do Parque carece de regularização fundiária.
- *Recursos humanos* – A unidade dispõe de escassos recursos humanos para fiscalização, e há uma eficiente equipe local de guias de ecoturismo.

- *Infra-estrutura* - O Parque possui sede administrativa, com centro de visitação, apresentando toda a infra-estrutura necessária ao bom atendimento dos visitantes, inclusive restaurante. O acesso a esse centro é pago (R\$ 6,00), sendo cobrada uma taxa de R\$5,00 para estacionamento de veículo.

✓ Parque Nacional da Serra Geral

- *Situação fundiária* - A área é de propriedade da União, mas carece de demarcação.
- *Recursos humanos* - Existe somente a diretora do Parque, não havendo nenhum funcionário sob sua administração.
- *Infra-estrutura* – As instalações do Parque Nacional dos Aparados da Serra atendem também os visitantes dos dois setores do Parque da Serra Geral.
- *Fatores de degradação* - as maiores pressões antrópicas relacionadas ao Parque são o turismo de aventura desordenado, sobretudo nos cânions, além da caça; registrando-se também impactos no entorno decorrentes do desmatamento, das queimadas e do uso de agrotóxicos.

✓ Floresta Nacional de São Francisco de Paula

A vegetação dessa área é caracterizada por grande variedade de espécies, acompanhada de uma fauna muito rica de animais silvestres de pequeno porte, dependentes da semente do pinheiro brasileiro. A UC é importante para a educação ambiental e ecoturismo, funções para as quais dispõe de um museu e centro de visitantes rústico. Essas atividades também contribuem para a mobilização da população do entorno da UC.

✓ Parque Estadual do Caracol

Atualmente administrado pela Prefeitura Municipal de Canela, tem área de 100 ha, com 25 ha de matas nativas, apresentando boa infra-estrutura para o turismo,

recebe mensalmente cerca de 35.000 visitantes. Seus maiores atrativos são a mata com araucária e a Cascata do Caracol.

✓ Parque Estadual do Ibitirirá

Criado em 1975, localiza-se entre o limite dos municípios de Bom Jesus e Vacaria. Não foram tomadas quaisquer medidas para a implantação da unidade de conservação, carecendo de regularização fundiária, plano de manejo, fiscalização e infra-estrutura para visitação pública.

✓ Floresta Nacional de Canela

Localizada junto à periferia urbana de Canela, foi criada em 1947. Apresenta potencial para desenvolvimento de atividades recreativas e de lazer. Existe um pequeno museu e sede administrativa, e está sendo implantada infra-estrutura para visitação. Foi elaborado projeto para construção de um centro de visitantes, sendo que o IBAMA e a Prefeitura Municipal estão em tratativas para assinatura de convênio para aproveitamento da UC com atividades de ecoturismo.

✓ Área de Proteção Ambiental Rota-do-Sol

Foi criada como medida compensatória à implantação da RS/486, trecho Tainhas-Terra de Areia. É a maior Unidade de Conservação da Área Prioritária, encontrando-se em seu interior a Estação Ecológica de Aratinga. Esse tipo de unidade não prevê desapropriação, devendo o uso da terra em seu interior ser disciplinado por um plano diretor que, todavia, até o momento não foi elaborado. O objetivo de uma APA, que é a promoção do desenvolvimento sustentável da região onde a mesma está inserida, deverá ser atingido estimulando-se o desenvolvimento de atividades compatíveis com essa categoria, dentre as quais destaca-se o turismo.

Pesquisa recentemente realizada (Beck de Souza, 2002), objetivando um diagnóstico socioeconômico nos municípios incluídos na APA Rota-do-Sol, identificou junto à comunidade e instituições como prefeituras municipais, câmaras de vereadores,

ONGs, sindicatos, escolas, Emater, Ibama, entre outros, os principais indicadores relativos a esse tema.

Constatou-se que, entre os principais problemas ambientais indicados pela sociedade na região, destacaram-se com maiores percentuais o uso de defensivos agrícolas (48,9%), lixo (14,9%), falta de saneamento e de tratamento de esgotos (12,8%), poluição hídrica (10,6%), pequenos problemas (6,4%), assoreamento do rio, desmatamento, extração de palmito, queimadas do campo e da floresta nativa, contaminação pela Celulose Cambará e/ou outras madeireiras (4,3%) e caça (2,1%).

Como recursos ambientais com maior identificação com a região, foram apontados água de qualidade, rios, cascatas, mananciais (80,9%), cânions (12,8%), fauna (10,6%), parques (8,5%) e ar puro (6,4%), entre outros. Pequena parcela assinalou o cultivo de hortifrutigranjeiros (6,4%) e reflorestamento (2,1%) como recursos ambientais.

Na indagação referente à potencialidade para o desenvolvimento de atividades turísticas, 91,5% das instituições responderam afirmativamente, e a população em geral, ou seja, 53,3%, tem a mesma opinião. Em relação ao tipo de desenvolvimento mais adequado para o município, o turismo apareceu com o maior percentual (68,1%) para as instituições, ao passo que, para a população, são prioritárias as indústrias que geram empregos (41,3%), aparecendo o turismo ao lado de indústrias não-poluentes e de produção de madeira (4%).

No que se refere às Unidades de Conservação, o Parque Nacional dos Aparados da Serra é a mais conhecida, seguindo-se a Área de Proteção Ambiental da Rota-do-Sol, a Floresta Nacional de São Francisco de Paula e a Estação Ecológica de Aratinga.

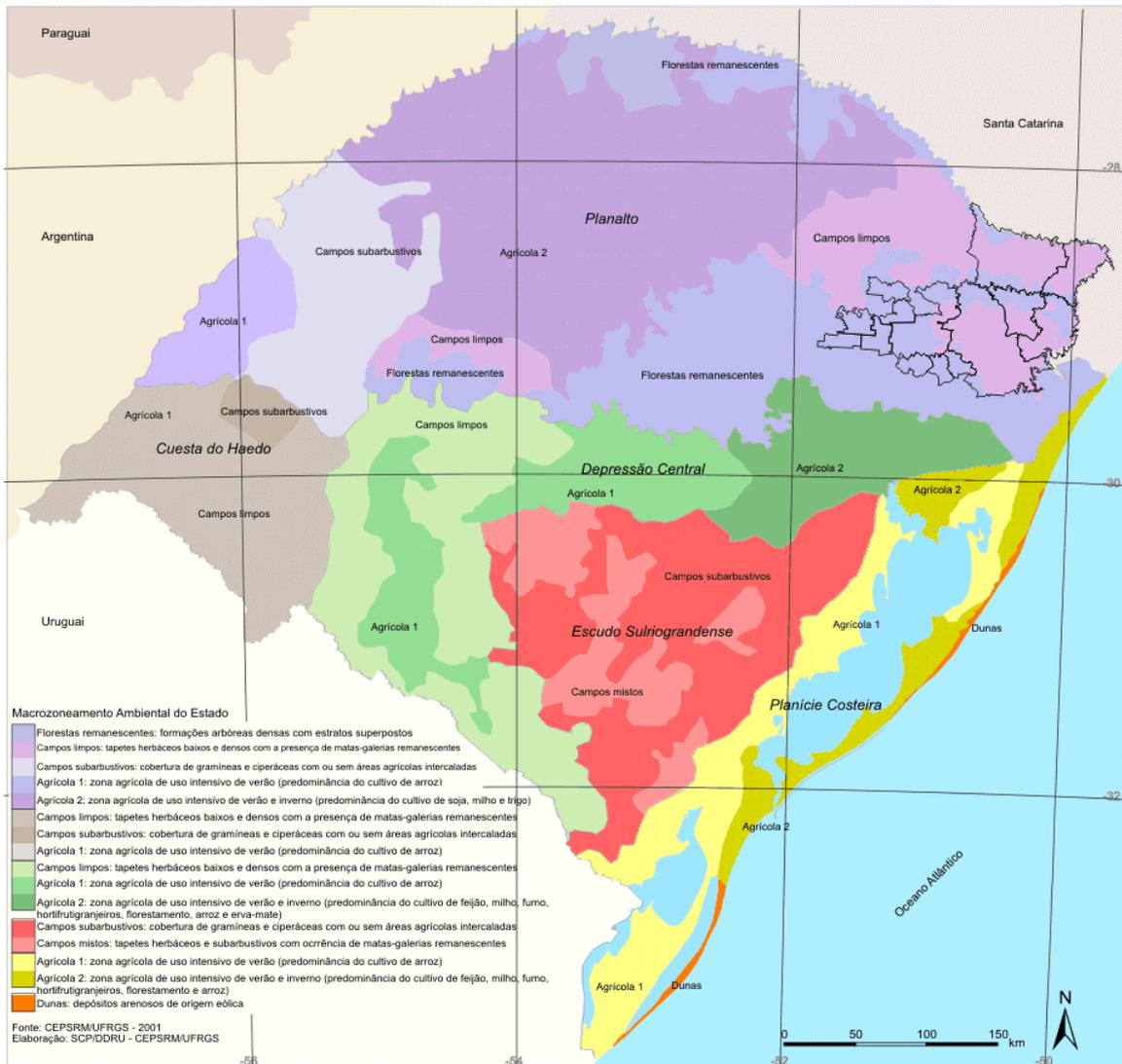
- Zoneamento Ambiental

Para a região em apreço, verificou-se a existência de dois tipos de zoneamento, sendo um deles caracterizado por macrozonas, sem detalhamento das mesmas, e o outro representado pelo zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, área com proteção especial definida legalmente.

✓ Macrozoneamento Ambiental do RS

Elaborado com o objetivo de expressar os principais padrões de relevo, de uso e ocupação do solo e da cobertura vegetal no Estado (Rio Grande do Sul, 2002), o macrozoneamento ambiental do Rio Grande do Sul apresenta cinco macrozonas (Figura 10). Verifica-se na área do projeto a predominância de florestas remanescentes e campos limpos, observando-se também uma porção menor, caracterizada como zona agrícola de uso intensivo no verão e inverno com cultivos de feijão, milho, fumo, hortifrutigranjeiros, florestamento, arroz e erva-mate.

Figura 10 - Macrozoneamento ambiental do Rio Grande do Sul



✓ Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

As Reservas da Biosfera integram o programa MAB da UNESCO, desenvolvido em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a União Mundial para a Natureza (UICN).

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) é um instrumento de gestão ambiental, cujos objetivos são conservação da biodiversidade do ecossistema, implantação do desenvolvimento sustentável na área de abrangência de seus remanescentes e incentivo ao conhecimento científico, à educação e ao monitoramento permanente acerca de seus recursos naturais e valores culturais.

No Rio Grande do Sul, abrange uma extensa superfície de 48.695 km², correspondente a 17,2% do território do Estado, cujo reconhecimento pela UNESCO ocorreu em 4 de junho de 1994 (Figura 10). Quase toda a área de abrangência do Prodetur Sul está incluída no interior da RBMA/RS. De acordo com as diretrizes gerais das Reservas da Biosfera, foram estabelecidas três zonas para o uso e ocupação do solo na área da Reserva do Rio Grande do Sul.

- Zona-Núcleo: inclui áreas amparadas por proteção legal como as Unidades de Conservação e as Áreas de Preservação Permanente, de acordo com a Lei 4771/65. Como potencialidades dessas áreas destacam-se a educação ambiental, a pesquisa científica e o ecoturismo nas unidades em que são admitidos esses usos.
- Zona-Tampão ou de Amortecimento: é permitida a exploração de florestas nativas por meio de manejo sustentável, estando os licenciamentos ambientais condicionados à recuperação das áreas de preservação permanente. Devem ser respeitadas nas atividades agrossilvopastoris as classes de capacidade de uso do solo. As características dessa zona favorecem projetos de agricultura ecológica, ecoturismo, recomposição da cobertura vegetal original, aproveitamento econômico de espécies florestais, além da pesquisa científica.

- Zona de Transição: constituída pelas áreas mais externas da reserva, não dispõe de um instrumento legal específico para sua proteção. Privilegia-se o uso sustentado da terra e a recuperação de áreas degradadas.

Esse zoneamento não se constitui em limitante para o desenvolvimento de atividades turísticas, uma vez que, dentre as diretrizes adotadas pela Reserva da Biosfera, o ecoturismo é considerado uma ferramenta para a conservação e uso sustentável do recurso natural.

- ✓ Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

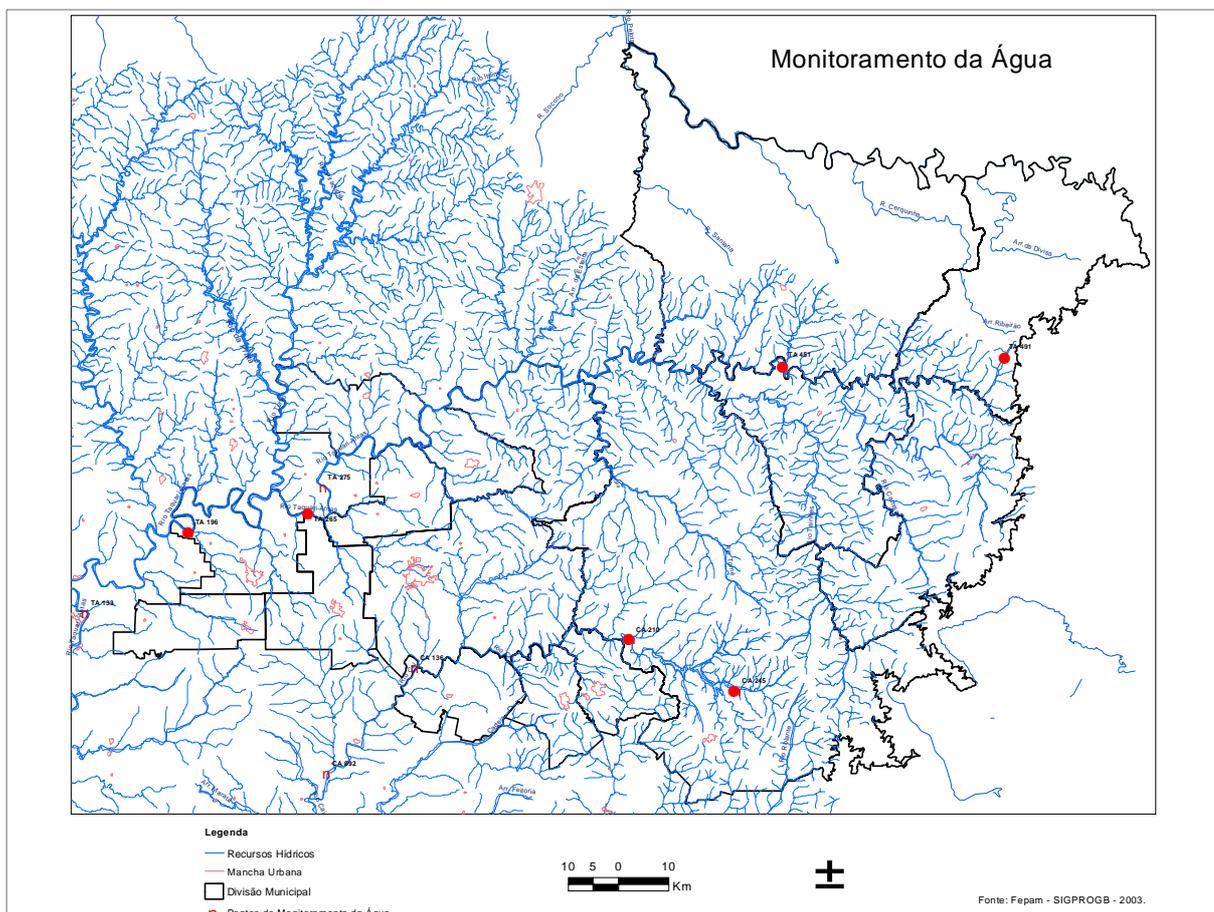
O Comitê Estadual da Reserva da Mata Atlântica (CERBMA/RS) é a entidade responsável pelo planejamento e articulação de ações que assegurem a implementação da Reserva. Foi criado em 1996 e instalado em 1997 através de Resolução do Conselho Nacional da Reserva, estando constituído paritariamente por 18 entidades governamentais e não-governamentais.

- Monitoramento dos Recursos Ambientais

- ✓ Recursos Hídricos

Na Área Prioritária são monitorados o Rio das Antas, com quatro pontos de amostragem, e Rio Caí, com dois pontos, os quais fazem parte da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba. Foi desenvolvido o Índice de Qualidade das Águas (IQA) que, através de um tratamento estatístico, transforma os resultados das análises em notas de qualidade, que variam de zero a cem e classificam o curso d'água em faixas de muito ruim, ruim, regular, bom e excelente. Os Gráficos 1 e 2 apresentam os valores anuais a partir de 1993 até 2002, para cada local de amostragem, nos pontos monitorados pela Fepam. Na Área Prioritária os pontos à jusante do Arroio Tega/Biazus e à jusante do Arroio Pedrinho só dispõem de informações a partir de 2001. Na Figura 11 estão mapeados os pontos da rede de monitoramento.

Figura 11 - Pontos de monitoramento do Pró-Guaíba na Área Prioritária



- Rio das Antas

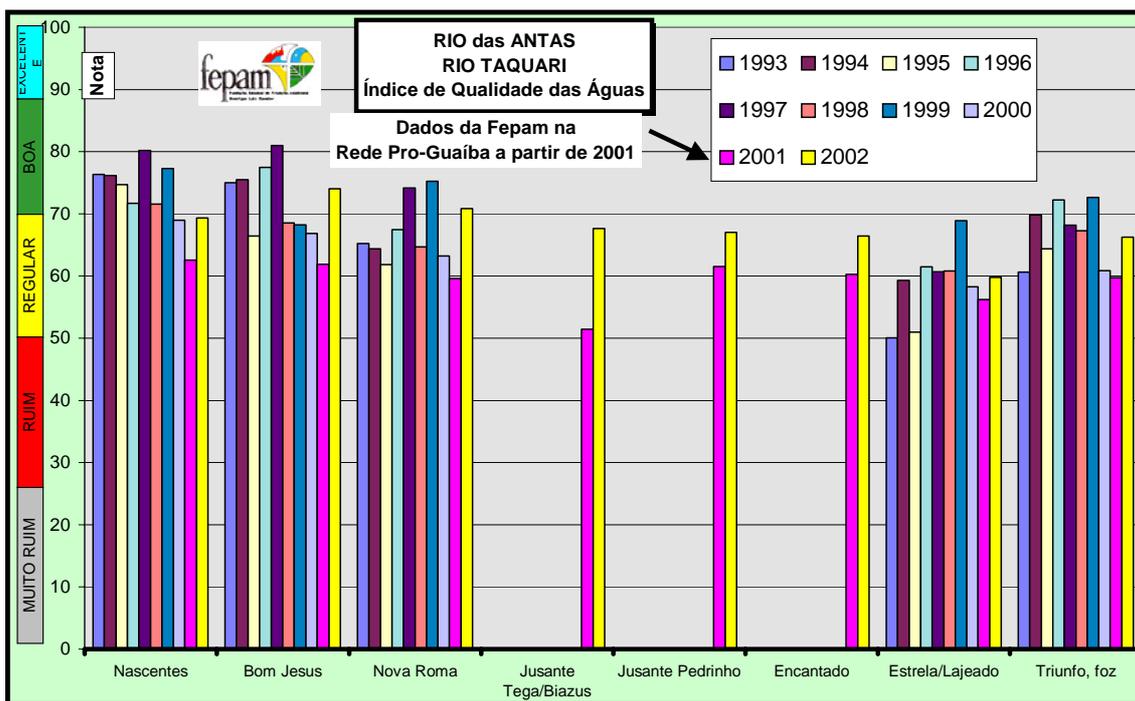
Os dados do Índice da Qualidade da Água (IQA) do Rio das Antas (Gráfico 1) apontam que, na área de nascente, houve redução da qualidade da água no período, sendo que até 1999 o índice situava-se acima de 70 e nos últimos 3 anos ficou entre 60 e 70, classificado com regular. O segundo ponto, Bom Jesus, apresentou melhora no ano de 2002, passando de regular a bom, resultado esse que apresentava até 1997.

Um trecho não tão comprometido, mas que recebe arroios poluídos, compreende desde a foz do Arroio Tega até a foz do Arroio Pedrinho. Nessa área está prevista a construção de três barragens hidrelétricas do Complexo Energético Rio das Antas (CERAN) sendo que as obras da primeira, Unidade Hídrica Estadual (UHE) Monte Claro, já estão em fase adiantada.

O Rio das Antas é um rio de corredeiras, leito rochoso, boa oxigenação e águas frias, de grande beleza cênica.

As grandes cidades da Área Prioritária não estão localizadas junto às margens do Rio das Antas, permitindo a depuração das águas antes de chegarem ao mesmo.

Gráfico 1 - Índice de qualidade da água do Rio das Antas

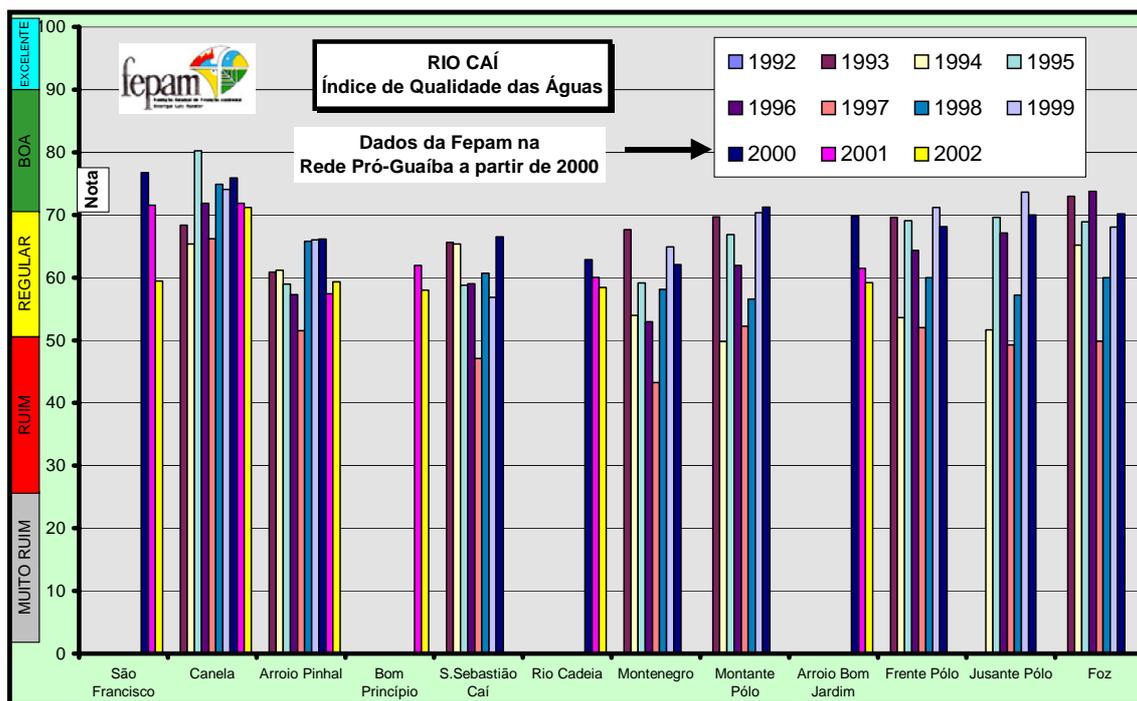


- Rio Caí

Os pontos de monitoramento existentes na Área Prioritária situam-se nas nascentes do Rio Caí (São Francisco de Paula e Canela), sendo que somente a área urbana de São Francisco de Paula localiza-se à montante desses pontos. O trecho de nascente, passando por São Francisco de Paula, não apresenta maiores problemas.

Há comprometimento na foz do Arroio Pinhal devido aos efluentes da área sul de Caxias do Sul. No Gráfico 2, pode ser observada a redução da qualidade da água, sendo que os valores de IQA reduzem-se de acima de 70 para em torno de 55.

Gráfico 2 - Índice de qualidade da água do Rio Caí



Com vistas a contribuir com o conhecimento sobre a Área, são descritas a seguir informações fornecidas pela Fepam sobre o monitoramento que, por meio de visitas locais, informações da população e dados de coletas realizadas, identifica os problemas existentes nos cursos d'água. Também são fornecidas informações sobre os mananciais de superfície utilizados para captação de água da Corsan, fornecidas pela Superintendência de Tratamento.

Bom Jesus – o ponto de monitoramento da Fepam eventualmente apresenta problemas de contaminação quando a Celulose Cambará faz alguma descarga mais forte. A Corsan capta no Arroio Tosquiador, que recebe despejos cloacais do entorno.

Cambará do Sul – a Celulose Cambará é um problema. Está localizada no distrito Ouro Verde, distante 14 km de Cambará do Sul. Os efluentes são lançados no Rio Santana, que corre para o Rio Garrafa e daí para o Rio Camisas, até atingir o Rio das Antas, no município de Jaquirana. Todo esse trajeto de 60 km (Santana, Garrafa e Camisas) está ainda contaminado. A Corsan capta água do Arroio Campo do Meio, que é um manancial de pequeno porte, onde se desenvolve macrovegetação devido à atividade agropastoril.

Jaquirana – o Rio Tainhas não conta com análises, mas a qualidade das águas é considerada muito boa. A Fepam, dentro das diretrizes de localização de hidrelétricas, proibiu a instalação de usinas nesse rio devido a sua importância ecológica. É local de belezas cênicas conhecidas como Passo da Ilha e Passo do “S”. O Rio Camisas, como já informado, está poluído pela Celulose Cambará.

São Francisco de Paula – o ponto de coleta à montante da barragem não apresenta problemas. No entanto o local conhecido como Parque das Cachoeiras, apresenta odor de esgoto no verão na primeira cascata, proveniente de um bairro próximo.

Canela – houve relato de mau cheiro na Cascata do Caracol em 2002. A análise da Fepam constatou a contaminação fecal na única vez em que foi feita a análise. Foi implantada uma estação de tratamento de esgotos pela Corsan.

Gramado – as nascentes do Arroio Quilombo que drenam para o Rio Paranhana recebem esgotos da face sul de Gramado, especialmente do trecho da estrada Gramado – Canela. Constata-se, também, odor de esgotos nas Cascatas Narciso e Véu de Noiva, em período de calor e estiagem.

Caxias do Sul – o Arroio Pinhal, que drena a parte Sul de Caxias do Sul, na bacia do Rio Caí, apresenta contaminação. Tem monitoramento, conforme mostrado no gráfico 2, no ponto Arroio Pinhal. Também o Arroio Tega, que drena a área Norte, apresenta contaminação (Gráfico 1).

Bento Gonçalves - os principais rios que drenam esse município são o Burati e Barracão (face leste) e Arroio Pedrinho (face oeste). Ambos têm sérios problemas de poluição por esgotos cloacais, criações de suínos e vinícolas (em época de safra). Há um ponto de monitoramento no Rio das Antas, logo que o Arroio Pedrinho entra em seu leito, na ponte entre Bento Gonçalves e Veranópolis.

Garibaldi - a barragem da Corsan no Arroio Marrecão apresenta intenso desenvolvimento de vegetação e algas, pois recebe grande volume de efluentes domésticos e industriais. Eventualmente, não pode ser usado para o abastecimento, tendo em vista a degradação ambiental. O Arroio Marrecão nasce em Garibaldi e recebe esgotos da parte oeste, mas sua maior carga de esgotos é lançada na parte final, já no município de Santa Teresa.

Farroupilha – a Corsan capta água em dois pontos: 1) Barragem Municipal, que se apresenta altamente comprometida por receber grande volume de efluentes

domésticos e industriais, sendo constantemente necessário tratamento avançado para purificação da água, tendo em vista o desenvolvimento de algas clorofíceas e cianofíceas; 2) Barragem do Casarin, que foi construída para o abastecimento da cidade e também apresenta problemas por receber efluentes de áreas agrícolas.

- Monitoramento da Cobertura Florestal

✓ Inventário Florestal Contínuo do RS

A área coberta por florestas naturais no Estado do Rio Grande do Sul aumentou 11,91% nos últimos 18 anos, passando de 15.857,31 km² (5,62%), em 1982, para 49.556,29 km² (17,53%) em 2000. A área atual é composta por 38.159,52 km² (13,5%) de florestas nativas, em estágios médio e avançado, e 11.396,77 km² (4,03%) em estágios iniciais de sucessão.

A área ocupada com florestas plantadas no Estado aumentou 0,35% no mesmo período de 18 anos, passando de 1.743,96 km² (0,62%), em 1982, para 2.747,48 km² (0,97%) em 2000. A área atual é composta por 96,40 km² (0,03%) de *Acacia mearnsii* (acácia-negra), 1.115,25 km² (0,39%) de *Eucalyptus spp.* e 1.535,83 km² (0,54%) de *Pinus spp.*;

Em 1983, 1.866,58 km² (0,66%) do Estado eram constituídos pela Floresta Ombrófila Mista. Em 2001, a área de ocorrência desse tipo fitogeográfico passou a ser de 9.195,65 km² (3,25%). Nesses últimos 18 anos, as florestas de araucária aumentaram em área e, conseqüentemente, apresentam maior volume de madeira e número de indivíduos, mas diminuíram em área basal por hectare, indicando que as novas áreas formadas são oriundas da regeneração natural.

Com relação à espécie *Araucaria angustifolia*, houve, de 1983 a 2001, uma diminuição de todos os parâmetros biométricos; ou seja, uma diminuição de 32,64 m³/ha (22,18%) do volume comercial; de 47,92 (8,06%) do número médio de árvores/ha; e de 4,963 m²/ha (14,53%) da área basal. Assim, constata-se que, nesse período, houve uma grande exploração dos indivíduos adultos e baixa regeneração da espécie, necessitando que seja incrementado o plantio em sua área de ocorrência natural.

Tendo em vista que grande parte da Área Prioritária integra especialmente as bacias hidrográficas dos Rios Taquari-Antas e Caí, julgou-se que os mesmos seriam suficientemente representativos para a área como um todo. As bacias dos Rios Taquari e Caí representam 3,27% e 0,65%, respectivamente, da cobertura florestal do Estado, com grande percentual na Área Prioritária. O mesmo critério foi utilizado quanto à setorização por regiões fisiográficas, para os dados referentes às florestas plantadas, buscando-se evidenciar as regiões dos Campos de Cima da Serra e da Encosta Superior do Nordeste, representando 6,8% e 0,5 %do total do Estado, respectivamente.

- Impactos Sócio-ambientais

Como qualquer atividade econômica o turismo pode produzir impactos positivos ou negativos, que dependem do modo como seu planejamento, implantação e monitoramento forem desenvolvidos. Na Área Prioritária podem ser apontados os seguintes impactos:

- ✓ Impactos Positivos

O turismo tem promovido a qualificação dos espaços urbanos e dos equipamentos colocados à disposição do turista, evidenciando-se os cuidados com as edificações, especialmente em Nova Petrópolis, Gramado e Canela. A Serra Gaúcha é produto turístico vendido nacionalmente, devido à qualidade do ambiente urbano, dos serviços ofertados, das paisagens e eventos promovidos, alguns com repercussão internacional.

Nos últimos anos, observa-se um aumento do fluxo de turistas na região da vitivinicultura, desenvolvendo-se roteiros associados à uva e vinho devido aos elevados investimentos nas vinícolas e seus entornos, nos caminhos de acesso aos locais disponibilizados à visitação e nos produtos comercializados. Destacam-se os municípios de Bento Gonçalves (Vale dos Vinhedos, Caminhos de Pedra), Caxias do Sul (Caminhos da Colônia), Flores da Cunha e Garibaldi.

Também o turismo rural em fazendas de criação de animais promoveu a qualificação do ambiente, especialmente nos Campos de Cima da Serra, onde houve a diversificação da atividade econômica com o estabelecimento de pousadas e hotéis.

Esses investimentos têm agregado qualidade de vida e gerado emprego e renda às populações locais.

O incremento do turismo tem estimulado a comercialização de produtos alimentícios e artesanais, locais, constituindo-se em renda familiar adicional importante nos municípios, como por exemplo:

Bento Gonçalves – Colônia São Pedro

Flores da Cunha – Vila Otávio Rocha

Cambará do Sul – artesãos do Morro Agudo e apicultores da Vila Bom Retiro.

O número de empregos gerados pelo turismo é um importante indicador de impactos. Na Tabela 9 pode-se observar que, de 1990 a 2000, o percentual de participação de empregos no turismo, no total de empregos, cresceu em todos os municípios, exceto em Farroupilha. Para o conjunto da Área, subiu de 3,56% para 4,70%, destacando-se os municípios de Gramado e Canela, com participações expressivas de 16,67% e 11,83%, respectivamente.

Não são disponíveis valores do PIB específicos do setor turismo para avaliar a geração de renda.

Outro indicador importante refere-se ao treinamento e à capacitação de pessoal para o turismo. Várias instituições oferecem cursos de turismo atendendo os municípios da Área, incluindo cursos de graduação em hotelaria e turismo, especialização e mestrado acadêmico em turismo: SENAC, ABIH/SHBRS, SEBRAE, Universidade de Caxias do Sul – UCS e Centro de Ensino Superior Cenecista. No Quadro a seguir pode-se verificar o total de participantes capacitados, por município, promovidos conjuntamente com a Prefeitura Municipal.

Município	Cursos de capacitação para o turismo	Quais (quantas pessoas)	Total participantes (2000/2003)
Antônio Prado	Sim	Boas práticas de fabricação (15); Geléias, Doces Cremosos e de Corte (13); Turismo no Meio Rural (15); Frutas Cristalizadas e Desidratados (12); Artesanato (20).	75
Bom Jesus	Sim	Administração de pequenos negócios em turismo (50); Artesanato em palha de milho (20); Atendimento a restaurantes, bares e hotéis (20); Comercializando o produto turístico (40); Compotas, geléias e conservas (20); Derivados de leite e embutidos de carne s	351
Bento Gonçalves	Sim	Agronegócios (Bebidas, Flores, Farináceos, Embutidos, Doces e Conservas) (1011); Artesanato (Marcheteria, Vidro Soprado, Cerâmica e Pintura em Cerâmica) (410); Turismo no Meio Rural (Condutor de Ecoturismo, Atendimento ao Turista, Turismo no Meio Rural)	4946
Cambará do Sul	Sim	Com SEBRAE: Qualidade no atendimento ao turista; Turismo no meio rural; Turismo com qualidade; Artesanato. Com UCS: Garçom; Cozinheiro Básico; Recepção e Reservas; Camareira. Com SETUR: Qualificação no atendimento da informação ao turista;	50
Canela	Sim	Não informou	-
Caxias do Sul	Sim	Estrada do Imigrante/ Caminho dos Tropeiros – Turismo com Qualidade (47); Doces e conservas (19); Flores (12); Laticínios (38); Farináceos (28); Seminários de boas práticas de fabricação (120); Turismo no meio rural (23); Condutor de ecoturismo (8); Qualidade de atendimento ao turista (23); Qualidade e desenvolvimento do artesanato (60); Embutidos (16); Vinhos (32); Graspas (8).	434
Farroupilha	Sim	Laticínio (69); Embutidos (03); Doces e Conservas (05); Vinhos e Turismo Rural (10); Piscicultura (03); Roteiros Rurais (18).	108
Flores da Cunha	Sim	Técnicas de Venda (22); Turismo Rural (25); Graspas, Embutidos e Massas (8); Administração da Propriedade Rural/Tecnologia da Produção (60); Monitoria a grupos de visitação aos museus participantes; Museu vai à escola (2000).	2115
Garibaldi	Sim	Conscientização Turística, Qualificação de atendimento para o turista, Artesanato, Produção de produtos agroindustriais.	200

Gramado	Sim	Não informou	-
Jaquirana	Sim	Administração de micro e pequenas empresas (20); Confeitaria (20); Culinária (20); Corte e Costura (20); Informática (20); Recepcionista de eventos (20); Recepcionista/Telefonista (20); Reciclagem de lixo (20); Formação de Recursos Humanos/Atividades em Turismo.	180
Nova Petrópolis	Não	Não informou	-
São Francisco de Paula	Sim	Não informou	-
São José dos Ausentes	Sim	Condutor local de ecoturismo (48); Confeiteiro (20); Informática (40); Recepcionista com espanhol(20); Educação e gestão ambiental (20); Qualidade no atendimento (20); Artesanato e Bordado à mão (28); Atendimento ao Público (20); Vendas (20); Culinária	321
Fonte: Prefeituras Municipais			

Apesar de alguns municípios não terem fornecido a informação, observa-se que número significativo de pessoas foram capacitadas, destacando-se Bento Gonçalves, o segundo maior município da Área.

Essa qualificação da mão-de-obra tende a produzir reflexos na qualidade do serviço como um todo e no aumento da satisfação do turista, estimulando a sua volta para os mesmos lugares.

✓ Impactos Negativos

De modo genérico, o comprometimento dos atrativos turísticos foi avaliado, estando os resultados apresentados nos Quadros 29 e 30, elaborados pela Tetraplan, que realizou visita em todos os atrativos. Verifica-se que esse varia de baixo a médio, com exceção da Cascata e Parque do Caracol, com alto comprometimento, demonstrando a boa qualidade ambiental desses recursos.

Visando detalhar essas informações, enviou-se questionário às Prefeituras Municipais, não se obtendo retorno significativo de modo a identificar os principais impactos e suas causas.

Evidencia-se que não há, por parte dos gestores, preocupação com a identificação e avaliação desses impactos, o que deverá ser objeto da fase inicial de implantação do Programa. Nos Planos Diretores Municipais há previsão de inclusão de levantamentos dos aspectos socioambientais, incluindo as áreas com atrativos turísticos.

- Gestão Ambiental

- ✓ Sistema Estadual de Proteção Ambiental

A Lei nº 10.330, de 27 de dezembro de 1994, dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, elaboração, implementação e controle da política ambiental do Estado e dá outras providências.

A Lei nº 11.520, de 03 de agosto de 2000, institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) foi criada em 1999 e representou um marco na gestão ambiental do Estado. Entretanto ainda são necessários ajustes operacionais para que suas respostas atendam à expectativa da sociedade gaúcha, tanto no que diz respeito à capacidade operacional, quanto aos recursos humanos, rotinas e responsabilidades. Muitas de suas atribuições, previstas no ato de criação, são compartilhadas e/ou delegadas a órgãos existentes anteriormente, que vinham exercendo as funções ou que têm competência instalada ao longo do tempo.

A área operacional da SEMA está estruturada a partir de departamentos de administração direta e fundações vinculadas.

Quadro Geral de Pessoal da SEMA:

- Gabinete, Direção Geral e Assessorias: 07

- Departamento Estadual de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP): 164

- Departamento de Recursos Hídricos (DRH): 05 (em estruturação)

- Departamento Administrativo: 07 (em estruturação)
- Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam): 222
- Fundação Zoobotânica (FZB): 204

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) foi criado em 27 de dezembro de 1994. Possui caráter deliberativo e normativo e é responsável pelo acompanhamento da implementação da Política Estadual de Meio Ambiente e demais planos afetos à área. Apresenta paridade de representação entre os órgãos e entidades governamentais e as entidades representativas da comunidade organizada. Integram o Conselho 28 membros, dentre os quais estão secretários de Estado, representantes de entidades ambientalistas, comitês de bacias, instituições universitárias, produtores e trabalhadores rurais, empresários e técnicos da SEMA.

A Fepam foi instituída em 1990 e tem como principais atribuições diagnosticar, acompanhar e controlar a qualidade do meio ambiente, bem como exercer a fiscalização e o licenciamento de atividades e empreendimentos que possam gerar impacto ambiental. Dispõe de 4 regionais, que funcionam como entidades representativas nas regiões Noroeste (Santa Rosa), Nordeste (Caxias do Sul), Central (Santa Maria) e Sul (Rio Grande) do Estado.

A FZB foi instituída em 1972 e suas principais atribuições são manter e administrar áreas e estabelecimentos destinados à proteção e preservação da flora, da fauna e de outros recursos naturais, como parques zoológicos, jardins botânicos, museus e estabelecimentos similares relacionados com o seu objetivo e coleções científicas de referência; realizar pesquisas sobre a biodiversidade do Estado, assessorando o poder público quanto à conservação e ao uso de recursos naturais.

O DEFAP originou-se do Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR) e tem como principais atribuições monitorar a cobertura florestal do Estado, licenciando e fiscalizando a atividade florestal; coordenar o sistema e gerenciar as Unidades de Conservação estaduais. Conta com 25 regionais, sendo uma localizada na Área Prioritária-Caxias do Sul – que atende 20 municípios.

O DRH tem como atribuições elaborar o anteprojeto de lei do Plano Estadual de Recursos Hídricos; coordenar e acompanhar a execução desse Plano, propondo ao

Conselho de Recursos Hídricos critérios para a outorga do uso da água dos corpos de água sob domínio estadual e expedir as respectivas autorizações de uso.

O Governo do Estado lançou recentemente o Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA) que integra o Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA), o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, otimizando as ações de gestão ambiental com a melhoria e agilização da operacionalização de seus instrumentos.

Entre as ações do SIGA-RS, a municipalização da gestão ambiental é uma das prioridades da SEMA. Nas regionais da SEMA, o município obterá as informações e orientações para o licenciamento das atividades de impacto regional. A operacionalização da integração da central da SEMA e suas regionais com os municípios passa pela adequação das regionais e pela habilitação dos municípios. A habilitação é o que dará aos municípios a condição de atuarem efetivamente nas questões de impacto local.

- Considerações Finais

As Unidades de Conservação, que compreendem 7,5% da Área Prioritária, ao mesmo tempo em que se constituem em atrativos turísticos, necessitam cuidados para seu aproveitamento como produto. São áreas em que há restrições quanto ao uso humano. Particularmente nas unidades de uso indireto (proteção integral), caso dos parques e estações ecológicas, somente é permitido o acesso a áreas e em trilhas pré-definidas. São, portanto, áreas sensíveis e, na Área Prioritária, a maioria não dispõe dos instrumentos e infra-estrutura para receber um fluxo maior de turistas. São essenciais, por isso, os planos de manejo (com capacidade de suporte) e a implantação de infra-estrutura adequada para aproveitamento turístico.

Nas unidades de uso direto, como APAs e florestas onde é incentivado o manejo sustentável, devem ser estabelecidos os usos permitidos, sua localização e demais orientações necessárias para que o aproveitamento turístico ocorra de forma compatível com a categorização dessas áreas.

O resultado da pesquisa realizada na área da APA Rota-do-Sol aponta para os principais problemas identificados pela população: utilização de agrotóxicos, lixo e falta de saneamento e tratamento de esgotos.

As Unidades de Conservação constituem-se em núcleos de irradiação para a conscientização, capacitação e mobilização da sociedade acerca da importância das mesmas para a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável das áreas de entorno.

A criação e implantação de Unidades de Conservação municipais, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, ou outras, viriam ampliar o sistema de áreas protegidas, interligando as unidades federais e estaduais e restabelecendo conectividades entre as manchas remanescentes de ecossistemas naturais, estimulando ainda mais o turismo ecológico que a Área apresenta. Já existem estudos indicando áreas com potencial para tal, incluindo diagnóstico e zoneamento das mesmas, realizados pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, financiados pelo BID, no Programa Pró-Guaíba, necessitando apenas de implementação, como, por exemplo, áreas das Usinas Passo do Inferno, em São Francisco de Paula e Bugres e Canastra, em Canela.

Quanto ao monitoramento dos recursos hídricos, nota-se que os pontos de monitoramento localizam-se distantes das áreas urbanas, não sendo neles verificados maiores problemas. No entanto as informações disponíveis indicam problemas de poluição provenientes da Celulose Cambará nos Rios Santana, Garrafa e Camisas e provenientes de esgotos domésticos no Parque das Cachoeiras, em São Francisco de Paula, nas Cascatas do Caracol e Narciso, em Canela e Véu de Noiva em Gramado, nos Arroios Pinhal e Tega, em Caxias do Sul, no Rio Burati e Arroio Pedrinho, em Bento Gonçalves, no Arroio Marrecão em Garibaldi e nas barragens de captação da Corsan, em Farroupilha.

Quanto ao monitoramento florestal, apesar de o Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul ter indicado um aumento da cobertura florestal, é importante observar que essas florestas se encontram em estágios iniciais, médios e avançados de regeneração, como resultado do abandono do campo. Pequena parte dos remanescentes são matas primárias ou com pouca influência humana, restritas a áreas íngremes, inacessíveis.

Verifica-se uma degradação da cobertura vegetal no Estado e, conseqüentemente, dos demais recursos naturais. A mesma tem como causas diversos fatores, podendo-se destacar como mais importantes: Unidades de Conservação criadas, mas não implantadas; expansão de áreas de pecuária em encostas íngremes e

topos de morros; expansão de áreas urbanas e de condomínios e loteamentos rurais; queimadas efetuadas por criadores de gado, loteadores e agricultores; agricultura itinerante; extrativismo de recursos vegetais, sobretudo madeiras, palmito, plantas ornamentais e medicinais; abertura de caminhos e estradas; linhas de transmissão e dutos; deficiência ou inexistência de um sistema de fiscalização e controle eficiente (SEMA – 2000).

Extensas áreas de florestas plantadas com espécies exóticas têm substituído os campos nativos tão característicos dos relevos ondulados do planalto, expulsando a fauna silvestre a eles associada. Os cultivos anuais e a fruticultura também têm contribuído para a modificação da paisagem, descaracterizando-a. A tendência verificada é a de intensificação dessa utilização descontrolada, com o conseqüente empobrecimento dos atributos naturais e culturais da região que tanto a qualificam para o desenvolvimento do turismo. Um zoneamento ecológico-econômico estabeleceria o disciplinamento do uso da terra de forma a manter e valorizar esses recursos.

No mesmo nível de prioridade coloca-se a necessidade de implementação de efetivo sistema integrado de controle ambiental, incluindo licenciamento, fiscalização e monitoramento.

Os inúmeros atrativos que a Área Prioritária encerra devem ser organizados, e a elaboração de um Plano de Ecoturismo possibilitaria que o patrimônio natural pudesse ser adequadamente usufruído sem impactá-lo negativamente.

2.1.8 Gestão Municipal

- Capacidade de planejamento e implementação de políticas públicas

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000, art. 48, os instrumentos de transparência da gestão fiscal são os que seguem.

- a) Planos;
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- c) Lei Orçamentária Anual (LOA);
- d) Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

- e) Relatório de Gestão Fiscal;
- f) Prestações de Contas e respectivo parecer prévio.

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de médio prazo, elaborado de forma estratégica pelo Poder Executivo, o qual se destina a orientar e ordenar as ações governamentais no atingimento dos objetivos fixados para um período de quatro anos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas e permite a ligação entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, sendo um dos mais importantes instrumentos de gestão para o planejamento da administração pública.

A LDO dispõe, também, sobre os critérios e a forma de limitação de empenho, os quais serão promovidos pelos Poderes e pelo Ministério Público se verificado que a receita não comportará o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, ao final de cada bimestre (art.4º, I, b). A LDO também deverá dispor sobre o controle de custos, avaliação dos resultados dos programas governamentais (art. 4º,I, e) e exigências para a realização de transferências voluntárias (art.4º, I, f).

No que tange à Lei Orçamentária Anual, a mesma deve ser elaborada de forma congruente com o PPA, LDO e LRF, contendo demonstrativos tanto da compatibilidade do orçamento com os objetivos e metas definidos no Anexo de Metas Fiscais (art. 5º, I), quanto das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 5º, II), além das reservas de contingências para eventuais riscos fiscais (art. 5º, III).

Novos instrumentos de análise da gestão fiscal foram incorporados pela LRF, dentre os quais cabe citar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal⁴.

⁴ No que tange ao acompanhamento periódico da gestão fiscal, os demonstrativos, quando for o caso, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária serão entregues ao TCE. O Estado e os municípios com 50.000 hab ou mais deverão entregar esse relatório até 30 dias após os bimestres, cujo encerramento ocorre nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro do exercício. Os Demonstrativos das Operações de Crédito, das Projeções Atuárias do Regime Próprio de Previdência e das Variações Patrimoniais deverão ser entregues 30 dias após o bimestre que se encerra em dezembro. No caso do Relatório de Gestão Fiscal para os Poderes e os Órgãos do Estado e para os Poderes dos municípios com 50.000 hab ou mais deve ser encaminhado esse relatório até 30 dias após os quadrimestres que se encerram nos meses de abril, agosto e dezembro, incluindo o Demonstrativo das Despesas com Pessoal e Disponibilidades de Caixa, o Demonstrativo dos Restos a Pagar e as Disponibilidades de Caixa. Para

De acordo com o inciso III, art. 63 da LRF, os municípios com menos de 50 mil habitantes têm a faculdade de elaborar os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais a partir do quinto exercício seguinte à publicação da LRF, isto é, no exercício financeiro de 2005 (inciso III, art. 63). A Resolução n.º 553/2000, publicada no DOE em 26.09.00, regulou a atividade de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE) relativamente à observância da LRF, determinando que as prestações de contas anuais se destinarão à apuração da Gestão Fiscal das autoridades públicas. Passaram a integrar essa prestação de contas, os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e os Relatórios de Gestão Fiscal. Por sua vez, a Instrução Normativa n.º 12/2000 do TCE, de 27.09.00, regulou a forma e os prazos para a entrega dos relatórios referidos, a verificação das suas informações e os modelos de relatórios a serem entregues.

Na Área Prioritária, os municípios seguem as posições normativas do TCE-RS, mantendo um sistema de planejamento e gestão fiscal, como demonstra o Quadro 22. Todos os municípios analisados apresentam Lei Orgânica e têm PPA, LDO e LOA.

Quadro 22 - Instrumentos de planejamento e gestão fiscal dos municípios da Área Prioritária – 2003

Município	Lei Orgânica	Plano de Governo	PPA	LDO	LOA	Plano Estratégico	Plano Diretor
Antônio Prado	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Bento Gonçalves	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Bom Jesus	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Cambará do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Canela	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Caxias do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Farroupilha	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Flores da Cunha	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Garibaldi	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Gramado	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Jaquirana	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Nova Petrópolis	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
São Francisco de Paula	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
São José dos Ausentes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não

FONTE: IBGE, Prefeituras Municipais e TCE-RS.

os municípios com menos de 50.000 hab, a entrega desses documentos é semestral, 30 dias após o semestre que se encerra nos meses de junho e dezembro.

- Planos Diretores

Dentre os outros instrumentos que merecem destaque está o Plano Diretor. Os municípios de Antônio Prado, Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana e São José dos Ausentes ainda não possuem plano diretor.

Cabe lembrar, todavia, que a simples existência de plano diretor não assegura um processo de gestão urbana implantada. Outros fatores, como recursos humanos para gerir o processo, condições técnicas e fiscalização, são fundamentais para um processo de controle urbano.

A falta de plano diretor ou a ineficiência de sua aplicação representa um problema para esses municípios, pois uma aceleração da urbanização em virtude da atividade turística pode pôr em risco a qualidade ambiental urbana e os recursos naturais. Além disso, uma pressão por novas edificações acelera a especulação imobiliária e aumenta a demanda por infra-estrutura urbana.

Outras informações foram obtidas junto às prefeituras municipais com vistas à avaliação de sua capacidade para o planejamento e gestão.

Quadro 23 - Capacidade para o planejamento e gestão

Município	Políticas de isenção tributária (IPTU, ITBI, ISS)	Cadastro imobiliário	Planta genérica de valores	Base cartográfica digital	Secretaria de Planejamento no Município
Antônio Prado	sim	sim	sim	não	sim
Bom Jesus	não	sim	sim	não	não
Bento Gonçalves	não	sim	sim	não	sim
Cambará do Sul	não	sim	sim	sim	não
Canela	sim	sim	sim	não	sim
Caxias do Sul	não	sim	sim	sim	sim
Farroupilha	sim	sim	sim	sim	não
Flores da Cunha	sim	sim	sim	sim	sim
Garibaldi	sim	sim	não	não	não
Gramado	sim	não	sim	sim	sim
Jaquirana	sim	sim	não	não	não
Nova Petrópolis	não	sim	sim	não	sim
São Fco. Paula	sim	sim	sim	não	não
S. J. Ausentes	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: Prefeituras municipais

Observa-se que nove municípios (Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Jaquirana, São Francisco de Paula e São José dos

Ausentes) adotam políticas de isenção tributária, principalmente em relação ao IPTU, para aposentados e/ou população de baixa renda com única propriedade. Em Flores da Cunha e Antônio Prado há isenção de ISS para hotéis, por 10 anos. As isenções acarretam perda de arrecadação tributária, acentuando as dificuldades de disponibilidade de recursos para investimentos.

Todos os municípios, exceto Gramado, afirmaram dispor de cadastro imobiliário urbano. No entanto não se dispõe de informações sobre a qualidade e abrangência dos dados. Planta genérica de valores é utilizada na grande maioria de municípios, não existindo somente em Garibaldi e Jaquirana. Esses elementos são indispensáveis para o controle dos impostos e prestação dos serviços urbanos.

Oito municípios dispõem de secretarias de planejamento e apenas seis afirmaram dispor de base cartográfica digital, importante ferramenta para trabalhar com o planejamento urbano.

- Licenciamento para Gestão Ambiental

Os municípios de Caxias do Sul, Farroupilha e Canela têm habilitação concedida pela Fepam para executarem o licenciamento de gestão ambiental de atividades com impacto local. Garibaldi, Antônio Prado e Nova Petrópolis estão com processo junto à Fepam para obtenção dessa habilitação. Registre-se que, para obtenção da habilitação, o município deve possuir o seguinte: Fundo Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Meio Ambiente, equipe técnica, legislação própria, Plano Diretor ou Lei de Diretrizes Urbanas e Plano Ambiental aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

- Capacidade de Administração

No que concerne à composição do quadro de pessoal das prefeituras da Área Prioritária, observa-se que há predominância do regime estatutário, excetuando-se os municípios de Bom Jesus e São Francisco de Paula (100% em regime CLT). A estabilidade do quadro de pessoal constitui-se em um fator positivo para a implementação de programas de desenvolvimento como é o caso do Prodetur Sul/RS.

A Tabela 11 descreve os principais dados da composição do quadro de pessoal dos municípios incluídos neste Plano.

Tabela 11 - Composição do quadro de pessoal da administração direta e indireta

Município	Funcionários total	Estatutários	CLT	Outros	Nível Auxiliar	Nível Médio	Nível Superior	% Nível Superior	Funcionários / 100 hab
Antônio Prado	274	237	8	29	140	91	43	15,69	2,12
Bento Gonçalves	1845	1611	25	209	555	713	577	31,27	2,02
Bom Jesus	280	98	120	62	58	198	24	8,57	2,33
Cambará do Sul	260	130	9	121	70	160	30	11,54	3,80
Canela	893	832	0	61	482	365	46	5,15	2,66
Caxias do Sul	4617	4469	85	63	NI	NI	NI	-	1,28
Farroupilha	852	508	5	339	396	179	277	32,51	1,55
Flores da Cunha	540	420	60	60	214	156	170	31,48	2,29
Garibaldi	591	546	0	45	275	128	188	31,81	2,09
Gramado	709	468	103	138	296	286	127	17,91	2,48
Jaquirana	167	160	7	0	110	45	12	7,19	3,47
Nova Petrópolis	280	185	14	81	111	107	62	22,14	1,66
São Francisco de Paula	443	0	443	0	378	50	15	3,39	2,25
São José dos Ausentes	126	58	0	68	77	39	10	7,94	4,06

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2001.

Pela leitura da Tabela 11, nota-se que os municípios de Bento Gonçalves, Farroupilha, Flores da Cunha e Garibaldi apresentam os maiores percentuais de quadros funcionais com nível superior. Esse indicador é relevante, pois mostra a preocupação dos gestores públicos com a qualificação e formação dos servidores. Os municípios de Bom Jesus, Canela, Jaquirana, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes apresentam percentuais abaixo de 10%, evidenciando a necessidade de ampliar a qualificação de seus servidores como forma de melhorar a gestão pública.

O conhecimento da capacidade de gestão de planejamento e gestão fiscal é parte fundamental do Prodetur Sul/RS, pois a análise das particularidades e dificuldades em cada município será fundamental para buscar a coordenação das ações entre o setor público e privado da Área, visando estabelecer um processo permanente de planejamento turístico.

- Gestão Financeira Municipal

A Constituição de 1988 beneficia os estados e municípios na repartição da receita tributária em detrimento do Governo Federal⁵. Esse efeito ocorreu pela incorporação dos antigos impostos únicos federais sobre combustíveis, serviços de comunicações, etc. à base do novo ICMS, de competência estadual, pelo aumento das transferências via fundos de participação de estados e municípios, e pela elevação da parcela destinada aos municípios de 20% para 25% do ICMS e 50% do IPVA, dentre outras medidas relevantes.

A receita tributária mostra a capacidade de arrecadação local dos municípios. O patamar de arrecadação é determinado, basicamente, pelo porte econômico e populacional do município. A receita tributária municipal oscila, em média, num percentual de 14% da receita total no período 1988-99 no Estado. O IPTU e o ISS apresentaram crescimento significativo da ordem de 451,5% e de 127,7%, respectivamente, no período analisado.

No entanto as transferências de tributos federais e estaduais são responsáveis por grande parte da receita total dos municípios. Em 1999, a participação dos tributos federais no total da receita foi de 25,1%, e a dos tributos estaduais atingiu 29,7% (Calazans, 2001). Segundo a análise de Rückert, Rabelo (2000, p.26), nos municípios gaúchos pequenos (de 10.0001 a 50.000 habitantes), as transferências são fundamentais para financiar os gastos públicos, enquanto nos de maior porte essas não são tão expressivas, e as receitas próprias têm maior participação no total das receitas.

Quanto maior a participação do Fundo de Participação de Municípios (FPM) e ICMS na formação da receita do município, maior a evidência de que ele tem uma baixa estatura econômica e, possivelmente, uma baixa capacidade de arrecadação local. Por sua vez, a participação do ICMS na receita total pode ser considerada como um indicador da base econômica municipal, principalmente a existente no setor secundário (o qual normalmente tem menor nível de informalidade), uma vez que se

⁵ A arrecadação de tributos municipal centra-se, basicamente, no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto sobre Vendas a Varejo e Combustíveis (IVVC). Além disso, os municípios recebem transferência, por parte do Estado, do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Do Governo Federal são transferidos o Fundo de Participação de Municípios (FPM) e o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR).

associa principalmente a seu valor adicionado fiscal, apurado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Na Área Prioritária, verifica-se que seis municípios menores (Antônio Prado, Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes) apresentam percentual de receita própria (receita corrente menos transferências correntes) abaixo de 10%, não alcançando a média do Estado, que foi de 24,6% no período 1994-99 (Tabela 12). Os municípios de Bento Gonçalves, Canela, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado e Nova Petrópolis possuem receita tributária acima da média da Área Prioritária. Nota-se que Canela, Garibaldi, Gramado e Nova Petrópolis, mesmo com populações menores que 50.000 habitantes, possuem fontes de receitas próprias significativas, o que lhes confere uma boa capacidade de investimento.

Tabela 12 - Evolução das receitas próprias em relação à receita total nos municípios da Área Prioritária – 1994-1999

POPULAÇÃO	MUNICÍPIOS								%
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	MÉDIA 1994-99	
12.918	PM DE ANTONIO PRADO	7,8	10,5	10,2	12,9	13,2	10,2	10,8	
91.486	PM DE BENTO GONCALVES	23,2	23,5	23,8	25,6	26,2	25,1	24,6	
12.014	PM DE BOM JESUS	6,0	9,2	6,4	6,2	5,5	4,7	6,3	
6.840	PM DE CAMBARA DO SUL	7,7	5,9	10,4	10,3	8,3	12,6	9,2	
33.625	PM DE CANELA	24,2	28,3	35,3	36,1	34,2	36,6	32,4	
360.419	PM DE CAXIAS DO SUL	30,3	31,1	29,1	36,5	28,4	30,6	31,0	
55.108	PM DE FARROUPILHA	28,8	20,5	16,5	18,9	17,6	30,9	22,2	
23.618	PM DE FLORES DA CUNHA	21,5	24,9	26,9	30,1	25,2	25,7	25,7	
28.337	PM DE GARIBALDI	32,5	26,9	23,3	26,4	24,2	24,3	26,3	
28.593	PM DE GRAMADO	27,9	37,5	38,2	42,0	34,1	30,3	35,0	
4.814	PM DE JAQUIRANA	22,4	25,0	10,4	11,8	10,2	9,1	14,8	
16.891	PM DE NOVA PETROPOLIS	24,8	27,9	26,1	26,6	24,0	20,5	25,0	
19.725	PM DE SAO FRANCISCO DE PAULA	17,0	17,1	14,3	15,2	16,8	14,2	15,8	
3.104	PM DE SAO JOSE DOS AUSENTES	12,8	8,6	6,2	5,4	3,6	3,1	6,6	
	TOTAL MUNICÍPIOS	27,0	26,2	24,8	25,5	22,0	22,0	24,6	

FONTE: Tribunal de Conta do Estado (1994-1999) e FEE/RS.

Analisando-se, ainda, mais detalhadamente a estrutura tributária municipal, observa-se na Tabela 13 que, no ano 2000, a base de arrecadação total dos municípios de Antônio Prado, Bom Jesus, Garibaldi, Jaquirana, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes está fundamentada em transferências constitucionais (ICMS e FPM), com percentuais acima de 60%.

Tabela 13 - Participação relativa média de alguns impostos na arrecadação total de municípios da Área Prioritária – 2000

MUNICÍPIOS	IPTU	ITBI	ISSQN	REC. TRIBUTÁRIA	COTA-PARTE ICMS	COTA-PARTE IPVA	FPM	SOMA TRANSFERÊNCIAS
Antonio Prado	3,7%	0,9%	1,2%	6,9%	40,3%	6,0%	27,1%	73,4%
Bento Gonçalves	2,2%	4,4%	3,5%	17,1%	33,0%	5,4%	9,6%	48,0%
Bom Jesus	2,5%	0,9%	0,3%	4,1%	30,6%	2,4%	40,8%	73,8%
Cambará do Sul	3,1%	0,5%	0,6%	5,4%	32,2%	2,2%	32,3%	66,8%
Canela	11,1%	1,7%	3,0%	24,3%	14,3%	3,2%	16,9%	34,4%
Caxias do Sul	3,9%	1,5%	9,8%	19,7%	29,3%	4,7%	5,6%	39,6%
Farroupilha	3,9%	1,2%	3,5%	12,4%	37,8%	5,0%	11,2%	54,1%
Flores da Cunha	3,3%	1,2%	2,0%	8,0%	31,9%	5,9%	17,0%	54,7%
Garibaldi	2,4%	1,1%	2,5%	8,2%	40,9%	4,8%	14,6%	60,3%
Gramado	14,4%	3,6%	7,7%	32,2%	15,6%	4,5%	14,6%	34,7%
Jaquirana	0,8%	0,7%	0,6%	3,1%	22,9%	1,7%	43,3%	67,9%
Nova Petrópolis	6,3%	1,6%	2,8%	18,3%	30,9%	3,4%	23,0%	57,3%
São Francisco de Paula	2,9%	1,9%	1,2%	7,3%	32,2%	2,8%	27,6%	62,6%
São José dos Ausentes	0,6%	0,6%	0,2%	1,8%	30,1%	0,6%	44,7%	75,4%
Área Prioritária	4,4%	1,9%	6,4%	17,5%	30,2%	4,6%	11,0%	45,8%

FONTE: TCE-RS

Examinando-se, ainda, a carga tributária municipal, com base na série estatística do Tribunal de Contas do Estado, pode-se demonstrar que a carga fiscal municipal incidente sobre a receita tributária (IPTU, ISS, ITBI e taxas), mais o ICMS e o IPVA, atingiu 2,5% do PIB da Área Prioritária em 2000 (Tabela 14). Esse indicador será relevante na projeção da receita fiscal decorrente do impacto do Prodetur Sul/RS. Destacam-se nessa Tabela os percentuais de Canela e Gramado com, respectivamente, 5,7% e 5,4%, demonstrando forte capacidade de arrecadação tributária própria devida, principalmente, ao IPTU (número expressivo de imóveis de segunda residência).

Tabela 14 - Carga tributária municipal – 2000

MUNICÍPIOS	IPTU	ITBI	ISSQN	REC. TRIBUTÁRIA	COTA-PARTE ICMS	COTA-PARTE IPVA	FPM	PIB MUNICIPAL	%
Antonio Prado	250.000	60.000	80.000	470.000	2.739.922	407.563	1.846.417	142.524.396	2,5%
Bento Gonçalves	1.356.800	2.650.000	2.120.000	10.356.200	19.987.083	3.269.662	5.826.034	1.206.316.894	2,8%
Bom Jesus	150.000	54.000	20.000	243.100	1.806.417	138.633	2.408.370	88.785.302	2,5%
Cambará do Sul	121.000	20.000	25.000	212.500	1.262.775	86.930	1.264.362	47.913.182	3,3%
Canela	2.190.000	340.000	600.000	4.775.000	2.807.336	637.753	3.331.737	145.109.076	5,7%
Caxias do Sul	8.000.000,00	3.000.000,00	20.000.000,00	40.450.000,00	60.106.683	9.586.589	11.522.834	4.877.291.340	2,3%
Farroupilha	1.350.000	400.000	1.200.000	4.300.000	13.120.143	1.729.445	3.895.318	695.652.420	2,8%
Flores da Cunha	500.000	180.000	300.000	1.208.000	4.794.471	880.416	2.551.201	321.457.822	2,1%
Garibaldi	470.000	215.000	500.000	1.632.000	8.167.962	959.632	2.916.571	465.497.411	2,3%
Gramado	2.800.000	700.000	1.500.000	6.265.000	3.034.101	872.304	2.834.812	190.053.405	5,4%
Jaquirana	23.000	20.000	18.000	87.000	638.117	45.922	1.204.185	26.204.481	2,9%
Nova Petrópolis	620.000	160.000	278.000	1.788.005	3.017.560	335.798	2.247.812	168.729.887	3,0%
São Francisco de Paula	260.000	170.000	110.000	664.000	2.912.477	248.924	2.499.918	112.998.903	3,4%
São José dos Ausentes	15.500	17.500	5.500	51.286	841.610	17.596	1.250.023	27.221.546	3,3%
Área Prioritária	18.106.300	7.986.500	26.756.500	72.502.091	125.236.658	19.217.168	45.599.595	8.515.756.067	2,5%

FONTE: TCE-RS e FEE-RS

O Quadro 24 sintetiza os principais indicadores utilizados para o diagnóstico da capacidade de gestão financeira dos municípios, que são a participação da receita

tributária sobre a receita total e a participação das despesas de pessoal e dos investimentos na despesa total e o investimento *per capita*.

A participação das receitas tributárias foi considerada insuficiente quando inferior a 15%. Os gastos com pessoal limitam a capacidade de investimento caso o município apresente uma folha de pagamento de pessoal muito elevada. Valores acima de 40% podem ser considerados já na zona crítica.

No que se refere à capacidade de investimento do município, o percentual de participação do investimento na despesa total é um indicador relevante. Em termos práticos, os municípios com percentuais abaixo de 10% foram considerados em situação não desejável; o que, em tese, implica a adoção de medidas que possibilitem elevar sua disponibilidade de recursos para essa finalidade. O investimento *per capita* abaixo de R\$ 8.000,00 foi considerado muito baixo.

Estão destacados no Quadro 24 os valores considerados como não-adequados. Observa-se que apenas Canela e Nova Petrópolis atendem os quatro indicadores selecionados. A seguir, Flores da Cunha, Garibaldi, Jaquirana, São José dos Ausentes e Bom Jardim da Serra atendem a dois dos quatro indicadores.

O percentual de investimentos sobre a despesa total somente foi superior a 10%, no ano de 2000, nos municípios de Canela, Flores da Cunha, Garibaldi, Jaquirana, Nova Petrópolis e São José dos Ausentes.

Para os municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Gramado que apresentaram boa capacidade de arrecadação e despesa com pessoal adequada, é possível que o baixo investimento verificado em 2000 seja decorrência das causas apontadas anteriormente.

Antônio Prado, Bom Jesus, Cambará do Sul e São Francisco de Paula, encontram-se na pior situação, não atendendo os quatro indicadores.

Quadro 24 - Síntese dos indicadores de capacidade de gestão financeira em 2000

Município	% Receita Tributária/Receita Total	% Despesa Pessoal/ Despesa Total	% Investimento/ Despesa Total	Investimento per capita
Antônio Prado	5,45	41,94	6,96	3.693,23
Bento Gonçalves	15,03	44,88	7,50	4.555,81
Bom Jesus	2,99	62,04	4,23	2.201,70
Cambará do Sul	3,18	46,67	7,22	4.232,63
Canela	19,40	39,08	16,25	9.087,65
Caxias do Sul	17,71	40,25	5,71	3.637,18
Farroupilha	9,76	37,45	8,76	4.736,95
Flores da Cunha	8,38	41,20	17,14	9.993,03
Garibaldi	9,26	43,17	13,08	8.765,37
Gramado	24,84	48,61	7,64	4.516,68
Jaquirana	2,26	45,12	17,90	10.919,15
Nova Petrópolis	14,30	37,42	18,91	10.498,21
São Francisco de Paula	9,19	52,25	3,47	1.501,11
São José dos Ausentes	1,97	40,71	12,10	10.999,26
média dos municípios RS	15,56	41,73	7,79	4.737,85
média dos munic. do RS em 1999*	14,30	40,10	8,70	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

* Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Conclui-se que, tendo em vista a importância das estruturas municipais para a execução do presente Plano, o Prodetur Sul/RS precisará estimular as ações para melhoria e eficiência da gestão tributária municipal, aumentando a base de arrecadação tributária como forma de alavancar a capacidade de investimento dos municípios, principalmente no desenvolvimento da atividade turística.

2.1.9 Síntese das Características da Área Prioritária

A Área Prioritária é bastante heterogênea, contando com dois núcleos bem definidos: um de turismo consolidado – representado pelos municípios de Gramado, Canela, Caxias do Sul e Bento Gonçalves – e outro de turismo emergente que, embora registrando expansão do fluxo turístico, necessita de intervenções para sua qualificação.

A acessibilidade da Área apresenta, em relação ao núcleo com fluxo turístico consolidado, condições satisfatórias das rodovias e, no que se refere aos núcleos emergentes, condições precárias de acesso. A implantação de sinalização turística adequada e a pavimentação de determinadas estradas são ações apontadas como imprescindíveis para a melhoria desse item, visando propiciar o acesso aos atrativos

naturais identificados como de grande potencial turístico. A implementação de medidas como as indicadas objetiva a integração dos roteiros, buscando oferecer aos turistas maiores opções para aproveitamento de seu período na área, podendo ampliar seu tempo de permanência.

O clima verificado, com significativa oscilação térmica ao longo do ciclo sazonal, favorece os produtos turísticos ofertados, principalmente aqueles relacionados ao frio, pois a Área Prioritária apresenta as temperaturas mais baixas do Estado, chegando a ocorrer precipitação de neve em alguns locais.

A dimensão socioeconômica apresenta-se também heterogênea: o núcleo de turismo consolidado, mesmo comprovando a importância do turismo em sua economia, aponta para a necessidade de dinamização do setor, com a finalidade de incrementar a produção de riqueza local. Já os núcleos emergentes expõem dificuldades de exploração econômica do turismo, principalmente quando se observa que o mesmo não apresenta o impacto socioeconômico esperado. Nesse sentido é que as conclusões indicam a integração entre os núcleos como condição necessária para a dinamização das economias locais, por meio da exploração das complementaridades, gerando a diversificação dos produtos e atrativos.

Para o desenvolvimento sustentável do turismo nos núcleos referidos, deve ser controlada a urbanização desenfreada e a pressão exercida sobre os equipamentos urbanos, promovendo um crescimento equilibrado, mediante o aproveitamento da capacidade instalada que, em alguns casos, demonstra um grau razoável de ociosidade. A maior utilização dos equipamentos já existentes imprimiria uma significativa dinamização da economia do turismo na área, indo ao encontro da superação do principal problema apontado em conjunto com a comunidade, referente ao fluxo turístico irregular. A forma de enfrentamento do problema apontava para a necessidade de aumento do tempo de permanência na área, por meio de uma maior oferta de produtos e atrativos.

A adequação da economia ao desenvolvimento do turismo, nos municípios situados no núcleo emergente, exige a qualificação dos equipamentos turísticos e da população empregada nas atividades relacionadas, preparando-a para a expansão que advirá e contribuindo para a qualificação dos produtos e atrativos turísticos.

Sobre as condições de sustentabilidade da Área Prioritária, apresentam-se a seguir os resultados do trabalho desenvolvido por Dobrovolski (2001), tendo como base

o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo aquele em que há eficiência produtiva, sustentabilidade ambiental e justiça social.

A metodologia empregada quantifica os vetores que representam os perfis locais de desenvolvimento e perfis de desenvolvimento inseridos em um contexto regional, nos quais são consideradas, além das condições locais, as realidades dos municípios localizados nas áreas de influência.

O trabalho foi desenvolvido para todo o Estado, e no Quadro 25 apresenta-se o resultado para os 14 municípios da Área Prioritária.

Quadro 25 - Indicadores, perfis econômicos, sociais e ambientais e perfil de desenvolvimento sustentável por município

MUNICÍPIO	INDICADORES ECONÔMICOS			INDICADORES AMBIENTAIS			INDICADORES SOCIAIS				PEC	PAM	PSOC	PMDS
	PRO	OCU	VIT	Á NAT	PAR	PHID	GINT	SAÚ	EDU	DSOC				
A. Prado	0,11	0,41	0,7	0,91	0,98	0,98	0,88	0,58	0,69	0,16	0,4	0,96	0,58	0,65
B. Gonçalves	0,14	0,69	0,7	0,66	0,91	0,69	0,73	0,48	0,79	0,47	0,52	0,76	0,62	0,63
Bom Jesus	0,06	0,22	0,4	0,96	0,99	0,99	0,23	0,22	0,31	0,24	0,23	0,98	0,25	0,49
Cam. do Sul	0,06	0,07	0,6	0,43	0,99	1	0,71	0,5	0,64	0,58	0,22	0,81	0,61	0,55
Canela	0,03	0,4	0,5	0,83	0,98	0,97	0,28	0,38	0,58	0,36	0,31	0,93	0,4	0,55
Caxias do Sul	0,12	0,65	0,6	0,91	0,72	0,25	0,48	0,28	0,75	0,64	0,47	0,63	0,54	0,54
Farroupilha	0,12	0,67	0,6	0,84	0,95	0,88	0,77	0,43	0,77	0,54	0,48	0,89	0,63	0,67
F. da Cunha	0,13	0,52	0,9	0,82	0,98	0,72	0,69	0,47	0,74	0,36	0,5	0,84	0,57	0,64
Garibaldi	0,21	0,66	0,8	0,47	0,97	0,78	0,72	0,57	0,84	0,29	0,56	0,74	0,6	0,64
Gramado	0,06	0,77	0,8	0,86	0,98	0,99	0,72	0,44	0,77	0,35	0,55	0,95	0,57	0,69
Jaquirana	0,03	0,18	0,3	0,69	1	1	0,28	0,18	0,09	0,49	0,16	0,9	0,26	0,44
N. Petrópolis	0,13	0,63	0,7	0,85	0,99	0,96	0,65	0,63	0,85	0,33	0,49	0,93	0,62	0,68
S. F. Paula	0,06	0,29	0,5	0,91	0,99	1	0,25	0,23	0,48	0,45	0,28	0,97	0,35	0,53
S. J. Ausentes	0,09	0,2	0,2	1	1	1	0,26	0,05	0,31	0,26	0,16	1	0,22	0,46

PRO – Indicador de produção municipal;
 OCU – Indicador de ocupação na economia;
 VIT – Indicador de vitalidade da economia;
 Á NAT – Indicador de áreas naturais;
 PAR – Indicador de poluição atmosférica;
 PHID – Indicador de poluição hídrica;
 GINT – Índice de Gini para a propriedade da terra;
 SAÚ – Indicador das condições de saúde;
 EDU – Indicador das condições de educação;
 DSOC – Indicador de despesas sociais pelas administrações públicas municipais;
 PEC – Perfis econômicos municipais;
 PAM – Perfis ambientais municipais;
 PSOC – Perfis sociais municipais;
 PMDS – Perfil de desenvolvimento sustentável local.

Analisando-se esse Quadro, observa-se que, para os indicadores econômicos utilizados, nenhum município apresenta os três com bom desempenho. Gramado (0,77) tem o melhor indicador no que se refere à ocupação na economia, seguido de Bento Gonçalves (0,69), Farroupilha (0,67), Garibaldi (0,66), Caxias do Sul (0,65) e Nova

Petrópolis (0,63). Cambará do Sul (0,07) situa-se em último lugar, vindo a seguir São José dos Ausentes (0,2), Bom Jesus (0,22), São Francisco de Paula (0,29) e Jaquirana (0,18). Quanto à vitalidade da economia, destacam-se Flores da Cunha, Garibaldi e Gramado com os maiores valores, e São José dos Ausentes e Jaquirana com os menores. O perfil econômico municipal sintetiza as condições econômicas, aparecendo Garibaldi, Gramado e Bento Gonçalves com os melhores desempenhos, e São José dos Ausentes, Jaquirana, Cambará do Sul e Bom Jesus, com os piores.

Os indicadores ambientais apontam para a qualidade ambiental da Área Prioritária, aparecendo com indicador máximo São José dos Ausentes (1), seguido de Bom Jesus (0,98), São Francisco de Paula (0,97) e Antônio Prado (0,96). Os municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves apresentam a pior situação nesse indicador.

Os indicadores sociais evidenciam o baixo desempenho dos municípios onde os indicadores ambientais são elevados, casos de São José dos Ausentes (0,22), Bom Jesus (0,25) e São Francisco de Paula (0,35). Também Jaquirana (0,26) apresenta os indicadores mais baixos. Deve-se destacar o baixo valor apresentado por Canela (0,4), possivelmente decorrente da existência de número significativo de pessoas vivendo em situação de pobreza.

No entanto, considerados os perfis, econômico, ambiental e social, Canela equipara-se a Caxias do Sul, aumentando seu indicador de desenvolvimento sustentável devido ao melhor desempenho no perfil ambiental. Jaquirana, São José dos Ausentes e Bom Jesus apresentam os piores desempenhos no perfil de desenvolvimento sustentável, e Gramado, Nova Petrópolis e Farroupilha, os melhores.

A análise da tabela ressalta que alguns municípios da Área (São José dos Ausentes e Bom Jesus) apresentam condições ambientais boas nos três indicadores utilizados; entretanto seus desempenhos nas áreas econômica e social não são satisfatórios.

Quanto à sustentabilidade ambiental, os níveis de preservação ambiental e a fragilidade dos ecossistemas (região de nascentes, grandes declividades) evidenciam a necessidade de manutenção de cobertura vegetal e de medidas restritivas quanto ao lançamento de efluentes líquidos nos corpos hídricos, o que pode ameaçar a integridade dos atrativos turísticos.

No que diz respeito à sustentabilidade econômica dos processos produtivos, o desenvolvimento turístico na Área aumentaria a ocupação da população nas

atividades econômicas, gerando condições para o surgimento de novos empreendimentos e manutenção para os empreendimentos existentes, aumentando sua vitalidade econômica.

Por último, quanto à sustentabilidade social, considerando diversos fatores como a necessidade de recursos humanos adequados para o desenvolvimento das atividades turísticas; a necessidade de aporte de capital para a formação de condições para o desenvolvimento social; o fato de a natureza das atividades e dos empreendimentos turísticos serem favoráveis aos processos de distribuição de renda e melhoria das condições sociais como um todo; e a realização de obras de infraestrutura para melhoria da acessibilidade, percebe-se que a atividade turística é adequada para a melhoria da justiça social e para a ampliação do acesso das populações aos bens e serviços .

Por outro lado, constata-se que outros municípios (Caxias do Sul e Bento Gonçalves) já evidenciam estresse nas suas condições ambientais, o que levará à necessidade de recuperação ambiental, sob pena de perda dessa tão importante fonte de recursos econômicos e oportunidades de desenvolvimento social.

Essa conjuntura é, por si só, justificativa para a implantação de um projeto de desenvolvimento turístico para a Área Prioritária.

2.2 Situação do turismo na Área Prioritária

2.2.1 Estudo da Demanda

- **Considerações Gerais**

A primeira consideração a ser feita é a falta de dados estatísticos sobre a demanda turística, com séries históricas, que permitissem o dimensionamento da demanda na Área Prioritária. Isso se deve à inexistência de um sistema de informação estadual e municipal. Frente a essa dificuldade, recorreu-se a Pesquisas da FIPE/Embratur de 1998 e 2002 - Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil e a dados qualitativos com entidades empresárias (ABIH e CVC).

Essa pesquisa foi realizada com base em amostra, aplicada em domicílios urbanos, distribuídos em municípios com maior densidade populacional nos diferentes estados do Brasil. A amostra apresenta significância estatística, em níveis de erro admitidos, buscando caracterizar e dimensionar o turismo doméstico e rotineiro no Brasil, nas regiões e nos Estados. Foi estimado que 41.352.300 turistas domésticos viajaram uma vez ao ano em 2001.

Segundo essa pesquisa, relativa ao turismo doméstico, houve um aumento da propensão a viajar, passando de 32,7%, em 1998, para 36,4%, em 2001. Em comparação com a pesquisa realizada em 1998, a proporção de pessoas em viagem internacional caiu de 2,5% para 1,7%, devido à flexibilização do câmbio em janeiro de 1999. O número médio de viagens ao exterior reduziu-se de 1,6 vezes em 1998 para 1,4 vezes em 2001.

- **Turismo no Brasil e na Região do Prodetur Sul**

A Tabela 15 apresenta a estimativa do número de turistas nacionais e estrangeiros nos estados da Região do Prodetur Sul e no Brasil em 1998 e 2001. O total de turistas domésticos e estrangeiros na Região era de 8.321.467 em 1998, passando para 9.544.145 em 2001, correspondendo, respectivamente, a 19,34% e 20,69% do total nacional. Isso indica uma melhoria na participação relativa da Região no conjunto do Brasil, devida especialmente ao crescimento do turismo doméstico nos quatro estados. Destaca-se o crescimento significativo verificado no Rio Grande do Sul, que apresentou a maior variação percentual do turismo doméstico dos estados, atingindo 56,51% no período em análise.

Todos os estados, com exceção de Santa Catarina, apresentaram variação negativa no que se refere aos turistas estrangeiros, acompanhando a variação negativa apresentada pelo país.

Considerando-se o crescimento do número de turistas observa-se que no Brasil foi de 7,20%, na Região de 14,69% e no Rio Grande do Sul de 29,29%.

No RS, verifica-se o ingresso de 1.558.886 turistas nacionais e 952.336 estrangeiros em 1998; passando, em 2001, para 2.439.786 e 806.967 respectivamente.

Tabela 15 - Número de turistas nacionais e estrangeiros, por estado da Região do Prodetur Sul e Brasil – 1998-2001

ESTADO	1998			2001			VARIACÃO % 1998-2001		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
Mato Grosso do Sul	305.664	166.680	472.344	326.251	108.328	434.579	6,74	-35,01	-8,00
Paraná	2.674.560	544.198	3.218.758	2.851.171	493.011	3.344.182	6,60	-9,41	3,90
Santa Catarina	1.948.608	170.535	2.119.143	2.313.345	205.286	2.518.631	18,72	20,38	18,85
Rio Grande do Sul	1.558.886	952.336	2.511.222	2.439.786	806.967	3.246.753	56,51	-15,26	29,29
A.SOMA	6.487.718	1.833.749	8.321.467	7.930.553	1.613.592	9.544.145	22,24	-12,01	14,69
B.Total Brasil	38.208.000	4.818.084	43.026.084	41.352.300	4.772.575	46.124.875	8,23	-0,94	7,20
Relação A/B (%)	16,98	38,06	19,34	19,18	33,81	20,69			

FONTE: FIPE/Embratur (1998 e 2001).

A Tabela 16 apresenta o ingresso de receitas e o gasto *per capita* do turismo doméstico, para os anos considerados, nos quatro estados e no Brasil. Apesar de se verificar um crescimento da participação no número de turistas do conjunto dos quatro estados, no total do Brasil, verifica-se que, quanto ao gasto total, houve uma manutenção da participação em torno de 17%. Apesar de ter crescido nos quatro estados da Região, o gasto *per capita*, que se apresentava um pouco acima da média brasileira em 1998, ficou abaixo dessa média no ano de 2001, apresentando um valor correspondente a aproximadamente 90% do Brasil.

Tabela 16 - Número de turistas nacionais e gasto turístico nos Estados – 1998-2001

ESTADO	1998			2001		
	Número	Ingresso (R\$ 1.000,00)	Gasto <i>per capita</i> (R\$ 1,00)	Número	Ingresso (R\$ 1.000,00)	Gasto <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
Mato Grosso do Sul	305.664	171.366	561	326.251	356.937	1.094
Paraná	2.674.560	725.010	271	2.851.171	2.401.547	842
Santa Catarina	1.948.608	817.284	419	2.313.345	3.101.146	1.341
Rio Grande do Sul	1.558.886	580.008	372	2.439.786	2.550.035	1.045
A.Total Região Prodetur Sul	6.487.718	2.293.668	354	7.930.553	8.409.665	1.060
B.Total Brasil	38.208.000	13.182.000	345	41.352.300	48.400.000	1.170
Relação A/B (%)	16,98	17,40	102,47	19,18	17,38	90,60

FONTE: FIPE (1998 e 2001).

Quanto aos meios de hospedagem em 2001, permanece o predomínio da casa de amigos e parentes com 66,6% (média Brasil), apresentando uma queda em relação a 1998 de 6,6 pontos percentuais; hotéis e pousadas perfazem 22,2% das viagens dos turistas em 2001, enquanto que as residências secundárias – casa alugada

e casa própria, alcançam 8,2% (Tabela 17). Para os estados da Região Sul, observa-se que a categoria hotel e similares apresenta o valor de 13,2%, abaixo da média brasileira. Para a categoria residências secundárias, o percentual é de 9,7%, acima da média nacional.

Tabela 17 - Categorias de Viagem e Meios de Hospedagem Utilizados no Brasil e na Região Sul – 1998-2001

UNIDADES DE HOSPEDAGEM	%		
	DOMÉSTICAS	DOMÉSTICAS	DOMÉSTICAS
	1998 BR	2001 BR	2001 REGIÃO SUL
Hotel e similares	14,4%	22,2%	13,2%
Casa de amigos e parentes	73,2%	66,6%	73,1%
Residências secundárias	7,7%	8,2%	9,7%
Outros	4,7%	3,0%	4,0%
Total	100%	100%	100%

FONTE: FIPE/Embratur –1998/2001

A Tabela 18 apresenta a demanda turística do Brasil e do Rio Grande do Sul segundo a pesquisa elaborada pela FIPE/Embratur em 2001, distribuída por doméstica, rotineira e internacional. O RS recebe 5,9% das viagens domésticas, 9,10% das rotineiras e 16,91% das internacionais.

Tabela 18 - Demanda turística no Brasil e no Rio Grande do Sul em 2001

ITENS	DOMÉSTICA		ROTINEIRA		INTERNACIONAL		TOTAL	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
1.Número de Turistas no Brasil	41.352.300	73,24	10.338.075	18,31	4.772.575	8,45	56.462.950	100,00
2.Número médio de viagens/ano BR	1,44		16,50		1,40			
3.Número de viagens no Brasil (1x2)	59.547.312	25,15	170.578.238	72,03	6.681.605	2,82	236.807.154	100,00
4.Número de turistas no RS	2.439.786	58,26	940.765	22,47	806.967	19,27	4.187.518	100,00
5.Destino RS (4/1) (%)	5,90		9,10		16,91		7,42	

FONTE: FIPE/Embratur (2002)

As matrizes origem/destino das pesquisas permitem identificar a ocorrência de uma transformação no Estado do Rio Grande do Sul, que passa de Estado emissor para receptor nesses três anos; ou seja, em 1998 foi destino de 4,08% dos turistas

brasileiros, enquanto que origem de 5,63% dos mesmos. No ano de 2001, no entanto, essa situação inverte-se, passando para 5,90% do destino e origem de 5,29%. Destaca-se a inversão dos fluxos turísticos como sendo uma consolidação do Estado como destino turístico.

Essa transformação tende a se evidenciar tendo em vista a divulgação ocorrida com a série “A Casa das Sete Mulheres”, apresentada pela rede de TV Globo, em horário nobre, com ampla audiência, cuja maior parte das cenas transcorreram junto aos Aparados da Serra, mostrando cânions, cascatas e a paisagem dos Campos de Cima da Serra.

Comparando-se pesquisas da FIPE/Embratur - 1998 e 2001, na Tabela 19, verifica-se o número crescente de turistas domésticos no Brasil e no Rio Grande do Sul, sendo que neste Estado a taxa de crescimento anual foi 16,10%, muito superior à média nacional de 2,67% a.a.. Por outro lado, o número de turistas internacionais decresceu no País e no Estado nesse mesmo período, com variações de -0,32% a.a. e -5,37% a.a., respectivamente. Enquanto no Brasil as participações relativas dos turistas nacional e internacional permaneceram praticamente inalteradas, no Rio Grande do Sul cresceu a participação do turismo doméstico, saltando de 62,08% em 1998 para 75,15% em 2001.

Tabela 19 - Turismo doméstico e internacional no Brasil e no RS

TURISTAS	Brasil					Rio Grande do Sul				
	1998	%	2001	%	Crescimento (% a. a.)	1998	%	2001	%	Crescimento (% a. a.)
Domésticos	38.208.000	88,80	41.352.300	89,65	2,67%	1.558.886	62,08	2.439.786	75,15	16,10%
Internacionais	4.818.084	11,20	4.772.575	10,35	-0,32%	952.336	37,92	806.967	24,85	-5,37%
Total	43.026.084	100,00	46.124.875	100,00	2,35%	2.511.222	100,00	3.246.753	100,00	8,94%

Fonte: FIPE/USP e EMBRATUR

Quanto à origem dos turistas domésticos no RS no ano de 2001 (Tabela 20) verifica-se que 1.463.871 (60%) são originários do próprio Estado, e 975.914 (40%), dos demais estados do Brasil, verificando-se um aumento na participação dos turistas de fora do Estado, que correspondiam, em 1998, a 29,4%.

Evidencia-se, também, que o Estado de São Paulo é o maior emissor, com 14,6% do total em 2001, aparecendo Santa Catarina em 2º lugar. O Rio de Janeiro apresenta o maior crescimento anual de 110,35%, passando a participação de 1,2% para 7,3%, seguido de Santa Catarina com 58,88% a.a.. O Paraná apresentou a menor taxa de crescimento anual entre os quatro estados.

Tabela 20 - Origem dos turistas domésticos no RS – 1998-2001

Origem	1998	%	2001	%	Crescimento (% a. a.)
São Paulo	122.266	7,8	355.630	14,6	42,75%
Santa Catarina	64.954	4,2	260.519	10,7	58,88%
Paraná	103.162	6,6	128.192	5,3	7,51%
Rio de Janeiro	19.104	1,2	177.815	7,3	110,35%
Outros	149.011	9,6	53.758	2,2	-28,81%
Soma	458.496	29,4	975.914	40,0	28,63%
RS	1.100.390	70,6	1.463.871	60,0	9,98%
Total RS	1.558.886	100,0	2.439.786	100	16,10%

FONTE: FIPE/Embratur (1998 e 2001)

- **Estimativa dos Turistas na Área Prioritária**

Como já referido no início do item, não há dados sobre o percentual de turistas no RS que se dirigem à Área Prioritária. Com isso evidencia-se a necessidade de que seja viabilizado um sistema de investigação do mercado. Tem-se conhecimento de que a pesquisa FIPE dispõe de dados sobre os lugares mais visitados; todavia somente foi possível o acesso à publicação-síntese onde não constam informações sobre a Serra Gaúcha.

Procurou-se estimar o número total de turistas nos municípios da Área Prioritária no ano de 2001, utilizando-se dois métodos de estimação.

✓ 1º Método

A partir da pesquisa da FIPE/Embratur acima citada, foram levantados os seguintes dados: a) número de unidades de hospedagem, por município, em estabelecimentos hoteleiros e para-hoteleiros segundo a Secretaria do Turismo do Estado; e b) quantidade de domicílios de uso ocasional, ou simplesmente segundas residências, obtida do Censo 2000 do IBGE. Na ponderação do número de turistas domésticos, foram consideradas as duas variáveis citadas, de acordo com suas respectivas participações relativas nos meios de hospedagem e residências secundárias do Estado. No caso dos turistas internacionais, os dados são da Embratur, sendo ponderados apenas pela participação de cada município na oferta de UHs, uma vez que dificilmente esses turistas utilizariam residências secundárias.

Em termos de notação matemática, pode-se demonstrar o cálculo da seguinte forma:

$$\left[\left(\frac{uh_i}{uh_E} \cdot f_1 \right) + \left(\frac{Rs_i}{Rs_E} \cdot f_2 \right) \right] / (1 - f_3)$$

onde

Uh_i = UHs no município i da Área Prioritária

Uh_E = total de UHs no Estado

f_1 = fator de ponderação UHs = 57,64%

Rs_i = residências secundárias no município i da Área Prioritária

Rs_E = total de RS no Estado

f_2 = fator de ponderação Rs = 42,36%.

f_3 = % de utilização da casa de amigos e parentes na Região Sul = 73,1%.

Os fatores de ponderação f_1 e f_2 são obtidos na pesquisa FIPE/Embratur.

$f_1 = (13,20\%/22,90\%) =$ % de utilização de UHs na Região Sul / % de utilização da Rs e UHs Região Sul.

$f_2 = (9,70\%/22,90\%) =$ % de utilização de Rs na Região Sul / % de utilização da Rs e UHs Região Sul.

Adotando-se uma divisão entre turista doméstico e internacional, a Tabela 21 informa o número de turistas estimado para o ano de 2001 na Área Prioritária no Rio Grande do Sul. Na mesma concentram-se 46,7% do turismo doméstico e internacional do Estado.

Tabela 21 - Estimativa do número de turistas domésticos e internacionais na Área Prioritária e no RS – 2001

ITENS	DOMÉSTICO	%	INTERNACIONAL	%	TOTAL	%
1. Área Prioritária	1.403.273	93%	113.096	7%	1.516.369	100%
2. Rio Grande do Sul	2.439.786	75%	806.967	25%	3.246.753	100%
Relação 1/2 (%)	57,5%		14,0%		46,7%	

FONTE DE DADOS BRUTOS: SETUR -2001 (Uh em hotéis).

IBGE (2000) (Residências secundárias).

Pesquisa FIPE/Embratur (2002).

Turistas internacionais: Embratur (2001) Para Porto Alegre, estima-se 333.853.

NOTA: Cálculos elaborados pela SCP/RS.

✓ 2º Método

Alternativamente, estimou-se o número de turistas na Área Prioritária a partir das informações sobre a oferta de UHs existentes nos municípios, disponíveis na SETUR.

O número de UHs é de 6.765 e, durante 365 dias do ano, obtém-se o total de **2.469.225** UHs/ano disponibilizadas na Área Prioritária. Supondo uma taxa média de ocupação de 57% (Tabela.33), obtém-se o total de 1.407.458 UHs ocupadas ou 2.111.187 leitos ocupados (1.407.458 x 1,5 camas). Adotando-se a estadia média de 3,6 dias, chega-se ao número de 586.441 turistas em hotéis na Área Prioritária.

Número de Uhs na Área Prioritária	6.765
Total de Uhs/ano na Área Prioritária	2.469.225
Ocupação 57% = Uhs ocupadas/ano	1.407.458
Total de leitos ocupados/ano	2.111.187
Total de turistas em hotéis com estadia média de 3,6 dias	586.441

Da estimativa de 586.441 turistas em hotéis na Área Prioritária, é preciso dimensionar a distribuição entre turistas domésticos e estrangeiros, sendo necessário observar o comportamento da demanda total do Estado, já que não há estatísticas que demonstrem com segurança o percentual da demanda hoteleira distribuída entre domésticos e estrangeiros.

Analisando-se o total da demanda do Rio Grande do Sul, observou-se que 75% da mesma foram domésticos e 25%, estrangeiros em 2001. Pelos dados da pesquisa FIPE/Embratur, 13,2% dos turistas domésticos utilizam hotéis e similares. Assumindo-se a hipótese de que 80% dos turistas estrangeiros utilizem hotéis, pode-se proceder a alguns cálculos para estimar que 967.625 turistas domésticos e estrangeiros usam hotéis no Rio Grande do Sul. Isso significa que, desse total (967.625), 67% são estrangeiros que utilizam hotéis, e 33% são domésticos.

	NÚMERO	RELATIVO	RELATIVO
Total da demanda do RS	3.246.753	100%	
A. Total da demanda doméstica no RS	2.439.786	75%	
B. Total de turistas domésticos em hotéis (13.2%)	322.052		33%
C. Total da demanda internacional no RS	806.967	25%	
D. Total de estrangeiros em hotéis (80%)	645.574		67%
E. Total de turistas alojados em hotéis (B + D)	967.625		100%
F. Percentual dos alojados em hotéis s/ total da demanda	29,80		

Assumindo-se que o percentual de distribuição entre estrangeiros e domésticos em hotéis seja 67% e 33%, respectivamente, na Área Prioritária, têm-se agora condições de estimar o número de turistas total na Área.

Como se viu na Tabela 20, os turistas que têm como destino o RS são provenientes 75,9% da Região Sul (RS, PR e SC), e os restantes 24,1%, principalmente, da Região Sudeste (SP e RJ). Na Região Sul, o percentual de turistas domésticos que utiliza hotéis e pousadas é de 12,2%; e na Região Sudeste, é de 20,8%. Com isso, obtém-se uma média ponderada de 14,27% dos turistas domésticos

no RS que utilizam hotéis e pousadas e admite-se que 80% dos estrangeiros utilizam hotéis. Procedendo a alguns cálculos, dispostos abaixo, avalia-se que o total de turistas domésticos estimados para a Área é de **1.847.315**.

	TOTAL EM HOTÉIS		ESTIMAÇÃO	RELATIVO
33% domésticos	193.526	14,27% em hotéis	1.356.170	73%
67% internacionais	392.915	80% em hotéis	491.144	27%
SOMA	586.441		1.847.315	100%

Esse número é maior se comparado com o primeiro método de estimação, todavia é calculado com base na oferta de UHs e segue regras básicas de estimação da demanda turística. O total resultante implica afirmar que 56,8% dos turistas iriam para a Área Prioritária. Também, o número de turistas estrangeiros na Área pode estar acima dos valores reais. Por outro lado, os relatos e documentos encaminhados pela ABIH (Anexo 5) informam que o número de turistas em unidades de hospedagem chega a 1,1 milhão somente na Região das Hortênsias, e a 1,2 milhão de visitantes que permanecem um dia. Tamanha variedade de números fortalece a necessidade urgente de dimensionamento e reconhecimento do turista que visita a Serra Gaúcha.

Evitando a complexidade do cálculo do primeiro método, assumiremos o número de 1,8 milhão de turistas na Área Prioritária.

- **Crescimento do Turismo nos Campos de Cima da Serra**

A seguir, são apresentadas informações que demonstram o crescimento que se tem verificado na Área, especialmente nos Campos de Cima da Serra. Percebe-se uma elevação da visitação aos Parques Aparados da Serra e Serra Geral (Tabela 22), onde se verifica que o número de visitas nesses parques, em Cambará do Sul, tem crescido à taxa média de 16,5% ao ano até 2002. Para 2003, o primeiro quadrimestre cresceu 70% em relação ao mesmo período de 2002. Segundo informações da Prefeitura Municipal de Cambará do Sul, o número de visitantes à região está impactando significativamente os negócios, tanto que o número de pousadas passou de sete, em 2000, para 25, em 2003, enquanto que os restaurantes passaram de quatro para 13, respectivamente. Cabe observar que o ano de 2002 caracterizou-se pela

conclusão de parte da pavimentação asfáltica da rodovia RS/020, que liga Porto Alegre à divisa com Santa Catarina, passando por São Francisco de Paula e Cambará do Sul, faltando o trecho até São José dos Ausentes e a divisa.

Tabela 22 – Número de Visitantes dos Parques dos Aparados e Serra Geral – 1998-2002

ITENS	1998 (1)	1999	2000	2001	2002	2003 (2)
Número de visitantes	15.080	35.208	45.589	46.814	55.676	41.862
Variação (%)		48,7	29,5	2,7	18,9	96,1
Variação anual acumulada(%)			29,5%	15,3%	16,5%	70,0%

FONTE: Prefeitura Municipal de Cambará do Sul

1.Dados de 1998: maio a dezembro.

2. Dados de 2003: janeiro a abril.

- **Turismo Internacional no Brasil e no RS**

O turismo internacional no Brasil apresentou um decréscimo em 2001 em relação ao 2000, passando de 5,3 milhões para 4,77 milhões. A Tabela 23 mostra a entrada de turistas nesses anos e os principais estados de chegada. Ao longo dos últimos anos, o RS tem sido o **2º Portão de Entrada de Turistas Estrangeiros** no País até 2000, perdendo essa posição para o Rio de Janeiro em 2001. Este ano tornou-se atípico devido à crise econômica enfrentada pela Argentina, registrando uma queda de 1/3 no número de turistas oriundos desse País em relação a 2000.

Dos 4,77 milhões de estrangeiros que entraram no País no ano de 2001, 806.967 entraram no Rio Grande do Sul; ou seja, 16,91% do total.

Tabela 23 – Entrada de Turistas Estrangeiros, por Estado – 2000 e 2001

Estado	2000		2001	
	Número	%	Número	%
São Paulo	1.464.504	27,56	1.645.907	34,49
Rio de Janeiro	817.900	15,39	930.111	19,49
Rio Grande do Sul	1.240.270	23,34	806.967	16,91
Paraná	718.120	13,52	522.963	10,96
Santa Catarina	506.249	9,53	359.444	7,53
Outros	566.420	10,66	507.183	10,63
Total Brasil	5.313.463	100,00	4.772.575	100,00

Fonte: Anuário Estatístico EMBRATUR 2002

A Tabela 24 apresenta os principais emissores, destacando-se a Argentina (53,9%), com ampla vantagem, seguida pelo Uruguai (22,6%), Chile e Paraguai.

Tabela 24 - Entrada de Turistas Estrangeiros pelo Rio Grande do Sul – 2001

TURISTAS	ARGENTINA	URUGUAI	PARAGUAI	CHILE	EUA	ALEMANHA	ITALIA	FRANÇA	TOTAL
1. Entrada no BR	1.374.584	305.084	285.752	154.093	594.309	320.602	216.517	185.033	4.772.575
2. Entrada no RS	435.269	182.019	32.256	27.330	5.078	6.900	9.039	4.976	806.967
3. Percentual (2 / 1)	31,7%	59,7%	11,3%	17,7%	0,9%	2,2%	4,2%	2,7%	16,9%
4. Composição da entrada RS	53,9%	22,6%	4,0%	3,4%	0,6%	0,9%	1,1%	0,6%	100,0%

FONTE: EMBRATUR (2001)

Deve-se destacar que não se dispõe de informações sobre o destino desses turistas, porém há uma avaliação de que o Rio Grande do Sul tem sido utilizado como um **corredor de passagem**, o que é um fenômeno que deveria ser mais bem investigado.

Na Tabela 25, são apresentadas as entradas de turistas no Rio Grande do Sul de 1998 até 2001, oriundos dos pelos principais países emissores da América do Sul e da Europa. Observa-se um crescimento significativo na entrada dos turistas da Argentina, Chile e Itália e uma redução dos turistas provenientes do Uruguai, Alemanha e Espanha nos anos 1999 e 2000. Em 2001, verifica-se um decréscimo significativo em relação a todos os países de procedência, muito provavelmente devido à crise da Argentina, além da crise no mercado de turismo mundial.

Tabela 25 - Entrada de turistas no RS, segundo país de residência permanente

ANOS	ARGENTINA	%	URUGUAI	%	CHILE	%	ALEMANHA	%	ITÁLIA	%	ESPANHA	%	TOTAL
1998	486.202		216.192		28.810		14.445		8.816		5.797		952.336
1999	549.352	13,0	247.285	14,4	32.754	13,7	16.528	14,4	10.058	14,1	6.545	12,9	1.082.162
2000	672.223	22,4	275.083	11,2	41.810	27,6	10.485	-36,6	13.978	39,0	5.650	-13,7	1.240.260
2001	435.269	-35,2	182.019	-33,8	27.330	-34,6	6.900	-34,2	9.039	-35,3	3.747	-33,7	806.967

FONTE:COINF/DPF/EMBRATUR

✓ Sazonalidade

Ao analisar-se o comportamento sazonal da demanda na Tabela 26, percebe-se que há a concentração nos meses de verão, que vem perdendo participação para as demais estações.

Tabela 26 - Entrada de turistas por estação – 1991-2001

ANOS	VERÃO	OUTONO	INVERNO	PRIMAVERA
1991	58,80%	11,36%	13,77%	16,07%
1992	53,29%	14,29%	13,10%	19,32%
1993	62,64%	17,08%	9,51%	10,77%
1994	67,37%	9,54%	10,23%	12,85%
1995	48,40%	16,13%	13,98%	21,49%
1996	50,88%	12,88%	14,38%	21,86%
1997	56,45%	11,36%	13,17%	19,02%
1998	48,83%	15,35%	13,94%	21,89%
1999	48,87%	15,35%	13,89%	21,89%
2000	48,82%	15,38%	13,86%	21,93%
2001	49,09%	15,52%	15,72%	19,67%

Este fenômeno revela uma tendência de modificação no comportamento da demanda. Em 1991, outono e inverno representavam juntos 25,13% da demanda, e em 2001 chegam a 31,24%. Além de revelar uma tendência de aumento no volume de turistas, o perfil dos mesmos revela um aumento da preferência pelos meses frios.

✓ Gasto *per capita*

Na Tabela 27, constata-se que a média de gastos *per capita*/dia no Rio Grande do Sul (US\$ 49,00) é inferior à do Brasil (US\$ 81,00).

Tabela 27 - Gastos *per capita*/dia dos turistas que ingressam no RS por origem – 1990-2001

	US\$											RS/2001
	1990	1991	1992	1993	1994	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
BRASIL	82,24	66,44	66,79	67,83	60,53	70,39	72,8	67,52	79,08	84,38	81,21	48,27
ARGENTINA	50,95	40,97	49,75	52,72	44,76	45,25	53,06	49,28	60,51	69,44	63,96	28,50
URUGUAI	53,13	46,91	57,47	82,8	48,76	60,63	57,1	42,3	67,26	80,84	73,68	13,71
PARAGUAI	69,64	52,4	68,64	48,17	39,95	35,96	32,4	46,2	50,94	36,02	41,1	0,60
CHILE								59,87	79,97	114,9	69,37	2,74
EUA	103,24	90,29	106,87	111,09	123,6	136,87	149,86	107,16	115,57	122,35	125,72	0,95
ITÁLIA	95,32	81,76	81,32	81,97	90,23	108,11	96,59	65,29	93,72	77,19	95,43	0,98
ALEMANHA	80,06	84,22	100,64	89,64	93,67	108,11	112,8	91,8	77,03	85,72	85,11	0,79

FONTE: EMBRATUR

Ao cruzarem-se os gastos com a segmentação da demanda, conclui-se que os países com maior participação na emissão de turistas estão na faixa daqueles com menor gasto *per capita*/dia. Já os dos EUA, Alemanha e Itália têm maior gasto *per capita*/dia.

Enquanto argentinos e uruguaios têm uma renda média anual em torno de US\$ 23.000, americanos e alemães têm renda média anual de US\$ 41.000. Sobre esse sentido, o esforço de captação de turistas deve ter um peso maior nos últimos, ao levarmos em conta somente o fator renda.

Na Tabela 28, observa-se que o gasto *per capita* vinha aumentando no período de 1998 a 2000, com exceção da Itália, Alemanha e Paraguai. Em 2001, Argentina, Uruguai e Chile reduziram o gasto, e Paraguai, EUA, Itália e Alemanha aumentaram.

Tabela 28 - Gastos (US\$) – Hospedados em hotel e que utilizaram agência por origem

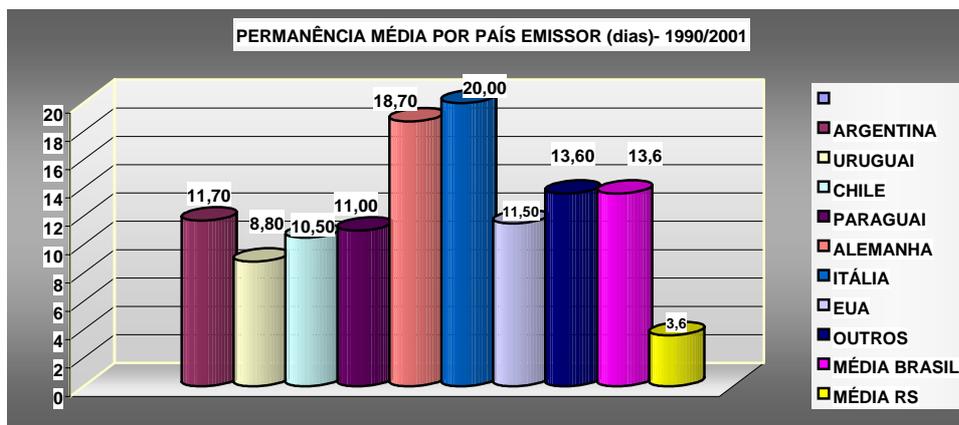
	1998	1999	2000	2001
BRASIL	99,90	92,85	95,40	90,30
ARGENTINA	77,77	76,45	80,52	71,59
URUGUAI	88,59	85,45	103,15	73,77
PARAGUAI	73,20	90,80	36,25	49,35
CHILE	99,20	115,40	123,26	75,94
EUA	136,37	138,50	145,50	150,20
ITÁLIA	111,67	104,50	80,87	104,25
ALEMANHA	98,22	97,60	95,41	96,91

FORNTE: EMBRATUR

✓ Permanência Média

Ao analisar-se a permanência média em dias, também se constata que os turistas com procedências mais distantes permanecem mais tempo. Somado ao gasto maior desses mesmos turistas, conclui-se que a renda ingressada no Estado é maior por unidade de turista desse segmento de demanda. O Gráfico 3 apresenta os tempos médios de permanência por país emissor.

Gráfico 3 - Permanência média por país emissor



Sobressai, na Tabela 29, o dado de que a permanência no Rio Grande do Sul (3,62 dias) é quase um quarto da média no Brasil (13,60 dias). Evidenciando a marca de portão de acesso e de corredor turístico, há uma diferença de 10 dias nesses dois indicadores. Por caracterizar-se como um turismo de fronteiras, a demanda revela a necessidade maior de utilização de acesso por via terrestre (91,2%), como pode ser constatado na Tabela 30.

Tabela 29 - Permanência média (dias) no Brasil e no RS, por origem – 1990-2001

ANO	ARG	URU	PARA	CHILE	EUA	ITA	ALE	RS	BR
1990	14,2	10,9	9,5		12,9	19,6	18,7		14,5
1991	12,9	8,3	13,0		15,2	22,0	20,4	2,9	16,1
1992	11,0	9,4	10,6		13,1	21,5	17,2	2,7	13,5
1993	12,2	7,8	11,9		11,8	20,1	16,3	2,8	13,1
1994	13,4	9,5	11,0			14,6	18,9	3,9	13,9
1995	13,4	9,5	11,0		12,8	14,6	18,2	3,8	13,1
1996	12,1	9,9	12,3		12,2	22,4	17,0	4,8	13,2
1997	11,3	7,7	17,1		12,0	19,4	18,7	3,9	12,9
1998	11,0	8,0	12,0	9,0	12,0	22,0	20,7	4,1	13,0
1999	12,0	9,0	8,0	12,0	13,0	24,0	20,7	4,3	14,0
2000	7,4	5,8	7,0	8,3	11,8	18,2	18,0	3,2	12,0
2001	10,0	9,7	8,6	12,5	14,5	21,9	19,9	3,4	14,0
MÉDIA	11,7	8,8	11,0	10,5	11,8	20,0	18,7	3,62	13,6

FONTES: COINF/DPF/EMBRATUR

Tabela 30 - RS – Entrada de turistas no RS por via de acesso – 1998-2001

ANOS	ÁREA	VAR. TERRESTRE	VAR. MARÍTIMA	VAR. FLUVIAL	VAR.
1998	56.165	856.179	1.196	38.796	
1999	59.549	6,0	982.538	14,8	1.656 38,5
2000	65.078	9,3	1.141.338	16,2	2.555 54,3
2001	45.884	-29,5	742.047	-35,0	1.932 -24,4
MÉDIA	56.669		930.526		1.835 31.405
PERFIL	5,55%		91,19%		0,18% 3,08%

Fonte: COINF/DPF, EMBRATUR e FADE

✓ Motivo de Viagem

Os motivos das viagens dos turistas que ingressam no País vêm apresentando uma tendência de mudança no perfil. Na Tabela 31, pode-se verificar que o turismo de lazer é o principal motivo dos países, excetuando-se o Uruguai, que apresenta percentual maior quanto ao turismo de negócios no ano 2000. No entanto verifica-se que o turismo de lazer tem reduzido sua participação e tem aumentado a participação dos motivos de negócios, congressos e outros. Destaque-se que os dois principais emissores do turismo internacional para o RS têm ampliado seus percentuais nesses motivos.

Tabela 31 - Evolução da participação do motivo da viagem – 1998-2000

PAÍSES	TURISMO			NEGÓCIO			CONGRESSOS			OUTROS			em %
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000	
ARGENTINA	82,00	87,60	65,99	13,30	9,70	16,25	3,20	2,00	4,62	1,50	0,80	13,14	
ESTADOS UNIDOS	55,90	55,50	38,30	38,40	39,90	30,46	3,70	3,70	5,27	1,80	0,90	25,97	
PARAGUAI	94,20	76,50	40,06	2,00	9,80	25,87	1,90	5,90	5,99	1,90	7,80	28,07	
URUGUAI	74,20	76,20	32,07	21,20	16,80	38,98	2,30	7,00	8,91	2,30	0,00	20,04	
ALEMANHA	77,90	82,80	54,46	19,70	13,80	19,64	2,30	2,60	6,25	0,00	0,90	19,64	
FRANÇA	62,30	76,50	50,86	33,30	18,50	17,24	2,20	4,90	2,59	2,20	0,00	29,31	
ESPAÑA	60,30	70,70	53,57	29,40	24,40	21,43	7,40	3,70	6,25	2,90	1,20	18,75	
INGLATERRA	65,60	73,90	43,34	29,00	20,70	32,50	5,40	3,30	2,50	0,00	2,20	21,66	
PORTUGAL	80,70	84,50	82,32	14,50	11,50	3,48	2,40	4,10	4,35	2,40	0,00	9,86	
ITÁLIA	63,10	85,40	45,00	35,40	12,90	30,56	1,50	0,90	15,56	0,00	0,90	8,88	
CHILE	52,80	73,20	61,33	30,50	16,10	8,67	16,70	10,70	4,00	0,00	0,00	26,00	

FONTE: COINF/DPF/EMBRATUR

- **Destinos nacionais e internacionais concorrentes**

Por último, procura-se mostrar um quadro comparativo com outros destinos no País. Uma vez que não existe similaridade absoluta com os outros destinos, como Caldas Novas (essencialmente turismo termal), Bonito (turismo ecológico e de esportes

aquáticos), Porto Seguro (praia, sol e lazer), Bariloche (estação de esqui tradicional e de nível internacional), poder-se-ia estabelecer uma comparação mais em relação ao preço do que à qualidade, conforme o Quadro 26. O destino Gramado/Canela pode ser analisado como uma oferta mais ampla, atingindo-se diversos segmentos de demanda e que pode agregar valor e qualidade com produtos de atratividade internacional.

O principal produto turístico da Área Prioritária, consagrado junto aos mercados emissores nacionais, Gramado/Canela, comparado a outros destinos do País, apresenta tarifas competitivas a partir do maior mercado emissor: São Paulo. Entretanto cabe ressaltar o fator tempo de deslocamento origem/destino como determinante na escolha de um destino turístico, resultado de mudanças de costumes, como duração de férias.

Quadro 26 - Comparação dos destinos Gramado/Canela com outros concorrentes

Origem	Destino	Tempo de Deslocamento	Pacote 8 dias (R\$)	Ap.Duplo Categoria 3 Estrelas
São Paulo	Gramado/Canela	2h45min (1)	1.358,00	Meia Pensão
São Paulo	Caldas Novas/Go	2h	1.703,00	Pensão Completa
São Paulo	Bonito/Ms	4h30min (1)	1.638,00	Meia Pensão
São Paulo	Porto Seguro/Ba	1h50min	668,00	Meia Pensão
São Paulo	Bariloche/Arg	5h	1.600,00	Meia Pensão

FONTE: Oferta ZH, CVC Período: jun/2003

(1) Inclui trecho rodoviário

- **Considerações Finais**

- Ficou evidenciada a falta de dados estatísticos sobre a demanda turística, com séries históricas que permitissem o dimensionamento da demanda na Área Prioritária. Isso se deve a inexistência de um sistema de informação estadual e municipal.

- O Rio Grande do Sul apresentou um crescimento do número de turistas de 29,29%, no período 1998-2001, muito superior ao Brasil e aos outros estados da Região do Prodetur Sul, devido principalmente ao turismo doméstico que cresceu 56%, com uma taxa de 16,10% a.a., participando com 75% do total doméstico/internacional. A participação de turistas de outros estados cresceu de 29,4% para 40%. Destaca-se o

Estado de São Paulo como o maior emissor, seguido de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná.

- O gasto *per capita* reduziu-se, no mesmo período, ficando abaixo da média brasileira em 2001.
- O Rio Grande do Sul está-se transformando de mercado emissor em um destino turístico, analisando-se os dados da pesquisa FIPE/Embratur relativos ao mercado doméstico.
- Os meios de hospedagem utilizados por turistas provenientes da Região Sul (que correspondem a maioria no RS) ainda apresentam elevada participação de utilização de casa de parentes e amigos.
- Verificou-se a dificuldade de estimar o número de turistas na Área Prioritária a partir de informações da ABIH e FIPE.
- Quanto ao turismo internacional, houve redução do número de turistas no ano de 2001 no Brasil e especialmente no RS devido à crise na Argentina, que é o principal emissor seguido do Uruguai e Paraguai. Mesmo assim, o RS é o terceiro portão de entrada de turistas, atrás de SP e RJ.
- O gasto *per capita* do turismo estrangeiro é muito menor no RS, além de ser proveniente, principalmente, de países com menor renda anual. Também a permanência média maior é dos países mais distantes.
- O destino RS do turista estrangeiro tem permanência média de 3,62 dias, enquanto a média no Brasil é de 13,6.
- Observa-se um crescimento do turismo de negócios, congressos e outros, em detrimento do turismo de lazer.

2.2.2 Atrativos e Produtos

- Atrativos Naturais

No Estado do Rio Grande do Sul, a Área Prioritária é a que apresenta os maiores indicadores de quantidade e diversidade de atrativos, sejam eles naturais ou culturais. Escarpas de serra intercaladas por rios, corredeiras, cachoeiras e cascatas exuberantes, e de cuja preservação dependem várias espécies de flora e fauna, constituem um potencial significativo do ponto de vista turístico, quer pela beleza cênica, ou como possibilidade de praticar esportes de aventura como *rafting*, canoagem, *duck*, *cascading*, canionismo, *rapel*, escalada, pêndulo, tirolesa, trilhas, cavalgada, *jeep*-aventura, etc., segmento de demanda que apresenta crescimento e ocupa importante espaço na mídia.

São aproximadamente 60 operadoras de Turismo de Aventura no Estado, sendo 20 estabelecidas na Área Prioritária. Dentre as restantes, ainda há algumas com sede em outras regiões, as quais operam na Serra Gaúcha

Na Área, o Rio das Antas é o mais importante para a prática do Turismo Aventura – com seu vale formando um canhão estreito, barrancos subindo em degraus, e seus afluentes cortando o terreno, saltando sobre rochedos, entre paredões escuros e peraus de cor cinzenta. O Vale foi identificado pela Secretaria de Turismo como o primeiro “Pólo de Turismo-Aventura” do Rio Grande do Sul pela sua atratividade e profissionalismo de seus operadores.

Entretanto é nos chamados Aparados da Serra, onde o planalto cai abruptamente sobre a planície litorânea, com um paredão íngreme de quase mil metros de desnível e os rios, favorecidos pelo forte declive, profundas gargantas ou “taimbés”, que ocorre o mais importante atrativo natural do Estado, os cânions, formando dois Parques Nacionais, o dos Aparados da Serra e o da Serra Geral. A paisagem do entorno, com contornos suaves e cobertura vegetal de savana, entremeada por afloramentos basálticos e matas de *araucária*, completa o cenário, onde fazendas de criação de gado oferecem a hospitalidade e a “cultura do frio” do gaúcho serrano. É definitivamente um atrativo capaz de gerar fluxo internacional, dada sua grandeza e singularidade, conjunto que reúne os maiores cânions da América Latina e sem igual no mundo.

A área abrange várias Unidades de Conservação e entre elas destacam-se os Parques e as Florestas Nacionais e o Parque Estadual do Caracol que, além do valor ecológico, são atrativos turísticos que oferecem possibilidades de prática de esportes radicais, de aventura, de natureza e de lazer, valendo destacar o que segue.

- Parque Estadual do Caracol - A SETUR detêm a propriedade da área e, em 1986, transferiu a administração à Prefeitura Municipal de Canela por meio de Termo de Cessão e Uso. Dessa maneira, a Prefeitura é responsável pela manutenção dos equipamentos e preservação da área natural. É especialmente uma área de lazer e turismo, estando as questões de educação ambiental a cargo do Projeto Lobo-Guará, instalado com o Centro de Interpretação Ambiental, dentro do Parque. A Cascata do Caracol, queda d'água de 131 m é o cartão-postal de Canela e recebe ingresso de 35 mil visitantes/mês, possuindo estrutura completa de alimentação, área para piquenique, churrasqueiras, área para descanso, trilhas ecológicas e comércio de artesanato e suvenires.
- Parque Nacional dos Aparados da Serra – Área de Conservação Federal, implantada;
- Parque Nacional da Serra Geral – Área de Conservação Federal, implantada;
- Floresta Nacional de São Francisco de Paula;
- Floresta Nacional de Canela;
- Parque Estadual do Tainhas - Área de Conservação Estadual, em implantação;
- Área de Proteção Ambiental Rota-do-Sol – Área de Conservação Estadual, em implantação;
- Estação Ecológica Estadual Aratinga – Área de Conservação Estadual, em implantação.

As Unidades de Conservação que possuem atratividade e permitem, além da visitação para fins de educação ambiental, a prática de atividades ligadas ao turismo,

de natureza e aventura, são essenciais à captação de fluxo turístico que favoreça o retorno financeiro esperado para a área. Essas unidades estão sendo organizadas buscando-se a auto-sustentabilidade, com a participação direta da comunidade que, treinada para o guiamento interno, recepção, produção de artesanato, gestão e atendimento dos empreendimentos de hospedagem e alimentação, usufrui dos benefícios socioeconômicos da cadeia produtiva do turismo.

Outros atrativos, que não pertencem às Unidades de Conservação, ricos em belezas naturais e inúmeras possibilidades de lazer ou atividades de aventura (Quadro 27), completam a paisagem da Área Prioritária e oferecem novas perspectivas de desenvolvimento, com a geração de emprego e renda, e diminuem as diferenças entre as comunidades. O Quadro 27 apresenta uma avaliação da atratividade e vulnerabilidade dos atrativos naturais por município.

A atratividade foi medida pelos quesitos acessibilidade, localização, entorno, sinalização, material de divulgação e vinculação a roteiros turísticos. Os grupos de segmentos de lazer, negócios, compras e convenções, ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura e esportes radicais foram avaliados segundo suas peculiaridades.

A classificação dos atrativos segundo sua vulnerabilidade considerou:

- a) a existência ou não de **poluição hídrica**, e se esta poderá comprometer, a curto ou médio prazo, a condição do atrativo, ocasionando queda significativa de visitação;
- b) o entorno dos atrativos foi avaliado considerando sua **antropização**. Considera-se que, se o entorno estiver fortemente antropizado, o atrativo poderá vir a ser descaracterizado. Essa questão é mais relevante para os atrativos nos segmentos de ecoturismo, turismo rural e turismo de aventura.
- c) A disponibilidade de **saneamento básico**, tanto de esgoto quanto de tratamento de resíduos sólidos, foi considerada pela condição de poderem descaracterizar ou comprometer a condição de atrativo turístico.

A partir desses critérios, e tendo realizado visitas aos atrativos, foi atribuída uma nota de 1 a 4 para cada fator e para cada atrativo. Conforme a média obtida fosse mais próxima de 1, 2, 3 ou 4, a classificação foi em “baixa”, “regular”, “média” e “alta”. Um atrativo que sofre influência de poluição hídrica, por exemplo, pode ficar comprometido, no futuro, e recebeu nota 4 neste quesito. Se seu entorno é altamente antropizado e o atrativo fica em área rural, a nota nesse quesito também seria 4. Se ele estiver localizado em área que não dispõe de saneamento básico, sua nota neste item

também seria 4. Desta forma, esse atrativo seria classificado como de alta vulnerabilidade. Ressaltamos que a atribuição das notas decorreu da simples observação do atrativo e da área do entorno, possuindo, portanto, uma certa subjetividade.

Quadro 27 - Atrativos naturais da área, por município

MUNICÍPIO	ATRATIVOS NATURAIS	Potencial turismo lazer	Potencial turismo ecológico	Vulnerabilidade/ Comprometimento
Antônio Prado	<i>Belvedere Vale Rio das Antas</i>	regular	médio	regular
	<i>Cascata da Usina</i>	regular	médio	regular
Bento Gonçalves	<i>Parque Dal Pizzol</i>	Alto	baixo	média
	<i>Ferradura - Rio das Antas</i>	alto	alto	regular
	<i>Parque de Fenavinho</i>	alto	baixo	regular
	<i>Passeio de Trem Maria Fumaça</i>	alto	alto	Baixa
Bom Jesus	<i>Cachoeira Felisberto-Rio das Antas</i>	regular	alto	média
	<i>Barra dos Morais</i>	médio	alto	média
	<i>Passo Santa Vitória-Rio Pelotas</i>	regular	alto	média
	<i>Salto da Fumaça - Rio Cerquinha</i>	regular	alto	média
	<i>Vila da Madeira</i>	regular	alto	regular
	<i>Barragem dos Touros</i>	regular	alto	média
	<i>Funil - Rio dos Touros</i>	regular	alto	média
	<i>Arroio da Água Branca-Rio Cerquinha</i>	regular	alto	média
	<i>Arroio Souza</i>	regular	alto	média
	<i>Cachoeira Quatro Bocas</i>	regular	alto	média
	<i>Perau do Veado Branco</i>	regular	alto	média
	<i>Cachoeirão- Rio Cerquinha</i>	regular	alto	média
	<i>Despraiado da Barragem - Rio dos Touros</i>	regular	alto	média
	<i>Cachoeira da Cardoso</i>	baixo	alto	média
Cambará do Sul	<i>Pq. Nacional dos Aparados da Serra</i>	regular	alto	regular
	<i>Pq. Nacional da Serra Geral</i>	regular	alto	regular
	<i>Fortaleza</i>	regular	alto	regular
	<i>Pedra do Segredo</i>	regular	alto	regular
	<i>Passo da Ilha</i>	regular	alto	regular
	<i>Lajeado das Camisas</i>	médio	alto	regular
	<i>Cachoeira dos Venâncios</i>	regular	alto	regular
	<i>Santuário N. Sra. Do Caravaggio</i>	sem dados	alto	sem dados
	<i>Cachoeira do Sílvio Boff</i>	sem dados	alto	sem dados
	<i>Cachoeira da Dona Dêlcia</i>	regular	alto	regular
	<i>Lajeado das Camarinhas</i>	regular	alto	regular
	<i>Furnas dos Bugres</i>	baixo	alto	regular
	<i>Balneário Naçuca</i>	baixo	alto	regular
	<i>Furnas do Paulo Fogaça</i>	baixo	alto	regular
<i>Lajeado das Margaridas</i>	sem dados	alto	regular	
Canela	<i>Parque da Ferradura</i>	alto	alto	regular
	<i>Morro Pelado, Queimado e Dedão</i>	alto	alto	regular
	<i>Barragem e Usina dos Bugres</i>	médio	alto	regular
	<i>Usina Hidrelétrica da Canastra</i>	médio	alto	média
	<i>Parque das Sequóias</i>	alto	baixo	regular
	<i>Cascata e Parque Caracol</i>	alto	baixo	Alta
	<i>Pinheiro Multisecular</i>	alto	alto	Baixa
	<i>Floresta Nacional do IBAMA</i>	médio	baixo	Baixa

MUNICÍPIO	ATRATIVOS NATURAIS	Potencial turismo lazer	Potencial turismo ecológico	Vulnerabilidade/ Comprometimento
	<i>Parque Laje de Pedra</i>	alto	baixo	regular
	<i>Parque das Corredeiras</i>	alto	baixo	regular
	<i>Sítio da Mamãe Noel</i>	alto	baixo	regular
	<i>Model Circus - Nauti Modelismo</i>	médio	baixo	média
	<i>Parque do SESI</i>	médio	alto	regular
	<i>Pq. Floresta Encantada do Caracol</i>	alto	baixo	regular
Caxias do Sul	<i>Parque Cinquentenário</i>	médio	baixo	regular
	<i>Balneário Balardim</i>	regular	alto	regular
	<i>Balneário N. Sra. Das Graças</i>	regular	alto	regular
	<i>Balneário do Arroio Belo</i>	regular	alto	regular
	<i>Balneário Cai</i>	regular	alto	regular
	<i>Balneário Mulada</i>	regular	alto	regular
	<i>Balneário Arroio das Marrecas</i>	regular	alto	regular
	<i>Balneário Vale Verde</i>	regular	alto	regular
	<i>Balneário Moschen</i>	regular	alto	regular
	<i>Balneário do Grutão</i>	regular	alto	regular
	<i>Balneário Pq. das Cataratas</i>	regular	alto	regular
	<i>Balneário Camping das Sereias</i>	regular	alto	regular
	<i>Balneário da Família Turella</i>	regular	baixo	regular
	<i>Balneário de Vila Oliva</i>	regular	baixo	regular
	<i>Parque Getúlio Vargas</i>	médio	baixo	Baixa
	<i>Parque Centenário</i>	médio	alto	Baixa
Farroupilha	<i>Parque dos Pinheiros</i>	médio	alto	Baixa
	<i>Parque Santa Rita</i>	médio	alto	média
	<i>Cascata Salto Ventoso</i>	médio	alto	regular
Flores da Cunha	<i>Cascata e Mirante Bordin-Gelain</i>	regular	alto	regular
	<i>Belvedere Monumento Centenário</i>	médio	baixo	Baixa
	<i>Gruta e Cascata de Otávio Rocha</i>	médio	alto	regular
	<i>Caminhos da Colônia</i>	médio	alto	Baixa
Garibaldi	<i>Parque Fenachamps</i>	alto	baixo	média
Gramado	<i>Lago Joaquina Rita Bier</i>	alto	baixo	média
	<i>Lago Negro</i>	alto	baixo	média
	<i>Parque Knorr-Aldeia Papai Noel</i>	alto	baixo	média
	<i>Cascata Vêu das Noivas</i>	médio	alto	baixa
	<i>Cascata Waslawick</i>	médio	alto	regular
	<i>Salto Ventoso</i>	médio	alto	regular
	<i>Barragem Garibaldi</i>	médio	alto	regular
	<i>Cascata dos Narcisos</i>	alto	alto	regular
	<i>Mini-Mundo</i>	alto	baixo	regular
	<i>Parque Carrieri</i>	alto	baixo	regular
<i>Belvedere Vale do Quilombo</i>	alto	baixo	regular	
Jaquirana	<i>Cascata do Passo "S"</i>	baixo	alto	regular
	<i>Cachoeira dos Venâncios</i>	regular	alto	regular
	<i>Parque das Cataratas</i>	regular	alto	regular
	<i>Cascata Princesa dos Campos</i>	médio	alto	regular
Nova Petrópolis	<i>Rampa de Vôo Livre</i>	médio	baixo	baixa
	<i>Aldeia do Imigrante</i>	médio	baixo	regular
	<i>Labirinto Verde-Praça da Republica</i>	alto	baixo	regular

MUNICÍPIO	ATRATIVOS NATURAIS	Potencial turismo lazer	Potencial turismo ecológico	Vulnerabilidade/Comprometimento
	<i>Pinheiro Multisecular</i>	alto	baixo	baixa
	<i>Panelão de São Roque</i>	alto	baixo	regular
	<i>Cascata Johann Grings</i>	médio	baixo	regular
São Francisco de Paula	<i>Barragens da Divisa</i>	médio	alto	sem dados
	<i>Belvedere da Pera</i>	regular	alto	sem dados
	<i>Floresta Nacional de S.F. de Paula</i>	médio	alto	baixa
	<i>Lago São Bernardo</i>	médio	baixo	média
	<i>Parque das Cataratas</i>	regular	alto	regular
	<i>Passo da Ilha</i>	médio	alto	regular
	<i>Cachoeira do Passo do "S"</i>	regular	alto	regular
	<i>Barragem do Salto</i>	médio	alto	regular
	<i>Barragem da Corsan</i>	médio	alto	regular
	<i>Barragem do Blanque</i>	médio	alto	regular
	<i>Parque da Cachoeira</i>	regular	alto	regular
<i>Cachoeira Rio Cará</i>	regular	alto	regular	
São José dos Ausentes	<i>Aparados da Serra</i>	médio	alto	baixa
	<i>Cachoeirão dos Rodrigues</i>	médio	alto	regular
	<i>Campos de Cima da Serra</i>	médio	alto	regular
	<i>Cascata do Louco</i>	médio	alto	regular
	<i>Pico do Monte Negro</i>	médio	alto	baixa

O Quadro 27 indica a existência de mais de cem atrativos naturais na Área. Bom Jesus, Cambará do Sul, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, Jaquirana e Farroupilha apresentam os maiores potenciais para o Ecoturismo. Os municípios que se destacam no potencial para o turismo de lazer são Canela, Bento Gonçalves, Gramado, Farroupilha, Garibaldi, Nova Petrópolis e São José dos Ausentes. Não existem atrativos com alta vulnerabilidade na Área.

- Atrativos Culturais

Quanto aos atrativos culturais, aproximadamente em número de 80, predominam os aspectos da imigração italiana e alemã na arquitetura, na gastronomia, nos usos e costumes das comunidades urbana e rural. Amplamente divulgado nos hotéis e pousadas e organizado em roteiros turísticos. No entanto o patrimônio edificado apresenta sinais de comprometimento. O Quadro 28 apresenta o potencial de atratividade e a vulnerabilidade/comprometimento dos atrativos culturais levantados. Para a atratividade, foram considerados os quesitos acesso, sinalização, material de divulgação, inclusão em roteiros turísticos e necessidade de restauro. O grau de

comprometimento avaliou a situação legal do bem (tombamento) e estado de conservação.

Quadro 28 - Atrativos culturais da área por município

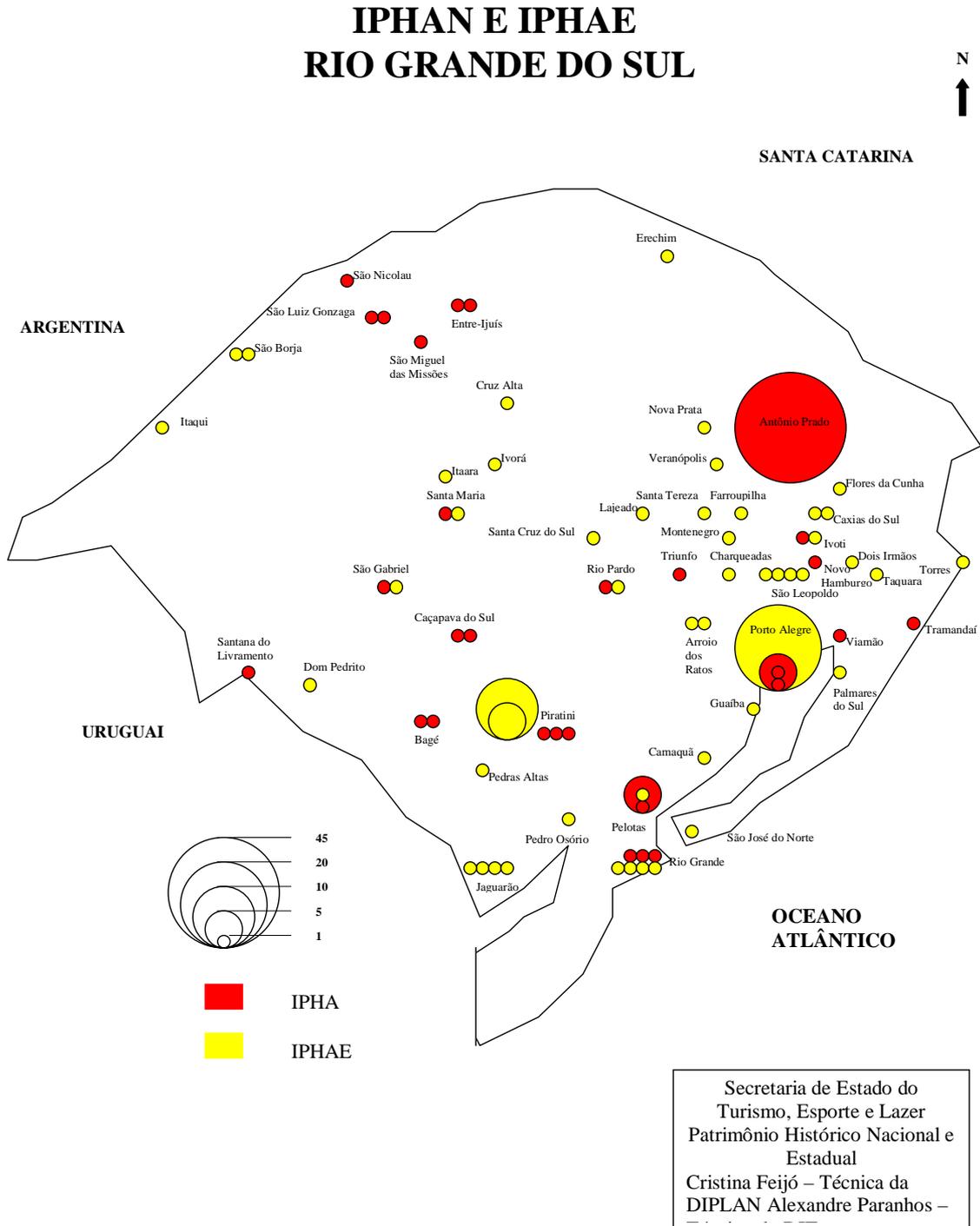
MUNICÍPIO	ATRATIVOS CULTURAIS	Potencial	Vulnerabilidade
Antônio Prado	<i>Linha 21 de Abril - casas de madeira</i>	médio	baixa
	<i>Moinho D'Água Francescatto</i>	alto	baixa
	<i>Casario Histórico - 48 edificações</i>	alto	média
	<i>Igreja Sagrado Coração de Jesus</i>	alto	média
	<i>Museu Municipal</i>	alto	média
Bom Jesus	<i>Igreja Matriz do Sr. Bom Jesus</i>	médio	sem dados
	<i>Museu Municipal</i>	médio	sem dados
	<i>Sítios Arqueológicos</i>	regular	Média
	<i>Passo de Santa Vitória</i>	médio	sem dados
Bento Gonçalves	<i>Caminhos de Pedra- Colônia de São Pedro</i>	alto	Baixa
	<i>Vale dos Vinhedos - 21 vinícolas</i>	alto	Baixa
	<i>Caminhos de Faria Lemos</i>	alto	Baixa
	<i>Capela das Neves no Vale dos Vinhedos</i>	alto	Baixa
	<i>Biblioteca Pública</i>	médio	Baixa
	<i>Pipa Pórtico</i>	alto	Baixa
	<i>Museu Histórico Casa do Imigrante</i>	alto	Baixa
	<i>Igreja São Bento</i>	alto	Baixa
	<i>Igreja Cristo Rei</i>	alto	Baixa
<i>Igreja Matriz Santo Antônio</i>	alto	Baixa	
Cambará do Sul	<i>Igreja Matriz de São José</i>	regular	Baixa
	<i>Museu Histórico</i>	1	Baixa
Canela	<i>Castelinho</i>	alto	Baixa
	<i>Catedral de Pedra</i>	alto	sem dados
	<i>Museu do Automóvel Anos Dourados</i>	alto	Baixa
	<i>Mundo à Vapor</i>	alto	Baixa
	<i>Monumento à Integração</i>	alto	sem dados
	<i>Centro Cultural</i>	alto	sem dados
Caxias do Sul	<i>Museu da Casa de Pedra</i>	médio	Média
	<i>Museu Municipal</i>	médio	Média
	<i>Igreja São Pelegrino</i>	médio	Baixa
	<i>Réplica de Caxias Antiga - Espetáculo Som e Luz</i>	médio	Baixa
	<i>Monumento Nacional ao Imigrante</i>	médio	baixa
	<i>Caminhos da Colônia</i>	médio	baixa
	<i>Painel Aldo Locatelli</i>	médio	sem dados
	<i>Arquivo Histórico Municipal</i>	médio	média
	<i>Catedral Diocesana</i>	médio	baixa
Farroupilha	<i>Santuário N. Sra. de Caravaggio</i>	alto	baixa
	<i>Capela de N. Sra. de Caravaggio</i>	alto	baixa
	<i>Igreja Sagrado Coração de Jesus</i>	alto	baixa
	<i>Igreja São Vicente</i>	alto	baixa
	<i>Capela do Seminário Apostólico</i>	médio	baixa

MUNICÍPIO	ATRATIVOS CULTURAIS	Potencial	Vulnerabilidade
	<i>Igreja São Valentim</i>	alto	baixa
	<i>Igreja São José</i>	médio	sem dados
	<i>Igreja Menino Deus</i>	alto	baixa
	<i>Museu Municipal Casa de Pedra</i>	alto	média
	<i>Museu Casal Moschetti</i>	alto	baixa
	<i>Biblioteca Olavo Bilac</i>	alto	baixa
	<i>Igreja Santa Helena da Cruz - Praça da Imigração Italiana</i>	alto	baixa
	<i>Casas de Colônia</i>	alto	baixa
Flores da Cunha	<i>Igreja Matriz N. Sra. De Lourdes e Campanário</i>	alto	baixa
	<i>Museu e Arquivo Histórico</i>	alto	baixa
	<i>Castelo da Família Castellan</i>	alto	baixa
	<i>Igreja Matriz de Otávio Rocha</i>	alto	baixa
Garibaldi	<i>Museu Municipal</i>	médio	baixa
	<i>Casarios Antigos</i>	médio	baixa
	<i>Bar da Sabedoria</i>	médio	baixa
	<i>Igreja Matriz São Pedro</i>	médio	média
	<i>Estação Férrea</i>	médio	baixa
Gramado	<i>Museu Municipal Prof. Hugo Daros</i>	alto	baixa
	<i>Centro Municipal de Cultura</i>	alto	baixa
	<i>Palácio dos Festivais</i>	alto	baixa
	<i>Igreja Matriz + Pça Major Nicoletti</i>	alto	baixa
	<i>Igreja do Relógio</i>	alto	baixa
	<i>Hollywood Dream Cars</i>	alto	baixa
	<i>Rótula das Bandeiras</i>	alto	baixa
	<i>Pórtico de Entrada Via Taquara</i>	alto	baixa
	<i>Pórtico de Entrada Via Nova Petrópolis</i>	alto	baixa
Jaquirana	<i>Igreja Matriz (madeira)</i>	regular	baixa
Nova Petrópolis	<i>Aldeia do Imigrante</i>	alto	baixa
	<i>Praça Theodor Amstadt</i>	alto	baixa
	<i>Praça das Flores</i>	alto	baixa
São Francisco de Paula	<i>Capelinha N. Senhora da Imaculada Conceição</i>	médio	sem dados
	<i>Carta e Busto de Getúlio Vargas</i>	médio	sem dados
	<i>CTG Rodeio Serrano</i>	alto	baixa
	<i>Igreja Matriz</i>	médio	baixa
	<i>Monumento à Cuia</i>	alto	baixa
	<i>Negrinho do Pastoreio</i>	alto	baixa
	<i>Praça Cap. Pedro da Silva Chaves</i>	alto	baixa
	<i>Monumento ao Carreteiro</i>	alto	baixa
São José dos Ausentes	<i>Igreja Matriz São José</i>	baixo	sem dados

Antônio Prado, Bento Gonçalves, Farroupilha, Canela, Gramado e Nova Petrópolis apresentam o maior número de atrativos culturais com alto potencial de atratividade. Antônio Prado, Bom Jesus e Caxias do Sul apresentam atrativos com médio comprometimento. Nos demais municípios esse indicador é baixo.

Vale mencionar a relevância da Linha 21 (casas de madeira) e do Casario Histórico de Antônio Prado; da Igreja Sagrado Coração de Jesus e Museu Municipal Casa de Pedra, em Farroupilha; do casario antigo e Bar da Sabedoria em Garibaldi, bem como do Museu Municipal e Centro Municipal de Cultura, em Gramado. Destaque absoluto para o Centro Histórico de Antônio Prado, que constitui o maior acervo da arquitetura urbana em madeira da imigração italiana no Brasil (Figura 12). São 48 casas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, pelo volume, força atrativa desse conjunto e produtos complementares, pode conquistar o cliente da mesma origem para revisitar o ambiente de seus patrícios que emigraram para colonizar a Serra Gaúcha e reviver usos e costumes da zona rural no século XIX.

Figura 12 - Localização e número do patrimônio histórico tombado no Rio Grande do Sul



As novas possibilidades de roteiros avançam para a zona rural, com experiências de sucesso como Caminhos de Pedra em Bento Gonçalves; Estrada do Imigrante em Caxias do Sul; Caminhos da Colônia em Caxias do Sul e Flores da Cunha, todas comercializadas com a marca “Rota-Uva-e-Vinho”. Nessa Rota são oferecidos, também, os roteiros Vale dos Vinhedos, Vale Trentino, Rota dos Espumantes, agregando ainda opções independentes de visitação a vinícolas, cursos de degustação, casas de artesanato, templos religiosos e outros.

A Rota dos Campos de Cima da Serra, consórcio dos municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes, oferece, como maior atração, o turismo rural desenvolvido em fazendas produtivas, de criação extensiva de gado, a prática das lides campeiras, gastronomia gaúcha e roteiros complementares como cavalgadas e pesca esportiva. Esses produtos significam a oportunidade de atração de um novo segmento de demanda e também de retenção do turista na área, complementando a oferta de Gramado, Canela e Nova Petrópolis.

A área é o espelho da formação do povo gaúcho, onde convivem culturas da imigração européia que povoou o Estado no Século XIX. Famílias de agricultores que foram distribuídas, no caso dos alemães, a partir da Colônia de São Leopoldo desde 1824. Posteriormente, em 1875, vieram os imigrantes italianos das regiões de Vêneto, Lombardia e Piemonte, convivendo e compartilhando usos e costumes com a população já existente.

Os municípios formados pela imigração alemã como Canela, Gramado e Nova Petrópolis manifestam-se com mais força nas festas populares como os *Kerbs*, *Oktoberfest*, bandinhas e corais. Na gastronomia, tem como “marca registrada” o Café Colonial que, a partir dos anos 50 do século XX, torna-se a maior atração culinária da área. Receitas passadas de geração em geração (produtos defumados, lingüiças, pães caseiros, tortas, bolos, cucas, geléias e queijos acompanhados de café, sucos, chás, chocolate ou um bom vinho da colônia) são opção para o café da tarde, almoço ou jantar pela fartura e variedade de sua apresentação. Posteriormente, a gastronomia foi enriquecida pelo requinte da cozinha suíça com o *fondue* e a chocolataria e com as especiarias tipicamente italianas como o galetto, polenta e massa.

O artesanato é representado especialmente por trabalhos em madeira nas peças de decoração, derivando para a indústria de móveis que se desenvolveu em

função do fluxo turístico e registrou a marca “Móveis de Gramado”, reconhecida e comercializada nacionalmente.

Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi e Antônio Prado foram povoados pela primeira leva de imigrantes italianos, na segunda metade do Século XIX, os quais, pelas condições adversas ao cultivo agrícola, sobreviveram da caça até produzirem artesanalmente vinhos e outros derivados da uva. Hoje a história da vitivinicultura nacional confunde-se com o processo de colonização dessa região, que é a maior produtora de vinho do País. Caxias do Sul e Bento Gonçalves foram os pioneiros na industrialização do Estado, sendo referência como pólo da indústria metal-mecânica. As manifestações culturais mais importantes são as festas gastronômicas e os jogos praticados nas pequenas comunidades, como “bocha”, “mora” e “quadrilho”.

Como contraponto às culturas européias estabelecidas e, contribuindo definitivamente para a diversidade cultural, os Campos de Cima da Serra representam o gaúcho. São municípios com ocupação tardia devido a suas peculiaridades geográficas em que aos remanescentes das tribos indígenas juntaram-se bandeirantes paulistas e tropeiros. A região era rota de tropeiros entre São Paulo e a Colônia do Sacramento (hoje território uruguaio), com suas fazendas para criação de gado.

Localização geográfica estratégica para a Revolução Farroupilha (1835-1845), movimento revolucionário e republicano contra as forças do Império do Brasil, foi palco de importantes combates. Fato histórico que está sendo divulgado pela minissérie da Rede Globo em dezenas de países, explorando principalmente as imagens das paisagens dos cânions e cachoeiras da região.

Posteriormente algumas famílias de origem alemã e italiana vieram de outras zonas do Estado e fixaram-se nos campos, dedicando-se à pecuária, principal atividade econômica.

O homem campeiro, seu aspecto gauchesco, a bombacha e as botas como traje de trabalho, o fogo de chão, o churrasco e, principalmente, o chimarrão – tradição praticada por inúmeros gaúchos, aliados às lides rurais cotidianas, representam Turismo Rural autêntico desenvolvido por propriedades rurais da Área. Atividades especiais como cavalgadas, *mula-trecking* (trilhas sobre lombo de mulas) e pesca esportiva de trutas são roteiros complementares às programações de Turismo Rural, ao

Turismo Ecológico e de Aventura nos cânions e, ainda, aos produtos oferecidos ao turista em Gramado e Canela, conquistados pelos segmentos de eventos e lazer.

A relevância dos patrimônios natural e cultural, estratégica para o turismo, exige um programa que contemple, a partir da integração dos órgãos gestores e, em especial, das comunidades locais, ações preventivas ou recuperadoras desse patrimônio, monitoramento permanente da qualidade do produto turístico e compatibilização da preservação e do desenvolvimento socioeconômico. Essas ações viabilizarão a busca de segmentos de demanda mais exigentes e, conseqüentemente, que gerem retorno financeiro significativo a essas comunidades.

- Eventos e Festas

O Quadro 29 apresenta o Calendário de Eventos e Festas realizados na área, tomando-se por base os anos de 2000 e 2001 e sistematizados por categoria: cultural, religioso, negócios, esportivo e outros. Esse calendário cobre o ano inteiro, apresentando uma oferta diversificada. Destacam-se Gramado, Caxias do Sul e Bento Gonçalves como líderes na captação e realização de eventos e festas.

A SETUR mantém atualizado *website* e publica semestralmente um Calendário Estadual de Eventos, em que são listados os principais acontecimentos de abrangência regional/estadual/nacional/internacional, por ordem cronológica e por município.

Além da ação do Estado, os municípios elaboram seu próprio calendário, alguns por meio de associações como Atuaserra e Consórcio de Desenvolvimento da Rota dos Campos de Cima da Serra; e outros, com maior oferta de eventos, individualmente.

O material é distribuído gratuitamente nos eventos estaduais, postos de informações e em ações de divulgação fora do Estado e do País.

Quadro 29 - Calendário de Eventos

Município	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Antonio Prado												
Bento Gonçalves												
Bom Jesus												
Cambará do Sul												
Canela												
Caxias do Sul												
Farroupilha												
Flores da Cunha												
Garibaldi												
Gramado												
Jaquirana												
Nova Petropolis												
São Francisco de Paula												
São José dos Ausentes												

Legenda



Os eventos com maior participação de população são apresentados no Quadro 30.

Quadro 30 - Principais eventos e participantes por município, na última edição.

Evento	Município	Participantes
Natal Luz/Sonho de Natal	Canela/Gramado	500.000
FENAKIWI	Farroupilha	120.000
Festival Internacional de Cinema	Gramado	120.000
Festa Nacional da Uva	Caxias do Sul	500.000
Festa Nacional da Vindima	Flores da Cunha	120.000
EXPOBENTO	Bento Gonçalves	130.000
Festival Internacional de Bonecos	Canela	30.000

FONTE: Questionário de Registro de Eventos Turísticos - QRET/Setur 2003

Cabe destacar que o conjunto de eventos de maior visibilidade do Estado ocorre na Área Prioritária com destaque para o Festival de Cinema de Gramado, amplamente divulgado na mídia nacional e latino-americana; bem como para as festividades de Natal e a Festa Nacional da Uva, na mídia nacional.

2.2.3 Oferta e Qualidade de Alojamento e Outros Equipamentos Turísticos

Com base nas informações contidas no Perfil da Área Turística (PAT) conclui-se que, no aspecto de oferta e qualidade dos equipamentos turísticos, a área está adequada de modo geral nos centros receptores de Gramado, Canela, Caxias do Sul e Bento Gonçalves, municípios que já estão preparados para receber fluxos maiores do que os atuais. A permanente atualização e qualificação dos profissionais, as condições dos próprios equipamentos, na busca de constante modernização e a excelência dos serviços prestados são fatores determinantes para a manutenção da clientela e captação de fluxos de demanda de maior poder aquisitivo.

Devem-se considerar os investimentos realizados pela iniciativa privada nos últimos cinco anos, ampliando-se a oferta de leitos e equipamentos como centros de convenções, pavilhões para feiras, parques, agências e operadoras turísticas, operadoras de aventura, etc., num contexto de planejamento a médio prazo, habilitando-se, assim, a área para concorrer com outros pólos receptores de eventos. Esse será tratado no item “Presença da iniciativa privada”.

A situação da rede hoteleira evidencia a sazonalidade e, considerando-se a recente criação do *Convention & Visitors Bureau* da Região das Hortênsias, é válido projetar uma estratégia de captação e geração de eventos para um melhor aproveitamento da capacidade instalada. A Tabela 32 informa a quantidade de UHs e a taxa de ocupação, por município, na Área Prioritária, segundo informações da ABIH.

Verifica-se que apenas quatro municípios: Gramado, Caxias do Sul, Canela e Bento Gonçalves, participam com 82,4% da capacidade instalada na Área e 19,87% do total do Estado.

Os municípios de Bento Gonçalves (67%), Cambará do Sul (67%), Gramado (62%) e Nova Petrópolis (62%) apresentam as mais elevadas taxas de ocupação da rede hoteleira. Mesmo assim, não muito superior à média do conjunto da Área (59,8%). Com exceção de Cambará do Sul, onde a oferta de leitos é baixa, há uma alta atratividade, o Itaimbezinho. Os demais caracterizam-se pela diversidade da oferta turística, atraindo diferentes segmentos da demanda.

Tabela 32 - Número de UHs e taxas de ocupação por município – 2002

MUNICÍPIOS	UNIDADES DE HOSPEDAGEM	%	TAXA DE OCUPAÇÃO
Antonio Prado	72	0,26	50,0
Bento Gonçalves	774	2,76	67,0
Bom Jesus	27	0,10	55,0
Cambará do Sul	159	0,57	67,0
Canela	1.056	3,77	53,0
Caxias do Sul	1.365	4,87	59,0
Farroupilha	179	0,64	59,0
Flores da Cunha	118	0,42	55,0
Garibaldi	106	0,38	55,0
Gramado	2.370	8,46	62,0
Jaquirana	27	0,10	55,0
Nova Petrópolis	261	0,93	62,0
São Francisco de Paula	123	0,44	51,0
São José dos Ausentes	128	0,46	50,0
Área Prioritária	6.765	24,16	59,8
Rio Grande do Sul	28.001	100,00	

FONTE: Setur -2002 e ADIH/RS.

Os dados mais desagregados sobre a taxa de ocupação na Região das Hortênsias parecem indicar que a taxa de ocupação varia de acordo com o tamanho dos hotéis. Por essa fonte de dados, no período 1999-2001, a taxa média ficou em 56,9%.

Com base nessas informações pode-se inferir que a taxa de ocupação na Área Prioritária situa-se entre 56,9% e 59,8% para os anos recentes.

Tabela 33 - Taxa de ocupação na Região das Hortênsias – 1999-2001

Tamanho do Hotel		1999	2000	2001	Média
Pequeno	até 15	49,6%	37,0%	47,0%	44,5%
Médio	16 a 45	48,7%	57,0%	56,0%	53,9%
Grande	mais de 45	60,6%	65,0%	56,0%	60,5%
Média		55,9%	59,8%	55,1%	56,9%

Fonte: Sindicato Patronal da Hotelaria

Os municípios dos Campos de Cima da Serra ressentem-se da falta de investimentos privados para a construção e/ou adaptação de hospedagem/pousadas rurais e urbanas e outros equipamentos, demandando um apoio institucional do Estado para facilitar o acesso a linhas de crédito especiais e, assim, alavancar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. Apesar disso, nesses municípios triplicou-se a oferta de hospedagem em pousadas e propriedades rurais – por não exigirem recursos financeiros significativos – nos últimos três anos.

Dos pedidos de financiamento submetidos à Divisão de Bolsa de Negócios da SETUR, para encaminhamento aos agentes financeiros nos últimos cinco anos, 22,67%, ou R\$ 18.600.000,00 foram para empreendimentos na Área Prioritária, sendo deferidos 30% desse montante. O valor médio dessas solicitações é de R\$300.000,00.

2.2.4 Educação para o Turismo

A Área como um todo desenvolve ações de sensibilização junto às comunidades, visando o desenvolvimento turístico. Nos municípios com mais tradição e nos quais o turismo representa uma importante receita econômica para a comunidade, tais ações já não são necessárias com muita frequência, como é o caso em Gramado, Bento Gonçalves e Caxias do Sul.

Com organização e assessoramento técnico da Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer, e a pedido dos municípios, são realizados Seminários de Conscientização e Sensibilização voltados à comunidade, seminários técnicos específicos nos segmentos de Turismo Ecológico, Pesca, Turismo Náutico, Observação de Aves Rurais, com programação e atividades paralelas dirigidas à população dos municípios e regiões que sediam o evento.

Na Área Prioritária, foram realizados o Seminário Estadual de Turismo Ecológico, em Bento Gonçalves; o Seminário Estadual de Turismo e Pesca, em São José dos Ausentes; avaliação permanente das propriedades rurais de todos os municípios e Seminário de Turismo Rural dirigido aos professores da rede pública de ensino, em Bom Jesus.

No período de 1994-2002 o Governo Federal, por meio do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) desenvolveu um programa denominado Programa Nacional de Municipalização de Turismo (PNMT) que, utilizando metodologia *Zopp*, promoveu a inclusão de agentes públicos e privados na organização municipal do turismo e a identificação de suas potencialidades, contemplando ações de sensibilização, formação de Conselhos e Fundos Municipais de Turismo e elaboração do Inventário da Oferta Turística. Dos 14 municípios da área, apenas Jaquirana e São José dos Ausentes não participaram do programa.

Em Canela, foi implementado um projeto, de forma continuada, intitulado “Educando para o Turismo”, o qual atende a comunidade escolar da rede pública, com ações voltadas aos professores, alunos e pais por meio de palestras, visitas aos atrativos turísticos do município, atividades curriculares paralelas aos conteúdos tradicionais.

Como apoio e garantia de continuidade do processo de educação para o turismo, independentemente de mudanças nas diretrizes políticas, a grande demanda dos municípios à Secretaria de Estado do Turismo Esporte e Lazer é a implementação de um material pedagógico de conceitos básicos e sensibilização para ser adotado pela rede pública do Estado, como conteúdo transversal ao currículo escolar.

2.2.5 Capacitação Profissional para o Turismo

A oferta de Informação e Conhecimento constitui uma das dimensões do desenvolvimento sustentável de qualquer região, independentemente da economia dominante. Particularmente no setor do turismo, não basta investir em capital físico, são necessários também investimentos em capital humano, aumentando a habilidade de absorver e usar o conhecimento; como também em tecnologia, no sentido de garantir competitividade e uso adequado dos recursos disponíveis.

O significativo aumento de oferta de cursos para o setor, comprovado pelo interesse das instituições e entidades de ensino em disponibilizar essas oportunidades, nos últimos dez anos, é decorrente das novas estruturas incorporadas à oferta turística como centros de feiras, exposições e convenções, parques temáticos, hotéis e restaurantes, o que evidencia a importância econômica que o turismo assume para as comunidades locais.

Instituições com reconhecida capacidade têm dirigido suas atenções para a área, entre as quais estão as que seguem.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) atua com Escolas em Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Farroupilha e Balcão de Atendimento em Gramado, formando mão-de-obra na área de turismo e hospitalidade (hospedagem, alimentos e bebidas, guiamento de turistas, eventos, recreação e lazer, agenciamento e operações turísticas).

A Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) coordena, a partir do ano 2000, a implantação de Programa de Capacitação distribuído nas séries hoteleira, talento gerencial e executiva.

O Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) vem implantando na Serra Nordeste o Projeto Turismo no Meio Rural e Agronegócios, centrado no desenvolvimento das empresas e na estruturação de rede de negócios. Nos últimos três anos, com investimentos superiores a um milhão de reais, foram treinados mais de 1.200 empreendedores. Nos municípios dos Campos de Cima da Serra mantém-se, a partir de 2002, núcleos de trabalho do Programa Setorial de Turismo, envolvendo cerca de 60 empresas, destacando-se como ações os cursos de Turismo no Meio Rural, Qualidade no Atendimento Turístico, Turismo com Qualidade e

Comercializando o Produto Turístico, formatação e lançamento de novos roteiros e consultoria e acompanhamento dos empreendimentos.

A Universidade de Caxias do Sul (UCS) vem formando profissionais de nível superior em Turismo em Canela e Bento Gonçalves, em Hotelaria em Canela, Mestrado Acadêmico em Turismo em Bento Gonçalves e Caxias do Sul e ações de extensão nos diversos núcleos universitários.

O Centro de Ensino Superior Cenecista de Farroupilha instituiu em 2001 o Curso de Graduação em Turismo.

Para avaliar a eficiência dos serviços oferecidos, a ABIH e o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Região das Hortênsias - SHRBS/Hortênsias, aplicam, desde 1995, pesquisas semestrais para medir o grau de satisfação dos visitantes, as quais têm indicado deficiências no atendimento dos taxistas, ciclerones (guiamento informal), operadores da cultura (cinemas, shows, escolas) e prefeituras municipais.

O Quadro 31 mostra as principais instituições que atuam na Área e os principais cursos oferecidos.

Quadro 31 - Instituições que oferecem cursos de turismo na área

Instituição	Ações / Cursos	Municípios	Ano Início
SENAC	Formação técnica em turismo e hospitalidade (hospedagem, alimentos e bebidas, guiamento de turistas, eventos, recreação e lazer, agenciamento e operações turísticas)	Escolas em Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Farroupilha. Balcão de Atendimento em Gramado	
ABH / SHBRS	Programa de capacitação distribuído nas séries hoteleira, talento gerencial e executiva	Municípios da Área Prioritária	2000
SEBRAE	Projeto Turismo no Meio Rural e Agronegócios Programa Setorial de Turismo	Antônio Prado Bento Gonçalves Caxias do Sul Farroupilha Flores da Cunha Garibaldi Bom Jesus São Francisco de Paula	2000 2002

		Cambará do Sul Jaquirana	
Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Tecnólogo em Hotelaria Graduação em Turismo Especialização em Turismo Mestrado Acadêmico em Turismo	Canela Canela Bento Gonçalves Bento Gonçalves Caxias do Sul	1978 1994 2000 1999 2002
Centro de Ensino Superior Cenecista	Graduação em Turismo	Farroupilha	2001

Mediante o exposto, podemos concluir o que segue:

- Há demanda crescente em formação e treinamento de recursos humanos, considerando o índice (ABIH) de um novo emprego na cadeia produtiva do turismo a cada unidade habitacional hoteleira instalada.
- A presença consolidada e reconhecida de Universidades, Escolas Técnicas, Associações e Entidades garante o atendimento das demandas identificadas.
- Uma maior eficiência seria alcançada com ações articuladas e definidas em um programa regional de capacitação que, através de monitoramento constante, estaria identificando carências e oportunidades, bem como redirecionando esforços.

2.2.6 Serviços Públicos de Apoio ao Turismo

- Centros de Informações Turísticas na Área Prioritária

Dentre os municípios da Área, apenas três não possuem Centro de Informações Turísticas, sendo que em um deles existe esse estabelecimento em construção. Dos centros existentes, sete são estaduais e dezesseis são municipais, o que demonstra a preocupação dos municípios com esse tipo de serviço. O Quadro 32 mostra a localização de cada centro.

Quadro 32 - Centros de Informações Turísticas

Município	Centro de Informações Turísticas SETUR/Parcerias	Serviço de Informações Turísticas Municipais
Canela		✓ Casa de Cultura
Gramado		✓ Praça Central ✓ Pórtico de Acesso
Nova Petrópolis		✓ Pórtico ✓ Parque do Imigrante
Bento Gonçalves		✓ Acesso Principal ✓ Centro ✓ Museu
Caxias do Sul	✓ BR/116 Trecho Caxias do Sul – São Marcos ✓ BR/116 Trecho Caxias do Sul – Nova Petrópolis	✓ Praça Central ✓ Casa de Pedra
Farroupilha	✓ RS/122 Trecho Caxias do Sul – Farroupilha	✓ Centro de Compras ✓ Posto Combustível ✓ Artesanatos Néelson ✓ Estação 713
Flores da Cunha	✓ RS/122 Trecho Caxias Do Sul – Antônio Prado	
Garibaldi		✓ Em Construção
Antônio Prado		
Bom Jesus		✓ Casa do Artesão/Posto de Gasolina

Município	Centro de Informações Turísticas SETUR/Parcerias	Serviço de Informações Turísticas Municipais
Cambará do Sul	✓ Parna Aparados da Serra ✓ Casa de Cultura/Parceria com Município	
Jaquirana		
São Francisco de Paula	✓ Centro Turístico Parceria com o Município	
São José dos Ausentes		✓ Prefeitura Municipal/Posto de Gasolina

É evidente a preocupação dos municípios em prestar esse serviço quando não são cobertos pela rede do Estado ou pela necessidade de um apoio mais específico. Os centros mais estruturados têm instalações exclusivas ou compartilhadas e horários de atendimento de acordo com o perfil do atrativo e/ou a capacidade institucional dos municípios.

Bom Jesus e São José dos Ausentes procuram suprir as fragilidades institucionais prestando o serviço na Casa do Artesão e Prefeitura Municipal, respectivamente. Fora do horário normal de atendimento, são fornecidas informações e material de divulgação, a qualquer hora, nos postos de combustíveis à entrada das cidades, embora sem contar com atendente treinado especialmente para a função.

As informações, em todos os casos, são transmitidas pessoalmente e por meio de folhetos impressos, não havendo sistema informatizado que permita a consulta *on line* de outros atrativos ou zonas turísticas do Estado.

- Sinalização dos Pontos Turísticos e Roteiros de Acesso

O Estado apresenta deficiência quanto à sinalização nas rodovias em geral. A questão abrange a sinalização-padrão de rodovias (obrigatória) e, principalmente, a sinalização turística.

Os atrativos comercializados com as marcas Serra Gaúcha, Uva e Vinho, e Gramado e Canela são indicados a partir dos portões de entrada do Estado.

Internamente, somente Canela, Gramado, Bento Gonçalves e Caxias do Sul apresentam sinalização turística e nos acessos aos atrativos. Nos demais, ela pode ser avaliada como precária ou inexistente.

- Promoção dos Programas de *Marketing*

A SETUR atua na divulgação institucional de todo o Estado em *website* e em parceria com os municípios e *trade* turístico, promovendo e comercializando seus produtos em feiras, eventos e *workshops* nacionais e internacionais e organizando *famtours* (viagens de familiarização) com operadores turísticos e mídia dos mercados-alvo.

A Atuaserra, que representa os municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Antônio Prado, Farroupilha, Flores da Cunha e Garibaldi, juntamente com Gramado e Canela, participa ativamente da promoção turística junto aos centros emissores, embora com foco em seus respectivos produtos e não de forma integrada. Os aspectos de complementaridade estão contemplados na comercialização de pacotes.

- Serviços de Segurança e Assistência Médica e Hospitalar

Nos últimos 5 anos, foram feitos investimentos substanciais nas áreas de saúde e segurança, em especial no eixo Gramado-Canela-Nova Petrópolis-São Francisco de Paula, com a implantação de Área Protegida da Unimed, acordo firmado com os hoteleiros e comércio da Região das Hortênsias, com Hospital/dia Unimed em Gramado, e estrutura de UTI aérea, para atendimento às emergências com turistas.

Na área da segurança pública, as delegacias desses municípios foram informatizadas e aparelhadas com aporte de recursos do Estado e da iniciativa privada, numa ação comunitária.

Os municípios de grande porte, em especial Caxias do Sul, apresentam índices de violência urbana elevados, sem, no entanto, prejudicar a atividade turística.

Os demais, com áreas urbanas reduzidas, por suas próprias características, não apresentam problemas graves de segurança e usam a rede de saúde dos municípios-pólo da região, não havendo estrutura ou programa especial para o turista.

2.2.7 Gestão do Turismo

- Gestão Pública do Turismo

A Secretaria do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul foi criada a partir do desmembramento da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, conforme artigo 7º da Lei nº 10.356, de 10 de janeiro de 1995. A Lei nº 11.690, de 20 de novembro de 2001, transformou-a na Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer e ampliou sua área de competência, que passou a ser a seguinte.

- Elaboração da política de turismo, esporte e lazer, com vista ao seu desenvolvimento.
- Promoção e divulgação das potencialidades turísticas de esporte e lazer do Estado, em cooperação com os municípios.
- Estímulo às atividades turísticas, de esporte e lazer, especialmente com os países signatários do Tratado de Assunção – Mercosul.
- Intercâmbio com as entidades ligadas ao turismo, esporte e lazer, inclusive organismos internacionais.
- Incremento do turismo, esporte e lazer, e à prática do esporte amador e comunitário no Estado.
- Coordenação do Sistema Estadual de Esporte e Lazer.

Com base nas diretrizes do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Rio Grande do Sul, elaborado em 1995, a instituição oficial do Estado articula-se com os municípios – poder público, comunidade e iniciativa privada – por meio do Fórum Estadual de Turismo, instalado em junho de 1999.

O Fórum é constituído pelas 22 regiões do Estado, de acordo com a divisão territorial adotada pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), e seus coordenadores e representantes são escolhidos em reunião aberta com a comunidade, prefeituras municipais e entidades representativas da sociedade civil. Com essa dinâmica de trabalho, une os setores público e privado, com o apoio acadêmico e articulador das universidades regionais,

Os municípios da Área Prioritária gaúcha têm, em seus Fóruns Regionais, a coordenação da Universidade de Caxias do Sul (UCS) - Campus de Canela e a Associação de Turismo da Serra (Atuaserra). Todos têm Secretarias Municipais de Turismo e estão associados em consórcios específicos para o desenvolvimento de produtos turísticos, como a Rota dos Campos de Cima da Serra, Rota da Uva e Vinho, Caminhos da Colônia, Rota Romântica, entre outras. A participação da iniciativa privada, representada por suas entidades de classe e operadores de turismo, é permanente e decisiva nas ações que o Estado desenvolve. Demonstram, portanto, uma vontade política, no âmbito municipal, de desenvolver esta atividade econômica.

A SETUR potencializa suas atividades, em especial nas linhas mencionadas a seguir:

- Assessoramento técnico aos municípios para o planejamento municipal, desenvolvimento de novos produtos e qualificação e consolidação dos produtos já existentes, e, regularmente realizando seminários técnicos para segmentos específicos.
- Cadastramento de empresas turísticas e controle de qualidade do produto, executados por meio de convênio com a Embratur.
- Estrutura própria e/ou cooperada para operação de 32 Centros de Informações Turísticas permanentes, três deles na Área Prioritária. Na temporada de verão, são instalados outros 13 centros, em caráter temporário.
- Participação em eventos nacionais e internacionais, com folhetos específicos e em parceria com empresários do setor e prefeituras municipais.
- Ações de *marketing* com a divulgação de campanhas na mídia e produção de material multimídia de suporte ao turismo, tais como folhetos institucionais, mapas, *cd-rom*, etc.
- Realização do Salão Gaúcho do Turismo, com duas edições em Porto Alegre. Evento que apresenta os produtos do Estado para Operadores

Turísticos do Brasil e exterior e promove a integração dos empresários e profissionais do setor.

A SETUR desempenha um importante papel no apoio ao desenvolvimento da atividade turística, em especial articulando políticas e parcerias com a iniciativa privada, poder público municipal e comunidade.

Sua estrutura, entretanto, não é compatível com a missão de promover esse crescimento com eficiência.

A seguir, o quadro geral de servidores.

Quadro 33 - Quadro de Funcionários da SETUR

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA SETUR			
CARGO		Nº FUNCIONÁRIOS	
Secretário		01	
Quadro Permanente		20	
Cargos em Comissão		20	
AS – Assessorias		03	
CC – EX (quadro da extinta CRTur)		12	
Adidos/Caixa Econômica Estadual		20	
Estagiários Setur		50	
Estagiários Convênio Setur/Embratur		05	
Total		131	
QUADRO PERMANENTE			
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	Nº DE SERVIDORES	CARGOS DE NÍVEL MÉDIO	Nº DE SERVIDORES
Advogado	01	Agente Administrativo	01
Arquiteto	01	Motorista	02
Ass.Administrativo	01	Recepcionista	02
Assessor Jurídico	01	TOTAL	05
Geógrafo	01		
Técnico em Turismo	10		
TOTAL	15		

Cabe considerar, além do reduzido quadro permanente, também as estruturas físicas, de equipamentos, de apoio e de qualificação de recursos humanos, tais como:

- Três veículos (ano 1996) para viagens de trabalho de toda a Secretaria (exceto Gabinete do Secretário e Divisão de Convênios com a Embratur).
- Equipamentos (computadores, telefones, aparelhos de fax, impressoras) insuficientes e em más condições de manutenção.
- Espaço físico da Secretaria insuficiente e inadequado.
- Não há, desde sua criação, sistematização de informações, principalmente as de pesquisa de fluxo e perfil do turista, análises de mercado, etc., que possibilitem melhor direcionar a ação governamental e agilizar as informações, tanto para o turista como para os investidores, qualificando os serviços prestados.
- Não há, desde sua criação, um programa de qualificação e atualização profissional para o Quadro Técnico.

A SETUR, para traçar as diretrizes do período 2003-2006, constituiu um grupo de representantes do *trade* turístico que está elaborando o Planejamento Estratégico do Estado para o Turismo. Uma das ações prioritárias, já definida, é a constituição de um Conselho Estadual de Turismo que represente, com legitimidade e transparência, todas as zonas turísticas do Estado, em número de nove: Central, Hidrominerais, Litoral-Norte, Missões, Pampa, Porto Alegre e Metropolitana, Serra e Sul.

Essa entidade deverá ter representação igualitária entre o poder público, iniciativa privada e terceiro setor (universidades, ONGs e serviços sociais) e será o interlocutor do Estado com os municípios/regiões/zonas turísticas.

Cabe destacar que a opção pelo desenvolvimento turístico, comum a todos, encontra, em alguns casos, dificuldades pela estrutura acanhada das Secretarias de

Turismo, sem profissionais capacitados na área, carência de recursos nas finanças municipais e iniciativa privada descapitalizada.

No Quadro 34 verifica-se que apenas quatro municípios possuem uma estrutura administrativa exclusiva para o turismo. Os demais incluem o turismo com a indústria, o comércio e/ou esporte. Os quadros de pessoal dessas secretarias municipais são pequenos, com pouco servidores de nível superior.

Isso evidencia a necessidade de programas de formação e capacitação de recursos humanos com ênfase em turismo no âmbito dos municípios da Área Prioritária.

Nos municípios de Cambará do Sul, Bom Jesus, São José dos Ausentes, Jaquirana e São Francisco de Paula, a geração de renda e emprego pelo turismo pode significar a preservação das paisagens e ecossistemas tão frágeis e singulares, substituindo-se a exploração agrícola de culturas exóticas e as práticas danosas ao meio ambiente, alternativas essas que estão sendo utilizadas cada vez mais na busca da viabilidade econômica da produção rural.

Quadro 34 - Estrutura da gestão municipal do turismo – 2003

Municípios	Secretaria Municipal	Equipe	Nível Superior
Antônio Prado	Turismo, Indústria e Comércio	2	1
Bento Gonçalves	Turismo	12	4
Bom Jesus	Turismo	2	1
Cambará do Sul	Turismo, Desenvolvimento Econômico, Cultura e Desporto	10	
Canela	Turismo	15	4
Caxias do Sul	Serviço Municipal de Turismo	12	4
Farroupilha	Indústria, Comércio e Turismo	3	2
Flores da Cunha	Turismo, Indústria, Comércio e Serviços	4	1
Garibaldi	Turismo, Indústria e Comércio	8	2
Gramado	Turismo	10	3
Jaquirana	Turismo, Indústria, Comércio, Esporte e Lazer	2	1
Nova Petrópolis	Indústria, Comércio, Turismo e Desporto	8	
São Francisco de Paula	Turismo, Indústria e Comércio	9	2
São José dos Ausentes	Turismo, Cultura e Esporte	1	1

Fonte: Prefeituras Municipais

- Presença da Iniciativa Privada

As empresas da região dedicadas aos segmentos do turismo são, predominantemente, familiares nas de menor porte e profissionalizadas nos setores de maior significância econômica. As empresas familiares destacam-se por ter diferenciais

competitivos como preço e atendimento. As empresas profissionalizadas possuem, em contrapartida, melhores condições de comercialização do produto turístico, funcionando como elemento de atração e captação de clientes para os destinos específicos.

Em termos de associativismo, todos os meios de hospedagem e gastronomia estão aglutinados em torno de sindicatos regionais nas regiões da “Uva & Vinho” e “Hortênsias” e do Sindihotel na região dos Aparados da Serra. A hotelaria, representada pela ABIH, tem sua maior expressão regional dentre as nove zonas turísticas do Estado.

Os principais problemas apontados pelas lideranças do setor na Área são as dificuldades de acesso pelas más condições de trafegabilidade entre seus atrativos, seja por leito irregular, asfaltamento precário ou falta de segurança. O trecho mais crítico é aquele liga Cambará do Sul a São José dos Ausentes, nos Aparados da Serra, onde um trecho de estrada de chão, de 50 km, se em boas condições, reduziria a distância entre o centro do País e a Área Prioritária em aproximadamente 300 km.

A redução do número de aeronaves e a racionalização de horários que vêm sendo promovidas pelas companhias aéreas diminuem a flexibilidade de montagem de pacotes turísticos, levando à perda de clientes potenciais. Os setores mais atingidos são os de eventos e negócios, pois, ao percurso aéreo até Porto Alegre, soma-se o deslocamento rodoviário, em estradas de pista simples, com duração média de 2 horas até os principais receptores: Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Gramado. Ainda assim, graças ao esforço de captação e *marketing*, 50% dos eventos do Estado são realizados na Área Prioritária.

Outro problema enfrentado pelos empreendedores locais, especialmente os pequenos, é o elevado custo de divulgação dos produtos turísticos. Os programas de divulgação são onerosos para os pequenos empresários do setor, uma vez que não há programa de promoção do produto final de forma integrada e sistematizada. As alternativas praticadas, de formação de *clusters* para divulgação, têm apresentado resultados excelentes. Como exemplo, pode-se citar os *workshops* realizados pelos sindicatos regionais, a participação em feiras promocionais, como ABAV, Festival de Turismo, Hotel *Show*, *Fit*, etc. A captação de eventos é realizada em conjunto na Região das Hortênsias pelo Sindicato, pelo *Convention Bureau* e pelos centros de eventos, feiras e hotéis de maior porte. Na região da Uva & Vinho, os processos de

captação de eventos são realizados pelos grandes hotéis e centros de feiras em conjunto com a Atuaserra e Sindicato da Hotelaria.

O turismo da Área Prioritária depende bastante da venda externa, pois sua comercialização é feita no ponto de origem dos visitantes. A estimativa é de que 52% dos turistas que se hospedaram na região até hoje, foram transportados por operadoras turísticas localizadas no centro do País, com predominância para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A presença de turistas argentinos no verão e uruguaios no outono é uma característica marcante, que deve ser potencializada agregando-se mais tempo de permanência. Nesses casos as viagens são individuais, de automóvel, em grupo de três pessoas.

A demanda de eventos, que representa aproximadamente 21% do total, é captada através de ações já descritas, e a comercialização dos pacotes é realizada, em sua maioria, através de organizadores de eventos, agentes de viagens e operadores locais.

Nos Aparados da Serra não há comercialização eficiente, em parte pelo desconhecimento dos grandes mercados emissores da sua atratividade natural e também pelas dificuldades de acesso e infra-estrutura naqueles atrativos. A vocação para o Turismo Rural está sendo bem aproveitada como produto cultural e meio de hospedagem e, também, como extensão dos roteiros oferecidos pelas duas regiões mais desenvolvidas. Como exemplo, a operadora CVC realiza quatro excursões definidas como Turismo Rural, diariamente.

Quanto à capacitação gerencial, a área possui uma universidade com cursos de Turismo e Hotelaria, nas cidades de Canela e Bento Gonçalves, em nível de graduação e pós-graduação, a qual disponibiliza grande número de profissionais para o setor. Na hotelaria, mais de 50% dos estabelecimentos de todos os portes são conduzidos por pessoal com curso superior que falam mais de uma língua estrangeira. Escolas de nível médio e superior preparam Guias de Turismo, Agentes de Viagens e Tecnólogos em Hotelaria.

O município de Canela é referência mundial em ensino de Hotelaria, possuindo duas escolas de nível médio e superior.

As entidades locais, empresariais e de trabalhadores possuem calendários próprios permanentes de cursos de atualização profissional para trabalhadores da

cadeia produtiva do Turismo, em parcerias com as entidades de ensino superior e com entidades do SISTEMA S, SEBRAE, SENAI, SENAC e SENAR, além de entidades e escolas particulares. Oferecem, ainda, programas de desenvolvimento empresarial e profissional como treinamentos no exterior, grupos de estudos, entre outras ações, nos grupos recentemente organizados em Barcelona, Milão e Paris.

Na área existem várias associações dedicadas exclusivamente ao turismo, tais como:

- Sindicato da Hotelaria, Restaurantes, Bares e Similares da Serra Nordeste;
- Sindicato da Hotelaria, Restaurantes, Bares e Similares das Hortênsias;
- Região das Hortênsias *Convention & Visitors Bureau*;
- Atuaserra – Associação de Turismo da Região da Uva e do Vinho.

Todos os municípios possuem Associações Comerciais, com departamentos dedicados aos negócios do Turismo, por sua importância econômica atual ou por seu potencial futuro.

Pode-se considerar que as entidades do setor são representativas, pois aglutinam a totalidade da cadeia produtiva do Turismo. Nos setores onde as entidades regionais não estão presentes, como Agentes de Viagens e Guias de Turismo, as entidades estaduais têm forte presença devido à inserção das regiões na economia do Turismo do Estado. Assim é que ABAV, SINDETUR, SINDEGTUR, ABIH e SINDIHOTEL possuem representação expressiva e permanente nas regiões.

A integração em todos os setores ainda não atingiu o nível desejável devido a detalhes de natureza operacional e filosófica, com algumas ações sendo desenvolvidas de forma isolada. Isso se explica por serem entidades formadas com finalidades específicas, por exemplo: os sindicatos são classistas e defendem interesses específicos da categoria nas negociações com trabalhadores e autoridades com prioridade para discussão em torno de taxas, tributos e diplomas legais, além de apresentarem esmero nas questões de qualificação profissional e tecnológica. As associações têm cunho institucional e comercial, estando mais voltadas para os

aspectos negociais da cadeia produtiva do Turismo. Isso faz com que, em alguns momentos, suas ações não se inter-relacionem e em outros ocorram sobreposição de atividades.

De forma geral, as entidades trabalham integradamente, principalmente nas questões de comercialização, qualificação e relacionamento com as autoridades de todos os níveis. Todas as entidades são profissionalizadas, geridas por executivos especializados em gestão de negócios.

A formação das empresas do setor nas regiões tem forte cunho de empreendedorismo, pois sua maioria esmagadora foi formada por investimentos próprios ou com financiamentos não subsidiados. Até mesmo por suas características de pequeno porte, as empresas, em sua grande maioria, não se enquadraram nos programas de incentivos governamentais, até que, em um passado recente, privilegiaram grandes investimentos.

Na “grande hotelaria”, os maiores investimentos contaram com recursos de programas oficiais através de incentivos da Embratur e BNDES. Algumas pequenas empresas contaram com programas de incentivos como os do Sebrae, Barrisul, Caixa Econômica Federal.

Algumas prefeituras promovem incentivos para a instalação de empresas e desenvolvimento de negócios na área do Turismo, principalmente nos setores menos desenvolvidos como eventos, turismo rural e temático.

A estagnação econômica dos três últimos anos manteve o fluxo turístico estável, porém a expansão da hotelaria e dos equipamentos de eventos seguiu em ritmo de crescimento, baseada em compromissos do Poder Público Estadual desde 1990 e também do Governo Federal. Os compromissos são a duplicação da Rodovia Federal BR/101 de Florianópolis até Osório, completando a grande rodovia do Mercosul (de São Paulo a Buenos Aires); a conclusão da RS/486 – Rota-do-Sol, que ligaria Estrela (entroncamento da BR/386) a Curumim (Interpraias), formando o “grande anel” de contorno da capital do Estado, desafogando seu trânsito pesado; a expansão do Aeroporto em Caxias do Sul; e a construção do Aeroporto das Hortênsias.

Baseados nas expectativas dessas obras de infra-estrutura, o empresariado investiu e fez surgir um vasto número de equipamentos e atrativos; e agora esbarra em uma perspectiva sombria: a acessibilidade pode comprometer o investimento realizado. Em decorrência, já se observa uma redução no ritmo dos investimentos de maior porte.

De qualquer forma, a área se equipou e fez investimentos em novas atrações, produtos e roteiros sob a expectativa de demanda futura. São exemplos disso a criação de novos produtos, como roteiros integrados desde a serra até o mar (de Torres a Bento Gonçalves), implantação de roteiros rural, ecológico e de aventura, construção de novos hotéis, abertura de novos parques e centros de atividades e compras.

Os investimentos não podem ser mensurados com precisão, porém as informações fornecidas pelas prefeituras de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Canela, Gramado, Flores da Cunha e Nova Petrópolis indicam valores na ordem de 500 milhões de reais na cadeia produtiva do turismo.

O Quadro 35 mostra os principais investimentos feitos na área nos últimos sete anos.

Quadro 35 - Principais investimentos privados desde 1996

Município	Empreendimento	Inauguração
Bento Gonçalves	Fundapark	Prevista
	Hotéis Dall'Onder	2002
	Maria Fumaça	1997
	Caminhos de Pedra	1998
	Vale dos Vinhedos	2000
Caxias do Sul	Reinolds Hotel	1996
	Intercity	2002
	Norton Executive	1999
	Roteiro Turístico Caminhos da Colônia	1998
Farroupilha	Farina Park Hotel	2001
	Centro de Distribuição de Produtos Regionais	2000
Canela	Fazenda da Serra	2002
	Teleférico do Caracol	1997
	Observatório Ecológico do Caracol	2002
	Aldeia da Mamãe Noel	1998
	Núcleo da Universidade de Caxias do Sul	2001
	Faculdade Castelli de Hotelaria	2000
	Hotel Laje de Pedra – Mountain Village	Prevista
	Escola Internacional de Excelência Profissional	Prevista
Gramado	Centro de Feiras e Eventos Expogramado	2000
	Centro de Feiras Sierra Park	1999
	Centro de Eventos FAURGS	1998
	Hotel Serrano	Prevista
	Hotel Laghetto Viale	2002
	Complexo Hoteleiro Toscana Parthenon e Mercure)	Prevista
	Hospital – Dia UNIMED Região das Hortênsias	2002
	Cartódromo Tomasini	2002
	Aldeia do Papai Noel	1997
	Gramado Máster	Prevista
Cambará do Sul	Parador Casa da Montanha	2001
Flores da Cunha	Escola e Centro de Gastronomia da UCS	Prevista

Além desses investimentos, mais de 500 unidades habitacionais foram construídas nos últimos cinco anos e mais 400 deverão estar concluídos nos próximos 24 meses, em forma de novos equipamentos ou expansão dos atuais.

Nesse demonstrativo parcial, observa-se o volume investido de, aproximadamente, R\$ 358 milhões, gerando 2.151 empregos, o que reflete a capacidade da atividade em gerar renda e emprego para as comunidades que se desenvolvem por meio do turismo.

- Considerações Finais

Na análise da demanda ficou evidenciada a falta de dados estatísticos sobre a demanda turística, com séries históricas que permitissem o dimensionamento da demanda na Área Prioritária. Isso se deve a inexistência de um sistema de informação estadual e municipal.

O Rio Grande do Sul apresentou um crescimento do número de turistas de 29,29%, no período 1998-2001, muito superior ao Brasil e aos outros estados da Região do Prodetur Sul, devido principalmente ao turismo doméstico que cresceu 56%, com uma taxa de 16,10% a.a., participando com 75% do total doméstico/internacional. A participação de turistas de outros estados cresceu de 29,4% para 40%.

Destaca-se o Estado de São Paulo como o maior emissor, seguido de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná. O Rio Grande do Sul está-se transformando de mercado emissor em um destino turístico.

Os investimentos realizados pela iniciativa privada nos últimos cinco anos ampliaram a oferta de leitos e equipamentos, gerando uma capacidade instalada à frente da demanda. Num contexto de planejamento turístico, isso habilita a Área a concorrer com outros pólos receptores de eventos. Todavia, na concorrência com outros pólos receptores, essa fica em desvantagem quando se comparam os **fatores tempo de deslocamento e acessibilidade**.

Quanto à capacidade profissional para o turismo, há uma crescente demanda em formação e treinamento de recursos humanos. A presença consolidada e reconhecida de universidades, escolas técnicas, associações e entidades empresariais garante o atendimento da qualificação profissional. Uma maior eficiência identificada para o Prodetur Sul/RS seria buscar ações articuladas e definidas num **programa**

regional de capacitação que, mediante monitoramento, identificasse carências e oportunidades e redirecionasse esforços.

No que tange à gestão do turismo, a SETUR não possui uma estrutura compatível com os seus objetivos estratégicos. Outra restrição é que não há sistematização de informações estatísticas sobre economia do turismo, nem pesquisas sistemáticas sobre o perfil e fluxo turístico nessa Secretária. As ações municipais não são articuladas entre as regiões. As secretarias municipais de turismo são frágeis, não tendo ainda uma capacidade administrativa compatível com a importância do turismo em suas localidades (ver item sobre Gestão Municipal).

A iniciativa privada considera que a acessibilidade da Área e as **baixas condições de trafegabilidade aos atrativos**, principalmente em Cambará do Sul e São José dos Ausentes, constituem-se num problema fundamental. A **redução do número de vôos e a racionalização dos horários** que vêm sendo promovida pelas companhias áreas diminuem a flexibilidade de montagem de pacotes turísticos, levando à perda de clientes potenciais e mantendo baixa a taxa de ocupação. Os setores mais atingidos são os de eventos e negócios, pois, ao percurso aéreo até Porto Alegre, soma-se o deslocamento rodoviário, com duração média de duas horas até os principais receptores: Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Gramado.

Outro problema enfrentado pelos empresários locais é o **elevado custo de divulgação dos produtos turísticos**. Os programas de divulgação são onerosos para os pequenos empresários do setor, uma vez que não há programas de promoção do produto final de forma integrada e sistematizada. Além disso, nos Aparados da Serra, **não há comercialização eficiente dos produtos turísticos**, em parte pelo desconhecimento dos grandes mercados emissores sua atratividade natural e, também, pela dificuldade de acesso.

3 PROPOSTA

3.1 Projeção da Demanda Turística⁶

O objetivo desta seção é evidenciar a projeção da demanda turística na Área Prioritária para os anos de 2005, 2010 e 2015, pressupondo-se o que segue.

- Uma melhoria no cenário internacional com incremento dos gastos turísticos;
- Um quadro macroeconômico favorável do País, baseado na busca do equilíbrio fiscal das contas públicas do Governo Federal e das unidades subnacionais, alicerçado pelas Reformas Tributária e Previdenciária. A Secretaria Estadual da Fazenda estima que a Reforma Tributária tratará uma receita adicional anual de R\$ 780 milhões, enquanto a receita previdenciária se elevará em R\$ 120 milhões;
- A existência de disposição do empresariado local e internacional interessados em investir na Área Prioritária; seja por meio de implementação de novas infra-estruturas e atrativos, ou da ampliação e modernização dos já existentes.

3.1.1 Cenários e Metas Propostas

A projeção das variáveis e dos dados estatísticos realizados nesta seção supõe que os investimentos a serem realizados tenderão a impactar positivamente a

⁶. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), a demanda turística é composta por pessoas que viajam e permanecem fora de sua área habitual por um período inferior a um ano, devido a uma série de motivos: lazer; negócios e compras; turismo ecológico; turismo rural, de aventura e esportes diversos em meio natural; religioso; cultural; e, congressos, convenções, encontros e similares. No que se refere à origem dos turistas, esta pode ser segmentada em: (i) doméstica; (ii) rotineiras; e (iii) internacional.

estratégia turística, a saber: captação de novos segmentos de demanda na Área Prioritária, especialmente os turistas de fora do Estado.

Conseqüentemente, assume-se que haverá um aumento do gasto médio *per capita*, aumentando-se as taxas de ocupação hoteleira e o percentual de hospedagem em hotéis, com pequena elevação da carga tributária na Área Prioritária. A elevação da estadia média mantém-se inalterada.

Foram construídos dois cenários básicos para o desenvolvimento turístico na Área Prioritária, visando dimensionar os impactos decorrentes do Prodetur Sul/RS:

- Cenário *ceteris paribus*: assume-se um crescimento do número de turistas numa taxa similar à do crescimento dos turistas na Região das Hortênsias (3% ao ano), refletindo a taxa histórica de crescimento do PIB serviços na Área Prioritária. Mantém-se constante os níveis de gasto *per capita*, a taxa de ocupação e o percentual de hospedagem em hotéis e a carga fiscal na Área Prioritária. Nesse cenário, não haveria nenhuma ação do Prodetur Sul/RS.
- Cenário com Prodetur Sul/RS: assume-se como hipótese primordial o crescimento do número de turistas acima do previsto no cenário anterior, a taxa de 5% ao ano, com a melhoria dos indicadores (gasto médio *per capita*, as taxa de ocupação e de hospedagem em hotéis, e carga fiscal local) descritos na Tabela 34. Tal cenário somente será possível se forem concretizadas as ações propostas neste Plano, causando impacto no desenvolvimento regional e na otimização dos recursos humanos e materiais existentes.

Tabela 34 - Metas previstas com o Prodetur Sul - RS

METAS	TAXA OCUPAÇÃO (1) %	HOSPEDAGEM EM HOTÉIS		GASTO TURÍSTICO PER CAPITA DIA		CARGA FISCAL/ PIB Área (5) Prioritária
		DOMÉSTICO (2) %	ESTRANGEIRO	DOMÉSTICO (3) R\$	ESTRANGEIRO(4) R\$	
Base	57,0%	14,1%	80,0%	89,00	141,74	2,5%
2005	57,0%	14,1%	80,0%	89,00	141,74	2,5%
2010	62,0%	18,0%	85,0%	110,00	188,98	2,6%
2015	65,0%	20,0%	85,0%	130,00	236,23	2,7%

FONTE: SCP/RS.

NOTA: Valores a preços de 2001. Cambio US\$/R\$ 2,80.

1. Taxa de ocupação fornecida pela ABIH em 2002 para Área Prioritária.
2. Taxa de hospedagem em hotéis dos turistas domésticos é dado pela Pesquisa FIPE/Embratur 2002.
3. Gasto Turístico fornecido pela ABIH em 2002 na Região das Hortências.
4. Gasto turístico dos estrangeiros no RS foi considerado do valor de US\$ 50,62%.
5. Carga fiscal em 2001.

A falta de estatísticas específicas impede a montagem de séries históricas que permitam estimar as tendências de crescimento do movimento de turistas na Área Prioritária. Têm-se, no entanto, algumas indicações a seguir apresentadas.

- O Plano Nacional do Turismo projeta uma taxa de crescimento do número de turistas estrangeiros no Brasil em 15% ao ano no período 2003-2007, modificando-se o quadro adverso do biênio 2001-2002.
- Durante o período 1990-2001, a Área Prioritária evoluiu no setor de serviços a uma taxa média de 2,6%, acima da taxa do Estado de 2,2%. Por sua vez o emprego turístico cresceu à taxa de 4,61% no período 1990-2000 de acordo com o RAIS. Pode-se admitir, então, uma taxa histórica de 3% do setor de serviços na Área.
- A estimativa da agência CVC para o crescimento de turistas via aérea para a Região das Hortências nos últimos dois anos é de 20% ao ano.
- Projeção de Tráfego do Instituto de Aviação Civil para o Rio Grande do Sul: taxa geométrica de 7,9% ao ano até 2022.
- As estatísticas, disponíveis pela ABIH-RS, indicam um crescimento de 4,7% ao ano dos turistas que se hospedam em hotéis, no período 1994-2002. No entanto, entre 2001-2002, esta taxa decaiu para menos de 1%, seguindo o mesmo panorama nacional.

Com base nessas informações, considerou-se plausível assumir uma taxa de 5% para o Cenário com Prodetur Sul/RS. Ao crescimento histórico verificado na Área (3,0% ao ano), espera-se que os municípios da Área Prioritária tenham um crescimento de 5% em virtude das ações propostas pelo Prodetur Sul/RS. A Tabela 35 mostra as taxas consideradas nas projeções.

Tabela 35 - Taxas de crescimentos consideradas na Projeção

CENÁRIOS	TAXAS
Cenário <i>ceteris paribus</i>	3%
Cenário com Prodetur Sul/RS	5%

3.1.2 Impactos Admitidos

- Impacto do Turismo Interno e Externo

As Tabelas 36 e 37 mostram as projeções para o número de turistas no cenário *ceteris paribus* e no cenário com Prodetur Sul/RS, respectivamente. Cabe destacar o incremento de 1,8 milhão de turistas neste último cenário, contra 946 mil do *ceteris paribus*. Considera-se que o número total de turistas nacionais e internacionais na Área Prioritária em 2005, em 2010 e em 2015 será ampliado em decorrência das ações previstas no Prodetur Sul/RS

Tabela 36 - Projeção do número de turistas na Área Prioritária – 2005, 2010 e 2015 (Cenário *Ceteris Paribus*)

	BASE 2001		2005		2010		2015		Taxa	INCREMENTO
	Doméstico	Internacional	Doméstico	Internacional	Doméstico	Internacional	Doméstico	Internacional	Anual %	2015/2001
Área Prioritária	1.356.170	491.144	1.526.382	552.787	1.769.495	640.832	2.051.329	742.900	3,0	946.915

FONTE: Elaborado pela SCP/RS.

Tabela 37 - Projeção do número de turistas na Área Prioritária – 2005, 2010 e 2015 (Cenário com Prodetur – RS)

	BASE 2001		2005		2010		2015		Taxa	INCREMENTO
	Doméstico	Internacional	Doméstico	Internacional	Doméstico	Internacional	Doméstico	Internacional	Anual %	2015/2001
Área Prioritária	1.356.170	491.144	1.648.434	596.989	2.103.865	761.926	2.685.125	972.432	5,0	1.810.242

FONTE: Elaborado pela SCP/RS.

- Incremento de Unidades de Hospedagem

Para a projeção do crescimento do número de unidades de hospedagem na Área Prioritária, aplicaram-se os percentuais das metas de crescimento da taxa de ocupação e percentual de hospedagem em hotel, descritas na Tabela 34, sobre o número de turistas previstos, projetando-se a necessidade de incremento de UHs nos anos 2005, 2010 e 2015. Espera-se que, com o desenvolvimento da atividade turística, ocorra um incremento de 6.537 no número de UHs da Área Prioritária até 2015.

Tabela 38 - Projeção do número de unidades de hospedagem na Área Prioritária – 2005, 2010 e 2015

ITENS	NÚMERO DE UH's PREVISTAS				INCREMENTO NO PERÍODO
	BASE = 2002	2005	2010	2015	
Número de UHs	6.765	8.191	10.481	13.302	6.537
Número de turistas em hotéis	586.441	710.020	988.237	1.314.971	728.530
Taxa de ocupação	57,0%	57,0%	62,0%	65,0%	

FONTE: Elaborado pela SCP/RS.

- Renda do Turismo⁷

Para 2001, estimou-se a renda gerada pelo turismo, utilizando-se a estadia média e o gasto *per capita* da pesquisa FIPE/Embratur para o Rio Grande do Sul em 2001 (FIPE/Embratur, 2002, p. 55-56). Para as projeções, foram utilizados os parâmetros propostos pela Tabela 39.

O incremento previsto da renda turística até 2015 será de R\$ 1,4 bilhão no cenário com Prodetur Sul/RS, não se considerando o efeito multiplicador da renda do turismo. Além disso, com a oferta de novos produtos e roteiros integrados que serão ampliados na Área Prioritária para atrair tanto os turistas nacionais, como os internacionais, prevê-se um aumento do gasto médio *per capita* dos turistas e um aumento da taxa de ocupação da rede hoteleira, estimulando-se a expansão da oferta de UHs.

Tabela 39 - Projeção da receita turística para o ano de 2005, 2010 e 2015 (com Prodetur)

TURISTAS	RECEITA TURÍSTICA				INCREMENTO
	2001	2005	2010	2015	2015/2001
Doméstico	434.516.981	528.158.106	833.130.672	1.256.638.283	822.121.302
Estrangeiro	250.606.175	304.613.372	518.363.241	826.971.808	576.365.633
Área Prioritária	685.123.156	832.771.478	1.351.493.913	2.083.610.091	1.398.486.935

FONTE: Elaborado pela SCP/RS.

NOTA: Valores preços de dezembro de 2002.

- Geração de Empregos Diretos

Foram utilizados os dados de geração de emprego existentes nos três principais setores associados à atividade turística: hospedagem, alimentação e agenciamento de viagens a partir do estudo desenvolvido pelo SENAC (2000). Para a elaboração das projeções, considerou-se o crescimento do PIB estadual. Estima-se o incremento do emprego vinculado ao turismo em 13 mil até 2015 (Tabela 40).

⁷ A renda turística associa-se ao conjunto de valores adicionados que se pode imputar como sendo derivados da atividade turística, que abrange basicamente as atividades de hospedagem, alimentação, transportes, agências de turismo e demais atividades de entretenimento voltadas ao turista, as quais são cobradas, e compras.

Tabela 40 - Projeções do emprego turístico por setores na Área Prioritária 2005, 2010 e 2015

	BASE =2000				2005			
	Hospedagem	Restaurante	Ag. Viagens	TOTAL	Hospedagem	Restaurante	Ag. Viagens	TOTAL
Área Prioritária	7.679	4.946	131	12.756	9.801	6.312	167	16.280

FONTE: Os dados referentes a 2000 foram fornecidos pelos próprios municípios.

	2010				2015			
	Hospedagem	Restaurante	Ag. Viagens	TOTAL	Hospedagem	Restaurante	Ag. Viagens	TOTAL
Área Prioritária	12.508	8.057	213	20.778	15.964	10.282	272	26.519

FONTE: Os dados referentes a 2000 foram fornecidos pelos próprios municípios.

- Receita Fiscal

Com base nas informações do Tribunal de Contas do Estado, já se demonstrou que a carga tributária municipal (considerando-se o IPTU, o ISS, o ICMS e o IPVA) atingiu 2,5% do PIB da Área Prioritária, representando R\$ 216 milhões em 2000. A cota-parte estadual do ICMS foi de R\$ 432,8 milhões no mesmo ano. A elevação das receitas próprias é necessária em muitos municípios, pois alavanca a capacidade de investimento e traz benefícios à população local.

O Prodetur Sul/RS surge como uma forma de aumentar a renda turística na Área Prioritária e, decorrente disso, permitir a expansão das receitas fiscais dos municípios. Em decorrência do aumento da atividade turística, supõe-se que a carga tributária municipal crescerá até 2015, como dispõe a Tabela 34.

A Tabela 41 mostra a projeção da receita fiscal para a Área Prioritária nos anos de 2005, 2010 e 2015, comparando-se as receitas nos cenários *ceteris paribus* e com Prodetur Sul/RS. Percebe-se que o Prodetur Sul incrementará a receita fiscal em R\$ 780,2 milhões até 2015 vis-à-vis ao *cenário ceteris paribus* (R\$ 373,2 milhões).

Tabela 41 - Projeção da receita fiscal para os anos de 2005, 2010 e 2015

ITENS	RECEITA FISCAL				R\$
	2001	2005	2010	2015	INCREMENTO
Cenário <i>ceteris paribus</i>	649.801.510	761.248.741	882.495.930	1.023.054.652	373.253.142
Receita municipal	216.955.917	254.379.237	294.895.255	341.864.424	124.908.507
Receita estadual	432.845.594	506.869.504	587.600.675	681.190.228	248.344.635
Cenário com Prodetur	649.801.510	854.273.874	1.105.390.000	1.430.055.629	780.254.118
Receita municipal	216.955.917	295.702.874	392.496.131	520.202.328	303.246.412
Receita estadual	432.845.594	558.571.000	712.893.868	909.853.300	477.007.707
Ganho com o Prodetur Sul	-	93.025.133	222.894.070	407.000.977	407.000.977

FONTE: Elaborado pela SCP/RS.

NOTA: Os valores estão a preços de dezembro de 2002.

- Investimento Privado no Setor de Turismo

A partir da estimativa de novas unidades de hospedagem e dos empregos diretos gerados com o incremento do turismo, projeta-se que os investimentos privados em UHs atingirão R\$ 130 milhões. A Tabela 42 demonstra a projeção de investimentos privados.

Tabela 42 - Projeção de investimentos privados para 2005, 2010 e 2015

ITENS	R\$ 1,00			SOMA
	2005	2010	2015	
I - Unidades Habitacionais				
1. Incremento do Número de UHs	1.426	2.290	2.821	
2. Custo médio UHs	20.000	20.000	20.000	
3. Investimentos em Uhs (1 x 2)	28.511.458	45.801.244	56.429.818	130.742.520

FONTE: Elaborado pela SCP/RS.

NOTA: Valores a preços de dezembro de 2002.

- Impactos na Área do Saneamento (água e esgotamento)

Objetiva-se obter estimativa da pressão que os turistas, em conjunto com as populações, farão sobre o sistema de esgotamento sanitário durante o período de planejamento adotado que se estende até 2015, com estimativas para 2005 e 2010.

Evidencia-se, analisando-se os dados da Tabela 43, que haverá crescente *deficit* no esgotamento sanitário nos municípios da Área Prioritária se mantidas as

condições atuais. Em 2015, haverá um *deficit* em esgotamento sanitário para um universo da população de 86.086 pessoas a ser atendido na área turística, nos locais turísticos da Área Prioritária segundo estimativa da Corsan.

Tabela 43 - Projeção da *deficit* de esgotamento sanitário na Área Prioritária 2005, 2010 e 2015

Municípios	(Número)					
	2003			2005	2010	2015
	População abastecida	Percentual Atendimento	Déficit esgotamento sanitário	Déficit esgotamento sanitário	Déficit esgotamento sanitário	Déficit esgotamento sanitário
Área Prioritária	366.016	100%	47.160	52.135	66.993	86.086

FONTE: CORSAN

- Síntese da Projeção da Demanda Turística

Uma das principais ações a serem executadas pelo Prodetur Sul/RS será um trabalho de captação junto aos mercados emissores, com vistas a aumentar o fluxo de turistas na Área Prioritária. Além da ampliação dos mercados emissores, deve ser buscada a diversificação do tipo de turista. Para concretizar os objetivos para a Área Prioritária, uma das ações fundamentais será a elaboração de um Plano de *Marketing*.

De forma sintética, constata-se que a projeção da demanda turística foi elaborada considerando-se um cenário macroeconômico favorável para o País e para o mercado turístico internacional, melhorando-se os fluxos dos turistas de fora, a taxa média de ocupação dos hotéis, os gastos totais médios e a carga fiscal na Área Prioritária.

Com isso, espera-se chegar, até 2015, a um incremento de 1,8 milhão de turistas nacionais e internacionais. Ainda, considerando-se as metas propostas, projetou-se que, com o desenvolvimento da atividade turística, ocorra um incremento de 6.537 no número de unidades de hospedagem até 2015, com um incremento do emprego direto em 13 mil até 2015.

A meta proposta é que o taxa de ocupação em hotéis também crescerá para os turistas nacional e internacional. Espera-se que esse aumento seja acompanhado de aumento do gasto turístico *per capita*. Novos produtos e pacotes de comercialização devem ser lançados, visando integrar o eixo Canela-Gramado com os atrativos dos Campos de Cima da Serra.

Da mesma forma, o incremento previsto da renda turística até 2015 será de R\$ 1,4 bilhão no cenário com Prodetur Sul/RS, não se considerando o efeito multiplicador da renda do turismo. Projeta-se um ganho fiscal da ordem de R\$ 407 milhões para a economia pública até 2015, decorrente da expansão da atividade turística.

A partir da estimativa de novas unidades de hospedagem e dos empregos diretos gerados com incremento do turismo, projeta-se que os investimentos privados em unidades habitacionais alcançarão R\$ 130 milhões até 2015.

Em síntese, os resultados acima propostos somente serão alcançados com as ações propostas no Prodetur Sul/RS, aumentando-se o valor turístico da Área Prioritária.

3.2 Matriz de Planejamento

A Matriz SWOT é formada pelo cruzamento dos fatores internos referentes à Área Prioritária (pontos fortes e fracos) com os externos (oportunidades e ameaças). Cada cruzamento entre linha e coluna é analisado e julgado como relevante ou não-relevante. A Matriz SWOT dá base para a elaboração das estratégias.

O Quadro 36 ilustra a estrutura da Matriz SWOT.

Quadro 36 - Estrutura da Matriz SWOT

Internos	Oportunidades	Ameaças
Externos		
Pontos Fortes	Poder ofensivo	Poder defensivo
Pontos Fracos	Limitação ofensiva	Vulnerabilidade

Para a elaboração da Matriz SWOT para a Área Prioritária Serra foram considerados como fatores internos os problemas e as potencialidades levantadas no diagnóstico e no Marco Lógico. Para a definição dos fatores externos, foram listados os aspectos considerados relevantes para o turismo na área, também de acordo com o diagnóstico e com os fatores levantados na ocasião da elaboração do Marco Lógico.

A Matriz obtida poderá ser vista no Quadro 37.

Quadro 37 Matriz SWOT da Área Prioritária Serra

		FATORES		OPORTUNIDADES					AMEAÇAS				
		EXTERNOS		Turismo de Lazer/Cultura	Turismo de Negócios	Turismo de Aventura, rural e ecoturismo	Congressos/ Convenções, Encontros e Similares	Expansão do Mercado Turístico Internacional	Concorrência Externa Representativa (prod. similares)	Alto padrão de exigência do turista internacional	Concorrência com outros destinos nacionais	Perda de poder aquisitivo da classe média brasileira	
		INTERNOS											
PONTOS FORTES	ECONOMIA	Setor empresarial turístico experiente no eixo Bento-Caxias-Canela-Gramado											
		Produtos típicos (gastronomia, artesanato)											
		Produtos Industriais de interesse turístico (Malharia, móveis, calçadista e utensílios domésticos)											
		Vitivinicultura consolidada e integrada ao turismo											
		Pólo comercial e industrial desenvolvido no eixo Bento-Caxias											
	SOCIOCULTURAL	Proximidade ao Litoral											
		Presença da pecuária nos aparados											
		Patrimônio cultural significativo											
		Festas e tradições ligadas à atividade turística											
		Receptividade da população autóctone ao turismo											
	INFRA-ESTRUTURA	Tradição na promoção de eventos											
		Cultura local conservada											
		Infra-estrutura turística implantada no eixo Bento-Caxias-Canela-Gramado											
MEIO AMBIENTE	Boa acessibilidade rodoviária interna e a POA eixo Bento-Caxias-Canela-Gramado												
	Serviços urbanos satisfatórios												
INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	Patrimônio natural preservado (diversidade de UCs)												
	Diversidade de atrativos naturais												
GESTÃO INSTITUCIONAL	Condições climáticas únicas no país (neve)												
	Marca consolidado no mercado Sul/Sudeste												
	Escolas para formação de profissionais na atividade turística												
PONTOS FRACOS	ECONOMIA	Organização dos setores privados turísticos em Sindicatos e Associações.											
		ONGs relacionadas ao meio ambiente											
	SOCIOCULTURAL	Setor empresarial turístico inexperiente em alguns municípios											
		Processo de favelização em áreas urbanas mais desenvolvidas											
		Sistemas de esgotamento sanitário inadequados											
	INFRA-ESTRUTURA	Acessibilidade aérea restrita											
		Acessibilidade rodoviária inter e intraregional nos Aparados deficiente											
	MEIO AMBIENTE	Infra-estrutura turística nos Aparados (hotéis, restaurantes, comércio) insuficiente											
		Dificuldade de acesso a alguns atrativos											
	INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	Poluição de recursos hídricos (rios, lagos, cachoeiras)											
		Prática de queimadas, uso de agrotóxicos, reflorestamento de pinus na paisagem natural											
		Promoção do turismo insuficiente											
	GESTÃO INSTITUCIONAL	Identidade turística da área fraca											
Falta de integração entre os municípios para a promoção do turismo													
Profissionais não especializados na atividade turística nos Aparados													
Uso e ocupação do solo inadequados													
Gestão do turismo incipiente na maioria dos municípios													

LEGENDA

Relevante Não relevante

Como pontos fortes que mais conferem poder atrativo à área estão a infraestrutura turística já implantada no eixo Bento Gonçalves-Caxias do Sul-Gramado-Canela, a marca Serra já consolidada no mercado Sul/Sudeste do País, a existência de escolas voltadas para a formação de profissionais na atividade turística e a elevada organização dos setores turísticos privados em Sindicatos e Associações. Esses pontos fortes favorecem que se aproveitem as oportunidades de expansão do mercado nacional e internacional de turismo, especialmente os segmentos de lazer, aventuras e ecoturismo.

Os principais pontos fracos da área são a promoção do turismo, considerada insuficiente, e a acessibilidade, que em alguns casos é bastante precária. Esses pontos fracos representam uma limitação diante da concorrência com outros destinos nacionais e considerando o alto padrão de exigência do turista internacional.

A acessibilidade aérea restrita, a promoção insuficiente do turismo, a fraca identidade turística da área e a gestão do turismo incipiente na maioria dos municípios representam restrições para a captação de congressos, convenções e outros eventos.

3.3 Estratégias de Desenvolvimento Turístico da Área Prioritária

Considerando-se a análise apresentada no diagnóstico e os resultados da oficina do Marco Lógico, evidenciaram-se problemas relativos às dificuldades de deslocamentos dos turistas, traduzidas:

- no âmbito interno, na sinalização turística precária na maioria dos municípios e na qualidade das vias;
- no âmbito externo, nos acessos oriundos de Porto Alegre, com qualidade razoável, ao quais, todavia, apresentam congestionamentos de tráfego nos dias de semana, ao longo da área metropolitana.

Na área ambiental, as Unidades de Conservação, ao mesmo tempo em que se constituem em atrativos turísticos, necessitam de cuidados para seu aproveitamento como produtos. As pressões populacionais previstas – residentes e turistas – poderão contribuir para a degradação ambiental da área.

Quanto à gestão municipal, constatou-se que as prefeituras municipais precisam melhorar sua capacidade fiscal e de gestão administrativa, buscando maior integração de suas ações, visando a captação e a manutenção de turistas. Somam-se a isso as pesquisas de opinião em que o turista manifesta com desagrado os preços praticados nesse destino, o que implica uma necessidade de melhoria do produto turístico em si. Constata-se, ainda, que o destino Serra, apesar de diferenciado dos demais destinos do País, não é conhecido pela maioria dos turistas de forma a atraí-los para o local.

Do exposto e, diante da análise das relações entre oportunidades, ameaças, potencialidades e restrições expressas na matriz SWOT, a estratégia turística para a Área Prioritária da Serra consubstancia-se em:

Captar novos segmentos de mercado, em especial de turistas de fora do Estado, através de um composto mercadológico capaz de aumentar o valor turístico do destino SERRA, criando capacidades produtivas especializadas, dentro da Área Prioritária, reduzindo a sazonalidade e contribuindo para seu desenvolvimento sustentável, por meio da geração de divisas, emprego e renda.

O valor turístico será alcançado pela estruturação de um *cluster*, aproveitando-se os atrativos com destacado diferencial turístico e dotando-os de infraestrutura, equipamentos e serviços de qualidade, com excelência gerencial, de forma a apresentá-los aos distintos mercados consumidores de turismo como produto acabado, com tarifas diferenciadas.

A essência do desenvolvimento de *clusters* é a criação de capacidades produtivas especializadas, dentro de regiões, para a promoção de seu desenvolvimento econômico, ambiental e social.

O valor turístico no conjunto de relações sociais, produzidas por uma coletividade, espacialmente estabelecidas e historicamente em reprodução capaz de estruturar um sistema organizado transformador e agregador de forças de atratividade, provoca o deslocamento e a permanência de outros segmentos sociais espacialmente distantes que o validam.

As pré-condições históricas, culturais, empresariais e institucionais são favoráveis à formação de um *cluster*. O modelo de turismo desenvolvido na Serra tem alta correlação com as cadeias produtivas locais e com a cultura historicamente constituídas.

Torna-se perceptível que as ações empreendedoras (criação de café colonial, chocolate caseiro e malharias, por exemplo) vêm acompanhadas de investimentos públicos, como é o caso da criação de pontos turísticos (Lago Negro, Parque do Caracol), além de vários eventos culturais (Festival de Cinema de Gramado, Festival Internacional de Bonecos de Canela, entre outros). A Universidade de Caxias do Sul, por meio de seu curso de Mestrado em Turismo, vem, através de ações crescentes, modelando a formatação do *cluster*. A escola superior de hotelaria Geraldo Castelli solidificou reputação de qualidade elevada e referencial nacional de capacitação. A constatação de tais fatos permite uma ponderação acerca da necessidade de haver uma ação integrada entre poder público, terceiro setor e iniciativa privada. E neste rol devem ser incluídos os fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Quanto ao setor privado, certamente será importante considerar tais fatores, no entanto, a ênfase maior será para a obtenção de lucros e dividendos da atividade turística. Isso implica, em nossa visão, que a condução de um planejamento, com base na obtenção de resultados concretos para todo o conjunto da sociedade, deva ser balizada em estudos de viabilidade econômica e ambiental e no respeito à natureza do lugar, mantendo as características que o tornaram diferenciado em relação a outros destinos.

Para alcançar-se esse estratégia, é preciso reconhecer a necessidade de ampliarem-se as alternativas turísticas para os visitantes da Área, possibilitando o aumento do tempo de permanência dos mesmos e, por consequência, o gasto turístico nessa região.

Assim, a estratégia adotada compreende o melhor aproveitamento das potencialidades da Área Prioritária, com sua diversidade de atrativos e, como resultado, da possibilidade de complementaridade dos mesmos, através das seguintes considerações extraídas do diagnóstico:

- Gramado e Canela são municípios com marca consolidada nacionalmente.
- O entorno de Bento Gonçalves e Garibaldi está vivendo um crescente fluxo de turistas oriundos do próprio Estado. Os turistas de fora, em sua maioria, vêm em excursões que fazem parte de pacotes destinados a Gramado e Canela. Caxias do Sul, diferentemente, caracteriza-se por um turismo de negócios, fruto de sua economia industrial de abrangência nacional e internacional.
- Constata-se a enorme potencialidade dos Aparados da Serra como produto diferenciado ainda muito pouco explorado.
- Tais fatos permitem uma ponderação acerca das possibilidades de haver uma ação integrada entre os poderes públicos, terceiro setor e iniciativa privada.
- A condução do processo de implementação do PDITS tem em vista a obtenção de resultados concretos para todo o conjunto da sociedade, de forma sustentável, em seu mais amplo sentido.

Ao mesmo tempo, dentro da concepção de desenvolvimento sustentável, é preciso, por parte dos destinos turísticos, lançar mão de ferramentas que possam atrair um número crescente de visitantes, a fim de movimentar sua economia e torná-los institucionalmente conhecidos, dentro das diretrizes estabelecidas no planejamento.

- Estratégias Específicas

As estratégias específicas estão assentadas no objetivo de captar novos segmentos de mercado por meio da expansão da atratividade de Gramado-Canela, Bento Gonçalves-Caxias do Sul e Campos de Cima da Serra, criando um valor turístico maior em magnitude e amplitude dentro das seguintes estratégias específicas.

✓ Estratégias de Mercado e de *Marketing*

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul desenvolveu algumas estratégias para a Área Prioritária da Serra em relação aos mercados emissores, nacionais e internacionais, como segue:

- Conhecer melhor o turista internacional que visita a Área, através de uma pesquisa direta junto aos principais atrativos e hotéis das cidades da Serra.
- Estimular a expansão da visitação turística nos segmentos de lazer e congressos/convenções.
- Desenvolver os segmentos de ecoturismo e turismo rural através do potencial dos Aparados da Serra.
- Realizar exposição permanente sobre a Área Prioritária com o uso intensivo da mídia estadual e nacional.
- Utilizar o *marketing* eletrônico e criar o Portal da Área Prioritária.

✓ Estratégias de Produto

Para garantir melhor qualidade frente às exigências dos turistas de fora do RS, estão formatadas estratégias relativas aos produtos oferecidos na Área.

- Ampliar a qualificação profissional dos fornecedores de produtos e serviços turísticos.
- Formatar o produto cânions nos Aparados da Serra, dotando-o da infraestrutura turística necessária à visitação e hospedagem nas proximidades.
- Implantar medidas de proteção ambiental para os Aparados da Serra, de forma a transformá-los em produto turístico sustentável.

✓ Estratégias de Integração Turística

Existem problemas diretamente ligados à diversificação das possibilidades de envolvimento do turista com os atrativos. Assim, foram formatados alguns roteiros visando ofertar ao turista de uma gama opções de visitação aos atrativos, de forma facilitada e integrada, considerando-se as relações entre os atrativos, os fornecedores de serviços turísticos e as diversas instituições envolvidas, em especial as prefeituras municipais. Assim algumas estratégias surgiram como as que seguem.

- Desenvolver novos roteiros integrados entre o entorno de Gramado e os Aparados da Serra.
- Consolidar os roteiros Gramado/Canela com região da uva e vinho, liderados por Bento Gonçalves.
- Desenvolver ações municipais integradas quanto ao receptivo turístico, dando ênfase às informações ao turista.
- Desenvolver ações integradas entre as esferas estadual e municipal com o terceiro setor e a iniciativa privada, de forma a fortalecer a identidade cultural e local/regional.

✓ Estratégias de Suporte ao Turismo

Para garantir sucesso na implantação da estratégia turística proposta neste PDITS, um mínimo de condições locais precisa estar assegurado.

- Intensificar a promoção do destino Serra nos Estados de São Paulo, por ser o maior emissor, seguido de Santa Catarina e Rio de Janeiro. Os visitantes, oriundos do Estado do Paraná, vêm diminuindo sua presença no RS o que exige uma avaliação mais profunda do que a constatação encontrada no diagnóstico.

- Aproveitar o momento em que os Campos de Cima da Serra foram o palco de uma minissérie com ampla audiência em todo o País para lançar um plano de *marketing* no Brasil, salientando as ações que o Estado pretende implementar na Área Prioritária.
- Proporcionar a facilitação dos deslocamentos dos turistas de fora do Estado para a Área Prioritária; da mesma forma, internamente, para os atrativos.

✓ Estratégias de Sustentabilidade

Com vistas a garantir a sustentabilidade do desenvolvimento turístico de acordo com a estratégia proposta, formataram-se as seguintes estratégias.

- Promover a apropriação, pela população local, dos benefícios gerados pelo Programa.
- Conscientizar a comunidade para a importância da conservação dos seus valores culturais e ambientais.
- Consolidar o *cluster* turístico.
- Inserir as populações locais na cadeia produtiva do turismo.
- Garantir condições adequadas de saneamento nas áreas turísticas.

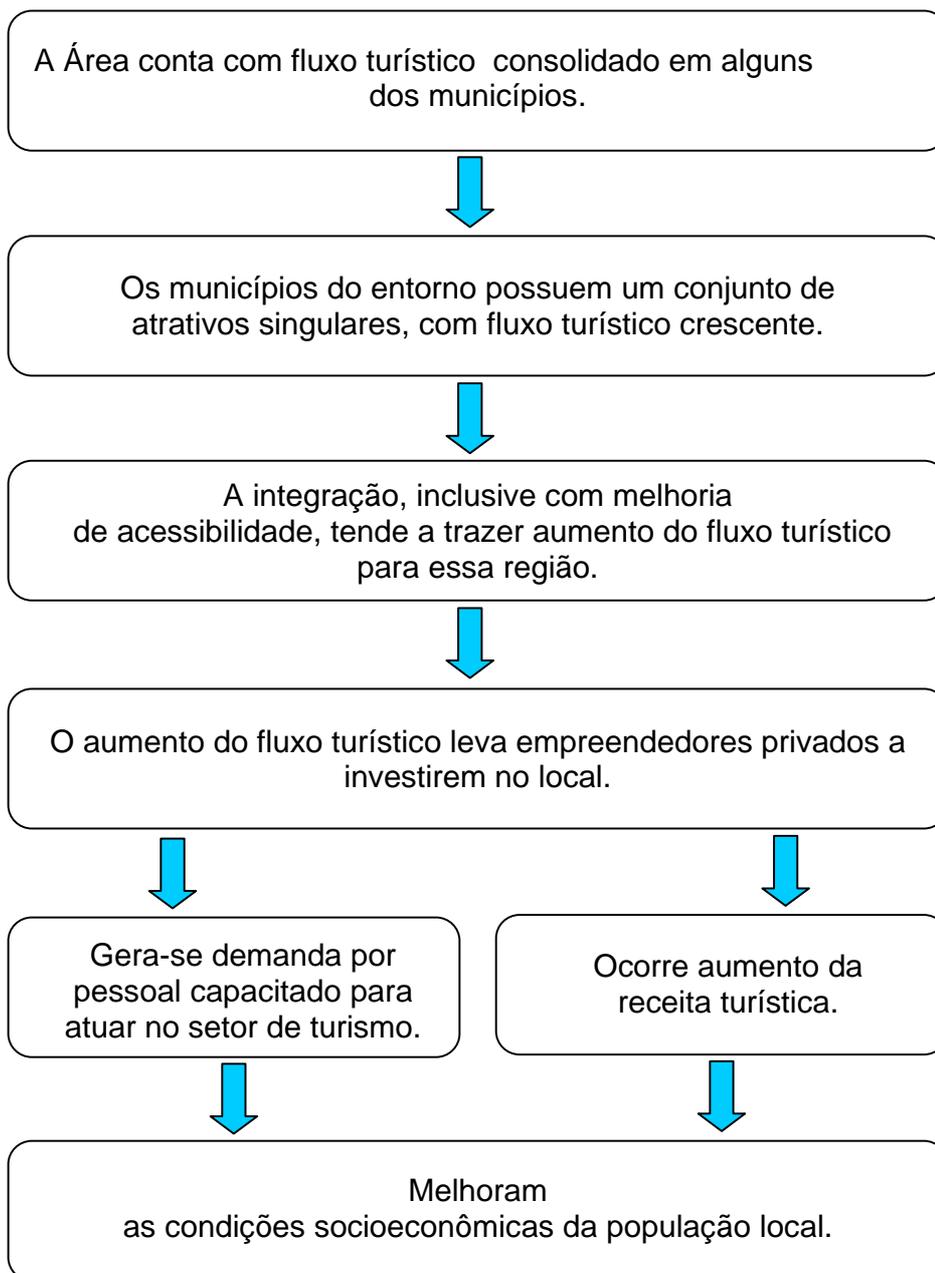
3.4 Ações para Implementação do PDITS

3.4.1. Concepção Geral

O diagnóstico e a Matriz SWOT apontaram para a necessidade de um conjunto de ações desejáveis de serem desenvolvidas na Área Prioritária Serra. Além disso está prevista a elaboração de PDITS para outras áreas do Estado, que também necessitarão de investimentos. A partir de um conjunto de critérios técnicos, definiu-se dar prioridade a determinadas ações a serem desenvolvidas em seis municípios selecionados. As ações listadas e os valores referidos estão sujeitos a revisões no decorrer da execução do Programa e dependem, também, do resultado dos estudos de viabilidade a serem realizados para outras áreas turísticas do Estado.

Os municípios que compõem a Área Prioritária são bastante heterogêneos, tanto em termos de infra-estrutura instalada e estágio de desenvolvimento econômico e social, quanto em relação às vocações encontradas. Essas condições conduzem para que se invista na integração da área, explorando a diversidade e a complementaridade dos atrativos turísticos.

As principais vocações turísticas identificadas na área são lazer, eventos, ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural. A fim de que cada uma delas seja desenvolvida em todo seu potencial, é necessário implementar diversas ações de maneira a diminuir alguns empecilhos ao aumento do fluxo turístico de fora do Estado para essa área, sem perder de vista a sustentabilidade da atividade turística. Essas ações serão detalhadas adiante e adotam a seguinte lógica.



Para que esse ciclo ocorra, no entanto, é necessária a intervenção dos setores público e privado, na forma de investimentos em infra-estrutura básica, fortalecimento da capacidade de gestão municipal, capacitação para o desenvolvimento do turismo sustentável, além de ações de promoção do investimento privado na área.

3.4.2. Identificação das Ações Propostas

As medidas (ações) básicas a serem tomadas para alcançar-se o objetivo de consolidar a área da Serra como destino turístico, bem como ampliar e qualificar os produtos oferecidos estão no Quadro 38. Referem-se aos problemas constantes no Marco Lógico, construído em conjunto com a comunidade local em setembro de 2002 e revisado em setembro de 2003, e aos problemas apontados na revisão do PDITS.

Quadro 38 - Ações e Justificativas

Ação	Justificativa
Elaboração ou revisão de planos diretores de municípios	Qualificar a gestão dos territórios dos municípios, preservando seus atrativos turísticos e áreas de entorno.
Diagnóstico e elaboração de plano de manejo de Unidades de Conservação (UCs) e plano diretor de APAs	Evitar a deterioração das áreas e garantir sua sustentabilidade ambiental como produto turístico.
Restauração do patrimônio histórico	Preservar as características culturais peculiares da região.
Criação do Conselho de Turismo da Área Prioritária	Oportunizar, à sociedade civil organizada, a participação no processo de planejamento do desenvolvimento do turismo sustentável na sua área.
Ações ambientais compensatórias (Resolução CONAMA 002/96)	Cumprir exigência legal decorrente da execução de obras com impacto ambiental, visando compensar impactos socioambientais.
Estudos para preservação dos aquíferos	Evitar a contaminação dos aquíferos, preservando a pureza das águas subterrâneas e regando o uso desse recurso natural.
Implantação de planos de manejo nas Unidades de Conservação	Evitar a utilização indevida das áreas protegidas, resguardando-as contra a degradação e compatibilizando o uso das UCs com a visitação turística.

Implantação de projetos de valorização do patrimônio cultural	Preservar as características culturais peculiares da região.
Projeto para restauração do patrimônio histórico - sítio ferroviário em Caxias do Sul	Preservar as características culturais peculiares da região.
Educação ambiental em escolas e comunidades	Sensibilizar a comunidade escolar para a importância da preservação do meio ambiente.
Educação cultural nas escolas	Sensibilizar a comunidade escolar para a importância da preservação das características culturais da região.
Incentivo à legislação municipal de tombamento	Garantir a preservação do patrimônio histórico.
Fortalecimento da capacidade de gestão municipal	Aumentar a eficácia, eficiência e efetividade da gestão municipal, em especial da gestão do turismo, capacitando os municípios a gerenciarem e beneficiarem-se com o Programa; melhorar o atendimento aos turistas que visitam o município.
Implantação de sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgotos	Proteger os atrativos naturais dos efeitos da falta de saneamento, como odor e poluição dos recursos hídricos.
Elaborar e implantar projeto de sinalização turística	Proporcionar segurança, identificar os destinos e destacar os atrativos da Área.
Construção do Aeroporto das Hortênsias	Diminuir o tempo de deslocamento dos turistas de fora do Estado, oportunizando o uso de um único modal de transporte.
Pavimentação da RS/427, acesso ao Cânion Itaimbezinho, extensão de 22,5km	Aumentar as condições de conforto e segurança da rodovia, melhorando a acessibilidade ao parque.
Melhoria do acesso ao cânion Fortaleza	Aumentar as condições de conforto e segurança da rodovia, melhorando a acessibilidade
Variante ambiental da RS/486 (Rota-do-Sol), extensão 4,5km	Facilitar o acesso dos turistas que transitam entre a Serra e o Litoral.
Criação de material pedagógico com conceitos básicos de turismo para integrar o currículo das escolas da rede pública	Conscientizar a comunidade escolar sobre a importância e o impacto da atividade turística.
Fortalecimento institucional da Setur, FEPAM e órgão auditor ambiental	Aumentar a eficácia na gestão do turismo e do meio ambiente e melhorar o atendimento aos turistas que visitam o RS.
Realização de pesquisas sistemáticas de mercado, fluxo e perfil turístico	Caracterizar e dimensionar o fluxo turístico no RS e na Área, fornecendo o embasamento necessário para o planejamento estratégico do setor.

Criação de sistema de informações turísticas na Setur	Aumentar a efetividade das políticas públicas relacionadas ao turismo junto aos turistas e à população local.
Construir ligação rodoviária Cambará do Sul – São José dos Ausentes	Aumentar a segurança e o conforto dos turistas que transitam pela rodovia e contribuir para a integração da Área.
Implantação de uma rede integrada de informações para atender aos turistas	Oferecer aos turistas as informações de que necessitam para um melhor aproveitamento da viagem.
Construir ligação rodoviária de São José dos Ausentes à divisa com SC, passando próximo ao Pico do Monte Negro	Aumentar o conforto e a segurança da rodovia, melhorando as condições de acessibilidade ao atrativo; bem como integrar a área com Santa Catarina.
Construir acesso ao Aeroporto das Hortênsias	Ligar o Aeroporto à rodovia pavimentada.
Qualificação de professores das redes escolares da região em turismo, meio ambiente e cultura	Sensibilizar para a importância da preservação do meio ambiente e da cultura e conscientizar sobre os impactos e oportunidades decorrentes da atividade turística.
Elaboração e implantação de Plano de <i>Marketing</i> integrado para a área	Implantar estratégias integradas e operacionais para a promoção e comercialização dos produtos turísticos atuais e futuros da Área.
Implementação de programas de qualificação profissional para o turismo	Atingir nível satisfatório na prestação de serviços aos turistas, de forma a garantir a sustentabilidade e a maturidade do destino turístico.
Criar Portal da Serra na <i>Internet</i>	Divulgar a Área para o mundo.
Elaboração de estudo de carga e de qualidade ambiental dos atrativos	Controlar a visitação aos atrativos naturais, evitando que o aumento do número de turistas ameacem sua integridade
Realizar estudos de oportunidades de investimentos na Serra Gaúcha	Mostrar aos potenciais investidores as oportunidades de investimentos da Área
Análise de Tráfego da Rota do Sol	Coletar dados para avaliar a viabilidade turística da rodovia
Realização de seminários para investidores privados	Divulgar o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável e as ações a serem desenvolvidas na Área, de forma a captar novos investimentos para a mesma.

3.4.3. Dimensionamento dos Investimentos e Fontes de Recursos

O conjunto de medidas a ser desenvolvido engloba ações de infra-estrutura básica e atividades de apoio. Para cada uma delas foi feita estimativa de custo de implantação e indicada a fonte provável de financiamento.

a) Infra-Estrutura Básica

As ações de infra-estrutura compreendem a pavimentação e construção de rodovias, construção de aeroporto na Região das Hortênsias, implantação de projeto de sinalização turística, implantação de sistemas de saneamento básico e ações ambientais compensatórias. As propostas são as que seguem.

Quadro 39 - Custos de implantação e fonte de financiamento das ações de infra-estrutura

Ação	Município	Prodetur Sul (US\$1.000)	Outra fonte
Construir variante ambiental na ligação Serra – Litoral Gaúcho (Rota-do-Sol).	Silveira, Várzea	31.083	DAER
Construir ligação rodoviária Cambará do Sul – São José dos Ausentes.	Cambará do Sul São José dos Ausentes	9.610	DAER
Pavimentar acesso ao Cânion Itaimbezinho.	Cambará do Sul	2.377	DAER
Melhorar o acesso ao cânion Fortaleza	Cambará do Sul	2.000	DAER
Construir ligação rodoviária de São José dos Ausentes à divisa com Santa Catarina.	São José dos Ausentes	9.000	DAER
Construir o Aeroporto das Hortênsias, inclusive acesso ao aeroporto.	Canela	11.064	ST, Prefeitura e iniciativa privada
Elaborar e implantar projeto de sinalização turística.	Todos	500	
Implantar sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgotos e monitoramento da qualidade das águas subterrâneas.	Canela, Gramado, São José dos Ausentes, Cambará, Bento Gonçalves	9.980	
Total		75.614	

b) Atividades de Apoio

Além da infra-estrutura, serão desenvolvidas outras ações visando o desenvolvimento sustentável do turismo, conforme descritas a seguir.

Quadro 40 - Custos de implantação e fonte de financiamento das atividades de apoio

Ação	Município	Prodetur Sul (US\$ 1000)
Elaboração ou revisão de Planos Diretores de municípios	Todos	900
Diagnóstico e elaboração de plano de manejo de Unidades de Conservação e plano diretor de APAs	São José dos Ausentes, Bom Jesus, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Itati, Terra de Areia, Maquiné, Vacaria, Canela, Cambará do SUI, Gramado, São Francisco de Paula	320
Restauração do patrimônio histórico	Caxias do Sul, Flores da Cunha	600
Criação do Conselho de Turismo da Área Prioritária	Todos	2
Ações ambientais compensatórias ⁸	Cambará do Sul, São José dos Ausentes, São Francisco de Paula, Três Cachoeira, Três Forquilhas, Itati, Terra de Areia, Maquiné	376
Estudos para preservação dos aquíferos	Todos	20
Apropriação significativa de benefícios pela população local	Todos	196

⁸ Aplicação de 0,5% do valor das obras em projetos de mitigação e compensação sociocultural e ambiental. Pode incluir reassentamento de populações deslocadas ou muito afetadas pelas obras, compensação para populações de baixa renda, compensação sócio-econômica e incentivo ao desenvolvimento sustentável, participação comunitária, educação para o trânsito, educação agro-ambiental para moradores da área de influência das rodovias, fortalecimento institucional dos órgãos de licenciamento ambiental, reposição florestal, proteção de nascentes e de cursos d'água, entre outros.

Implantação de planos de manejo nas Unidades de Conservação	São José dos Ausentes, Bom Jesus, Canela, Gramado, Cambará do Sul, São Francisco de Paula	795
Implantação de projetos de valorização do patrimônio cultural	Todos	50
Projeto para restauração do patrimônio histórico - sítio ferroviário em Caxias do Sul	Caxias do Sul	25
Educação ambiental em escolas e comunidades	Todos	20
Educação cultural nas escolas	Todos	30
Incentivo à legislação municipal de tombamento	Todos	5
Fortalecimento da capacidade de gestão dos municípios	Todos	270
Criação de material pedagógico com conceitos básicos de turismo para integrar o currículo das escolas da rede pública	Todos	100
Fortalecimento institucional da Setur, FEPAM e órgão auditor ambiental	Todos	600
Realização de pesquisas sistemáticas de mercado, fluxo e perfil turístico	Todos	250
Implantação de uma rede integrada de informações para atender aos turistas	Todos	160
Criação de sistema de informações turísticas na Setur	Todos	200
Qualificação em turismo, meio ambiente e cultura de professores das redes escolares da região	Todos	20
Elaboração e implantação de Plano de <i>Marketing</i> integrado para a área	Todos	1130
Implementação de programas de qualificação profissional para o turismo	Todos	150
Criar Portal da Serra na <i>Internet</i>		5
Realização de seminários para investidores privados	Todos	63
Realizar estudos de oportunidades de investimentos na Serra Gaúcha	Todos	30
Elaborar estudo de carga e de qualidade ambiental dos atrativos	São José dos Ausentes, Bom Jesus, Canela, Gramado, Cambará do Sul, São Francisco de Paula	100
Total		6.417

3.4.4. Caracterização das Ações a Serem Implementadas pelo Prodetur Sul

A disponibilidade de investimentos no Prodetur Sul, por parte do Estado do Rio Grande do Sul, é de US\$ 100.000.000,00, sendo 60% provenientes de financiamentos externos (BID), 16% de recursos do Governo Federal e 24% de recursos do Tesouro do Estado. Na Área Prioritária Serra Gaúcha, a estimativa de investimento é de cerca de US\$ 82 milhões. Esse valor poderá sofrer alterações, tendo em vista que o valor total do empréstimo foi reduzido de US\$ 200 milhões para US\$ 150 milhões, conforme Ajuda Memória da Missão de Análise ocorrida de 29 de novembro a 09 de dezembro de 2004. Além disso, aguarda-se definição quanto às restrições ambientais e estudo de viabilidade econômica do Aeroporto das Hortênsias. O trecho da Rota do Sol correspondente à variante ambiental também está aguardando definição, por parte do BID, quanto à elegibilidade no âmbito do Prodetur Sul.

As ações previstas foram agrupadas em cinco componentes: fortalecimento da capacidade de planejamento, gestão e aproveitamento dos benefícios proporcionados pelo turismo; melhora dos atrativos e de sua gestão; infra-estrutura para permitir o acesso, prover serviços públicos e controle de impactos ambientais; promoção e fornecimento de informação e apoio ao setor privado. O quadro abaixo distribui as ações de acordo com o componente ao qual se referem.

Quadro 41 - Ações por componente e respectivos órgãos executores

C1 - Fortalecimento da capacidade de planejamento, gestão e aproveitamento dos benefícios proporcionados pelo turismo		Órgãos executores	Custo total (US\$)
1	Elaboração ou revisão de Planos Diretores de municípios	Municípios	900.000
2	Fortalecimento da capacidade de gestão municípios	Municípios	270.000
3	Fortalecimento institucional da Setur, FEPAM e órgão auditor ambiental	SETUR/ SEMA /FZB/FEPAM	600.000
4	Criação do Conselho de Turismo da Área Prioritária	SETUR	2.000
5	Apropriação significativa de benefícios pela população local	SETUR	196.241
6	Incentivo à legislação municipal de tombamento	SEDAC/ Municípios	5.000
7	Educação ambiental em escolas e comunidades	SE	20.000
8	Educação cultural nas escolas	SE	30.000
9	Criação de material pedagógico com conceitos básicos de turismo, meio ambiente e cultura para integrar o currículo das escolas da rede pública	SE/SETUR/SEDAC/ SEMA	100.000
10	Qualificação de professores das redes escolares da região em turismo, meio ambiente e cultura	SETUR/SEDAC/ SEMA/ Municípios	20.000
Total Componente 1			2.143.241

C2 - Melhora dos atrativos e de sua gestão			
11	Levantamento métrico-arquitetônico do complexo ferroviário Rua Dr. Augusto Pestana, Caxias do Sul	SEDAC/ Municípios	25.000
12	Projeto de restauração do complexo ferroviário	SEDAC/ Municípios	50.000
13	Restauração do complexo ferroviário	SEDAC/ Municípios	600.000
14	<i>Diagnóstico e elaboração de plano de manejo de Unidades de Conservação de uso indireto estaduais e municipais e plano diretor de APAs, conforme abaixo:</i>		
	- Diagnóstico ambiental e bases para a criação e implantação de Unidade de Conservação no Monte Negro	FZB	80.000
	- Parque Estadual do Ibitirirá	SEMA /FZB/FEPAM	55.000
	- APA Rota do Sol	SEMA /FZB/FEPAM	10.000
	- Parque Municipal das Corredeiras	SEMA /FZB/FEPAM	15.000
	- Criação de UC na Linha 28	SEMA /FZB/FEPAM	80.000
	- Criação de UC no Cânion Josafaz	SEMA /FZB/FEPAM	80.000
15	<i>Implantação de Plano de Manejo e de infra-estrutura nas Unidades de Conservação, conforme abaixo:</i>		
	- UC no Montenegro	SEMA	500.000
	- Parque Estadual do Ibitirirá	SEMA	100.000
	- APA Rota do Sol	SEMA	180.000
	- Capacitação de pessoal das Ucs	SEMA	15.000
Total Componente 2			1.790.000

C3 - Infra-estrutura para permitir o acesso, prover serviços públicos e controle de impactos ambientais			
16	Elaboração de estudo de carga e de qualidade ambiental dos atrativos	FEPAM/FZB	100.000
17	Estudos para preservação dos aquíferos	SOPS	20.000
18	Ações ambientais compensatórias	DAER	376.667
19	Implantação de sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgotos nos municípios de Canela, Gramado, São José dos Ausentes, Cambará do Sul e Bento Gonçalves e monitoramento da qualidade das águas subterrâneas	CORSAN	9.980.000
20	Construção da pista e implantação equip. sinaliz.e seg. e acessos Aeroporto das Hortênsias	SECRETARIA DOS TRANSPORTES	11.064.246
21	Pavimentação da RS/427, acesso ao Cânion Itaimbezinho, extensão de 22,5km	DAER	2.376.667
22	Melhoria do acesso ao cânion Fortaleza	DAER	2.000.000
23	Variante ambiental da RS/486 (Rota do Sol), extensão 4,5km	DAER	31.083.201
24	Construção de ligação rodoviária Cambará do Sul – São José dos Ausentes	DAER	9.610.000
25	Construção de ligação rodoviária de São José dos Ausentes à divisa com SC, passando próximo ao Pico do Monte Negro	DAER	9.000.000
26	Construção acesso ao Aeroporto das Hortênsias - incluído na construção do Aeroporto	DAER	0
Total Componente 3			75.610.781
C4 - Promoção e fornecimento de informação			
27	Realização de pesquisas sistemáticas de mercado, fluxo e perfil turístico	SETUR	250.000
28	Elaboração e implementação de sistema de informações turísticas na Setur	SETUR	200.000
29	Implantação de uma rede de informações integrada para atender aos turistas	SETUR	160.000
30	Elaboração e implementação de Plano de <i>Marketing</i> integrado para a área	SETUR	1.130.000
31	Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística	SETUR	500.000
32	Criação do Portal da Serra na Internet	SETUR	5.000
33	Estudo de Tráfego Rota do Sol	DAER	100.000
Total Componente 4			2.345.000

C5 - Apoio ao setor privado			
34	Implementação de programas de qualificação profissional para o turismo	SETUR	150.000
35	Realização de seminários para investidores privados	SETUR	63.000
36	Estudos de oportunidades de investimentos na Serra Gaúcha	SEDAI	30.000
Total Componente 5			243.000
Total Geral			82.132.022

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul está desenvolvendo vários programas que poderão estimular e apoiar a iniciativa privada para que invista na Área. Os principais programas são:

✓ **Atração e Apoio à Diversificação e Desconcentração Regional dos Investimentos** - Este programa visa promover a diversificação e complementação da estrutura produtiva do Estado, bem como a complementação das cadeias produtivas. Tem ações de concessão de incentivos materiais a empresas e de apoio à implantação e expansão de projetos industriais.

✓ **Apoio à Competitividade Empresarial** - Busca implementar e consolidar um processo permanente de apoio às micro e pequenas empresas, através de instrumentos de fomento, assessoria técnica em todas as etapas do ciclo produtivo, cooperação empresarial, **acesso ao crédito**, microcrédito, **formação e capacitação de recursos humanos**, profissionalização da atividade, etc. Tem entre suas ações o **Crédito Assistido**, a implantação de Incubadoras Empresariais, a Extensão Empresarial e a Capacitação Empresarial.

✓ **Articulação e Apoio aos Setores Produtivos** - Tem como objetivo facilitar o acesso a serviços, fornecedores, crédito e pesquisa por meio da articulação regional de empresas e instituições públicas e privadas no desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais.

Além desses programas, a simples divulgação das ações que serão desenvolvidas pelo Governo no âmbito do Prodetur, como melhorias de acesso,

construção de aeroporto e melhoria da sinalização turística, já atraem empreendedores para a área. O terminal de passageiros do aeroporto previsto para Canela, por exemplo, onde funcionarão lojas de diversos tipos, deverá ser explorado pela iniciativa privada. Espera-se um impacto mais significativo nos municípios de São José dos Ausentes, Jaquirana e Bom Jesus, os quais ainda não dispõem de acesso pavimentado.

3.4.4. Priorização das Ações

As ações a serem financiadas pelo Prodetur Sul foram priorizadas, usando-se os seguintes critérios.

- **Critério 1 – Ações que contribuam para o crescimento do número de turistas na área, respeitando a capacidade de carga⁹**

O aumento do número de turistas na área tem como objetivos elevar a renda turística gerada, bem como ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda, trazendo desenvolvimento. Ações que contribuem para aumentar a capacidade de atração de turistas incluem a qualificação e a diversificação dos produtos turísticos, além da criação de novos roteiros, integrando os tradicionais Gramado-Canela e/ou Bento Gonçalves-Caxias do Sul aos Aparados da Serra. A qualificação dos produtos deriva também da qualificação das pessoas que trabalham em atividades ligadas ao turismo.

- **Critério 2 – Ações que contribuam para aumentar a participação dos turistas de fora do Estado e estrangeiros**

A presença de turistas de fora do Estado e estrangeiros é importante pelo aspecto da geração de divisas e do incremento da renda turística (seus gastos *per capita* são superiores), além do abrandamento da sazonalidade.

⁹ A capacidade de carga representa o nível de fluxo turístico suportável para um destino, sem que se produzam mudanças indesejáveis no meio físico, econômico e sociocultural e, portanto, sem que se degradem seus atrativos turísticos.

Uma das ações mais relevantes para aumentar a participação dos turistas de fora do Estado é a elaboração de um Plano de *Marketing* abrangendo a Área Prioritária da Serra com uma imagem única, detentora de produtos e atrativos diversos. Para que isso venha a ocorrer, a Área deverá ser promovida de forma integrada, com a participação de todos os municípios. Uma boa “venda” da área junto aos mercados emissores deverá contribuir significativamente para o aumento de turistas de fora do Estado no total dos que visitam a área.

- **Critério 3 - Ações que contribuam para a sustentabilidade do desenvolvimento turístico na área¹⁰**

Englobam ações de sustentabilidade do desenvolvimento turístico do ponto de vista ambiental, social e econômico. Dentre as ações essenciais para a sustentabilidade incluem-se a elaboração e implantação de planos diretores municipais e planos de manejo para Unidades de Conservação. Em meio às ações que garantem a sustentabilidade social merecem destaque aquelas de capacitação da população local para prestação de serviços e aproveitamento das oportunidades de negócios geradas pelo incremento do fluxo turístico.

A sustentabilidade ambiental também deverá ser garantida, sob pena de colocar em risco a perenidade da atividade turística e, conseqüentemente, dos benefícios auferidos pelo seu incremento.

Um dos objetivos do Prodetur é melhorar as condições socioeconômicas da população da área, e a renda é fundamental para isso. Uma das vias para a geração de renda é o aumento do emprego nos meios de hospedagem, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais, esperado com o incremento do fluxo turístico. Além desses empregos formais, deverão surgir outras oportunidades de obtenção de renda com atividades agroindustriais, artesanato, guiamento turístico, entre outras.

¹⁰ Atividade turística em um destino sustentável pode ser definida como aquela que contribui positivamente para um desenvolvimento equilibrado do destino, compatibiliza as necessidades presentes dos visitantes e da comunidade local com a preservação para o futuro de seus recursos econômicos, socioculturais e ambientais, sem desprezar impactos não desejáveis do exterior. Deve basear-se em um planejamento correto e responsável.

Com base nesses critérios, foi elaborado o Quadro 42, com o cronograma das ações a serem financiadas pelo Prodetur. As ações que constituem a Amostra Representativa iniciarão no ano 1.

Quadro 42 – Cronograma de ações

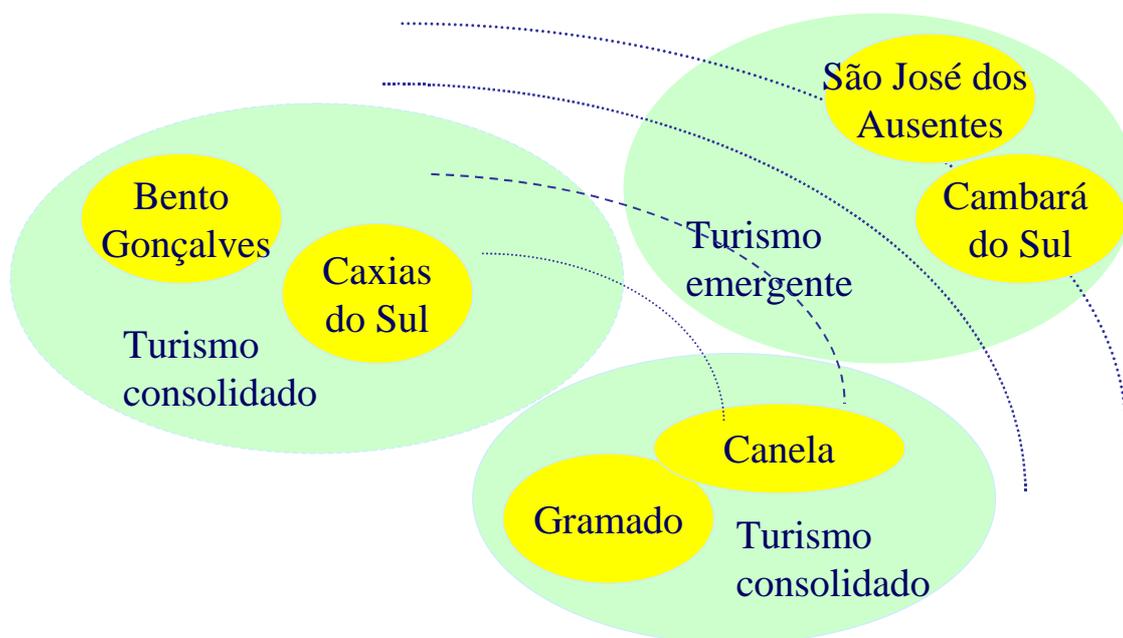
AÇÕES A SEREM FINANCIADAS PELO PRODETUR SUL POR COMPONENTE		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
C1 - Fortalecimento da capacidade de planejamento, gestão e aproveitamento dos benefícios proporcionados pelo turismo						
1	Elaboração ou revisão de Planos Diretores de municípios					
2	Fortalecimento da capacidade de gestão municípios					
3	Fortalecimento institucional da Setur e órgão auditor ambiental					
4	Apoio ao Conselho de Turismo da Área Prioritária					
5	Apropriação significativa de benefícios pela população local					
6	Incentivo à legislação municipal de tombamento					
7	Educação ambiental em escolas e comunidades					
8	Educação cultural nas escolas					
9	Criação de material pedagógico com conceitos básicos de turismo, meio ambiente e cultura para integrar o currículo das escolas da rede pública					
10	Qualificação de professores das redes escolares da região em turismo, meio ambiente e cultura					
C2 - Melhora dos atrativos e de sua gestão						
11	Levantamento métrico-arquitetônico do complexo ferroviário Rua Dr. Augusto Pestana, Caxias do Sul					
12	Projeto de restauração do complexo ferroviário					
13	Restauração do complexo ferroviário					
14	<i>Diagnóstico e elaboração de plano de manejo de Unidades de Conservação de uso indireto estaduais e municipais e plano diretor de APAs, conforme abaixo:</i>					
	- Diagnóstico ambiental e bases para a criação de UC no Monte Negro					
	- Parque Estadual do Ibitirí (Bom Jesus)					
	- APA Rota do Sol					
	- Parque Municipal das Cordeiras (Canela)					
	- Criação de UC na Linha 28 (Gramado)					
	- Criação de UC no Cânion Josafaz (São Francisco de Paula)					
15	<i>Implantação de Plano de Manejo e de infra-estrutura nas Unidades de Conservação, conforme</i>					
	- UC no Montenegro					
	- Parque Estadual do Ibitirí					
	- APA Rota do Sol					
	- Capacitação de pessoal das Ucs					
C3 - Infra-estrutura para permitir o acesso, prover serviços públicos e controle de impactos ambientais						
16	Elaboração de estudo de carga e de qualidade ambiental dos atrativos					
17	Estudos para preservação dos aquíferos					
18	Ações ambientais compensatórias					
	Implantação de sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgotos nos municípios de Canela, Gramado, São José dos Ausentes, Cambará do Sul e Bento Gonçalves e monitoramento da					
19	qualidade das águas subterrâneas					
20	Construção da pista e implantação equip. sinaliz.e seg. Aeroporto das Hortênsias					
21	Pavimentação da RS/427, acesso ao Cânion Itaimbezinho, extensão de 22,5km					
22	Melhoria do acesso ao cânion Fortaleza					
23	Variante ambiental da RS/486 (Rota do Sol), extensão 4,5km					
24	Construção de ligação rodoviária Cambará do Sul – São José dos Ausentes					
25	Construção de ligação rodoviária de São José dos Ausentes à divisa com SC, passando próximo ao Pico do Monte Negro					
26	Construção acesso ao Aeroporto das Hortênsias					
C4 - Promoção e fornecimento de informação						
27	Realização de pesquisas sistemáticas de mercado, fluxo e perfil turístico					
28	Elaboração e implementação de sistema de informações turísticas na Setur					
29	Implantação de uma rede de informações integrada para atender aos turistas					
30	Elaboração e implementação de Plano de <i>Marketing</i> integrado para a área					
31	Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística					
32	Criação do Portal da Serra na Internet					
33	Estudo de Tráfego Rota do Sol					
C5 - Apoio ao setor privado						
34	Implementação de programas de qualificação profissional para o turismo					
35	Realização de seminários para investidores privados					
36	Estudos de oportunidades de investimentos na Serra Gaúcha					

4 AMOSTRA REPRESENTATIVA

Durante a Missão de Orientação do BID realizada em Foz do Iguaçu de 21 a 25 de julho de 2003, definiu-se como estratégia iniciar a implantação das ações em seis municípios da Área Prioritária.

A representação da estratégia adotada e os seis municípios selecionados são apresentados na Figura 13. A figura mostra dois núcleos de turismo consolidado, um deles formado pelos municípios de Gramado e Canela e outro, pelos municípios de Bento Gonçalves e Caxias do Sul. A área dos Aparados da Serra é considerada de turismo emergente, e está representada pelos municípios de Cambará do Sul e São José dos Ausentes. O que se deseja é integrar a Área num único destino turístico denominado Serra Gaúcha, que será promovido de forma conjunta.

Figura 13 - Municípios selecionados – representação da estratégia



4.1 Critérios para Definição da Amostra Representativa

A amostra representativa deve ser constituída por ações consideradas prioritárias para o turismo da área selecionada, e representar cada um dos tipos de ação que se pretende empreender. O Rio Grande do Sul considerou também, para a definição da amostra, a viabilidade de o projeto poder ser implementado de imediato

Para cada uma das ações definidas como integrantes da amostra deverá ser apresentado um dos seguintes documentos:

- a) Termo de Referência (TOR), plano de execução e orçamento, quando a ação é uma proposta de estudo, plano, fortalecimento institucional ou ação de capacitação.
- b) Projeto Básico Avançado (PBA), estudo ambiental e estudo de viabilidade econômica, para os casos de obras de infra-estrutura.

4.2 Universo de Ações do PDITS

No Quadro 43 foram relacionadas todas as ações julgadas importantes para o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo na Área Prioritária Serra Gaúcha. Desse universo, foram selecionadas as ações que comporão a amostra representativa, de acordo com os critérios estabelecidos pelo BID. As ações que integram a amostra representativa estão em destaque. Para cada ação está indicado o custo previsto para a Área Prioritária (14 municípios) e para os 6 municípios selecionados.

Quadro 43 - Ações para a Área Prioritária, para os municípios selecionados e amostra representativa

em US\$ 1,00					
AÇÕES PREVISTAS (Universo)		Investimento total	Investimento Produtor	Investimento municípios selecionados (2)	
A M O S T R A	Elaboração ou revisão de Planos Diretores de municípios (na amostra: São José dos Ausentes e Cambará do Sul)	900.000		400.000	
	Fortalecimento da capacidade de gestão dos municípios (na amostra: Cambará do Sul)	270.000		120.000	
	Implementação de sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgotos - Canela	9.980.000	8.881.376	2.000.000	
	Implementação de sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgotos - Gramado			2.250.000	
	Implementação de sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgotos - São José dos Ausentes			408.381	
	Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística		246.705	200.000	
	Fortalecimento institucional da Setur, FEPAM e órgão auditor ambiental (na amostra: somente SETUR)	600.000		600.000	
	Levantamento métrico-arquitetônico do complexo ferroviário Rua Dr. Augusto Pestana	25.000		25.000	
	Diagnóstico e elaboração de plano de manejo de UC e Plano Diretor de APA (na amostra: Monte Negro)	320.000		80.000	
	Estudo de Tráfego Rota do Sol	100.000		100.000	
	Subtotal (1)		12.695.000		6.083.381
	Construção de ligação rodoviária Cambará do Sul – São José dos Ausentes		9.610.000	4.741.668	9.610.000
Construção de ligação rodoviária de São José dos Ausentes ao Pico Montenegro e divisa com SC		9.000.000	3.453.869	9.000.000	
Pavimentação da RS/427, acesso ao Cânion Itaimbezinho, extensão de 22,5km		2.376.667	2.159.490	2.376.667	
Melhoria do acesso ao cânion Fortaleza		2.000.000		2.000.000	
Variante ambiental da RS/486 (Rota do Sol), extensão 4,5km		31.083.201	13.190.488	32.109.648	
Construção da pista e implantação equip. sinaliz.e seg. e acessos Aeroporto das Hortênsias		11.064.246	4.232.911	11.064.246	
Ações ambientais compensatórias		376.667	282.678	376.667	
Educação ambiental em escolas e comunidades		20.000		15.000	
Implantação de Plano de Manejo e de infra-estrutura nas Unidades de Conservação, transformando-as em produtos turísticos (4)		795.000		510.000	
Elaboração de estudo de carga e de qualidade ambiental dos atrativos		100.000		40.000	
Estudos para preservação dos aquíferos		20.000		20.000	
Projeto de restauração do complexo ferroviário		50.000		25.000	
Restauração do complexo ferroviário		600.000		450.000	
Educação cultural nas escolas		30.000		15.000	
Incentivo à legislação municipal de tombamento		5.000		2.000	
Apropriação significativa de benefícios pela população local		196.241		100.000	
Qualificação de professores das redes escolares da região em turismo, meio ambiente e cultura		20.000		10.000	
Criação de material pedagógico com conceitos básicos de turismo, meio ambiente e cultura para integrar o currículo das escolas da rede pública		100.000		40.000	
Criação de Portal da Serra na Internet		5.000		5.000	
Criação de Conselho de Turismo da Área Prioritária		2.000		2.000	
Elaboração e implantação de Plano de Marketing integrado para a área		1.130.000		1.130.000	
Elaboração e implementação de sistema de informações turísticas na Setur		200.000		200.000	
Implementação de programas de qualificação profissional para o turismo		150.000		80.000	
Implantação de uma rede de informações integrada para atender aos turistas		160.000		100.000	
Realização de pesquisas sistemáticas de mercado, fluxo e perfil turístico		250.000		250.000	
Estudos de oportunidades de investimentos na Serra Gaúcha		30.000		20.000	
Realização de seminários para investidores privados		63.000		30.000	
Subtotal (2)		69.437.022	28.061.105	69.581.228	
Total		82.132.022	28.061.105	75.664.608	

(1) Sub-total (1) - Valor a ser investido nos 14 municípios da área prioritária

(2) Os municípios selecionados são: Canela, Gramado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Cambará do Sul e São José dos Ausentes

(3) Na amostra, corresponde à UC Estadual do Pico do Monte Negro. As demais estão detalhadas em quadro anexo

(4) Detalhamento no Quadro 44

Quadro 44 - Detalhamento das ações referentes às UCs

em US\$ 1,00			
Detalhamento de Ação:	Valor total	Investimento Prodatur	Valor municípios selecionados
Diagnóstico e elaboração de plano de manejo de Unidades de Conservação de uso indireto estaduais e municipais e plano diretor de APAs			
- Monte Negro	80.000		80.000
- Parque Estadual do Ibitirí (Bom Jesus/Vacaria)	55.000		0
- APA Rota do Sol	10.000		10.000
- Parque Municipal das Cordeiras (Canela)	15.000		15.000
- Criação de UC na Linha 28 (Gramado)	80.000		80.000
- Criação de UC no Cânion Josafaz (São Fco. De Paula)	80.000		0
Total da Ação	320.000		185.000
Implantação de Plano de Manejo e de infra-estrutura nas Unidades de Conservação, transformando-as em produtos turísticos			
- UC no Montenegro	500.000		500.000
- Parque Estadual do Ibitirí	100.000		0
- APA Rota do Sol	180.000		0
- Capacitação de pessoal das Ucs	15.000		6.000
Total da Ação	795.000		506.000

4.3 Localização e Custo dos Projetos da Amostra Representativa

As ações que integram a amostra representativa estão localizadas nos municípios de Canela, Gramado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, São José dos Ausentes e Cambará do Sul. O Quadro seguinte relaciona as ações da amostra, por componente, indicando, para cada uma delas, a localização e o investimento previsto. Os municípios foram agrupados aos pares, de acordo com as características de seu turismo.

Para algumas das ações será elaborado Termo de Referência e, para outras, Projeto Básico Avançado, como também pode ser conferido no Quadro seguinte.

Quadro 45 - Localização e custo dos projetos da Amostra Representativa

US\$ 1,00					
Componentes	Ações	Tipo	Canela/ Gramado	Bento Gonçalves/ Caxias do Sul	Cambará do Sul/ São José dos Ausentes
Fortalecimento da capacidade de planejamento, gestão e aproveitamento dos benefícios proporcionados pelo turismo	Plano Diretor São José dos Ausentes	TOR			83.375
	Plano Diretor Cambará do Sul	TOR			47.955
	Fortalecimento institucional Setur	TOR	109.618		
	Fortalecimento da capacidade de gestão de Cambará do Sul	TOR			29.516
Melhora dos atrativos e de sua gestão	Levantamento métrico-arquitetônico do complexo ferroviário Rua Dr. Augusto Pestana	TOR		25.000	
	Diagnóstico ambiental e bases para a criação e implantação de Unidade de Conservação no Monte Negro	TOR			80.000
Infra-estrutura para permitir o acesso, prover serviços públicos e controle de impactos ambientais	Esgotamento sanitário Canela	PBA	2.000.000		
	Esgotamento sanitário Gramado	PBA	2.250.000		
	Esgotamento sanitário São José dos Ausentes	PBA			408.380
Promoção e fornecimento de informação	Estudo de tráfego Rota do Sol	TOR		100.000	
	Projeto de Sinalização turística	TOR	40.000		
Total (US\$ 1,00)			5.173.844		

4.4 Breve Descrição dos Projetos da Amostra

4.4.1 Esgotamento Sanitário

Serão executadas obras de esgotamento sanitário nos municípios de Canela, Gramado e São José dos Ausentes.

Em Canela, a população beneficiada será de 17.380 habitantes, atendendo a 4.000 economias e correspondendo a uma cobertura de 36,6%. As obras previstas são a ampliação da rede coletora de esgoto, elevatória e estação de tratamento. O volume de coleta e tratamento previsto é de 49.964 m³ mensais, e a receita estimada proveniente da prestação do serviço é de R\$ 913.769,00 anuais.

Em Gramado, está prevista a construção de rede coletora da bacia n.º 2, incluindo o coletor-tronco e as redes secundárias, além da conclusão das obras das redes secundárias das bacias n.º 1 e n.º 3. Deverão ser atendidas 7.315 economias, beneficiando 24.170 habitantes, representando uma cobertura de 72,6%. A receita anual prevista é de R\$ 1.671.056,00.

Em São José dos Ausentes está prevista a ampliação do Sistema de Esgotos sanitários, abrangendo a complementação da cobertura dos serviços para toda a cidade. A rede coletora implantada será interligada ao coletor tronco existente. Além disso, será executada a ampliação e adequação da Estação de Tratamento de Esgotos.

Com a execução dessas obras é esperada a eliminação ou redução do mau cheiro em atrativos importantes, como a Cascata do Caracol, Cascata dos Narcisos, Véu de Noiva, arroio Pai José e nas áreas de concentração da infra-estrutura hoteleira, além de melhoria das condições de saúde pública e do ambiente urbano.

4.4.2 Sinalização Turística

A melhoria da qualidade do produto turístico inclui a intensificação da sinalização turística no Estado, cujo sistema de transportes está baseado predominantemente em rodovias. O modal rodoviário ocupa o primeiro lugar como meio de transporte de turistas internacionais por via terrestre (1.141.338 pessoas em 2001), em sua grande maioria (64,77%) viajando por conta própria, sem o apoio de uma agência de turismo. Esses turistas apontaram a sinalização turística como o principal item de crítica (15,78%), o que justifica a implantação de uma sinalização que proporcione segurança, identificação dos destinos e destaque dos atrativos da Área Prioritária nos principais portões de entrada do Estado e rodovias estratégicas, consolidando em sistema viário de acesso.

4.4.3 Projeto para Unidade de Conservação no Pico do Monte Negro

O Pico do Monte Negro localiza-se no município de São José dos Ausentes, Distrito de Silveira, próximo à divisa com o estado de Santa Catarina. É o pico culminante do Rio Grande do Sul, com altitude de 1.388 metros. Os ecossistemas na área são a mata com araucárias que recobre o morro, os campos em seu entorno e a matinha nebulosa que se desenvolve nas encostas do cânion. Essa região constitui o

divisor das bacias hidrográficas do Uruguai-Pelotas, da bacia do Sudeste e da bacia do Guaíba. As nascentes do Rio das Antas localizam-se a poucos quilômetros do Monte Negro. Toda a região apresenta grande beleza cênica, tanto pela presença de cânions, quanto de serras como a da Rocinha. A área dispõe de atrativos históricos, situando-se na região as mais antigas fazendas do Estado, com os típicos mangueirões e taipas de pedra. Além disso ressalta-se a presença de sítios arqueológicos indígenas.

Existe interesse tanto da Prefeitura Municipal quanto do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas do Estado (DEFAP), bem como de várias ONGs e do Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na indicação dessa área para constituir uma Unidade de Conservação. Para tanto o projeto prevê a realização do diagnóstico para avaliação do meio físico, biótico e antrópico, o qual subsidiará a delimitação da unidade e a elaboração do plano de manejo da mesma. Em etapa posterior serão realizadas obras de infra-estrutura, como pórtilho, centro de visitantes e implantação de trilha interpretativa para atendimento aos ecoturistas. No projeto estão previstos recursos para o levantamento fundiário e para desapropriação de cerca de 1.000 hectares.

Será mais uma área a integrar-se aos roteiros ecológicos e às demais áreas naturais protegidas da região, contribuindo significativamente para a conservação da paisagem regional. A área, sem infra-estrutura para recepção de turistas, já recebe visitação devido à beleza de seus atributos naturais. Essa visitação sem dúvida será incrementada em decorrência da qualificação da mesma ao ser instituída como Unidade de Conservação e da implementação de melhorias na infra-estrutura e nos serviços aos turistas, inclusive viabilizando a geração e distribuição de receita no seu entorno.

4.4.4 Fortalecimento Institucional da SETUR

O Projeto de fortalecimento institucional abrange áreas de atuação seguir.

Estruturação Administrativa

Análise da estrutura e do modelo de gestão; estudo e análise das competências essenciais da administração do turismo e do modelo de funcionamento;

definição de infra-estrutura tecnológica; instalação de equipamentos de informática em rede e softwares básicos e de acesso à *Internet*; aquisição de sistemas de apoio aos processos operativos e gerenciais; melhoria das condições físicas do ambiente de trabalho; aquisição de bens móveis e outros materiais de apoio e comunicação.

Gestão Estratégica

Implantação de metodologia e instrumentos de planejamento institucional com definição de indicadores de objetivos, metas e resultados; desenvolvimento de diagnósticos e planos estratégicos de turismo; estudos e pesquisas da atividade turística; definição de modelo de dados para gestão do turismo; implantação de métodos e sistema de gestão para supervisão da execução e avaliação de resultados; desenvolvimento de instrumentos de divulgação das metas e resultados; desenvolvimento de programas de sensibilização para conselheiros e participantes do *trade* turístico; instalação e/ou aperfeiçoamento de mecanismos de participação e controle social; e implantação de ações destinadas a promover a integração e articulação estratégica.

Gestão de Recursos Humanos

Análise do quantitativo e perfil de pessoal; acompanhamento e controle das atividades básicas de administração de pessoal; instituição de metodologia para levantamento de necessidades de capacitação; desenvolvimento de programa contínuo de capacitação básica, técnica e gerencial; e sistemática de avaliação de desempenho com foco nos resultados.

Gestão Operacional

Definição de normas, procedimentos e fluxos operacionais (licitação, contratos e convênios, aquisição de bens e contratação de serviços, controle de matérias e patrimônio); elaboração de manuais e outros materiais de referência necessários à execução e controle administrativo, financeiro e técnico; desenvolvimento de planos de ação; elaboração e análise de projetos; implantação de sistemas de acompanhamento físico e financeiro de projetos; realização de pesquisas relativas à atividade turística e aos impactos das ações desenvolvidas pelo órgão gestor do

turismo; e implantação de sistema de banco de dados relativos ao turismo e de resultados de pesquisas.

Os resultados esperados com a formulação e execução dos projetos de fortalecimento institucional são, pelo menos, os seguintes:

- Ampliação da eficácia na gestão do turismo, com sistemática de planejamento implantada e indicadores básicos do turismo definidos e apurados.
- Ampliação da participação e do controle social, com ouvidoria implantada e informações da gestão do turismo e meios de acesso disponibilizados.
- Redução dos impactos negativos da atividade turística, com campanhas educativas realizadas.
- Melhoria do atendimento ao turista, com informações e meios de acesso disponibilizados e programa de capacitação implantado.

4.4.5 Projeto para Recuperação do Patrimônio Histórico – Sítio Ferroviário

Estação ferroviária de médio porte construída no período de 1883 a 1910, possuindo corpo central em dois pavimentos e duas pequenas alas térreas. Foi tombada pelo Estado em outubro de 2001.

A área total do sítio ferroviário é de 3.416,56 m², englobando estação de 478m², armazém de 396m², depósito de locomotivas de 474m², três residências de madeira com 64 m² cada (construídas em 1947) e uma residência de alvenaria com 80 m² (construída em 1912).

A proprietária atual do sítio é a RFFSA, sendo que existe negociação com a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul para cessão de uso. Em 1996, foi firmado acordo com o Município para desenvolver Projeto de Revitalização da Área Ferroviária. Segundo notícia veiculada pela imprensa, há projetos em estudo para implantação do trem regional de passageiros. O armazém de carga está sendo usado como depósito de cimento.

4.4.6 Elaboração de Planos Diretores Municipais

Elaboração de Termos de Referência (TOR) para os Planos Diretores Municipais (PDM) de São José dos Ausentes e Cambará do Sul, municípios que não dispõem de Plano. O projeto beneficia toda a população dos municípios e é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos municípios e do turismo.

Os Termos de Referência orientam a elaboração do Plano Diretor Municipal para todo o município, o qual compreende a análise da dinâmica socioeconômica, de serviços públicos e infra-estrutura, do patrimônio histórico e cultural, dos aspectos socioambientais, da dinâmica e ocupação do espaço municipal e da capacidade administrativa, bem como orienta a realização dos quadros prospectivos e definição das diretrizes/políticas, programas e ações, finalizando com as minutas de legislação e diretrizes para gestão do Plano.

4.4.7 Fortalecimento da Capacidade de Gestão Municipal de Cambará do Sul

A melhoria da capacidade de gestão passa pelo aperfeiçoamento da gestão administrativa e fiscal dos municípios, de modo a obter seu fortalecimento institucional para gerenciar e beneficiar-se do turismo.

Os Termos de Referência deverão orientar o levantamento de informações sobre o município e a administração municipal em relação aos seguintes itens, a partir dos quais será elaborado diagnóstico:

- dados básicos sobre a administração tributária, financeira e patrimonial;
- dados básicos sobre a administração geral;
- dados básicos sobre a administração da educação;
- dados sobre a situação do turismo e a gestão municipal do setor;
- dados orçamentários e financeiros.

Com base no diagnóstico da administração municipal, que compreenderá o planejamento institucional, modelo de gestão e estrutura funcional, perfil e situação dos recursos humanos, legislação, sistemas de informação e atendimento ao cidadão, deverá ser elaborado o projeto de modernização da gestão municipal, para o qual deverão ser definidos os objetivos gerais e específicos, ações a serem implementadas, metodologia de implantação, metas a serem atingidas, bem como os impactos previstos do projeto na arrecadação e no gasto público municipais.

4.4.8 Estudo de Tráfego da Rota do Sol

Identificação dos fluxos existentes (veículos privados, ônibus/microônibus, veículos de carga) no sistema viário da Área.

Em princípio, deverão ser realizadas pesquisas:

- Na própria Rota do Sol, para caracterizar o tráfego existente;
- Na BR/116, entre Caxias do Sul – RS e a divisa RS/SC, para identificar o tráfego que poderia ser desviado para a Rota do Sol após sua pavimentação;
- Na BR/101, entre Terra de Areia – RS e a Divisa RS/SC, para identificar o tráfego que poderia ser desviado para a Rota do Sol após sua pavimentação.

5 Organização para Gestão do PDITS

Conforme consta do PAT SERRA, o Prodetur Sul/RS foi constituído em 15 de agosto de 2001, pelo Decreto 40.980. Nesse decreto está definida a organização do programa, com um Conselho Gestor (órgão superior do programa) e uma Unidade de Coordenação Estadual (UCE/RS) com a incumbência de implantar o programa de acordo com as normas vigentes, inclusive as contratuais.

Para garantir a eficácia da proposta de intervenção preconizada no PDITS, está-se formatando uma UCE, com estrutura e composição adequada à relevância do Programa, tanto em termos de montantes de investimentos, quanto ao envolvimento da população local.

A estrutura da UCE/RS terá a seguinte composição:

Direção:

Coordenação Geral, exercida pelo Coordenador Geral, com a atribuição de regular o funcionamento e o adequado desempenho da UCE, de acordo com as diretrizes do Programa, respondendo pela interface entre os OEx.

Assistência e assessoramento diretamente ao Coordenador-Geral:

Assessoria Jurídica, compreendendo a verificação da conformidade legal dos atos praticados no âmbito da UCE e da interface com os OEx;

Assessoria Técnica, respondendo pelas atividades de organização e arquivamento da documentação do Programa, bem como pela provisão de informações sobre o andamento e os resultados decorrentes de sua execução;

Assessoria de Informática, assumindo o suporte à operação dos sistemas de tecnologia da informação utilizados pela UCE, tanto no aspecto de recursos (*hardware*), como de serviços de informática (*software*) e respectivas redes de comunicação.

Coordenações:

Coordenação Técnica e de Operações – respondendo pela orientação dos OEx sobre os procedimentos necessários à elaboração das propostas de programação anual de atividades e sua consolidação, introdução de ajustes eventualmente necessários nessa programação, pela operacionalização do monitoramento e avaliação da execução físico-financeira das ações programadas, pela preparação dos instrumentos formais de envolvimento dos OEx, pelo planejamento e programação das propostas orçamentárias anuais do Programa e elaboração dos relatórios requeridos pelos organismos financiadores. Cabendo, ainda, orientar os OEx quanto à observância dos padrões e normas técnicas estabelecidos para o Programa, conforme indicado no ROP, oferecendo apoio a esses órgãos na especificação de equipamentos, obras, serviços técnicos e de capacitação de pessoal, bem como realizar a supervisão técnica das ações em desenvolvimento e promover os eventuais ajustes.

Coordenação Financeira e de Aquisições – incumbindo a essa a execução orçamentária e financeira, o controle da movimentação dos recursos financeiros, a contabilização gerencial dos gastos, conforme plano de contas, a preparação e acompanhamento do processo de liberação de recursos junto aos organismos financiadores do Programa, a orientação aos OEx com vistas à garantia do cumprimento das normas e padrões estabelecidos no contrato de empréstimo para a área de aquisições, bem como a necessária documentação para as consultas prévias ao mutuário, nos casos requeridos pelas normas do Programa.

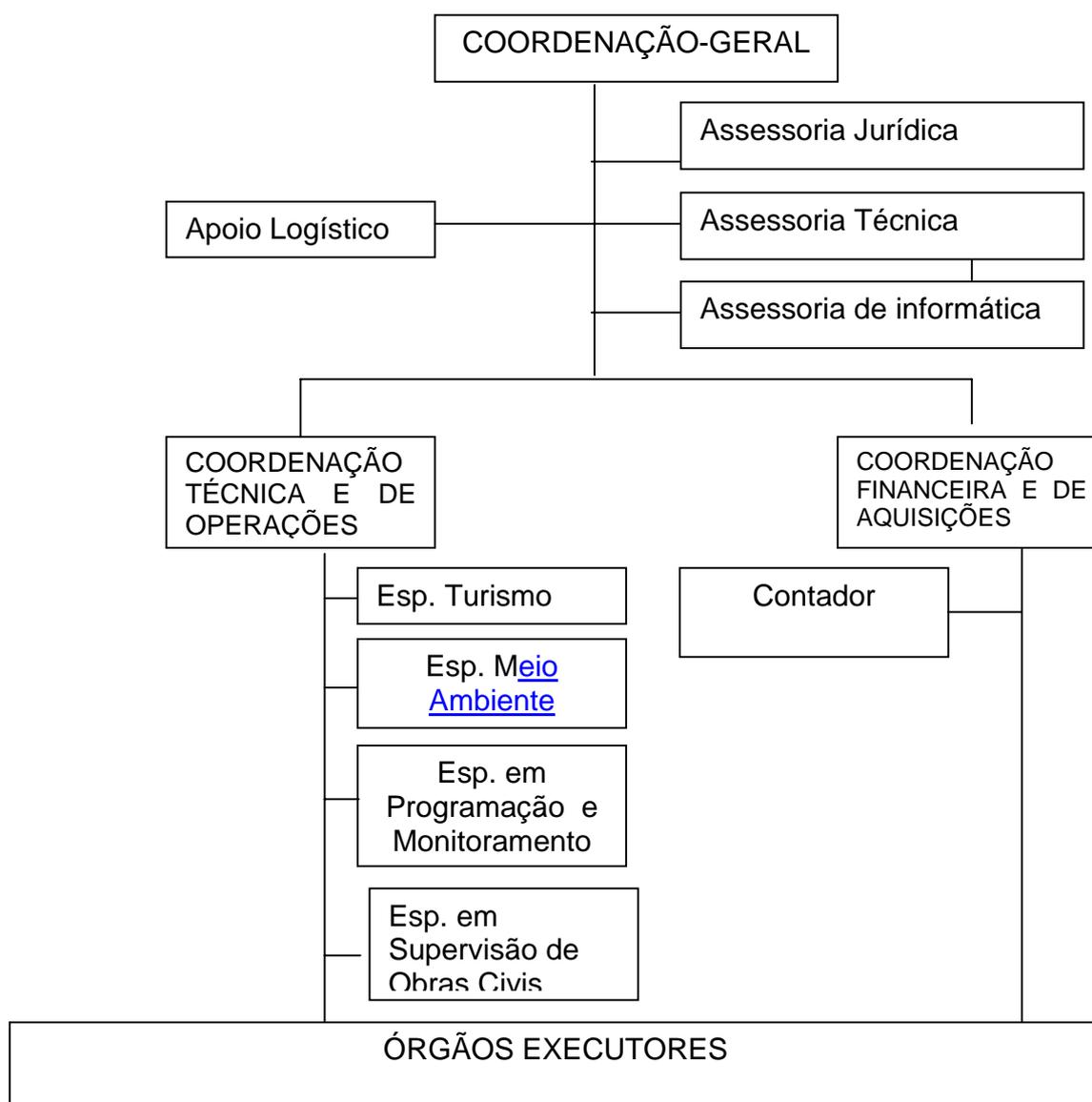
Apoio administrativo:

Apoio Logístico, envolvendo o suporte administrativo de secretariado e de provisão de transporte, instalações, mobiliários e demais recursos logísticos necessários ao funcionamento da UCE.

Especialistas

A equipe técnica da UCE contará com especialistas locados nas duas coordenações com a atribuição de Propiciar o suporte técnico aos coordenadores relativo às atividades do Programa diretamente vinculadas à sua área de atuação.

Organograma da UCE



Para a realização do Programa, diversos órgãos e entidades participarão com ações e obras, de modo a cumprir a proposta de intervenção na Área. Destacam-se as seguintes:

Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer

Secretaria da Cultura

Secretaria dos Transportes

Secretaria das Obras Públicas e Saneamento

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social

Secretaria da Fazenda

Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais

Metroplan

Emater

Corsan

Na implementação do programa, será necessário o fortalecimento institucional dos órgãos e entidades envolvidos na execução do Programa, no âmbito da administração estadual e, em especial, das administrações municipais, conforme constatado no diagnóstico. Ênfase será dada à capacitação municipal para a gestão do turismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná - ADTP. **Participação Privada: principais projetos de infra-estrutura no Brasil.** São Paulo, 1995.
- Associação Brasileira de Agências de Viagens/Rio Grande do Sul - ABAV/RS **Tarifário Turístico do Rio Grande do Sul – 1977/1998.** Porto Alegre, 1997.
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE / Organización de Los Estados Americanos – OEA - Departamento de Desarrollo Regional y Medio Ambiente. **Diagnóstico Estratégico del Sector Turismo en el Estado de Rio Grande do Sul - PRODETUR/SUL – Documento Básico.** Arq. Mateo Esnaola e Arq. Lucila Oliver. Porto Alegre, ago./out. 1996. 2 v.
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE. **Inventário e Hierarquização de Atrativos Turísticos do Rio Grande do Sul – PRODETUR/SUL.** Porto Alegre, dez. 1995.
- BARROS II, S. M. Turismo e Unidades de Conservação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...**Curitiba: IAP: UNILIVRE, 1997. p. 298-302.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo.** São Paulo, 1997.
- BRASIL, Hildemar Silva. **Análise Econômica do Turismo no Brasil.** São Paulo, 2001.
- BUREAU – PESQUISAS MERCADOLÓGICAS. **Pesquisa Junto aos Turistas de Gramado:** novembro de 2002 a janeiro de 2003. Gramado, 2003.
- CALAZANS, Roberto Balau. **Implementação da lei da responsabilidade fiscal no estado e nos municípios do RS:** uma avaliação preliminar da situação fiscal. Porto Alegre, maio 2001.
- CALLEGARO, V.L.M. (coord) Ecossistemas significativos. In: RIO GRANDE DO SUL. Pró-Guaíba. **Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Região Hidrográfica do Guaíba.** Porto Alegre: 1997-1998. Anexo 14, 66p., il. (Relatório - Síntese I)
- Câmara da Indústria e Comércio da Região das Hortênsias – CIC/RH / Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul – SEBRAE-RS / Universidade de Caxias do Sul – UCS. **Programa Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo na Região das Hortênsias – Fase 1:** levantamento de dados do setor turístico. Caxias do Sul, 1996.
- CEFAT, Arturo Crosby. **Interpretación Ambiental y Turismo Rural.** México, 1994. (artigo)

Conselho Regional de Desenvolvimento da Serra - COREDE-Serra – **Uma Trajetória de Participação**: 1991-1998.

CORREA, F. 1995

DOBROVOLSKI, Ricardo Luiz. **Perfis de desenvolvimento sustentável**: quantificação e análises espaciais para o estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação e Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

DUARTE, M. M. Ecologia. In: KROB, A.J.D. **Desenvolvimento sustentável nos Campos de Cima da Serra**: entorno de Unidades de Conservação. Porto Alegre: Projeto Curicaca, 1998. p. 37-40.

ESTIVALET, C. **Patrimônio cultural**: Região das Hortênsias. Porto Alegre: METROPLAN/CPRM, 1995. 17p., il.

ESTIVALET, C. (Org.) **Florestas: fortalezas e ameaças**. Canela: 1998. 17p. (Documento de Ecologia, n. 1)

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE / Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. **Estudo, Caracterização e Dimensionamento do Mercado Doméstico de Turismo no Brasil**. Pesquisa de Opinião Pública. São Paulo, 1998.

GUIA BRASIL QUATRO RODAS. São Paulo: Abril, 1991.

-----São Paulo: Abril, 1996.

-----São Paulo: Abril, 1998.

Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. **Anuário Estatístico EMBRATUR**: 1990/1991. Brasília, v.20, 1991.

-----**Anuário Estatístico EMBRATUR**: 1992/1993. Brasília, v.21, 1992.

-----**Anuário Estatístico EMBRATUR**: 1994/1995. Brasília, v.22, 1995.

-----**Anuário Estatístico EMBRATUR**: 1996. Brasília, v.23, 1996.

-----**Conta Satélite do Turismo – CST**. Brasília, 1999.

-----**Demanda Turística Internacional**: 1991. Brasília, ago. 1992.

-----**Demanda Turística Internacional**:1993. Brasília, 1994.

-----**Estudo da Demanda Turística Internacional**: 1994. Brasília, 1995.

-----**Estudo da Demanda Turística Internacional:** 1995. Brasília, 1996.

-----**Estudo da Demanda Turística Internacional:** 1996. Brasília, 1997.

-----**Evolução do Turismo no Brasil:** 1992-2001. Brasília.

JORNADA, Maria Isabel H. da, STEMBERG, Sheila S. Wagner. Emprego e Produto nos Anos 90: A Serra no Contexto Gaúcho. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.30, n.4, p.269-319, 2003. (versão preliminar)

KROB, A.J.D. **Desenvolvimento sustentável nos campos de Cima da Serra:** entorno de Unidades de Conservação. Porto Alegre: Projeto Curicaca, 1998. 94p., il.

MARCUZZO, S., CHIAPETTI, M. I., PAGEL, S. M. A reserva da biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul: situação atual, ações e perspectivas. **Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**, São Paulo, n.11, p.57, 1998.

NABINGER, C. Campos Sulinos: manejo sustentável de um ecossistema pastoril. In: ARAÚJO, E. de L. et al. (ed.) **Biodiversidade, conservação e uso sustentável da flora do Brasil**. Recife: UFRP/ Sociedade Botânica do Brasil, 2002. p.106-108.

NOBLE, John, DRAFFER, Andrew, JONES. Robyn et al. **Brazil Lonely Planet**. Malaysia: Lonely Planet Publications, 2002.

OLIVEIRA, M. L. A. A. Conservação *in situ* do patrimônio natural do estado do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO FLORESTAL ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL, 8. 2002a. Nova Prata. **Anais...** 2002. Disponível em CD-ROM.

-----Conservação *in situ* da diversidade biológica dos campos sulinos e da mata de araucária. In: ARAÚJO, E. de L. et al. (Ed.). **Biodiversidade, conservação e uso sustentável da flora do Brasil**. Recife: UFRP/Sociedade Botânica do Brasil, 2002b, p. 106-108.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO – OMT. **Anuário de Estadísticas del Turismo**. España, Madrid, v. 1 e 2, 49 ed., 1997.

-----**Datos Esenciales**. España, Madrid, 1996.

-----**Tendencias del Mercado Turístico:** Las Américas. España, Madrid, 1997.

-----**Turismo – Panorama 2020:** Influencias, Flujos Direccionales y Tendencias Claves. España, Madrid, 1997. (Resumen Ejecutivo)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Projeto Beira-Rio**. Arq. Marúcie Ludwig Nieto e Eng. Sergio Renato Neves da Rosa. Jaguarão, jun. 1997.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE / Empresa Porto-Alegrense de Turismo S/A – EPATUR. **Diagnóstico e Propostas para o Turismo: 1996-2000.** Porto Alegre, nov. 1996.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR. **Projeto Porto Pindorama.** Eng. José Antônio Corrêa Ribeiro. Santa Vitória do Palmar, set. 1997.
- PRIMEIRO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE RESORTS. BSH Consultoria Hotelaria. São Paulo, dez. 1997.
- RABAHY, Wilson Abrahão. **Planejamento do Turismo: Estudos Econômicos e Fundamentos Econométricos.** São Paulo, 1990.
- ROSO, Caroline et. al. **Qualificação da Oferta Turística de Caxias do Sul.** Caxias do Sul. Núcleo Universitário de Canela, Universidade de Caxias do Sul – UCS, 1999. (Relatório de estágio II).
- RÜCKERT, Isabel Noêmia, RABELO, Mercedes. Algumas considerações sobre a situação financeira dos municípios gaúchos: 1995-98. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 9-27, 4. trim. 2000.
- SAAB, William George Lopes. **Considerações sobre o Desenvolvimento do Setor de Turismo no Brasil.** (artigo)
- SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL / SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL - SEBRAE-RS. **Perfil Socioeconômico das Regiões de Planejamento do Rio Grande do Sul:** Convênio FEE/SEBRAE-RS. Porto Alegre, maio 1996.
- SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano Plurianual 1996-1999.** Porto Alegre, 1995.
- SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei de Incentivo à Cultura:** Uma Proposta de Marketing Cultural. Arq. Juliana Erpen e Arq. Flora Leães. Porto Alegre, set. 1997.
- SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA / EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA S/A - BAHIATURSA. **Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia:** Litoral Norte, Baía de Todos os Santos e Baixo Sul – Relatório Final. CTI Consultoria Turística Integrada. São Paulo, dez. 1992.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Deliberação CONSEMA – 26/93.** São Paulo, ago. 1993.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
Conservação da biodiversidade da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul.
Projeto submetido ao Banco KFW. Porto Alegre, 2000. 30p.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
**Estudos de Tráfego para Rotas Alternativas entre Caxias do Sul e Curitiba,
Litoral Norte do Rio Grande do Sul e Leste de Santa Catarina.** Porto Alegre,
1994. v. 1.

-----**Projeto Porto dos Casais.** Porto Alegre, 1997.

-----**Resumo dos Investimentos em Transportes do PRODETUR/SUL.**
Porto Alegre, nov. 1997.

SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Programa
Estadual de Desenvolvimento e Incentivo ao Turismo: 1995-1998.** Porto Alegre,
ago. 1995.

-----**Programa de Qualificação de Formação e Capacitação de Recursos
Humanos: 1997-1998.** Porto Alegre, 1997.

-----**Turismo Rural no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 1997.

-----**Zoneamento Turístico do Estado.** Porto Alegre, set. 1997.

VACCARO, S. Cobertura atual do solo. In: KROB, A.J.D. **Desenvolvimento
sustentável nos Campos de Cima da Serra:** entorno de Unidades de
Conservação. Porto Alegre: Projeto Curicaca, 1998. p. 33-36.

VOLKMER, José Carlos. **Os Gastos Públicos do Município de São Francisco de
Paula na Promoção do Turismo e os Decorrentes Benefícios Econômicos e
Sociais Obtidos em Seu Território.** Caxias do Sul. Dissertação (Mestrado em
Turismo) - Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade de Caxias do
Sul – UCS, maio 2003.

WALLACE, G. N. Turismo ecológico en unidades de conservación: cuál es el limite? In:
CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba.
Anais... Curitiba: IAP: UNILIVRE, 1997. p.139-149.

ENDEREÇOS NA INTERNET

Companhia Rio-Grandense de Saneamento – www.corsan.com.br

Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo – www.embratur.gov.br

Governo do Estado do Rio Grande do Sul – www.estado.rs.gov.br

Governo do Estado de Santa Catarina – www.sc.gov.br

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – www.ibge.gov.br

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – www.ipea.gov.br

FEE – Fundação de Economia e Estatística – www.fee.tche.br

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – www.fipe.com.br

Ministério do Esporte e Turismo – www.met.gov.br

Prefeitura do Município de Lages – www.cidadelages.com.br

Santur – Santa Catarina S.A. – www.santur.sc.gov.br

Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul – www.sefaz.rs.gov.br

Secretaria da Fazenda de Santa Catarina – www.sef.sc.gov.br

Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul – www.turismo.rs.gov.br

ANEXOS

Anexo 1 - PAT Serra

Anexo 2 - Informações sobre transporte nas rodovias da Área Prioritária

Anexo 3 - Perfis de Sustentabilidade

Anexo 4 - Equipe Técnica do PDITS